

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS



Entre os Problemas Públicos e a Agenda Política

O papel dos *Opinion Makers* em torno do Novo Modelo de Avaliação de
Desempenho Docente (2007-2009)

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em MPA – Administração Pública

Área de Especialização em Administração da Educação

Dissertação orientada pelo Prof. Doutor Fernando Humberto Santos Serra

Ana Paula Cabrita Natal de Brito Boto

Lisboa

2011

Agradecimentos

Do germinar de uma ideia ao seu produto final vai um longo caminho. Percorrê-lo com sucesso nunca é um acto solitário.

Este trabalho contou com o precioso contributo de uma amiga, a Mafalda, para a objectividade do tratamento de classificação das unidades de informação, a quem agradeço pelo papel que aqui interpretou como “juiz”, mas principalmente pela sua resistência estóica manifestada nas leituras de inúmeras versões incompletas que foi fazendo, a meu pedido, e nos debates que fomos tendo em torno das mesmas.

Agradeço ao Professor Doutor Fernando Humberto Serra, meu Orientador, que de perto acompanhou e geriu este projecto em parceria comigo. Agradeço-lhe a disponibilidade que sempre manifestou, as suas críticas e as numeráveis sugestões e, ainda muito em especial, a confiança depositada no meu trabalho e todo o incentivo e apoio que foram uma constante no seu discurso.

Quero ainda agradecer a todos os meus professores do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas que, embora de forma menos próxima nesta recta final, contribuíram para a realização de um projecto de vida.

Resumo

O novo modelo de avaliação de desempenho dos educadores e professores do ensino básico e secundário foi alvo de fortes contestações que incluíram a realização de duas grandes manifestações de professores, de greves, boicotes, e de outras formas menos convencionais de expressão de desacordo. Os meios de comunicação deram visibilidade e importância ao assunto e mantiveram o tema em agenda durante cerca de dois anos.

Neste trabalho procurámos conhecer a forma como o novo modelo de avaliação foi analisado no *espaço público* durante o primeiro ciclo da sua implementação (2007-2009). Efectuámos previamente uma revisão da literatura sobre o *espaço público*, o papel dos meios de comunicação na formação da *opinião pública* e nos processos de construção das políticas públicas. Considerámos como objecto de estudo o discurso levado a cabo por um grupo de *fazedores de opinião*, designados de um modo geral por *opinion makers* e propusemo-nos: (a) analisar os discursos que foram produzidos, mobilizados e se cruzaram na voz daqueles agentes em torno do novo modelo de avaliação; (b) perceber até que ponto os posicionamentos adoptados traduziram os campos de filiação institucional e profissional e os respectivos interesses. Examinámos o *que* foi dito, *quem* disse, *porque* disse, *como* disse e *quando* disse.

Recorrendo a uma metodologia qualitativa analisámos o discurso publicado em dois jornais de referência, *Público* e *Expresso*. Tomámos a *unidade de informação* para recorte do discurso, a qual foi classificada quanto ao *tema enquadrador*, *categoria de conteúdo*, *data*, *autor* e *tonalidade/intensidade*. Utilizámos índices de *visibilidade*, *parcialidade*, *orientação* e *tendência*. Fizemos um estudo do discurso por grupo profissional.

Encontrámos uma opinião predominantemente negativa. A estratégia foi revelada num discurso com um sentido claramente social e político, como forma de relacionar as políticas e as práticas de negociação do XVII Governo com políticas educativas centralizadoras e formas autoritárias de governação.

Ao novo modelo de avaliação foi atribuído um conjunto variado de características negativas. Na sequência, algumas recomendações apontaram no sentido da sua alteração, mas outras consideraram posições mais extremadas. O consenso verificou-se quanto à necessidade de avaliar desempenhos, mas com base num modelo diferente.

Palavras-chave: Espaço público – Avaliação do desempenho docente – *Opinion makers* – Conflitos sociais – Discurso – *Media*

Abstract

The new model of teacher performance assessment was the target of heavy criticism, which included two large demonstrations of teachers, strikes, boycotts, and other less conventional forms of expressing disagreement. The *media* gave this issue visibility and importance, keeping the subject on the agenda for about two years.

In this essay, we tried to get to know the way the new model of teacher performance assessment was analyzed in the *public sphere* during its first cycle of implementation (2007-2009). We started by conducting a literature review on *public sphere* and the role of the *media* in the shaping of *public opinion* and in the public policy-making processes. We have considered as object of study the speech delivered by a group of *opinion makers*, being our purpose: (a) to find the speeches that were built, deployed and crossed in the voice of the agents around the new model of teacher performance assessment (b) to realize the extent to which the adopted positions translate the fields of institutional and professional affiliation and their interests. We looked at *what* was said, *who* said it, *why* he said it, *how* he said and *when*.

Using a qualitative methodology we analyzed the discourse, around the new model of teacher performance assessment, published in two reference newspapers, *Público* and *Expresso*. We took the *information unit* to typify the speech, which was classified taking into account the *framed issue*, *content category*, *date*, *author*, and *evaluative tone / intensity*. We used indexes of visibility, bias orientation, and tendency. We made a study of discourse according to professional group.

We found a predominantly negative opinion. The strategy was unveiled in a speech with a clear social and political intention, as a way of linking the policies and bargaining practices of this government, with centralized educational policies and authoritarian forms of governance.

The new model of teacher performance assessment was assigned a various set of negative characteristics. In the aftermath, some recommendations pointed towards its changes, but others considered more extreme positions. The consensus was found regarding the need to assess performances but, on a different model.

Keywords: Public sphere –Teacher performance assessment – Opinion Makers - Social conflicts - Speech – *Media*

Índice

Agradecimentos _____	I
Resumo _____	II
Abstract _____	III
Introdução _____	5
Primeira Parte: Políticas Educativas – Entre a Acção e a Argumentação no Espaço Público e a Agenda Política _____	10
Capítulo 1: Evoluções Recentes nas Políticas Educativas em Portugal _____	11
1.1 O Impacto nas Políticas Educativas da Abertura de Portugal à União Europeia _____	11
1.2 A Reforma da Administração Pública e a Emergência de Novos Modos de Regulação da Acção Educativa _____	16
Capítulo 2: As Agendas e o Espaço Público _____	19
2.1 A Agenda Política _____	21
2.2 Processos de Construção dos Problemas Públicos _____	22
2.3 O Papel dos <i>Media</i> no Processo de Construção de Problemas Públicos _____	26
2.3.1 O Espaço Público e a Opinião Pública _____	28
2.3.2 A Opinião Pública e os Processos de Agendamento _____	31
2.3.4 O Espaço “opinião” da Imprensa Escrita _____	35
2.3.5 O <i>Ethos</i> e a Argumentação no Discurso _____	36
2.3.6 Os Quatro Elementos Estruturantes do Espaço Público _____	39
Capítulo 3: A Avaliação de Professores em Portugal (2007-2009) - Primeiro Ciclo de Implementação de uma Política Pública _____	42
3.1 Implementação - Um Processo em Evolução - Teorias _____	43
3.2 O Novo Modelo de Avaliação de Educadores e Professores do Ensino Básico e Secundário _____	46
3.2.1 Características do Novo Modelo de Avaliação _____	47
3.2.2 O Primeiro Ano de Implementação do Novo Modelo de Avaliação (2007/2008) _____	48

3.2.3 O Segundo Ano de Implementação do Novo Modelo de Avaliação (2008/2009)	49
Segunda Parte: Fazer Opinião para Induzir Políticas -A Discussão do Novo Modelo de Avaliação de Desempenho Docente na Esfera Pública (2007 - 2009)	53
Capítulo 1: Opções Metodológicas	54
1.1 A Análise de Conteúdo e os <i>Novos Media</i>	54
1.2 O Modelo de Análise	57
1.3 Constituição do Corpus de Análise	58
1.3.1 A Escolha dos Meios de Comunicação	58
1.3.2 Organização e Construção de Dossier Electrónico	60
1.3.3 Caracterização dos Agentes	60
1.4 Procedimentos Metodológicos	60
1.4.1 Caracterização dos Agentes e o seu Grau de Envolvimento	61
1.4.2 As Fichas Temáticas, os Agentes e as Agendas	61
1.4.3 Os Temas em Torno do Tema da Avaliação de Professores – Metodologia de Análise	62
Capítulo 2: Apresentação e Análise dos Dados - Os Agentes, os Temas, os Agentes e as suas Vozes	71
2.1 Caracterização dos Agentes	72
2.2 As Produções dos Agentes	78
2.3 Os Temas e as Vozes dos Agentes	83
2.3.1 As Vozes dos Agentes em Torno do Novo Modelo de Avaliação de Professores	84
2.3.1.1 O Contributo de Cada Grupo para Uma Visão de Conjunto	88
2.3.1.2 As Vozes do Grupo “Jornalistas”	90
2.3.1.3 As Vozes do Grupo “Professores Universitários e Investigadores”	90
2.3.1.4 As Vozes do Grupo “Profissionais Liberais/Quadros Superiores”	91
2.3.1.5 As Vozes do Grupo “Professores do Ensino Básico e Secundário”	93
2.3.1.6 As Vozes do Grupo “Outros Sectores de Actividade”	94
2.3.1.7 As Vozes do Grupo “Políticos”	95
2.3.2 As Vozes a Propósito do Tema “Processos de Negociação das Políticas Públicas”	96

2.3.2.1	As Vozes do Grupo “Profissionais Liberais/Quadros Superiores”	99
2.3.2.2	As Vozes do Grupo “Professores do Ensino Básico e Secundário”	100
2.3.2.3	As Vozes do Grupo “Professores Universitários e Investigadores”	104
2.3.2.4	As Vozes do Grupo “Jornalistas”	105
2.3.2.5	As Vozes do Grupo “Outros Sectores de Actividade”	107
2.3.2.6	As Vozes do Grupo “Políticos”	108
2.3.3	As Vozes a Propósito do Tema “Medidas de Política Educativa”	110
2.3.3.1	As Vozes do Grupo “Profissionais Liberais/Quadros Superiores”	112
2.3.3.2	As Vozes do Grupo “Políticos”	114
2.3.3.3	As Vozes do Grupo “Outros Sectores de Actividade”	115
2.3.3.4	As Vozes do Grupo “Professores Universitários e Investigadores”	116
2.3.3.5	As Vozes do Grupo “Professores do Ensino Básico e Secundário”	119
2.3.3.6	As Vozes do Grupo “Jornalistas”	120
2.3.4	As Vozes a Propósito do Tema “Avaliação de Desempenho Docente”	122
2.3.4.1	As Vozes do Grupo “Profissionais Liberais/Quadros Superiores”	128
2.3.4.2	As Vozes do Grupo “Professores Universitários e Investigadores”	130
2.3.4.3	As Vozes do Grupo “Jornalistas”	131
2.3.4.4	As Vozes do Grupo “Professores do Ensino Básico e Secundário”	132
2.3.4.5	As Vozes do Grupo “Políticos”	134
2.3.4.6	As Vozes do Grupo “Outros Sectores de Actividade”	134
2.3.5	As “Recomendações” Formuladas pelos Agentes	135
2.3.5.1	As “Recomendações” do Grupo “Professores do Ensino Básico e Secundário”	141
2.3.5.2	As “Recomendações” do Grupo “Políticos”	142
2.3.5.3	As “Recomendações” do Grupo “Professores Universitários e Investigadores”	143
2.3.5.4	As “Recomendações” do Grupo “Profissionais Liberais/Quadros Superiores”	144
2.3.5.5	As “Recomendações” do Grupo “Outros Sectores de Actividade”	145
2.3.5.6	As “Recomendações” do Grupo “Jornalistas”	146

2.3.6 As Vozes em Torno do Novo Modelo de Avaliação de Professores, por Períodos Durante o Primeiro Ciclo de Implementação _____	149
2.3.6.1 As Vozes, por Períodos, em Torno do Tema “Processos de Negociação das Políticas Públicas” _____	151
2.3.6.2 As Vozes, por Período, em Torno do Tema “Medidas de Política Educativa”_	153
2.3.6.3 As Vozes, por Período, em Torno do Tema “Avaliação de Docentes” _____	155
Conclusão _____	157
Bibliografia _____	172
Diplomas Legais _____	176
Sitografia _____	178
Índice de Figuras _____	182
Índice de Gráficos _____	182
Índice de Quadros _____	184
Anexo 1 – Biografia dos Agentes (OM)	
Anexo 2: Identificação dos Artigos que constituem as Fichas Temáticas	
Anexo 3: O Recorte e a Codificação de Algumas Fichas Temáticas	
Anexo 4: Tratamento das UI após o Recorte e a Classificação – Valores Totais e Parciais (registo em folha de cálculo – Excel)	

Introdução

Em Janeiro de 2007 o Estatuto da carreira docente dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário foi alterado. A carreira docente foi dividida em duas categorias e foram definidas as bases para a implementação de um novo modelo de avaliação do desempenho (NMA), cuja regulamentação sucedeu após um ano. A sua concepção e implementação na escola pública foram alvo de forte contestação. Durante dois anos (2008-2009), assistimos a um conflito e a um intenso processo de negociações, entre sindicatos e equipa ministerial, que trouxeram para o *espaço público* o discurso em torno do estatuto e da avaliação, entre outras formas de participação.

O *espaço público*, lugar onde os problemas são assinalados, interpretados e discutidos e onde as sociedades comunicam livremente entre si em torno de interesses comuns, teve a sua origem na polis grega. A *praça pública* era o espaço onde os assuntos da vida pública e da governação eram discutidos. Ao longo do século XVIII, com o surgimento de um novo grupo social, a Burguesia, o espaço público define-se como espaço simbólico de mediação entre a sociedade civil (enquanto interesses privados) e o Estado. Começa entretanto a desenvolver-se no seio desta esfera pública burguesa uma consciência política e a sua afirmação como opinião pública torna-se fonte legítima das leis. Surge o conceito de *opinião pública* formada na razão e associada ao princípio da *publicidade*, à opinião de um colectivo construído com vista ao interesse geral mediante um processo de debate racional e crítico. (Habermas, 1993). Um pouco mais tarde, com a universalização dos direitos cívicos o *espaço público* sofre novas transformações. A *opinião pública* aparece como um conjunto de opiniões segmentadas que reflectem pontos de vista divergentes. O *espaço público* torna-se *plural e informal*. No século XX um novo poder veio alterar profundamente o espaço público: os *meios de comunicação social* (Hansotte, 2008).

Hansotte (id., p. 70 e sgs.) define o *espaço público* actual como uma instância simbólica discursiva e performativa, simultaneamente *ética* e *política*, de debate ou confronto entre particular e universal, onde se trata da coisa pública e da relação com a vida em conjunto; onde se enunciam e afirmam os mandatos destinados aos representantes políticos; onde se alimenta a democracia representativa.

Neste *espaço público* participam actores da sociedade civil frequentemente inseridos em contextos sociais organizados nomeadamente, novos movimentos sociais, associações voluntárias ou profissionais e ainda políticos, membros de partidos e sindicatos, especialistas e outros *empreendedores de causa*. São actores que se empenham em movimentos de opiniões e lutas, participam em debates públicos, emitem opiniões, defendem interesses universalizáveis e contribuem

para a formação de uma opinião pública. Tanto uns como outros utilizam os meios de comunicação, para construir na sociedade novas realidades, novos referenciais, influenciarem a opinião pública, conseguirem a atenção dos próprios *media* e dos centros de decisão política.

O confronto e o conflito entre actores, com posições divergentes, é um espaço de construção de referenciais, de imagens da realidade sobre a qual se deseja intervir, construindo-se e reformulando-se as políticas. Neste processo de confronto vivido no *espaço público*, onde a verbalização oral e escrita assume um papel primordial, a legitimidade da sociedade civil e as posições que assume baseiam-se na qualidade dos processos de argumentação e de acção (Hansotte 2008, p.96). No entender de Perelman a imagem do orador tem um papel fundamental: “o enunciado não é o mesmo quando é emanado de um autor ou de outro, ele muda de significado; não há uma simples transferência de valores mas uma reinterpretação num novo contexto fornecido pelo que temos presumido do autor” (2008, p. 426). Por seu lado, Amossy (2009, p. 79 e sgs.) considera que a imagem que o locutor projecta de si próprio faz uso dos dados sociais e individuais prévios e contribui decisivamente para a força da sua palavra. Assim, a capacidade de convencer o público advém do facto de o locutor trabalhar os modelos inscritos no discurso e da imagem que projecta de si próprio no seu discurso, mas também da forma como integra os dados pré discursivos.

Em boa verdade, a responsabilidade no processo de construção das políticas públicas é cada vez mais partilhada pela sociedade, como afirma Bilhim (2008). Na sua opinião e na de autores como, por exemplo, Guerra (2006), Barroso (2007) e Lascoumes (2009), as políticas públicas já não decorrem dos níveis decisoriais da esfera do Estado, mas são o resultado de processos interactivos que estão para além do momento da decisão política e obrigam a uma sua reconstrução e apropriação pelos actores envolvidos. Sucede que este processo negocial acontece também, por vezes, na fase de implementação de uma política. Longe de ser considerada um trivial acto administrativo ela é, na perspectiva dos defensores de uma implementação segundo a noção “bottom up”, uma das fases do desenho de uma política considerada decisiva para o seu sucesso. É nesta fase que se enceta mais uma etapa do processo interactivo e negocial, que decorre entre aqueles que procuram colocar em prática a política e aqueles dos quais a acção depende, levando mesmo alguns autores, como Lewis e Flynn (1978), a afirmar que o que guia a acção nem sempre são os objectivos da política mas, por exemplo, o que é exequível em determinadas circunstâncias (Parsons, 1995, p. 472).

O NMA foi alvo de forte contestação, durante a primeira fase da sua implementação na escola pública, que incluiu, entre outras manifestações de descontentamento, duas grandes manifestações de professores. Foi intensamente debatido nos meios de comunicação e trouxe uma diversidade de agentes a intervir no *espaço público*. Entre estes encontra-se um grupo de *empreendedores de causa*, de um modo geral designados por *opinion makers* (OM). Detêm uma posição privilegiada nos meios de comunicação e ocupam frequentemente lugares-chave da sociedade. São *fazedores de opinião*,

portadores de uma autoridade e de uma credibilidade que lhes conferem legitimidade para debaterem no espaço público assuntos considerados inquietantes, preocupantes ou controversos. Com o seu vasto domínio da interpretação da realidade social, convertem conhecimento em poder e, através das suas práticas e estratégias discursivas têm poder de influência junto da opinião pública e dos centros de decisão. Figueiras (2005, 2008).

De modo a conhecer a forma como o NMA foi analisado no *espaço público* durante o primeiro ciclo da sua implementação, levámos a cabo uma investigação que assumiu como objecto de estudo o discurso produzido por um certo número de OM na imprensa escrita de referência.

Propusemo-nos: (a) analisar os discursos que foram construídos, mobilizados e cruzados na voz daqueles agentes em torno do NMA; (b) perceber até que ponto os posicionamentos adoptados traduziram ou evidenciaram os seus campos de filiação institucional e profissional e os respectivos interesses.

Especificamente, procurámos resposta para as seguintes questões: (a) Como se reflectiu o processo de avaliação de professores na agenda dos OM? (b) Quais os agentes que no espaço público argumentaram acerca do NMA? (c) Qual o *fervor* e o *interesse* com que o assunto foi debatido? (d) Qual o *tom* em que foi emitida a opinião? (e) Quais foram os *temas enquadradores* do discurso sobre a avaliação dos professores? (f) Quais os *recursos argumentativos* que foram mobilizados? (g) Quais as principais críticas assinaladas ao NMA? (h) Em que medida as *vozes* desses agentes reproduziram os seus campos de filiação? Analisámos o *que* foi dito, *quem* disse, *porque* disse, *como* disse e *quando* disse.

Tomámos como *corpus* de análise os artigos de opinião publicados entre 1 de Setembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2009, de dois jornais de referência de âmbito nacional, o *Público* e o *Expresso*. Recorrendo a uma análise de conteúdo *temática*, utilizámos a *unidade de informação* (UI) para recorte do discurso. Cada UI foi classificada quanto ao *tema enquadrador*, *categoria de conteúdo*, *data*, *autor* e *tonalidade*. No tratamento da informação utilizámos índices de *visibilidade*, *tendência*, *parcialidade* e *orientação* que medem, respectivamente, a importância atribuída pelo autor ao assunto, onde é feita a maior aposta argumentativa, o interesse ou o fervor com que o assunto é debatido e a convicção com que a opinião é emitida (Chartier, 2003).

Identificámos um discurso proferido em torno do NMA enquadrado nos seguintes temas: *Processos de negociação das políticas públicas*, *Medidas de política educativa* e *Avaliação de docentes*, por sua vez divididos num total de 31 categorias. Identificámos e classificámos, quanto à *intensidade*, UI que respeitassem a recomendações dos OM aos governantes, partidos políticos, sindicatos, professores ou ao cidadão comum.

Em síntese, analisámos a intervenção dos OM no *espaço público*, em torno do NMA, durante cerca de dois anos, nos seus quatro componentes estruturantes, tal como foram definidos por Serra e Marques (no prelo): os *Agentes* (os OM); os *Temas* (as categorias temáticas relativas – ou a propósito do – ao NMA); as *Vozes* (a forma e o tom do discurso produzido pelos OM) e o *Contexto* mediático (no caso, o espaço *Opinião* dos dois jornais evocados).

Estruturámos este trabalho em duas partes. Na Primeira Parte, “Políticas Educativas _ Entre a Acção e a Argumentação no Espaço Público e a Agenda Política”, apresentámos uma revisão da literatura que considerámos fundamental para as opções metodológicas, análise e discussão dos resultados. Esta parte é composta por três capítulos.

No Capítulo 1, intitulado “Evoluções Recentes nas Políticas Educativas em Portugal”, apresentámos, tal como o título indica, alguns elementos enquadradores de evoluções recentes nas políticas educativas em Portugal. Fizemos ainda um breve enquadramento da política de avaliação de professores como instrumento de governação, num processo de modernização da administração pública.

No Capítulo 2, intitulado “As Agendas e o Espaço Público”, apresentámos uma revisão da literatura sobre a agenda, os processos de construção dos problemas públicos, o espaço público, opinião pública e processos de agendamento e o papel de relevo atribuído aos meios de comunicação na edificação de referenciais e na forma como afectam os processos de construção dos problemas públicos e das políticas públicas. Abordámos as noções de *ethos* e de *ethos prévio* que, genericamente, se prendem com a imagem que o locutor constrói de si no seu discurso e com a imagem que o auditório faz do locutor antes do discurso. Terminámos este capítulo, com uma apresentação esquemática dos *quatro elementos estruturantes do espaço público*, da autoria de Serra & Marques (no prelo), que constituiu o modelo de análise que seguimos na parte prática: os *agentes*, as *vozes*, os *temas* e os *contextos*, no período compreendido entre 2007-2009.

No Capítulo 3, intitulado “A Avaliação de Professores em Portugal (2007-2009) – Primeiro Ciclo de Implementação de uma Política Pública”, após efectuarmos uma breve revisão sobre a literatura a respeito da *implementação* de uma política pública, apresentámos os aspectos essenciais do NMA. Finalizámos este capítulo, com uma resenha do processo de contestação e das negociações empreendidas pelas partes envolvidas no processo de avaliação dos docentes e das sucessivas reformulações e adaptações do modelo, durante o primeiro ciclo da sua implementação.

Na Segunda Parte intitulada, “Fazer Opinião para Induzir Práticas - A Discussão do Novo Modelo de Avaliação na Esfera Pública (2007-2009)”, apresentámos as opções metodológicas, os resultados e a respectiva análise, assim como a sua discussão. Esta parte foi dividida em dois capítulos e inclui a conclusão do trabalho.

No seu Capítulo 1, intitulado “Opções Metodológicas”, abordámos, num primeiro momento, a diversidade de aspectos a ter em consideração na aplicação de métodos clássicos de análise de conteúdo à pesquisa no espaço público face ao alargamento dos processos de comunicações à Internet e a outros conteúdos da esfera *Web*. Face ao objectivo que nos propusemos, definimos as questões da investigação. Apresentámos e justificámos as nossas opções metodológicas.

No Capítulo 2, intitulado “Apresentação e Análise dos Dados - Os Agentes, os Temas, os Agentes e as suas Vozes”, apresentámos os dados recolhidos e a respectiva análise. Procedemos à caracterização dos agentes, organizando-os por grupos profissionais-institucionais, em conformidade com o *lugar* ou o *chapéu* que usaram no artigo publicado ou, com a informação biográfica disponível. Analisámos as suas produções. Trabalhámos os Temas e as Vozes em conjunto e por grupo profissional. Analisámos as recomendações formuladas, as opiniões e as respectivas estratégias argumentativas. Numa fase final procedemos a uma análise conjunta dos dados recolhidos considerando três períodos distintos. Na parte final e incluído na Conclusão fizemos a discussão dos principais resultados e a sua pertinência face às questões colocadas e aos objectivos da investigação e à literatura que serviu de suporte ao estudo.

Primeira Parte
**Políticas Educativas – Entre a Acção e a Argumentação no Espaço
Público e a Agenda Política**

Capítulo 1: Evoluções Recentes nas Políticas Educativas em Portugal

O sistema educativo, na medida em que deve funcionar como uma alavanca de integração, resulta de um compromisso político, filosófico e até científico.

PHILIPPE PERRENOUD, 2002

Neste capítulo procuraremos evidenciar alguns fenómenos que no campo da educação se associam aos efeitos da globalização e que impulsionam ou condicionam alterações nas políticas educativas nacionais com reflexo na escola pública. O conhecimento de factores que condicionaram ou impulsionaram as políticas educativas em Portugal nos últimos anos, bem como o papel dos vários actores, políticos, *media* e outros agentes da sociedade, no processo de construção das políticas públicas é fundamental para entendermos as mudanças e tendências actuais da política educativa e os constrangimentos inerentes ao processo de edificação das políticas educativas, as contradições, inflexões e avanços multi-direccionais em que todos participamos com maior ou menor visibilidade.

1.1 O Impacto nas Políticas Educativas da Abertura de Portugal à União Europeia

Marcado por um longo período de estagnação decorrente da política do Estado Novo, Portugal possuía, em 1960, uma taxa de analfabetismo de 34% sendo que a educação era um privilégio de alguns. Com a Revolução de Abril de 1974 e a integração do país na Comunidade/União Europeia, a

consequente renegociação da posição económica portuguesa no espaço europeu teve profundas implicações nas políticas educativas.

No período que se seguiu à Revolução de Abril, a educação tornou-se um campo privilegiado de legitimação da situação democrática. Ultrapassada a primeira fase revolucionária de ideologia democratizante, seguiu-se um processo de normalização. O período que se inicia na década de 1980 caracteriza-se pela necessidade de uma reforma educativa global que dê coerência ao sistema de ensino e, simultaneamente, resposta às necessidades do sistema económico e do mundo do trabalho, dando início a uma ideologia de modernização, dominante na condução das políticas educativas até à primeira metade dos anos 90, coincidente com dois ciclos económicos (Teodoro & Aníbal, 2007):

1. De 1975 a 1985 – convergência política, em termos de mercado, à Comunidade/União Europeia e ajudas de pré-adesão;
2. De 1985 a 1997 – convergência macro económica à Europa, com efeitos quer nas medidas de apoio da Comunidade/União quer no aumento do consumo privado e no número de trabalhadores activos.

Entre meados da década de setenta e o início da década de noventa, em particular na longa fase de adesão à Comunidade/União Europeia, tiveram lugar o debate, a discussão e a construção de entendimentos, orientações e normas de acção comuns para as políticas educativas dos Estados-membros, de que resultou explicitamente o conjunto de vectores discursivo-ideológicos que se apresentam sumariamente (Antunes, 2005):

- i. Promoção de novas relações no seio da educação com o mundo produtivo e do trabalho;
- ii. Ênfase na diferenciação de dispositivos de integração, no interior das instituições, e promoção da possibilidade de escolha e da diversificação da oferta de bens e serviços educativos;
- iii. Introdução de novas dimensões nas articulações entre as instituições educativas e o mundo público e privado;
- iv. Incentivo à construção de novas configurações com vista à organização de sistemas, redes e/ou mercado da educação e formação de âmbito comunitário.

A ideologia e os padrões de organização educativa europeus são difundidos em Portugal, funcionando as organizações internacionais (OCDE e UNESCO, entre outras) como elemento de legitimação e normalização das políticas educativas nacionais. A agenda destas organizações fixa as prioridades e condiciona a forma como os problemas se colocam e equacionam, através das regras e dos sistemas de financiamento, embora os efeitos desta acção se sintam nas políticas da educação por vezes de uma forma indirecta, uma vez que cada país, face à sua localização no sistema mundial, interpreta de forma diferenciada (Barroso, Políticas Educativas e Organização Escolar, 2005) .

No período de governação de 1987 a 1995 é possível identificar processos de convergência com as políticas internacionais. Roberto Carneiro, Ministro da Educação no XI Governo Constitucional de Cavaco Silva, (1987-1991) defende uma acção centrada em cinco vectores (Teodoro & Aníbal, 2007):

- i. Democratização do ensino;
- ii. Qualidade para a promoção da excelência;
- iii. Educação para a confiança e autonomia, para a criação de homens competentes, empreendedores, inovadores e capazes de correr riscos;
- iv. Educação para a vida activa;
- v. Valorização da Pátria, da língua e cultura portuguesa.

A reforma do sistema educativo implementada pelo XI Governo Constitucional consistiu, no ensino regular, no prolongamento da escolaridade obrigatória para nove anos, circunscrição do ensino secundário ao 10º, 11º e 12º anos em 1989, sendo organizados posteriormente, 1990/91, em cursos gerais (CPOPE) e cursos tecnológicos (CPOVA). É publicado o primeiro regulamento jurídico da autonomia das escolas (Decreto-lei nº43/89, de 3 de Fevereiro) que transfere para esta responsabilidades e competências administrativas e estimula a gestão participativa e o aprofundamento das relações com a comunidade. Cada escola tem agora a possibilidade de gerir o tempo e o currículo de acordo com as suas especificidades, explícitas nos seus projectos educativos e regulamentos internos.

Em 1989, são criadas as primeiras escolas profissionais como forma de recontextualização da educação face ao mundo produtivo e do trabalho, beneficiando da disponibilidade de financiamentos avultados para o ensino/formação profissional ainda antes da elaboração e aprovação do PRODEP I (1990-1993), e em convergência com a agenda para a educação/formação promovida em instâncias da Comunidade/União Europeia. Apesar de impulsionadas pelo Estado, as escolas profissionais são constituídas com base em contratos-programa que implicam o estabelecimento de parcerias transnacionais, locais e sectoriais, sendo financiadas quase totalmente por recursos públicos e integrando modalidades de aproximação aos contextos de trabalho e evidenciando formas de actuação de Estado em rede, Estado de competição e Estado articulador (Antunes, 2005). Com a introdução desta diferenciação no sentido da diversificação de opções e projectos/percursos e de uma reformulação da cidadania educativa, o Estado redefine, a nível nacional, a prioridade dos seus problemas: em primeiro lugar, o apoio ao processo de acumulação, em segundo lugar, o garantir da ordem e controlo sociais e em terceiro lugar, a legitimação do sistema (Afonso, 2001).

De 1992 a 1995, na segunda fase de governação de Cavaco Silva, verifica-se no discurso político um reforço da relação da educação com as exigências do mercado de emprego e a competitividade económica, impondo-se uma gestão orientada para a eficácia do sistema e para os resultados como condição para a modernização do país.

De 1995 a 2002, para os governos que se sucedem, agora da responsabilidade do Partido Socialista, a escola deve conduzir à emancipação. São criados os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) e os Currículos Alternativos como medidas exemplificativas dos conceitos de igualdade de oportunidades e de inclusão, a par do desenvolvimento da construção de um currículo baseado em competências, numa concepção construtivista da educação. Numa perspectiva de partilha e complementaridade de responsabilidades entre o Estado e a sociedade, face à complexificação crescente do sistema, é publicado o segundo regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário (Decreto-lei nº115-A/98, de 4 de Maio), conferindo às escolas a possibilidade de obtenção de contratos de autonomia. Passou-se de um regime mais centralizado para um mais prescritivo, com um discurso baseado na flexibilidade. No entanto, paradoxalmente para certos autores, alunos e professores são confrontados com normativos e decisões curriculares por parte da administração central que são condicionantes e inibidoras da flexibilidade. Instituem-se os exames nacionais que haviam sido abolidos em 1980. “Tudo se mistura em dispositivos *híbridos* em resultado da sobreposição de diferentes lógicas e da aplicação das medidas avulsas de inspiração diversa que vão definindo as políticas públicas” (Fontoura, 2008, p. 22).

Na opinião de Hans Weiler (1996, citado por Barroso, 2009, p.28), antigo director do Instituto Internacional para a Planificação Educativa, da UNESCO, para manter o controlo, o Estado é forçado a adoptar estratégias que o fazem perder a sua legitimidade, como seja a “centralização”. Em compensação, para preservar essa legitimidade é obrigado a adoptar medidas que fazem diminuir o seu controlo efectivo. Não podendo, no entanto, perder o seu domínio, as medidas de descentralização surgem associadas a um reforço das formas de avaliação ou regulamentação externa, ganhando em autoridade o que perde em legitimidade. De eficácia duvidosa, estas medidas políticas são de “considerável utilidade política, enquanto forma de “gestão do conflito social” e de forma de “legitimação compensatória”, como afirma Barroso (2009, p. 28).

Neste período Portugal começa a atingir um défice orçamental público preocupante, apontando para a necessidade de redução da despesa pública através da redução da dimensão e racionalização de estruturas do aparelho administrativo. É ainda neste período que se estabelece o chamado Processo de Bolonha (1998), iniciado com a declaração de Sorbonne e, em 1999, com a declaração de Bolonha. Esta é uma política educativa para o ensino superior de dimensão europeia que visa construir um espaço europeu globalmente organizado com os objectivos de aumentar a competitividade do sistema europeu e do ensino superior e promover a mobilidade e a empregabilidade de diplomados.

Posteriormente (2001 e 2003), foram acrescentadas mais três linhas de acção de forma a poder-se atingir mais eficazmente os objectivos traçados. Este *Processo* enquadra-se na agenda política delineada na Cimeira Europeia de Lisboa (2000) e prosseguida na Cimeira de Barcelona (2002), a qual

estabelece o objectivo de, até 2010, fazer da Europa “a economia do conhecimento mais competitiva e mais dinâmica do mundo”, possibilitando à Europa “falar a uma só voz enquanto espaço integrado competitivo de educação e ciência e, deste modo, ganhar mais protagonismo na cena mundial e ter uma palavra a dizer no delinear dos modelos das sociedades do conhecimento do século XXI.”¹

No período de governação PSD-CDS/PP, com José Manuel Durão Barroso, de 2002 a 2004, a “ténue” vertente construtivista é eliminada, dando-se primazia ao mérito e à competitividade. As reformas na área da Administração Pública, nomeadamente na Função Pública e na estrutura da administração pública visam, entre outros objectivos gerais, aumentar a qualidade dos serviços públicos, orientar para os resultados e para os cidadãos, introduzindo novas práticas de gestão e uma cultura de mérito e de avaliação de resultados, promover a formação dos funcionários e delimitar a acção do Estado (Araújo, 2006).

A regulação com base em resultados e respectiva publicitação, torna-se uma forma de avaliar a “qualidade” das escolas, política fortemente defendida por OM influentes na sociedade portuguesa (Teodoro & Aníbal, 2007). Constituem-se os Agrupamentos de Escolas, super estruturas edificadas à custa da “alienação” da pouca autonomia de que dispunham, aproximando o controlo da administração central agora desconcentrada (Fontoura, 2008), diminuindo a pressão social relativa aos direitos para uma pluralidade de novos actores (não estatais) que, ao assumirem-se como entidades parceiras, assumem também responsabilidades na consecução de objectivos públicos que recaíam sobre o poder central. É criado o sistema de avaliação de desempenho da administração pública, Lei nº10/2004, de 22 de Março, mas ainda sem aplicação às carreiras especiais, nomeadamente aos professores. A ênfase na gestão por objectivos é o tema dominante no programa de reforma aprovado que retoma a agenda de reforma implementada nos finais da década de setenta noutros países bem como a ortodoxia das ideias de então. “Trata-se de uma agenda de reforma que identifica um conjunto de objectivos que orientam de forma clara a reforma administrativa para a gestão pública” (Araújo, 2006, p. 72). No entender de Candeias (2009), a reforma da administração pública vem modernizar um sector que durante largos anos se caracterizou pela sua pouca flexibilidade na adaptação às mudanças, com uma larga lista de “direitos adquiridos”, fortemente sindicalizado e por muitas vezes insensível às razões da sua existência.

¹ <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Processo+de+Bolonha>
(consultado em Abril de 2010)

1.2 A Reforma da Administração Pública e a Emergência de Novos Modos de Regulação da Acção Educativa

Com o XVII Governo Constitucional do partido socialista, (2005 a 2009) com José Sócrates como Primeiro Ministro, o sistema integrado de avaliação de desempenho para a administração pública (SIADAP) é implementado de forma mais abrangente a todos os trabalhadores da função pública, incluindo as adaptações às carreiras especiais (SIADAP 3), aos dirigentes (SIADAP 2) e aos serviços (SIADAP 1). Este é um modelo de avaliação individual, baseado numa lógica de gestão por objectivos. Condiciona a evolução na carreira e a atribuição de prémios, renovação de contratos e nomeação definitiva para aquisição de vínculo público.

O novo ciclo do governo do partido socialista, acompanhando as tendências europeias que se inscrevem nas novas formas de articulação do papel do Estado na educação, procura introduzir uma mudança no seu paradigma de regulação social, uma nova maneira de governar sedimentada no conceito de *governança*. As suas políticas caracterizam-se por uma necessidade de racionalização assentes na defesa da escola pública como factor de justiça social e promotora de oportunidades, na promoção do controlo social defendendo a avaliação externa das escolas e dos professores com envolvimento da sociedade civil, nomeadamente dos encarregados de educação (Teodoro & Aníbal, 2007, p. 23). No seu programa político a qualificação dos recursos humanos e as condições de trabalho com vista à modernização da Administração Pública, factor considerado essencial na sua estratégia de crescimento e aumento da riqueza do país, contemplou um amplo conjunto de políticas educativas e sociais de forma a transformá-lo num país mais competitivo e mais justo. Na área da Educação, a escola pública e em particular a classe docente, foram abrangidas por novas estratégias de governo da educação em oposição às práticas tradicionais de controlo burocrático, nomeadamente, pela revisão, aperfeiçoamento e alargamento da instrumentação relativa à avaliação de desempenho a toda a Administração Pública. O Estatuto da Carreira Docente (ECD), revisto em 2007 (Decreto-lei nº15/2007, de 19 de Janeiro), divide a carreira docente em duas categorias, a meio do percurso, a de *professor* e a de *professor titular*, e estabelece as bases de um novo sistema de avaliação de desempenho dos professores, terminando com o sistema de progressão associado à antiguidade. Estas novas regras de avaliação de desempenho individual assentam em mecanismos que premeiam o mérito e a competitividade, justificados pela necessidade de maior eficiência, eficácia e produtividade, racionalização de custos nos serviços numa lógica próxima da lógica do sector privado, integrando a tendência das reformas nos sistemas educativos internacionais. Emerge “um Estado-avaliador que se expressa pela promoção de um *ethos* competitivo manifestado, nomeadamente [...] no domínio de uma racionalidade instrumental que sobrevaloriza o quantificável e o mensurável” (Afonso, 2001, citado por Costa, 2007, p.52). Outros autores, como Dutercq e Van Zanten preferem a

designação de “Estado-negociador”, integrador de diferentes dimensões, doseadas de acordo com os países e os campos de acção para definir o papel do Estado que, “pelos instrumentos (produtos de decisões políticas), orienta as problemáticas e governa à distância.” (Costa, 2007, p. 52).

Estas mudanças da recomposição do poder do Estado e a redefinição dos papéis dos diferentes actores sociais no campo educativo, deve-se, segundo Antunes (citado por Fontoura, 2008, p.11), à erosão gradual da “soberania nacional” numa série de domínios de políticas e um crescendo da influência da União Europeia, em vários domínios, nomeadamente no campo da educação.

O *Memorandum sobre a educação e a formação ao longo da vida*, o *Relatório Europeu sobre a qualidade da educação escolar* e as regras e os sistemas de financiamento, mesmo que não assumindo formalmente um poder de decisão, permitem à União Europeia agir como uma instância de avaliação e de regulação das políticas nacionais (Nóvoa, 2005, citado por Fontoura, 2008; Barroso, 2005). Trata-se do exercício de uma regulação transnacional que é também exercida pelos “países centrais” introduzindo constrangimentos de natureza política, económica, geoestratégica, entre outros.

De acordo com Barroso (2005), uma outra forma de regulação transnacional é exercida por organizações como a UNESCO, a OCDE, a União Europeia, o Conselho da Europa e a Fundação Soros, com abundantes programas de cooperação e investimento que sugerem diagnósticos, metodologias, soluções a que devem recorrer os especialistas dos vários países, sempre que são solicitados por entidades nacionais a pronunciarem-se sobre determinado assunto. Como explica Schriewer (citado por Barroso, 2005, p.68) esta é uma forma de legitimar medidas implementadas (porque decorrem de estudos educacionais de um campo académico), justificar valores e ideologias e imputar o eventual fracasso de reformas.

Por outro lado, o *hibridismo* da regulação nacional no modo como as autoridades públicas exercem a coordenação, o controlo e a influência sobre o sistema educativo é fruto da mistura de diferentes lógicas e dissonâncias entre discursos e práticas na definição e na acção educativa, manifestando-se essencialmente a dois níveis:

a) Nas relações entre países, pondo em causa a aplicação directa de modelos construídos e importados dos “países centrais” e a existência de uma relação linear e hierárquica de uns países sobre outros;

b) Na utilização, no mesmo país de modos de regulação procedentes de “modelos” distintos, nomeadamente “regulação pelo Estado” e “regulação pelo Mercado”, visível, por exemplo, nas estratégias e práticas de controlo (próprias de uma regulação burocrática e centralizada) e simultaneamente pela promoção da descentralização e da autonomia institucional (própria da auto-regulação pelo mercado) (Barroso, 2005, p. 70).

Uma terceira tendência, a “micro-regulação local” remete para um complexo jogo de estratégias, negociações e acções, de vários actores. Podendo ser considerada como um processo de coordenação da acção, quer ao nível dos serviços da administração desconcentrada ou descentralizada com intervenção directa ao nível local, quer em grupos de interesse organizados ou não em associações formais, a micro-regulação local resulta do confronto, da interacção, negociação ou compromisso de diferentes interesses, lógicas, racionalidades e estratégias, numa perspectiva vertical entre “administradores” e “administrados”, e numa perspectiva horizontal, entre os diferentes ocupantes dum mesmo espaço.

Em síntese, assiste-se a uma tentativa de “modernização administrativa” assumindo o Estado um perfil mais técnico e menos burocrático e cada vez mais definidor de objectivos, fomentador e gestor de mecanismos de avaliação e de prestação de contas (Barroso, Carvalho, Fontoura, & Afonso, 2007) e a uma tendência cada vez maior para a redução de poderes dos professores, do papel e da intervenção dos sindicatos e um reforço da monitorização externa e controlo social. Parece assim observar-se um declínio do modelo burocrático-profissional que combina uma regulação estatal, burocrática e administrativa, com uma regulação profissional, corporativa e pedagógica, o qual dominou a regulação do sistema educativo em Portugal e noutros países europeus durante grande parte do séc. XX. Paralelamente parece ocorrer o surgimento de novos e variados modos de regulação, associados ao desenvolvimento de formas pós-burocráticas de coordenação.

Capítulo 2: As Agendas e o Espaço Público

A definição das políticas é uma actividade assente em ideias. Ideias para olhar os problemas como problemas, ideias para os resolver, famílias de ideias, visões do mundo. Mas não é apenas isto.

MARIA DE LURDES RODRIGUES, 2010

Como se deverá organizar a sociedade civil no sentido de pressionar os partidos políticos a oferecerem produtos políticos que tenham em conta o longo prazo e a sobrevivência do país? Este é um dos pontos essenciais das políticas públicas dos nossos dias.

JOÃO BILHIM, 2008

Uma definição clássica, exacta e completa de política pública é uma tarefa difícil, pois variam na sua natureza e amplitude. Se uma perspectiva coloca a tónica na resolução de problemas outra, mais abrangente, integra tudo quanto possa ser actividade do governo. Para Clarke E. Cochran *et al.* (1999, citado por Birkland, 2005, p.18), a política pública refere-se tanto às acções do governo como às intenções que determinam essas acções, constituindo o resultado de uma luta, ao nível da governação, sobre *quem* obtém o *quê*. Do ponto de vista de Dye (1992, citado por Birkland, 2005, p.18), política pública diz respeito a todas as opções do governo, ou seja, é tudo aquilo que o governo escolheu fazer ou não fazer. Para Charles Cochran e Eloise Malone (1995, citado por Birkland, 2005, p.18), política pública consiste nas decisões políticas de implementação de programas para alcançar objectivos sociais. Nagel (1980, citado por Bilhim, 2008, p. 101) é da opinião que a “política pública compreende as decisões governamentais destinadas a resolver problemas”. Na perspectiva de Anderson (1984, citado por Bilhim, id. Ibid.), “a política pública diz respeito à acção do governo e dos funcionários públicos destinada a lidar com um determinado problema”.

Segundo Parsons (1995), a acção pública comporta também uma componente simbólica, pois não limita a sua actuação à resolução de problemas que lhe são exteriores, mas também constrói problemas e faz crer que age perante os seus adversários. Neste sentido, a acção pública tem tanto de *agenda marketing* quanto de *agenda setting*.

Qualquer que seja a perspectiva, o aspecto comum reside no papel central que é atribuído ao governo. No entanto, em muitas áreas deixou de fazer sentido, como afirma Bilhim (2008), pensar, actualmente, as políticas públicas como resultado de um processo de decisão do governo, embora este não deixe de ser um actor e em certos casos com muito peso. Certo é que “as políticas públicas que guiam a sociedade são o resultado de um conjunto de interacções complexas envolvendo múltiplos grupos de interesses”, pressões supranacionais e diferentes pontos de vista de análise das causas e de prefiguração dos modos de acção (Bilhim, 2008, p. 102).

Estudos recentes, referidos por Lascoumes (2009), no âmbito da sociologia da acção pública, sobre a construção dos problemas públicos e a sua colocação em agenda decisional governamental colocam maior ênfase na categorização dos factos sociais, nos constrangimentos particulares da colocação em política de um problema ou ainda nos processos pré-decisionais. Estes trabalhos, desenvolvidos, entre outros, por J. Gusfield (1981), P. Garraud (2000), Stone (1989), M. Bevir e Rhodes (1999), O. Filleul (1996), L. Mathieu (2003), Lascoumes (1996), J. Lolive (1997), referidos por Lascoumes (2009, p. 77 e sgs.), põem em causa não só a liberdade dos actores governamentais nas tomadas de decisão, como também questionam a *naturalidade* dos problemas sociais e a neutralidade da política pública, pois nem sempre um problema social resulta numa política com vista à sua resolução, actuando os actores sociais muitas vezes mais em função dos seus interesses, do que em função do interesse geral, apesar de muitas vezes o invocarem como princípio de actuação.

Importa aqui, desde já, distinguir um *problema público* de um *problema político*. Se um público emerge quando as consequências de comportamento colectivo afectam um corpo suficientemente grande de pessoas, um problema torna-se *público* quando chama a atenção, gera controvérsias e assume uma amplitude que obriga os actores sociais a sentirem que *algo tem de ser feito*. A mediatização pela comunicação social assume um papel importante ao fazer eco dos debates, ao dar visibilidade a depoimentos, ao mostrar imagens e testemunhos. Por outro lado, um problema é do foro *político* quando uma autoridade pública o insere na sua agenda de acção, isto é, quando a solução encontrada é da competência pública. Segundo M. Edelman (1991, citado por Lascoumes & Le Galès, 2009, p.70), a existência de controvérsias sobre a extensão do problema, as suas causas e os efeitos produzidos, são condições necessárias para um problema ser assumido por uma autoridade pública.

Abordaremos neste capítulo as políticas públicas como um conjunto de decisões tomadas por actores governamentais, mas construídas mediante um processo social imbricado que envolve múltiplos

actores que lutam no espaço público em torno de uma causa e de interesses nem sempre fáceis de apreender, procurando influenciar a opinião pública e a agenda política.

2.1 A Agenda Política

De acordo com Bilhim (2008, p.113), “a formulação de políticas públicas tem de lidar com três tipos de interesse: o interesse nacional, o interesse público e o interesse geral”. O interesse nacional é garantido a partir da Constituição da República Portuguesa, pelas entidades a quem a mesma Constituição confere legitimidade para o efeito, nomeadamente o Governo. O interesse público, menos ambicioso que o interesse nacional, é “expressamente previsto na lei, como configurando objectivos, critérios, factores, ou quaisquer outros elementos, ditos de “interesse público”.” (id., ibid.). O interesse geral decorre de imperativos de cidadania nas sociedades democráticas, nomeadamente a garantia por parte do Estado de um sistema de saúde ou de educação acessível a todos.

Numa perspectiva *institucionalista tradicional* a análise das políticas públicas limita-se a uma análise legal e formal das instituições, enquanto burocracias, uma vez que a iniciativa da política pública cabe inteiramente ao poder político face ao “suposto” poder das instituições para moldar o comportamento dos indivíduos. Por sua vez, a teoria da *escolha pública* (*Public Choice*), do final dos anos 1970, apresenta uma abordagem do tipo economicista, defendendo exactamente o oposto: é cada indivíduo, face ao seu interesse egoísta na procura da sua máxima satisfação, que influencia a decisão política. O interesse pessoal, egoísta, é uma característica natural do ser humano. (Stiglitz, 2000, p. 56). Assim, os indivíduos actuam, “tendo por base os seus interesses pessoais, egoístas, quer actuem como agentes económicos no mercado, quer como cidadãos na esfera pública.” (Bilhim, 2006, p. 44). Esta última teoria, com base neste pressuposto, vai servir de base aos novos modelos de administração e gestão pública, em vigor desde os anos 1980. Os novos modelos de governação (*governance*) “vão incentivar a redução da intervenção do Estado na economia, a intervenção do Estado de bem-estar-social, a introdução do espírito de gestão privada (*business*) nos serviços em que, por não haver interesse do mercado, o Estado continuará a assegurar.” (Bilhim, 2006, p. 38).

Na perspectiva de Bilhim (2006, p. 46), “a teoria da escolha pública ao facultar um quadro de referência da acção política e burocrática permitiu uma tomada de consciência das elites, dos *media* e dos cidadãos de uma forma geral, sobre o funcionamento dos governos e das administrações públicas.” Não se trata de saber se o interesse público é melhor servido por um Estado executor ou se por um

Estado organizador do jogo estratégico de actuação dos diversos actores, mas antes, a de converter súbditos em cidadãos completos, estabelecer uma relação duradoura entre governantes e governados, de tal forma que os governantes ajam, genuinamente, em nome do povo e prestem contas ao povo pelos seus actos. A questão da agenda política e a formulação das políticas públicas necessita portanto, no entender de Bilhim (2008), de uma abordagem sociológica e fenomenal.

A agenda política é fixada com base no binómio procura dos cidadãos – oferta dos actores políticos, sendo que a predominância de cada um dos pólos varia ao longo do processo, desde a sua génese até à sua implementação. Caso contrário, não seria possível compreender como governos, quer com maioria parlamentar quer em situação minoritária, fazem cedências a grupos de interesse, contrariando o programa de Governo e agindo, por vezes, no imediato ou a curto prazo, abandonando decisões a longo prazo (Bilhim, 2008).

Do ponto de vista de Bilhim (2008), como deve a sociedade civil proceder de forma a influenciar os actores políticos a apresentarem políticas que tenham em conta o longo prazo e a sobrevivência do país, é uma questão fundamental, o que passa por reformular o papel do funcionário público e o papel do governo na definição de um quadro legal e político de actuação das diversas redes de actores e parceiros, na protecção do interesse económico e no garante dos princípios democráticos e de equidade/coesão social.

2.2 Processos de Construção dos Problemas Públicos

Lascoumes & Le Galès (2009) atribuem um papel fundamental no processo de construção dos problemas públicos e na sua colocação em agenda política a um conjunto diversificado de actores que existem a montante dos actores políticos que designam por “empreendedores de causa”. Estes actores consideram o processo de categorização dos factos sociais fundamental para um determinado assunto entrar em agenda. Os “empreendedores de causa” embora não tendo um papel tão visível quanto os actores políticos são determinantes na construção dos problemas públicos. São os que assumem os custos iniciais da acção colectiva. “Empreendedores qualificados e astuciosos” é a expressão utilizada por N. Fligstein para identificar os grupos e indivíduos que são chamados a redefinir os interesses colectivos e a inventar os meios de acção. “Eles transformam, assim, o quadro cognitivo de percepção de um assunto e os modos de intervenção como legítimos” (Lascoumes & Le Galès, 2009, p. 71),

influenciando as decisões públicas e as audiências públicas (*media*, opiniões), com o objectivo de legitimar e fazer reconhecer os seus interesses. São estes actores que interpretam os factos sociais ou as situações nas quais estão envolvidos, atribuindo um sentido a uma dada situação considerada como problemática. Categorizam e qualificam o problema condicionando quer os actores protestatórios quer as autoridades públicas a perceberem a realidade.

Os actores da sociedade não são os únicos empreendedores de causa. Os actores políticos assumem por vezes este papel, apropriando-se de problemas sociais para os inscrever na agenda política. Nestas situações passa-se directamente do facto social para a agenda política.

Os trabalhos de P. Haas (1992, citado por Lascoumes & Le Galès, 2009, p.73) dão conta de um outro grupo de empreendedores colectivos designados por *comunidades epistémicas*. Estas comunidades são formadas por profissionais e especialistas com competência reconhecida num determinado domínio, que fornecem teorias ou informações pertinentes para a política. Originários de campos institucionais e socioprofissionais diversos, como por exemplo, os campos económico, académico, mediático, político, associativo, produzem conhecimento, preparando e antecipando de certo modo as decisões políticas. As interações entre empreendedores oponentes entre si são fundamentais e desempenham um papel estruturante. Neste processo de negociação e conflito, centrado no processo de significação, alguns dos OM mais empreendedores, ou considerados brilhantes personalidades, influenciam, com os seus artigos de opinião, o modo como os destinatários organizam a sua imagem mental do ambiente, atribuindo-lhe um significado e conduzindo-os a uma interpretação que varia, já naturalmente, de indivíduo para indivíduo, consoante a sua estrutura cognitiva e quadro de valores.

A construção social de um problema público implica a mobilização de um conjunto de actores num espaço concorrencial que o tomam como causa sua, isto é, que o (re)definem, lhe atribuem uma causa, uma responsabilidade e uma reivindicação. Este processo desenvolve-se num espaço dinâmico em que um conjunto de actores, integrando principalmente agentes políticos, económicos, intelectuais, cientistas e outros peritos, se confrontam com vista a impor os seus interesses, a influenciar as decisões e impor os meios de acção a empreender. Alguns actores chamam “arena” a este espaço de confrontação e debate em torno de uma causa, de um assunto ou tema de ordem política. Neste espaço público cada grupo de actores procura, através do discurso e da argumentação, “elevar” o problema, tornando-o mais geral ou menos circunscrito a um facto social de modo a relacioná-lo com valores e princípios que conduzam à sua categorização apropriada.

Numa mesma linha, Serra (2004, p. 152 e sgs.) mostra através dos trabalhos desenvolvidos na área da educação por Willard (1983), Jóhannesson (1991, 1998) e Maton (2000), como “o campo intelectual ferve de disputas críticas, de confrontos argumentativos no seio do qual os agentes lutam pela imposição da respectiva perspectiva tendo em vista uma espécie de “hegemonização linguística” ou

“dominação simbólica”.” Por exemplo, nos trabalhos realizados em torno do ensino primário na Islândia e centrados nas polémicas e conflitos discursivos entre *pré reformistas* e *reformistas*, ou seja entre resistentes e adeptos da reforma educativa concebida e levada a efeito pelo poder político a partir da década de 1960, Jóhannesson (citado por Serra, 2004) verificou que tanto uns quanto outros accionaram determinadas estratégias discursivas ao abrigo de certos princípios legitimadores com o objectivo de converter as ideias educativas em capital simbólico ou, seja, tirar proveitos simbólicos no cômputo das lutas educativas, políticas e sociais.

Mas mesmo as diferenças epistémicas ou intelectuais não desembocam necessariamente em conflitos discursivos. Tal cisão só adquire expressão se os agentes utilizarem os argumentos da sua eleição num sentido social e politicamente vantajoso através, por exemplo, do cruzamento entre a escola de pensamento ou do paradigma com o qual o agente se identifica e o seu conjunto de filiações e os seus compromissos sociais. Assim, os discursos teóricos sobre a educação devem ser analisados de vários pontos de vista: como estratégias discursivas de actores que ocupam uma determinada posição social no espaço público e como conhecimento produzido por indivíduos comprometidos com determinados princípios legitimadores (Serra, 2004).

Estudos referidos por Lascoumes (2009, p. 81) sobre a construção dos problemas públicos e a sua colocação em agenda decisional, os quais analisam em particular os constrangimentos inerentes à tradução política de um dado problema, procuraram compreender como é que uma mobilização chega a adquirir visibilidade suficiente e capacidade de interpelação, de tal modo que actores, que inicialmente não estavam interessados no assunto, tomam posições e argumentam a favor ou contra. Estes estudos deram origem a dois tipos de trabalhos sociológicos: uns focando as controvérsias e outros dando ênfase aos movimentos sociais. Estes últimos, desenvolvidos por O. Filleul (1996) e por L. Mathieu (2003), centram a sua atenção nas condições que explicam o impacto de actores protestatórios que, fora das organizações clássicas, como sindicatos e partidos, contribuem para renovar o debate político e transformar um assunto desprezado em assunto de interesse público, bem como nos processos de constituição de identidades colectivas, da construção e o sentido do “nós” que impulsionam a acção política organizada e os meios de se estabelecerem e desenvolverem esses movimentos sociais. Estes novos actores estratégicos complexificaram as dinâmicas de mudança exigindo novos desafios no processo de governação e construção das políticas, nomeadamente a necessidade de garantir a legitimidade pública (Guerra, 2006, p. 18)

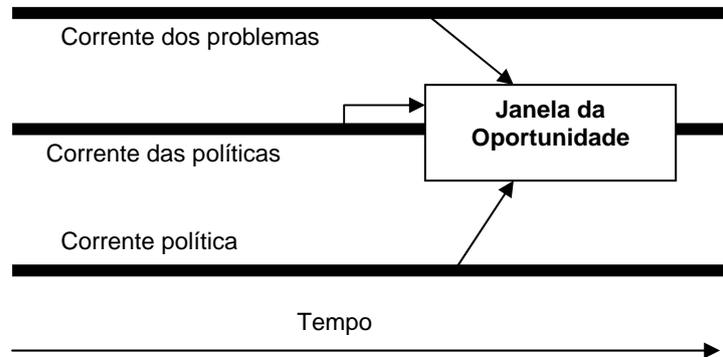
A sociologia das controvérsias, que se demarca duma focalização central nos actores para ter em consideração as situações ou acontecimentos em redor dos quais se dispõem os actores e concentrando-se nas suas actividades de posicionamento e ajustamento, considera os *momentos de controvérsia* relevantes numa democracia participativa. Na perspectiva de Lascoumes (2009, p. 81), os trabalhos desenvolvidos por J. Lolive (1997) e por Y. Barthe (2006) vieram reforçar a importância de

factores não humanos no desenvolvimento destes movimentos. São momentos de aprendizagem que enriquecem as posições dos actores e renovam o seu quadro cognitivo, momentos onde se apreciam as componentes de um problema, podendo culminar na produção de acordos entre as diversas partes, nomeadamente a diversidade das dimensões a ter em consideração. Deste modo, a colocação na instância política de dado um assunto é um processo dinâmico que se desenvolve no seio de controvérsias e conflitos discursivos, através dos quais se constrói uma representação, uma imagem da realidade sobre a qual se pretende intervir.

Uma terceira série de estudos sobre o processo de construção dos problemas públicos coloca a tónica nas relações entre as reformulações dos problemas sociais e as decisões públicas consequentes, isto é, nas condições necessárias para que a inscrição na agenda pública resulte numa acção política concreta. John Kingdon, em 1984, com seu livro *Agendas, Alternatives and Public Policies* contribuiu significativamente para a compreensão do processo de colocação em agenda (*agenda-setting*) de determinado assunto. Concebeu um modelo que designou por “Janela da Oportunidade”. Segundo este autor, o espaço político pode ser analisado como a combinação de três dinâmicas de mudança de um dado assunto (Figura 1) em que, embora independentes umas das outras, há um momento, o da “janela da oportunidade”, onde convergem. A dinâmica da *identificação dos problemas* (identificação e categorização), que leva os governantes a darem atenção a certo assunto ao invés de ignorá-lo, é alimentada pelas mobilizações, acontecimentos específicos ou resultados de uma avaliação. Do ponto de vista de Kingdon, para esta corrente de mudança contribuem três factores: *indicadores* (medidas e relatórios) eventos ou acontecimentos e *feedback ou resultados* de acções desenvolvidas. A corrente de mudança das políticas públicas é preenchida por análises e projectos de especialistas, de empreendedores de causa, de comunidades epistémicas e de grupos de interesse que investem recursos em determinada ideia com vista a um futuro proveito ou vantagem. Este movimento, para vingar, obedece a critérios como sejam, ser tecnicamente plausível, ser compatível com os valores dominantes na comunidade e ser capaz de antecipar constrangimentos na sua operacionalização. Por último, a corrente de mudança propriamente política, que funciona praticamente separada das restantes, é trazida pelos actores decisórios em função das conjunturas políticas, mas sempre influenciada pela opinião pública, acção de grupos de interesse politicamente organizados, alterações governamentais, ou pela construção de consensos (Parsons, 1995, p. 192 e sgs.; Birkland, 2005; Lascoumes & Le Galès, 2009).

FIGURA 1: A METÁFORA DAS CORRENTES DE JOHN KINGDON

Fonte: Birkland (2005, p.226)



A colocação em agenda pública e o seu culminar na agenda política decisional é assim um processo que exige um trabalho contínuo de pressão e envolvimento. Para que os actores governamentais considerem uma situação como problemática e merecedora de atenção é necessário que seja considerada do interesse geral. O problema precisa de ser (re)qualificado de forma a ser inserível no domínio da competência governamental, integrável nas suas posições ideológicas e nos compromissos assumidos em instâncias superiores, nacionais ou supra nacionais.

2.3 O Papel dos *Media* no Processo de Construção de Problemas Públicos

A deslocação da análise das políticas para a esfera da análise da acção pública amplia o cenário das políticas públicas, permitindo o alargamento do campo de actores e das formas de organização, relativizando o papel do Estado e a alteração do papel dos actores públicos a nível institucional formal. “As políticas públicas não decorrem de processos lineares resultantes dos níveis decisoriais da esfera do Estado, mas são antes o resultado evolutivo de processos de decisão interactivos”, como afirma Guerra (2006, p. 42). Assim, também no campo da educação

as políticas da educação não se circunscrevem às medidas políticas ou às decisões dos governantes e da administração. Devem ser entendidas como espaços comunicacionais e sociais nos quais se exprimem e interagem diferentes concepções e modos de relação com o

mundo educacional. Consequentemente, têm de ser observadas a partir de múltiplos pontos de sua produção e ancoragem: nos documentos oficiais e oficiosos, (...) nos textos de comissões, nos estudos ou relatórios (...), nos lugares de mediação, nomeadamente na imprensa periódica não especializada, etc. (Barroso, Carvalho, Fontoura, & Afonso, 2007, p. 8).

O confronto e o conflito entre actores com posições divergentes é um espaço de construção de referenciais, de imagens da realidade sobre a qual se deseja intervir, construindo-se e reformulando-se as políticas. Neste espaço participam actores públicos e privados com vista à delimitação dos problemas, à construção de uma representação e à obtenção de determinados *ganhos*. Actores inseridos em contextos sociais organizados, como os sindicatos, novos movimentos sociais, associações profissionais, OM, entre outros empreendedores, participam nos debates públicos, emitem opiniões fundamentadas e têm capacidade para influenciar o percurso das políticas. Tanto uns como outros utilizam os meios de comunicação, nomeadamente a imprensa escrita, para construir na sociedade novas realidades, novos referenciais, influenciar a opinião pública, conseguir a atenção dos próprios *media* e influenciar a agenda política.

Os meios de comunicação constituem uma verdadeira mediação universal. Pierre Muller (1995, citado por Pina, 2007, p.106) define essa mediação como um processo “ao redor de dois binómios”: o binómio dimensão cognitiva/dimensão normativa; e o binómio campo intelectual/campo do poder. Enquanto processo de produção de sentido a construção de um novo referencial, que articula diferentes níveis de percepção do mundo que se inter-relacionam entre si (valores, normas, algoritmos e imagens) é, ainda na perspectiva do mesmo autor, simultaneamente um processo de produção de conhecimento e de produção de normas, onde o papel dos mediadores é o de descodificar o mundo, tornando-o inteligível, recodificando-o, definindo objectivos e acções destinadas a acelerar a sua transformação. Por outro lado, a produção de sentido está intimamente relacionada com a estruturação de um campo de forças, pelo que, num processo de mediação, estamos sempre em presença de um fenómeno de construção de interesses por parte de vários grupos sociais.

Através dos meios de comunicação conhecemos a realidade mas, para Innerarity (2006) e McCombs (2009), esta realidade que nos é dada a conhecer pelos *media* é uma realidade em segunda mão, construída, trabalhada, pelo que, para compreender o mundo contemporâneo, é necessário compreender que o que está em jogo não é tanto a verdade, mas o exercício de um conjunto de funções sociais como a estabilidade, o entretenimento, a absorção da insegurança ou a criação de uma *boa consciência* (Innerarity, 2006). Pelo seu lado, McNair (2003) atribui cinco funções principais aos *media* nas sociedades “ideal-tipo” democráticas:

informar os cidadãos do que está a acontecer; vigiar o poder político contra os abusos do exercício do poder; educar para a compreensão e significado dos factos; providenciar uma plataforma para o discurso público político, facilitando a formação da opinião pública, incluindo a provisão de espaço para a expressão do descontentamento [...] e dar publicidade às instituições governamentais e políticas (Figueiras, 2008, p. 154).

Neste sentido, os *media* são uma peça-chave na construção de referenciais da opinião pública, entendida como produto da comunicação e da interacção social, contribuindo para a expressão e aprofundamento do espaço público.

2.3.1 O Espaço Público e a Opinião Pública

O conceito de espaço público, como lugar onde os problemas são assinalados, interpretados e discutidos, tem a sua origem na *polis* grega, a *ágora*, ou a praça pública onde os assuntos da vida pública ou do governo da cidade eram discutidos abertamente. O espaço público é, para Habermas (1993), um espaço onde as opiniões das pessoas privadas, não pertencentes às instituições do poder político, se constroem livremente através de um processo racional e crítico de debate e cuja lógica condutora é a da *publicidade*. Na opinião de Silveirinha (2004) o espaço público, nesta perspectiva, impõe a cada um a abstracção dos seus interesses e motivos particulares levando a adoptar um ponto de vista desinteressado e colectivo nas questões relevantes do interesse geral.

É ao longo do século XVIII que o espaço público liberal se define como espaço simbólico de mediação entre o Estado e a sociedade civil (Figueiras, 2005). No centro desta transformação encontra-se a Burguesia, grupo social proveniente do povo e ligado ao comércio, que sentindo-se excluída do universo da Corte, cria a sua própria esfera de actuação, dando origem aos salões e aos cafés oitocentistas. É neste espaço público liberal que surgem os primeiros jornais, como fonte de informação mas também de crítica e opinião. Estes contextos funcionavam como um instrumento para a discussão pública dos interesses que os esclarecidos tinham em comum, relacionados com a cultura e a política. O conceito de opinião pública emerge, assim, associado à *publicidade*, à crítica, à opinião de um colectivo, de uma comunidade, da sociedade, ao interesse público e à vontade geral (Habermas, 1993; Silveirinha, 2004; Figueiras, 2005).

Porém, do ponto de vista de Sennett (1995, citado por Figueiras, 2005) o espaço público burguês como um domínio de interacção discursiva em que os cidadãos se juntam para submeter as acções e as políticas do Estado à crítica e debate racional, como o descreve Habermas, é uma imagem demasiado homogénea do público burguês. No decorrer do século XVIII, surgem os clubes e salões em paralelo com os cafés. Os salões divergem dos cafés pela selectividade imposta aos seus membros. Para Sennett, os oradores e a plateia são escolhidos e mais importante do que aquilo que é dito, é quem o diz.

A capacidade de convencer a plateia passa pela capacidade de conferir credibilidade ao discurso. As capacidades expressivas do orador, bem como a capacidade de emocionar a plateia, são as características mais valorizadas. [...] O discurso público, nomeadamente o político, torna-se um discurso marcadamente personalizado pelo conjunto de emoções que acarreta (Figueiras, 2005, p. 27).

No final do século XIX assiste-se à falência de uma esfera pública liberal e à implementação da democracia de massas e de um novo princípio para a opinião pública. As massas penetram no espaço público fazendo-se representar em associações, partidos políticos e na Imprensa. A participação política é, no entanto, limitada às elites e às classes dirigentes. Com a crescente industrialização das sociedades aparecem novos movimentos a exigirem representação social a par da representação política individual existente. Surgem os *líderes de opinião* que ocupam um espaço onde circulam as opiniões *quase públicas*. Estas são opiniões de privilegiados e enquanto reconhecidas pelas instituições não conseguem estabelecer uma comunicação verdadeiramente recíproca com a massa desorganizada do público (Habermas, 1993, p. 257).

As modificações da esfera pública provocadas pelas inovações técnicas na comunicação, na informação, e o facto de se instituírem em redor de instituições democráticas representativas, conduziram à privatização do público (o privado irrompe no espaço público e é nele cultivado como tal), à politização do privado (os grandes problemas públicos são hoje em dia problemas ligados à vida privada), a uma tendência para a acção política e a um crescente desinteresse pelo bem comum e o interesse geral.

A constituição de um poder democrático robusto passa por uma circulação do poder entre as instituições e acções de política formal, normalmente entendidos como o Estado e a sociedade em geral, constituída por associações empresariais, sindicatos, organizações privadas, igrejas, novos movimentos sociais e grupos de interesse público. A relação entre os actores institucionais da política e o público em geral é fundamental. Os públicos informais concorrem para a formação de uma opinião

pública, tendo de identificar novos problemas num processo não deliberativo e sem constrangimentos de decisão. A zona deliberativa da esfera pública cabe aos representantes eleitos ou nomeados que têm a seu cargo as tomadas de decisão, tendo que dar soluções justificadas e legítimas aos problemas de forma a gerar soluções cooperativas.

É pois igualmente necessário que tanto as zonas formais como as informais da esfera pública se liguem a outros sistemas da sociedade. A zona informal liga-se à formal dando oportunidades aos cidadãos de participarem juntos no discurso político, de expandir as fronteiras das soluções possíveis a questões de contencioso e a permitir a formação de opinião num ambiente não coercivo livre de constrangimentos de mercado (Silveirinha, 2004, p. 226).

Um aspecto a realçar neste processo é a importância fundamental de formas organizadas da sociedade civil que impedem que o espaço público seja subvertido. Elas chamam a atenção para a necessidade de discutir e pensar os problemas sociais e fazem pressão para que sejam tomadas medidas adequadas por parte do poder político. “Estas formas organizadas de sociedade civil são auxiliadas pelos *mass media* que transmitem preocupações gerando um debate público que se reúne em “opiniões públicas definidas topicamente”.” (Habermas, 1996, citado por Silveirinha, 2004, p.228).

Segundo Ferry (2001, citado por Innerarity, 2006, p. 15), “o espaço público já não é somente o lugar da comunicação de cada sociedade consigo própria mas também o lugar de uma comunicação entre sociedades diferentes umas das outras”, problema acrescido, decorrente da formação de espaços globais não delimitados. Uma certa nostalgia pela inexistência de uma *ágora* para a política mundial é trazida por diversos autores e interpretada por Innerarity como um sinal da necessidade de repensar e ampliar o espaço público normativo. Este

já não pode ser adequadamente gerido no âmbito limitado dos estados nacionais [...] há que passar das comunidades nacionais para os espaços de globalização, pensando em como deve ser a política para um mundo comum e de que modo a política pode continuar a fornecer a gramática dos bens comuns, de maneira que ela seja, nos novos cenários e em dimensões que ainda não conhecemos, o governo dos assuntos públicos (Innerarity, 2006, p. 26).

Neste contexto e no que diz respeito à Europa, Serra & Marques defendem a necessidade da criação de um espaço público europeu que permita integrar as diferentes comunidades civis dos vários

Estados membros, sendo que os *media* desempenhariam nesta edificação um papel essencial “na construção de uma “cultura”, de uma “cidadania” e de uma “identidade europeia”.” (no prelo, p. 7). Na mesma linha, para Innerarity “a Europa representa um projecto interessante porque é um laboratório para a nova definição do bem comum, o espaço público, mais além da soberania tradicional e no contexto da nova complexidade social” (2006, p. 70).

2.3.2 A Opinião Pública e os Processos de Agendamento

Segundo Habermas é através da publicidade crítica que a sociedade constrói significados relevantes para a comunidade com vista ao bem comum e em torno de questões do interesse geral. Luhmann (1992, citado por Figueiras, 2008, p.154 e sgs.) apresenta uma outra concepção da comunicação, decorrente da improbabilidade desta acontecer devido essencialmente a três obstáculos: (1) dificuldade de compreensão (a individualização de cada um determina a sua capacidade de compreender o outro); (2) a atenção do receptor e a sua incapacidade de fazê-lo interessar-se por uma determinada informação; (3) a dificuldade de alcançar o objectivo desejado. Quando estes factores acontecem em conjunto, o que acontece na maioria das vezes, a comunicação torna-se ainda mais improvável. Para contornar esta improbabilidade da comunicação Luhmann apresenta a tese da *simplificação da comunicação* através da *tematização*, reestruturando o conceito oitocentista de opinião pública: esta “já não é fruto da livre discussão de opiniões sobre temas, mas da actividade selectiva exercida pelos meios de comunicação que atribuem determinada relevância a um conjunto de temas na comunicação pública.” (Figueiras, 2008, p. 157 e sgs.).

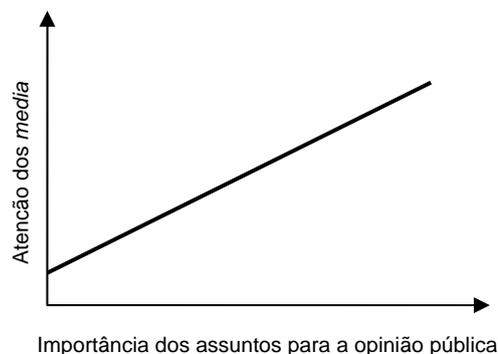
Ralph Negrine (1996) faz a distinção entre “opinião pública” e a percepção que a opinião pública tem de si própria. O autor considera que a opinião pública existe, seja mediatizada ou não. Mas no seu entender a percepção de uma opinião pública é construída pelos *media*, isto é, torna-se “na opinião pública institucionalizada, dominante, cristalizada como sendo a verdadeira opinião pública” (Figueiras, 2005, p. 33). Este processo de cristalização é suportado não em opiniões públicas espontâneas, mas numa opinião pública construída somente a partir de pontos de vista já em circulação. A opinião pública não é o que as pessoas pensam, mas o que as pessoas acham que as outras pensam. De acordo com o ponto de vista deste autor, bem como de autores que partilham o *princípio da espiral do silêncio* de Noellee-Neumann, desenvolvida nos anos 1980, a opinião promovida pelos *media* é encarada pelos indivíduos como a opinião maioritária, a dominante, não dando espaço a pontos de vista alternativos. Esta corrente, considera que quem discorda da opinião mediatizada tende a assumir um de dois comportamentos: “ou abandona a sua perspectiva em benefício de um sentimento de

pertença (com uma elevada gratificação emocional, um conforto psicológico), ou tende a calar-se e a entrar numa espiral de silêncio, fazendo com que, de facto, a opinião com maior visibilidade, se torne a opinião dominante” (id., p.37).

Existem duas outras correntes, inseridas no paradigma dos efeitos cognitivos que reflectem sobre a influência dos *media* na construção da opinião pública: a “hipótese da *agenda-setting*” e a “hipótese do distanciamento”, desenvolvidas nos anos 1970 nos Estados Unidos. Tendo como dado adquirido que os meios de comunicação influenciam o modo como o destinatário organiza a imagem mental do meio ambiente, sendo esta feita em função da estrutura cognitiva de cada indivíduo, a primeira corrente, proposta por McCombs e Shaw, defende que os meios de comunicação definem o calendário dos acontecimentos e hierarquizam-nos para o público (Parsons, 1995; McCombs, 2009). Consequentemente, a centralidade atribuída a um assunto condiciona a percepção social da sua importância. O que os meios de comunicação fazem é esquematizar os acontecimentos, determinar o que acontece no âmbito do que parece possível e até quanto acontece. Eles “institucionalizam certos temas, concentram a atenção em determinados assuntos e estruturam inicialmente o espaço público” (Luhman, 1971; Habermas, 1990; Marcinkowski, 1993, citado por Innerarity, 2006, p.100).

FIGURA 2: IMPACTO DA ATENÇÃO DOS MEDIA NA OPINIÃO PÚBLICA

Fonte: Esquema adaptado de Parsons (1995, p. 113)



Baumgartner & Jones (2002, citado por Birkland, 2005, p. 94) fazem notar que quanto mais os *media* cobrem intensiva e negativamente um assunto (do ponto de vista dos grupos debaixo de escrutínio), mais a opinião pública pressiona no sentido da procura de solução para o problema. Desta forma, os meios de comunicação são não só uma forma de acesso à informação, mas também uma forma de influência e pressão política.

A segunda corrente, “hipótese do distanciamento” defendida por Tichenor, Donohue e Olien, centra a sua tese nas desigualdades sociais que os *media* reforçam e acentuam pelo facto de a educação, a motivação, o interesse social e o interesse próprio serem fundamentais na apropriação das mensagens

dos *media*, rejeitando assim, a teoria segundo a qual a totalidade do público dispõe das mesmas oportunidades de exposição aos diversos *media* ainda que garantida a universalidade dos acessos aos mesmos (Figueiras, 2005, p. 37).

As teorias sobre o papel dos meios de comunicação na formação da opinião pública, desenvolvidas nos anos 1970, vieram dar continuidade aos trabalhos de Paul Lazarsfeld, Robert Merton, Katz, entre outros investigadores da *Escola de Columbia*, nas décadas de 1940 e 1950. Estes autores mostraram que a “comunicação de massas” (veiculada pelos meios de comunicação) não tinha a eficácia necessária e suficiente para modificar por si só as atitudes ou os comportamentos do público, como se acreditava na altura. Ao invés, as relações interpessoais, exerciam uma influência significativa na mudança de opinião pública.

A maior fraqueza epistemológica das teorias inseridas no “paradigma dos *efeitos limitados*” defendido pelos investigadores da *Escola de Columbia*, residia, segundo Breton & Proulx (2006), na definição demasiado restrita do conceito de *efeitos*, pois limitava-se aos *efeitos esperados*, sendo que assim, os ditos *perversos*, não poderiam ser antecipados. A concepção de mensagem tinha suposta “uma intencionalidade que visava influenciar a curto prazo (em vez de o longo prazo) as opiniões (no lugar do contexto cultural e ideológico) dos indivíduos (ao invés das instituições ou da comunidade)” (Breton & Proulx, 2006, p. 149). No âmbito daquele paradigma, Lazarsfeld e Katz elaborariam ainda a hipótese do “fluxo comunicacional em dois tempos”, a qual consistia em admitir a possibilidade de existência de *líderes de opinião* que seleccionariam e filtrariam as mensagens a difundir pelos meios de comunicação e que desempenhariam o papel de mediadores entre os meios de comunicação e o público (Breton & Proulx, 2006).

Para Ralph Negrine (1996, citado por Figueiras, 2005, p. 32), “os *media* são um elo fundamental entre o público, a opinião do público e o processo de decisão do Governo”. Estudos mais recentes, referidos por Figueiras (2005) apontam para a dificuldade em definir com clareza quem coloca um assunto na agenda pública, dada a dificuldade em definir com exactidão os critérios que levam um determinado assunto ao agendamento no espaço público. Segundo a autora “o consenso estrutura-se no reconhecimento da inter-relação entre a Agenda Pública, a Agenda dos *media* e Agenda Política como determinantes para a permanência de um tema no Espaço Público” (Figueiras, 2005, p. 36)². Alguns desses estudos foram desenvolvidos por exemplo por Roger e Dearing (1987, citado por Parsons, 1995, p.114) que apontam para a necessidade de distinguir três tipos de agenda: *media*, pública e políticas e, contrariamente à teoria de *agenda-setting* de McCombs, este é um processo interactivo.

² Face, por exemplo, a uma dependência da indústria dos *media* do financiamento do Estado, a possibilidade de subversão das dinâmicas democráticas é uma ameaça.

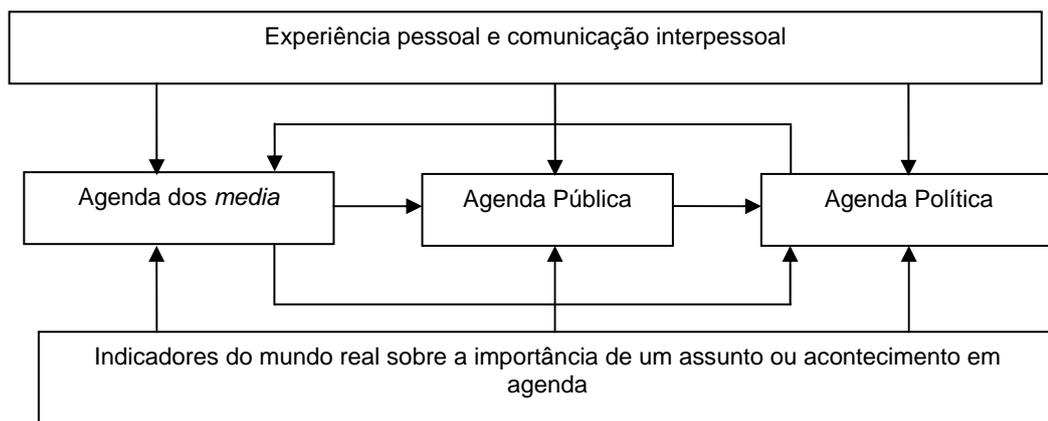
Sem dúvida, os *media* influenciam a agenda pública, tal como McCombs e Shaw afirmam, mas a agenda pública tem impacto na agenda política tal como a agenda dos *media*. Contudo, em determinados assuntos, a agenda política tem um considerável impacto na agenda dos *media*. Esta, por sua vez, é moldada pelo impacto dos acontecimentos e assuntos do “mundo real”. (Parsons, 1995, p. 114).

Em boa verdade, e na opinião daqueles autores, o papel dos acontecimentos no processo de agendamento requer uma maior investigação.

Em 1993, McQuail e Windahl (citados por Parsons, id., *ibid.*), apresentaram um modelo mais completo e mais complexo do processo de agendamento que tem em consideração os argumentos de Rogers e de Dearing (Figura 3). Neste estão representados os diferentes tipos de efeito e de *feedback*. A imagem que o esquema transmite é a seguinte: no momento dos acontecimentos mais significativos, os três mundos, os *media*, o público e o grupo responsável pelas políticas públicas (actores governamentais, especialistas, ...), ficam totalmente permeáveis a influências exteriores. O processo de agendamento tanto pode ser intencional como não, e tanto pode ser iniciado pelos *media* como pelos políticos, não excluindo também a possibilidade do público afectar a agenda dos *media*.

FIGURA 3: MODELO DE AGENDAMENTO (AGENDA-SETTING) DE ROGERS E DEARING

Fonte: Adaptado de McQuail e Windahl (Parsons, 1995, p. 115)



2.3.4 O Espaço “opinião” da Imprensa Escrita

O espaço “opinião”, como habitual secção temática de discussão de questões públicas da imprensa escrita é, utilizado por jornalistas, politólogos, professores universitários, investigadores, dirigentes e militantes partidários, membros do governo e outras reconhecidas personalidades públicas. Estes agentes que frequentemente acumulam prestações em diversos campos sociais, académicos, culturais e políticos, podem ser designados de um modo geral por OM. Aquele espaço surge de modo mais visível, sob designações como: “Editoriais”, “Espaços Público”, “Colunas de opinião”, “Opinião”, mas também, sob a forma de “Cartas do leitor”, “Cartas ao director”, quando preenchidos por leitores ou cidadãos comuns, com interesse em determinados assuntos. É um espaço onde domina a dimensão crítica, a manifestação directa de opinião, contrapondo-se à dimensão noticiosa dos jornais, a qual remete para os factos e acontecimentos. Por outras palavras, o espaço “opinião” é um espaço onde agentes investidos de um certo volume de um capital económico, cultural, social ou simbólico lutam pela dominação simbólica, traduzida por exemplo, pela influência na opinião do público, da agenda pública, política ou da própria agenda dos *media*. Com empenho, fervor, maior ou menor convicção, argumentam de acordo com os seus interesses, utilizando esquemas argumentativos mais ou menos complexos, em função do público a que as suas palavras se destinam.

A circunstância de um conjunto significativo de OM ser originário do campo académico, se encontrar frequentemente em lugares-chave da sociedade e ocupar lugares em diversos campos de poder, investe estes agentes de um poder simbólico que lhes confere prestígio. Simultaneamente, com o seu vasto domínio da interpretação da realidade social, convertem conhecimento em poder através das suas práticas e estratégias discursivas sendo capazes de condicionar, construir e reconstruir essa mesma realidade. O espaço “opinião” é, segundo Figueiras (2005), reconhecido pelos próprios *media* como um espaço dos privilegiados, ou seja, daqueles que possuem autoridade para difundir publicamente as suas opiniões, sendo assim, na sua opinião, ocupado por agentes com um percurso ou actividade profissional reconhecidamente significativa. Por outro lado, a participação no espaço “opinião” de determinadas personalidades públicas, como OM, é do ponto de vista do meio de comunicação, uma forma de o valorizar socialmente, com vantagens evidentes que daí advém.

2.3.5 O *Ethos* e a Argumentação no Discurso

Na opinião de Hansotte (2008, p. 96), a legitimidade da sociedade civil e as posições que assume baseiam-se no rigor dos seus métodos de intervenção, de reflexão e de orientação para o interesse geral, onde a qualidade dos processos de argumentação desempenha um papel fundamental.

O discurso, enquanto elemento estrutural do espaço público, organiza-se na perspectiva de D. Stone (1988, citado por Lascoumes & Le Galès, 2009), em torno de quatro componentes que desempenham um papel central na legitimidade da construção de um problema público: a *explicação analítica*, a *apresentação de casos-exemplo*, a *utilização de metáforas* e o *uso da ambiguidade nos argumentos* que transmitem significações múltiplas. Por exemplo, Serra & Marques (*no prelo*) salientam ainda, como estilos e estratégias de argumentação utilizadas pelos actores no espaço público, a evocação de uma autoridade, eventualmente normativa e reguladora, para justificar determinado ponto de vista ou a ênfase em determinados aspectos do problema em detrimento de outros e a utilização de valores partilhados por outros.

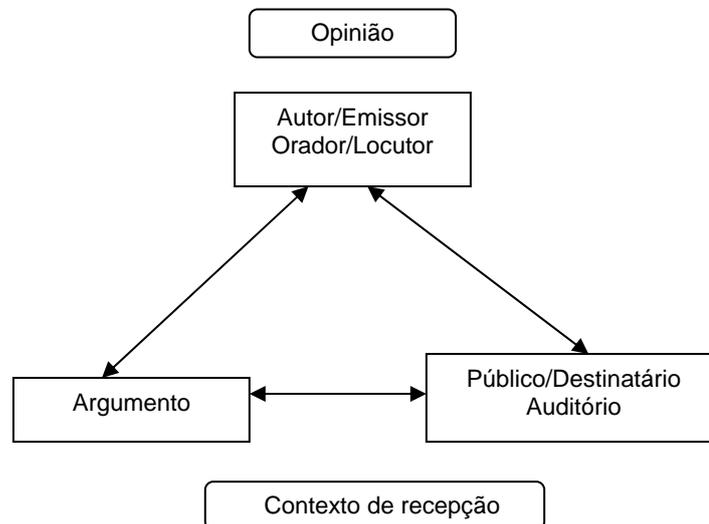
Philippe Breton (2006) distingue, por seu lado, quatro grandes famílias de argumentos: os argumentos que se apoiam numa *autoridade* positiva ou negativa, própria ou exterior, pessoa ou instituição, aceite pelo(s) destinatário(s) que o autor/locutor propõe ou critica; os argumentos pela *identidade/comunidade* que apelam a pressupostos comuns, as crenças, os valores partilhados pelo público a que se destina; os argumentos por *analogia* que empregam figuras clássicas como a exemplificação, metáforas e analogias e os argumentos por *enquadramento da realidade*, isto é os argumentos que apresentam a realidade de um certo ponto de vista, valorizando uns aspectos em detrimento de outros a fim de fazer sobressair a legitimidade de uma opinião.

Segundo Tönnies (1979, citado por Silveirinha, 2004, p. 104), nos jornais a luta de opiniões é uma luta por uma opinião do público, isto é, por indivíduos que abraçarão a opinião publicada como a sua, identificando-se com ela, e que por isso, a apresentarão como sendo a “sua” opinião. A transformação de uma opinião num argumento em função do público a que se destina é o objecto da argumentação. Esta última tem como objectivo modificar o contexto de recepção. Assim, argumentos diferentes podem ser utilizados para comunicar uma mesma opinião.

Podemos sintetizar o processo da comunicação argumentativa utilizando o esquema seguinte, proposto por Philippe Breton (Figura 4)

FIGURA 4: ESQUEMA DA COMUNICAÇÃO ARGUMENTATIVA

FONTE: Adaptado de Breton (2006, p. 20)



Para exercer uma influência sobre o destinatário³, o emissor⁴, ou o portador da palavra escrita ou oral, procura adaptar-se àquele, possuir uma ideia da forma como é visto, da autoridade ou da legitimidade que lhe é reconhecida pelo destinatário. A importância atribuída ao autor da palavra na argumentação, a imagem de si, o *ethos* que este constrói no seu discurso com vista à eficácia da sua palavra, tem sido objecto de estudo desde as antigas retóricas. Na retórica aristotélica, o *ethos* representa a forma como o orador se apresenta no interior do seu discurso, a sua personagem, as suas qualidades morais e intelectuais. Para Isocrates, (436-338 a.C., citado por Amossy, 2009, p.71), contemporâneo de Aristóteles, o *ethos* prende-se essencialmente com a reputação prévia, com o “nome” do orador; não se trata da forma como este se dá a conhecer no seu discurso, mas diz respeito ao que o auditório já conhece de si, da sua virtuosidade, o que dá força à sua argumentação e convence o auditório.

A questão da autoridade moral, ligada à pessoa do orador e à forma de se comportar na vida, continuou a ser factor preponderante no discurso de argumentação durante a época clássica. O *ethos* era visto como “costumes oratórios”. Na retórica clássica, as dimensões extra-verbais do orador

³ Não distinguiremos, salvo quando expressa a diferença, o destinatário (em sentido lato), do auditório, do público, significando de um modo geral aquele ou aqueles que “recebem” a mensagem ou aqueles a quem o discurso se destina, apesar do acto discursivo implicar sempre interactividade entre o enunciador e o co-enunciador.

⁴ Não distinguiremos, salvo quando expressa a diferença, o autor do emissor, do orador ou do locutor, significando, de um modo geral, aquele que tem a palavra seja oral ou escrita, o enunciador.

englobam aspectos que se prendem com o estatuto social e institucional e com questões de moral: a celebridade, a reputação, o estatuto, o prestígio, as qualidades próprias, a personalidade, o modo de vida e o exemplo que dá pelo seu comportamento.

Mais recentemente e no âmbito das ciências da linguagem, Benveniste (1974, citado por Amossy, 2009, p.73) retoma, em parte, a retórica de Aristóteles. Para este autor, o *quadro figurativo*, termo que utiliza no lugar de *ethos*, está ligado à noção de enunciação, isto é, à forma pela qual o locutor mobiliza a língua e a faz funcionar. A imagem de si é apreendida através das formas verbais que a constroem. Ducrot (citado por Amossy, 2009, p.74) retoma a noção de *ethos*, distinguindo no interior do discurso o locutor do enunciador, que é a fonte das posições expressas no discurso. Analisar o lugar do locutor no discurso é, assim, estudar o aspecto que lhe conferem as modalidades da sua palavra e não examinar o que ele diz sobre si próprio. É portanto, o locutor enquanto fonte da enunciação que se veste de certas características e quem, em consequência, torna esta enunciação admissível ou recusável. O *ethos* surge assim, ligado ao locutor (Amossy, 2009).

Dominique Maingueneau (1993, citado por Amossy, 2009, p.75) retoma as noções de *quadro figurativo* de Benveniste e de *ethos* de Ducrot, no desenvolvimento da sua teoria sobre análise do discurso. O locutor não diz, por exemplo, que é honesto, ele demonstra-o através da sua maneira de se exprimir. A imagem de si, do locutor, é construída em função das exigências de vários cenários que o discurso deve integrar harmoniosamente (Maingueneau, 2009a, 2009b).

Também aqui, segundo Amossy (2009, p.79), a sociologia de Pierre Bourdieu procura as fontes de eficácia do discurso fora dos seus limites. Este autor confere uma importância primordial à autoridade prévia do orador. O princípio da eficácia da palavra não está no conteúdo propriamente linguístico, mas nas condições institucionais da sua produção e da sua recepção, isto é, na adequação entre a função social do locutor e o seu discurso. Bourdieu propõe uma reinterpretação da noção de *ethos*, no quadro do conceito de *habitus*, ou conjunto de disposições duradouras adquiridas por um indivíduo no decurso do seu processo de socialização. “Enquanto componentes do *habitus* o *ethos* designa para Bourdieu os princípios interiorizados que guiam a nossa conduta sem o sabermos; o *hexis* corporal refere-se, no seu entender, às posturas do corpo, igualmente interiorizadas” (Amossy, 2009, p. 79).

Na opinião de Amossy e de outros autores, no âmbito da análise argumentativa, mais útil que analisar se a força de persuasão vem da posição exterior do orador/enunciador ou da imagem que ele próprio constrói no seu discurso, é ver como o discurso constrói um *ethos* fundando-se em dados pré discursivos diversos.

Com efeito, é a imagem que o locutor constrói, deliberadamente ou não, no interior do seu discurso que constitui a componente da força elocutória, força da acção que modifica as

relações entre os interlocutores. Estamos no plano do *ethos* discursivo [...] Todavia, a imagem elaborada pelo locutor apoia-se em elementos pré existentes, como seja a ideia que o público faz dele antes da tomada da palavra, ou na autoridade conferida pela sua posição ou estatuto. Estamos no plano prévio ou pré discursivo (Amossy, 2009, p. 79).

Em suma, o *ethos* prévio ou a imagem que o auditório pode fazer do locutor antes do discurso é elaborado com base no papel desempenhado pelo orador no espaço social, funções institucionais, estatuto e poder que lhe conferem legitimação mas, também, com base na representação colectiva ou no estereótipo que circula sobre si. Assim, a imagem que o locutor projecta de si próprio faz uso dos dados sociais e individuais prévios e contribuem decisivamente para a força da sua palavra. Ao nível discursivo, o locutor trabalha os modelos inscritos no discurso e a imagem que este projecta de si próprio no seu discurso, bem como a forma como ele integra os dados pré discursivos.

Tal como o auditório, o *ethos* é tributário de um imaginário social que se alimenta de estereótipos da época. A imagem do locutor está necessariamente presa a modelos culturais pelo que o estudo do *ethos* de um locutor contemporâneo necessita de dados situacionais.

2.3.6 Os Quatro Elementos Estruturantes do Espaço Público

Os *agentes*, as *vozes*, os *temas* e os *contextos* foram os quatro elementos do espaço público abordados neste capítulo. Eles são, de acordo com Serra & Marques (no prelo), os elementos estruturantes ou os componentes do espaço público (Figura 5).

O actual espaço público, enquanto instância simbólica de enunciação onde a sociedade civil se manifesta encontra-se, virtualmente, aberto a todos os cidadãos. Neste espaço, ético e político, como afirma Hansotte (2008, p.74), grupos de cidadãos, também por vezes designados por *empreendedores de causa*, mobilizam-se em torno de causas construídas a partir de acontecimentos significativos, relatados ou vividos, situações conflituais que adquirem expressão para uma comunidade, tornando um problema de *todos* o problema de *alguns*. “Numa relação e numa acção não constringidas por uma tutela económica ou estatal, defendem interesses universalizáveis para além da sua fixação particular, graças à mediação dos espaços públicos locais ou não” (Hansotte, 2008, p. 75).

FIGURA 5: ELEMENTOS ESTRUTURANTES DO ESPAÇO PÚBLICO

Fonte: Adaptado de Serra & Marques (no prelo, p. 2)

AGENTES Adesão Posições ideológicas	TEMAS Problemas Tensões Situações inquietantes
VOZES Estilos de argumentação Perspectivas do conhecimento Discurso analítico e crítico	CONTEXTOS Tradicionais e mediatizados (velhos e novos <i>media</i>)

Fazer surgir uma sociedade civil cidadã, virada para o interesse geral, representa uma aposta democrática essencial e ao mesmo tempo consensual e conflitual, pois implica alterações na vida social contemporânea, na perspectiva de Hansotte (2008).

Com o surgimento dos novos meios de comunicação tais como a *Internet*, *websites* e *blogues*, o espaço público tem vindo a sofrer transformações que poderão tornar mais efectiva a participação do cidadão comum na discussão dos problemas que afectam a sociedade. Contudo, Hansotte (2008, p. 77), assinala este aspecto como um dos quatro riscos de enfraquecimento do espaço público. Segundo esta autora, o facto da evolução dos meios de comunicação social facilitarem a comunicação à distância em tempo real, impedem ao mesmo tempo a maturação necessária ao debate. Os restantes riscos estão relacionados com os seguintes aspectos: i) a evolução dos Estados, que tendem a privilegiar aspectos técnicos, instrumentais e financeiros; ii) a obsessão de segurança que “obrigam” a erguer fortalezas sociais prejudiciais à criação de novas práticas de coesão social; iii) a “hipertrofia da vida privada onde a relação com os outros e o mundo se vive a partir da sala via ecrã de televisão e onde o compromisso numa esfera social orientada para o bem comum e o interesse geral é para muitos secundário ou até mesmo ausente” (Hansotte, 2008, p. 78).

Sem dúvida, os meios de comunicação quer consideremos os *novos media* como os *media tradicionais* ocupam actualmente um espaço privilegiado como instância de formação e enunciação de uma vontade política, na medida em que desempenham um papel fundamental na mediatização do espaço público, na construção e formação da opinião pública. Eles são, numa sociedade democrática, uma

forma de preservar os valores que lhe estão subjacentes, enquanto espaço aberto à participação do cidadão na acção pública e como vigilante do poder político, económico e social.

Neste capítulo, demos particular importância ao espaço “opinião” - secção da imprensa - dedicada ao debate em torno de *temas* geralmente controversos, onde participa um público muito específico, que apresenta a sua perspectiva, utilizando um discurso de valor crítico e, na opinião de Patterson (2003, citado por Figueiras, 2008), cada vez mais frequentemente de valor apelativo. Este espaço tem sido ocupado predominantemente por políticos, jornalistas, economistas, intelectuais, entre outros especialistas. Estes *agentes*, na sua grande maioria, são portadores de uma autoridade e credibilidade, constituem um património valioso, e são individualidades muito requisitadas, como afirmam Figueiras (2008). Estas características conferem-lhes poder e legitimidade para debaterem os assuntos no espaço público e, além disso, na opinião da mesma autora, fornece-lhes “o poder de influência junto dos centros de decisão”. Não raramente participam, em simultâneo, em mais do que um contexto (rádio, televisão, jornais, revistas, *websites*, blogues). Intervêm como OM, usando estratégias discursivas, mais ou menos complexas, em função dos seus interesses e do interesse geral procurando influenciar a opinião pública e o poder político.

Capítulo 3: A Avaliação de Professores em Portugal (2007-2009) - Primeiro Ciclo de Implementação de uma Política Pública

A importância histórica de uma determinada resolução não é decidida pelo seu protagonista mas pelo ulterior curso dos acontecimentos, cuja interpretação é missão dos historiadores.

DANIEL INNERARITY, 2010

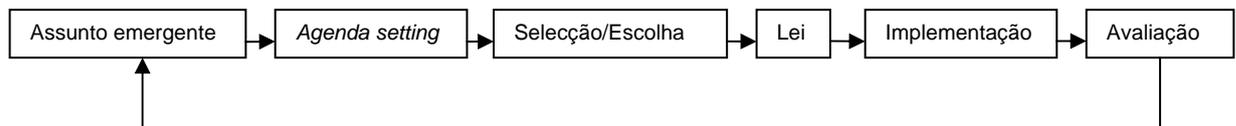
No capítulo anterior abordámos, à luz de teorias que foram sendo referenciadas, os processos de construção das políticas públicas dando ênfase aos processos de transformação dos problemas públicos em processos de agendamento. Neste capítulo abordaremos, ainda que de uma forma sucinta, os processos de construção das políticas públicas sob o ângulo da sua implementação, para em seguida nos centrarmos no processo de implementação do Novo Modelo de Avaliação de Educadores de Infância e Professores do Ensino Básico e Secundário inserido nos novos modos de regulação e descentralização da acção do Estado. Fá-lo-emos com uma preocupação fundamental: apresentar uma perspectiva das controvérsias e dos momentos de contestação amplamente divulgados e debatidos nos meios de comunicação, que antecederam e sucederam às negociações que decorreram durante o primeiro ciclo de implementação (2007-2009) entre sindicatos e actores governamentais.

3.1 Implementação - Um Processo em Evolução - Teorias

Se os primeiros modelos ilustrativos do processo de construção das políticas identificavam as fases do processo de construção das políticas como sequencias e praticamente independentes (Figura 6), sabe-se hoje que uma política raramente tem princípio e fim e com muita frequência as suas fases interpenetram-se mutuamente.

FIGURA 6: MODELO DAS FASES DO PROCESSO DE CONTRUÇÃO DAS POLÍTICAS

Fonte: Adaptado de Birkland (2005, p. 225)



No entanto, é possível identificar as características principais de cada uma das fases, sendo a implementação a não menos importante pois por vezes o fracasso das políticas reside especialmente nessa fase ou momento.

Negligenciada pelo plano político e relegada ao papel da administração, a análise científica da implementação teve o seu primeiro desenvolvimento com a publicação dos estudos de Martha Derthick (1972) e de Pressman & Wildavsky (1973). Do ponto de vista destes autores, trata-se de um processo de interacção entre o estabelecimento de objectivos e a acção desenvolvida com vista a atingi-los. É essencialmente uma capacidade para “criar ligações” com vista a colocar a política em acção. Assim, os objectivos da política devem ser claramente definidos e compreendidos, os recursos devem ser colocados à sua disposição, a cadeia de comando deve ser capaz de reunir e controlar os recursos e o sistema deve ser capaz de comunicar efectivamente e controlar os indivíduos e as organizações envolvidas na tarefa (Parsons, 1995, p. 464). Estes estudos, que vieram despoletar a atenção da comunidade académica para o processo de implementação, estiveram na origem de vários modelos interpretativos, entre os quais se encontram o modelo de Christopher Hood (1976) assente na noção “top-down” e outros baseados na noção “bottom-up”. Daremos destaque ao modelo de Christopher Hood (1976) pois permite visualizar claramente a diferença entre estas duas noções contrastantes. Apresentaremos ainda os modelos de Lewis e de Flynn (1978;1979), e o de “política-acção” que

remete para as teorias do comportamento organizacional que consideram as organizações como entidades sem objectivos, no sentido racional, mas como parte do processo de resolução de problemas (ligando-os às soluções).

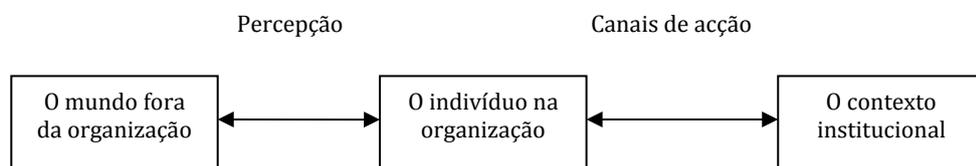
O modelo de Christopher Hood (1976) tem muito em comum com a construção do tipo ideal de burocracia de Weber. Segundo Parsons (1995), este modelo estabelece cinco condições para uma implementação poder ser considerada perfeita, a saber: i) uma organização com uma delineação clara de autoridade; ii) normativos reforçados e objectivos definidos; iii) pessoas a fazerem exactamente o que lhes é dito e pedido; iv) comunicação perfeita dentro da organização e entre unidades da organização; v) inexistência da pressão do tempo.

Este modelo racional do processo de implementação de uma política foi alvo de críticas nomeadamente, os de Lipsky (1977) que colocou o problema no facto desta teoria ver a política como um *input* e a implementação como um trivial acto administrativo.

As teorias que seguem a noção “bottom-up” consideram a implementação como um processo de negociação e construção de consensos que envolve dois contextos: i) capacidade de gestão e cultura das organizações envolvidas na implementação da política pública e ii) ambiente político no qual desenvolvem o seu trabalho, implicando sempre uma margem de à-vontade na forma dos agentes *street-level* aplicarem a política. O processo de implementação de uma política à luz destas teorias permite uma interpretação e aplicação a circunstâncias específicas. (Parsons, 1995, p. 469)

Lewis e Flynn (1978,1979), por seu lado, construíram um modelo comportamental que apresenta a implementação como a acção de indivíduos que é condicionada pelo ambiente exterior à organização da qual eles fazem parte e pelo contexto institucional na qual são impelidos a agir.

FIGURA 7: MODELO DE LEWIS E FLYNN
(Fonte: Parsons, 1995, p. 471)

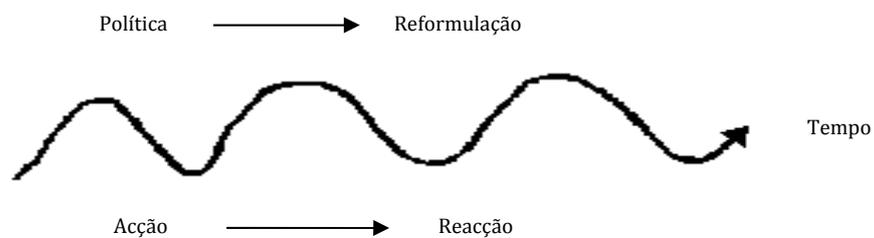


Dizem estes autores (Lewis & Flynn, 1978, citados por Parsons, 1995, p. 472) que “na realidade existem divergências entre os objectivos da política e as metas a atingir; ideias vagas, ambiguidade e

incerteza na operacionalização; procedimentos complexos; inconsistência entre os poderes e os problemas existentes; e conflito resultante da participação pública, de grupos de pressão e de divergências políticas”, sendo que o que guia a acção nem sempre são os objectivos da política mas, por exemplo, o que é exequível em determinadas circunstâncias. Nesta linha de pensamento situam-se as ideias de Barrett e de Fudge (1981, citados por Parsons, 1995, p. 472) que interpretam a implementação como um “*continuum* política-acção” “na qual um processo interactivo e negocial decorre entre aqueles que procuram colocar em prática a política e aqueles dos quais a acção depende” (Figura 8). Este processo envolve mais do que uma cadeia de comando, requerendo que se compreenda o caminho pelo qual os indivíduos e a organização percebem a realidade e a forma como estas interagem com outras com maior ou menor poder com vista ao alcance das metas.

FIGURA 8: POLITICA-ACÇÃO CONTINUUM

(Fonte: Parsons, 1995, p. 472)



O modelo política-acção mostra que uma política não é algo que acontece na “frente final” do processo político, mas é algo que “evolui” ou se “desenrola” (Parsons, 1995, p. 473).

3.2 O Novo Modelo de Avaliação de Educadores e Professores do Ensino Básico e Secundário

No quadro actual da reforma da administração pública e num contexto em que se exigem novas políticas para a melhoria dos indicadores de Portugal de modo a superar o défice de qualificação da população e as baixas taxas de sucesso escolar, o Ministério da Educação implementou novos elementos de regulação, com consequências significativas para a actividade docente. A criação de uma nova categoria profissional hierárquica, a introdução de provas de ingresso na carreira docente, a implementação de um novo modelo de gestão e administração escolar e um novo sistema de avaliação de desempenho dos docentes, foram algumas das medidas tomadas pelo XVII Governo Constitucional para melhorar a prestação dos serviços educativos e, simultaneamente, acompanhar o objectivo quantitativo da redução de custos e estabilização das contas financeiras do Estado. A dignificação da profissão docente, a promoção da auto-estima e motivação dos professores, através de um regime de avaliação que distinguisse o mérito, foram os argumentos apresentados pela equipa ministerial para aumentar o profissionalismo e o estatuto dos professores na sociedade.

Desde 1990 que a progressão na carreira dos professores dependia da antiguidade no serviço e de uma avaliação baseada na formação contínua e na apreciação do trabalho desenvolvido com base num relatório analisado por uma comissão do conselho pedagógico da escola. Após 2007, é implementado um novo modelo de avaliação concretizado nas dimensões profissional, social e ética, desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, participação na escola e relação com a comunidade e desenvolvimento e formação profissional ao longo da vida, consagradas no Decreto-Lei nº240/2001, de 30 de Agosto, que define o perfil geral de desempenho profissional do educador de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário.

À semelhança do sistema de avaliação criado para todos os funcionários públicos (SIADAP 3), este modelo, aprovado pelo Decreto Regulamentar nº2/2008, de 10 de Janeiro, termina com as promoções “automáticas” nos escalões da carreira e faz depender da avaliação a progressão na carreira, o vínculo e a renovação de contratos. Introduce factores de “meritocracia” com a atribuição de prémios para os desempenhos mais elevados, sujeitos no entanto a um sistema apertado de quotas.

As novas regras e a sua aplicação nas escolas públicas não foi pacífica. Durante cerca de dois anos, assistimos a um intenso processo de negociações e conflito entre os docentes e a equipa ministerial, trazendo para a esfera pública e política o discurso em torno do estatuto e a avaliação de professores. Na base do conflito estiveram os critérios de avaliação propostos, as condições materiais e humanas, a

metodologia de mudança proposta pelo Ministério de Educação e as condições de progressão na carreira.

3.2.1 Características do Novo Modelo de Avaliação

O modelo de avaliação regulamentado pelo Decreto-Regulamentar nº2/2008, de 10 de Janeiro, abrange todos os docentes integrados na carreira, com contrato ou em regime probatório, e é aplicado de dois em dois anos ou no final do contrato ou do período probatório. Tem por referência os objectivos e metas fixados no projecto educativo e no plano de actividades da escola e, por opção, no projecto curricular de turma bem como nos indicadores previamente estabelecidos pela escola, no que respeita aos resultados escolares esperados para os alunos e à redução das taxas de abandono escolar.

O modelo de avaliação estabelece três componentes de avaliação: auto-avaliação, avaliação por objectivos da competência da direcção executiva, avaliação por competências da responsabilidade do coordenador de departamento curricular (professor titular). O coordenador de departamento é avaliado na componente pedagógica por um inspector da educação. Os critérios de avaliação são os seguintes: nível de assiduidade e grau de cumprimento do serviço distribuído, progresso dos resultados escolares dos alunos, participação em projectos e actividades da escola, exercício de cargos de coordenação e supervisão pedagógica, realização de acções de formação contínua, apreciação pelos pais (facultativa), preparação e organização das actividades lectivas, realização das actividades lectivas, relação pedagógica com os alunos e processo de avaliação das aprendizagens dos alunos.

As classificações de *Excelente* (9 a 10), *Muito Bom* (8 a 8,9) e *Insuficiente* (1 a 4,9) estão sujeitas a conferência e validação por parte de uma comissão de coordenação de avaliação composta pelo presidente do conselho executivo/director e quatro professores titulares membros do conselho pedagógico. A aplicação de quotas (5 a 10% de “excelente” e 20 a 25% de “muito bom” dependente da avaliação externa das escolas) introduz uma selecção quantitativa, à semelhança do SIADAP 3, onde professores que preencham os requisitos podem não vir a obter essas menções, uma vez que há limite de atribuição. A progressão na carreira só é possível com a menção mínima de *Bom* (6,5 a 7,9). Dois períodos consecutivos com menção de *Muito Bom* ou de *Excelente*, encurtam o tempo de permanência num escalão. Classificações sucessivas de *Excelente* reduzem o número mínimo de anos necessários

para concurso a professor titular. A atribuição de *Insuficiente* em períodos consecutivos introduz mecanismos sancionatórios.

3.2.2 O Primeiro Ano de Implementação do Novo Modelo de Avaliação (2007/2008)

A 25 de Julho de 2007, ainda em fase de projecto, a Federação Nacional da Educação (FNE) classificava este modelo de avaliação de “insatisfatório”, “essencialmente burocrático” e “dependente de variáveis que lhe são exteriores” (*Público.pt*, 25-07-2007-17:42). Estando este diploma enformado em diplomas já anteriormente aprovados, (SIADAP e ECD) sem consenso negocial ou com consenso negocial parcelar entre sindicatos e ministério, juntamente com o carácter definitivo da reforma no sentido do mérito, avaliação individual e divisão da carreira admitido pelo Ministério da Educação, as margens de negociação tornaram-se mais reduzidas aumentando as divergências entre os sindicatos e o Ministério da Educação.

Publicado o Decreto Regulamentar nº2/2007, a 10 de Janeiro, a meio do ano lectivo, constata-se a impossibilidade prática das escolas cumprirem os prazos intermédios aí estipulados (*Agência Lusa, Público.pt*, 24-01-2008-14:48). São interpostas providências cautelares, por alegados erros no processo, cujo objectivo principal é suspender o processo de implementação (*Agência Lusa, Público.pt*, 04-02-2008-18:13). Os sindicatos de professores, em nova ronda de negociações com a tutela ministerial pedem o adiamento do processo de implementação e a sua aplicação apenas em regime experimental (*Agência Lusa, Público.pt*, 07-02-2008-17:25). Os partidos políticos exigem explicações e contestam o sistema de avaliação de professores, particularmente o CDS-PP que, a 19 de Fevereiro de 2008, pede a suspensão do modelo e apresenta sugestões de alteração a aplicar no ano lectivo seguinte. (*Agência Lusa, Público.pt*, 19-02-2008-18:55). O Ministério da Educação passa a mensagem que dá todo o apoio às escolas e que o processo não está parado. “É um modelo exequível, que respeita as melhores práticas internacionais, que os protege [aos professores], que lhes dá mais vantagens” referiu a titular da pasta da Educação, em entrevista à RTP1 (*Agência Lusa, citado por Público.pt*, 07-03-2008-10:00).

A ausência generalizada das novas regras de avaliação, as dificuldades no cumprimento dos prazos definidos pelo Ministério da Educação para a implementação do modelo e o alegado crescimento de uma rede de resistência em diversas escolas do país, levam os sindicatos de professores, agregados numa única frente: a auto designada Plataforma Sindical, a convocar uma manifestação nacional

(“Marcha da Indignação”) para 8 de Março de 2008, a qual contou com cerca de 100 mil professores. (*Agência Lusa, Público.pt*, 12-03-2008-17:34). Paralelamente, começam a tomar expressão movimentos não sindicais de professores insatisfeitos e resistentes ao modelo de avaliação em vigor (*Agência Lusa, Público.pt*, 01-03-2008-22:35,22:44). A Associação Nacional de Professores quebra o princípio de se manter afastada de organizações partidárias e manifestações sindicais “por estar em causa o interesse do País” (*Agência Lusa, Público.pt*, 27-02-2008-15:22).

A 10 de Março de 2008 a Agência Lusa (*Público.pt*, 10-03-2008-19:21) divulga que as escolas, através do Conselho de Escolas, órgão consultivo formado por 60 presidentes de conselhos executivos de escolas de todo o país, pedem o adiamento do processo de avaliação de desempenho por falta de maturação dos instrumentos, ausências de recomendações do Conselho de Coordenação da Avaliação de Professores (CCAP) e complexidade de todo o processo. O Ministério da Educação admite adoptar soluções flexíveis e introduzir correcções ao modelo, mas só no final do ano lectivo 2008/09 (*Agência Lusa, Público.pt*, 11-03-2008-20:16).

No entanto, a 8 de Abril de 2008, a Ministra da Educação e os sindicatos reúnem (*Agência Lusa, Público.pt*, 08-04-2008-20:26) e, apesar das divergências, acordam em alguns aspectos considerados essenciais para pôr termo à situação conflituosa que se instaurou, resultando, a 17 de Abril, a assinatura, por ambas as partes, de um *Memorando de Entendimento* (*Agência Lusa, Público.pt*, 17-04-2008-12:45). Em 2007/08 a avaliação dos docentes, efectuada apenas pela direcção da escola, tem em conta a ficha de auto-avaliação, a assiduidade, o cumprimento do serviço e a participação do docente em acções de formação contínua (Decreto Regulamentar nº11/2008, de 23 de Maio).

3.2.3 O Segundo Ano de Implementação do Novo Modelo de Avaliação (2008/2009)

Em Setembro de 2008, início de um novo ano lectivo, a resistência ao modelo aprovado em 2007, fortaleceu-se. Diversas escolas, por todo o país, suspendem ou solicitam a suspensão do modelo (*Agência Lusa, Público.pt*, 23-10-2008,14:10). A 8 de Novembro realiza-se nova manifestação de professores, convocada pelos sindicatos e por três movimentos independentes de professores, que contou com cerca de 120 mil professores, de acordo com a estimativa dos sindicatos (*Agência Lusa, Público.pt*, 08-11-2008,18:56). Presidentes de conselhos educativos das escolas reunidos em Coimbra pedem a suspensão do modelo e início de negociações, argumentando o clima de ruptura que se vive

nas escolas, a complexidade do modelo, de difícil objectividade e credibilidade, pois descentra o professor do desenvolvimento do ensino-aprendizagem e põe em perigo o clima de confiança e colaboração entre colegas (*Agência Lusa, Público.pt*, 13-11-2008,14:59). O Ministério da Educação mantém-se inflexível no seu objectivo de aplicar o modelo no presente ano (*Agência Lusa, Público.pt*, 12-11-2008, 15:32), mas em Novembro de 2008 inicia um processo de audição de parceiros sociais, especialistas e outras entidades (*Agência Lusa, Público.pt*, 18-11-2008, 22:33). Tomando uma posição radical, os sindicatos apenas cedem ao diálogo com o Ministério da Educação com o objectivo de suspender o modelo de avaliação e negociar outro (*Agência Lusa, Público.pt*, 19-11-2008, 10:56).

A 20 de Novembro é anunciada uma simplificação do modelo de avaliação como solução para o problema e resolução do conflito (*Agência Lusa, Público.pt*, 20-11-2008, 20:57). Alguns aspectos que foram alvo de alteração são: i) a garantia do avaliador ser da área disciplinar do avaliado; ii) a dispensa do parâmetro dos resultados escolares e das taxas de abandono; iii) a revisão e simplificação das fichas de avaliação e auto-avaliação, bem como os instrumentos de registo; iv) a dispensa das reuniões entre avaliadores e avaliados em caso de acordo tácito; v) a dependência da observação de aulas, a requerimento dos interessados, para a obtenção das menções de *Muito Bom* e *Excelente*; vi) a redução para duas o número mínimo de aulas a observar; vii) a compensação da sobrecarga de trabalho nos respectivos horários dos professores avaliadores. (Decreto Regulamentar nº 1-A/2009, de 5 de Janeiro)

Esta proposta foi recebida pelo partido CDS-PP e pelas confederações associativas de pais como um sinal de abertura por parte do Ministério da Educação. Os movimentos independentes de professores, sindicatos e outros partidos políticos consideraram que a questão se situava na natureza do modelo e continuaram a exigir a sua suspensão (*Agência Lusa, Público.pt*, 20-11-2008, 20:57). Os sindicatos e os movimentos, assumindo uma posição unânime e defensora do princípio da avaliação de desempenho, rejeitando no entanto as propostas deste Governo, mantêm até ao final do ano lectivo formas de luta que passam por greves, em particular às aulas assistidas, incentivo à não entrega de objectivos individuais por parte dos professores e pressão sobre os presidentes dos conselhos executivos que exigirem a fixação de objectivos individuais como condição para a avaliação, alegando a obrigatoriedade apenas da ficha de auto-avaliação (*Agência Lusa, Público.pt*, 19-01-2009, 19:35, 29-01-2009, 15:26).

Com a aproximação do processo eleitoral para as eleições legislativas, os partidos políticos apresentam o seu programa, dando ênfase particular ao sector da Educação. Vislumbra-se uma janela de oportunidade. Uma nova esperança surge: que o regime simplificado que, em Agosto de 2009, havia sido prorrogado por mais um ciclo (Decreto Regulamentar nº14/2009, de 21 de Agosto), não venha a ser mais aplicado e que o Estatuto da Carreira Docente venha a ser alterado. Pedro Rodrigues, presidente da Juventude Social-democrata, JSD, veio mesmo a afirmar em declarações a uma Rádio que, tal como Manuela Ferreira Leite já havia afirmado, “se o partido ganhar as eleições, o

actual sistema de avaliação dos professores é para suspender o mais rápido possível” (*Público.pt*, 11-09-2009, 11:54).

A 20 de Novembro, o projecto de resolução do Partido Social-Democrata (PSD) sobre a avaliação dos professores e o novo estatuto da carreira foi aprovado no Parlamento já sem maioria absoluta de um único partido. O diploma do PSD recomenda ao Governo o fim da divisão da carreira em duas categorias e a criação de um novo modelo de avaliação no prazo de 30 dias, além de defender que no primeiro ciclo avaliativo, que terminara a 31 de Dezembro de 2009, não deveria haver professores penalizados em termos de progressão na carreira devido a diferentes interpretações da lei (Sofia Rodrigues, *Público.pt*, 20-11-2009, 12:59).

O fim da divisão das carreiras resultou do compromisso assumido pelo Governo e, enquanto não foi criado um novo modelo de avaliação este modelo haveria de manter-se em vigor, no seu regime simplificado e, no ano lectivo 2009/10 só seria aplicado aos docentes contratados e aos técnicos especializados contratados. Aos docentes com vínculo que perfaziam o tempo de serviço necessário à progressão na carreira, durante o ano 2010, foi exigida apenas a auto-avaliação, à semelhança do que acabaria por ser exigido aos docentes que não fixaram objectivos em 2008/09 (Comunicação do Gabinete da Ministra, 19-11-2009, disponível em: http://www.min-edu.pt/np3content/?newsId=4420&fileName=Comunica_o.pdf, consultado em Maio de 2010).

Em síntese, sob a égide da necessidade de controlo da qualidade da prestação dos serviços educativos, assiste-se à introdução de esquemas renovados de avaliação de desempenho dos docentes que, num quadro de reforma administrativa, fazem emergir um novo tipo de controlo burocrático e obrigam à redefinição das identidades profissionais dos professores. Novas regras de avaliação de desempenho individual, que assentam em mecanismos que premeiam o mérito e a competitividade, justificados pela necessidade de maior eficiência, produtividade, racionalização de custos nos serviços numa lógica próxima da lógica do sector privado são aplicadas à escola pública. Com um grau elevado de burocracia nos procedimentos e a excessiva vertente quantitativa do trabalho dos docentes nos critérios de avaliação aliada a uma imposição de “fora para dentro”, o processo de avaliação implementado neste primeiro ciclo, levou sindicatos, professores e movimentos de professores a uma acção de resistência colectiva. O seu impacto nos meios de comunicação social levou a que actores que inicialmente não estavam interessados na questão do estatuto e da avaliação dos professores tivessem tomado posições e argumentassem a seu favor ou contra. Quer nos *media tradicionais*, como a imprensa escrita e a televisão, como nos *novos media*, particularmente nos *blogues*, assistimos a um intenso período de confronto e debate que levou um largo conjunto de agentes com interesse no assunto, entre os quais se encontram especialistas e personalidades públicas, a apresentarem as suas opiniões e posições argumentativas. A forte acção de contestação, que incluiu grandes manifestações e greves de professores, e um generalizado ambiente de tensão e

descontentamento nas escolas levou a tomar em consideração os prejuízos para a escola e para os alunos. Neste sentido, podemos considerar que a avaliação de professores transformou-se num problema ao mesmo tempo social, público e político.

Segunda Parte

Fazer Opinião para Induzir Políticas

A Discussão do Novo Modelo de Avaliação de Desempenho Docente na Esfera Pública (2007-2009)

Capítulo 1: Opções Metodológicas

Quando o trabalho de um investigador contribui para enriquecer e aprofundar as problemáticas e os modelos de análise, não é apenas o conhecimento de um objecto preciso que progride; é mais profundamente, o campo do concebível que se modifica.

RAYMAND QUIVY & LUC VAN CAMPENHOUDT, 2008

Neste capítulo apresentaremos a forma como vamos conduzir a investigação com vista a conhecer o discurso dos OM em torno do NMA. Trata-se portanto de recordado o seu objectivo principal, definir as questões que lhe estão associadas, definir o(s) método(s) de pesquisa, tratamento e análise dos dados recolhidos.

1.1 A Análise de Conteúdo e os *Novos Media*

Na opinião de Quivy & Campenhoudt (2008), as ciências sociais são metodologicamente capazes de diferenciar métodos diferentes usando abordagens qualitativas tão válidas quanto as quantitativas ou os métodos mistos. “A análise de conteúdo permite, quando incide sobre um material rico e penetrante, satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva, que nem sempre são facilmente conciliáveis” (p. 227).

Consoante o trabalho incida sobre certos elementos do discurso, sobre a forma ou sobre as relações entre os seus elementos, assim a análise de conteúdo se pode diferenciar em três grandes categorias: análises *temáticas*, análises *formais* e análises *estruturais*. Das análises *temáticas*, que nos interessam particularmente para a investigação que levaremos a efeito, fazem parte a análise *categorial* e a análise *de avaliação*. A análise *categorial* consiste em calcular e comparar as frequências de certos temas ou itens agrupados em categorias significativas. Já a análise *de avaliação* permite analisar o material segundo as atitudes de avaliação subjacentes, isto é, temas favoráveis ou positivos e temas desfavoráveis ou negativos. Como medida de atitudes, a análise *de asserção avaliativa* tem por finalidade medir as atitudes do locutor quanto aos objectos de que fala, considerando, assim “que a linguagem representa e reflecte directamente aquele que a utiliza.” Laurence Bardin (2008, p. 201).

Em boa verdade, os métodos de análise de conteúdo obrigam a um grande distanciamento do investigador relativamente a interpretações espontâneas e, em particular, às suas próprias, como afirmam Quivy & Van Campenhoudt (2008). Quaisquer que sejam os métodos que se utilizem, mais quantitativos ou mais qualitativos, é necessário ter em atenção os seguintes aspectos: i) nenhum dispositivo pode ser aplicado de forma mecânica; ii) os métodos devem ser escolhidos e utilizados com flexibilidade e adequados ao que se pretende medir ou validar; iii) os dados não constroem teorias.

Se o rigor é necessário, não é, no entanto, sinónimo de formalismo técnico. “O rigor não incide primordialmente sobre os pormenores da aplicação de cada procedimento utilizado, mas sim sobre a coerência de conjunto do processo de investigação e o modo como ele realiza exigências epistemológicas bem compreendidas” (Quivy & Van Campenhoudt, 2008, p. 234).

Actualmente, com a utilização cada vez maior dos *novos media* e a evolução contínua dos *sites* e blogues, coloca-se a questão da construção de abordagens metodológicas fiáveis e robustas que se apliquem a contextos em que se mistura de forma singular o efémero com o permanente. Os trabalhos recentemente desenvolvidos neste campo questionam a aplicação das abordagens tradicionais, utilizadas na investigação em Ciências Sociais, a contextos como os referidos. No cerne da questão está a multiplicidade de situações com que o investigador se depara. Por exemplo, na análise de um *site* podemos considerar o texto, a estrutura, as ligações internas e exteriores a outros *sites*, blogues, entre outras ligações possíveis. Na perspectiva de autores, como Schneider & Foot (2004), Berners-Lee (2000), Mitra (1999), Odlyzko (2001), a análise das ligações, num processo de investigação que recorre à análise de *sites*, é fundamental e, ao mesmo tempo, preocupante face, nomeadamente, à escassez de ferramentas analíticas para as entender.

Do ponto de vista de Schneider & Foot (2004, p. 118) a “análise da esfera *web* é uma estratégia analítica que, quando totalmente implementada, inclui a análise das relações entre produtores e utilizadores de materiais da *web*, bem como dos elementos estruturais dos *sites*, hipertextos, e as suas

ligações.” Nesta mesma linha, Herring (2010, p. 237) considera que qualquer análise de conteúdo da esfera *web* deve “incluir, no mínimo, os métodos que permitam a identificação sistemática dos padrões de ligação e do conteúdo das mensagens interactivas”, sendo que muitos trabalhos realizados em amplos contextos da *web* recorrem já, na sua opinião, a métodos exteriores à comunicação que se prendem com a utilização de técnicas informáticas aplicadas à análise de conteúdo relacionadas com a Linguística e com a Sociologia nomeadamente, o método de *análise do discurso mediada por computador* (ADMC) e os métodos de *análise de redes sociais* (ARS).

A ADMC tem sido aplicada à análise de *e-mails*, fóruns de discussão, *chats*, mensagens de texto, a certas formas de diálogo, bem como a monólogos em páginas *web* (id., *ibid.*, p. 238).

Os métodos de ARS estudam os padrões de conexões formados pelas hiperligações que por vezes são a essência da *web*. Neste tipo de análise, quantitativa e estatística, os *sites* podem ser considerados os *nós*, as ligações os *laços* e o emaranhado de ligações dentro e entre *sites*, as *redes*, como propõem Jackson (1997, citado por Herring 2010). A maioria dos métodos de ARS não se denomina análise de conteúdo. Mas, a *análise de ligações* como estuda a natureza da relação do *site* a que se conecta, desfaz as fronteiras rígidas entre estes dois métodos, uma vez que permite uma abordagem híbrida. Do ponto de vista de Park (2003) e Foot et al. (2003), referidos por Herring (2010), estas ligações são inscrições de escolhas comunicativa e estratégica por parte dos produtores do *site* e, por isso mesmo, são um elemento importante a considerar numa análise de conteúdo da *web* sobre determinado assunto.

A aplicação de métodos clássicos de análise de conteúdo aos blogues (documentos da *web* no qual as entradas – datadas - aparecem numa sequência cronológica inversa) nomeadamente, combinando a análise *temática* de conteúdo com a análise *de ligações*, tem-se revelado eficaz em algumas situações. No entanto, no entender de Herring (2010), alguns dos aspectos dos blogues que os diferenciam dos *media* tradicionais criam desafios à sua análise. No estudo efectuado sobre os métodos de pesquisa utilizados por diversos investigadores da esfera *web*, esta autora conclui a necessidade de ampliar o paradigma da análise de conteúdo o que, na sua opinião, poderá passar por dar uma interpretação mais ampla do conceito de *conteúdo* e pela reformulação das “noções tradicionais de análise de conteúdo, tais como unidades de análise comparáveis, sistemas fixos de codificação e amostragem aleatória, para ajustar os requisitos da pesquisa à *web*” (id., p.243). Na sua abordagem, a mesma autora considera como “conteúdo” tanto os temas, como os recursos, vínculos e intercâmbios, ou seja, tudo o que viabilize a comunicação. Esta forma de olhar o problema conduz à extensão do paradigma metodológico incluindo os métodos supra referidos, assim como outras técnicas que por ventura se venham a revelar adequadas às características de conteúdo da esfera *web* (Internet e outros conteúdos), a qual continua a evoluir em novas direcções.

1.2 O Modelo de Análise

A investigação que nos propomos levar a efeito centra-se no estudo do discurso elaborado por OM, actores proeminentes da sociedade e empreendedores de causa, sobre a política educativa relativa à avaliação de professores implementada pelo Ministério da Educação. Como vimos, desde 1990 que a progressão na carreira dos educadores de infância e dos professores do ensino básico e secundário dependia unicamente do tempo de serviço, da frequência com aproveitamento de módulos de formação e, na sequência de uma regulamentação de 1992, na avaliação de documento pessoal de reflexão crítica. A alteração desta situação implicou mudanças significativas na gestão e no clima organizacional das escolas. O primeiro ciclo de avaliação, que decorreu entre Janeiro de 2008 e Dezembro de 2009, caracterizou-se por um permanente conflito entre os professores e o Ministério da Educação em que os meios de comunicação intervieram assumindo um duplo papel, o de mediadores e o de mediatização. Durante cerca de dois anos o tema da avaliação de professores foi assunto tratado nos *media* sob a forma de informação, publicidade, debate ou opinião. Os mais variados actores manifestaram interesse nesta causa e argumentaram, a favor ou contra.

Esta investigação tem como objectivo principal conhecer a forma como o NMA foi analisado no espaço público durante o primeiro ciclo, isto é, analisar os discursos que foram construídos, mobilizados e se cruzaram na voz de OM em torno do NMA e perceber até que ponto os posicionamentos adoptados traduziram ou evidenciaram os campos de origem dos agentes e os seus interesses.

Tratando-se da análise do discurso produzido por agentes integrados nos *media*, a recolha de dados limitar-se-á a dados preexistentes à pesquisa, designadamente dados considerados secundários, existentes em jornais, revistas, debates televisivos, reportagens, entre outros. Esta opção conduz-nos preferencialmente⁵ para métodos qualitativos – análise de conteúdo - não invalidando o recurso a métodos quantitativos, como por exemplo, a determinação de frequências de certos acontecimentos e elaboração de tabelas e gráficos, entre outros processos inerentes à determinação do valor de índices específicos.

Analisaremos a intervenção no espaço público, dos OM em torno do NMA, ao longo de cerca de dois anos, nos seus quatro componentes estruturantes: os *Agentes* (os OM), os *Temas* (as categorias

⁵ É possível aplicar métodos estatísticos a textos, consoante o objectivo que se pretende. Utilizando software específico, como por exemplo, SPAD-T para fazer a análise factorial de correspondências, podemos estudar o posicionamento de vários deputados em função da frequência do uso dos termos ordem e justiça, por exemplo (Maingueneau, 1976)

temáticas relativas – ou a propósito do - ao NMA), as *Vozes* (a forma e tom do discurso produzido pelos OM) e o *Contexto* mediático (os *media* – imprensa - espaço “opinião”).

1.3 Constituição do Corpus de Análise

1.3.1 A Escolha dos Meios de Comunicação

Seleccionámos dois jornais de referência e de âmbito nacional, de grande tiragem e com diversidade de intervenientes no espaço “opinião”, o *Público* e o *Expresso*.

O jornal *Público*, diário, com uma existência de 20 anos, integra hoje a sub-holding da *Sonae* para as áreas da comunicação, a *Sonaecom*. Em 1995 o *Público* criou o *Público On-line* (actualmente designado por *Público.pt*). Ao longo da sua existência o *Público* e o *Público.pt* ganharam vários prémios. Tem como cronistas ou colunistas permanentes, Vasco Pulido Valente (investigador/ensaísta/escritor/comentador), Rui Ramos (historiador), António Barreto (sociólogo), José Miguel Júdice (jurista), Helena Matos (jornalista), Esther Mucznik (investigadora em assuntos judaicos), Santana Castilho (professor do ensino superior), entre outros. Publica ainda, no espaço “opinião” artigos de muitos outros agentes do campo mediático, político, cultural, académico e económico.

O jornal *Expresso*, semanário criado em 1972 por Francisco Pinto Balsemão, esteve na origem do grupo de comunicação social que é hoje a IMPRESA. A sua actividade está hoje dividida em três áreas de negócio – SIC, IMPRESA Publishing e IMPRESA Digital, com interesses que abrangem, nomeadamente, uma estação de televisão, canais por cabo, o jornal *Expresso* e um extenso portfólio de revistas. Este semanário tem como OM regulares, entre outros, Daniel Oliveira (jornalista), Fernando Madrinha (jornalista), Ricardo Costa (jornalista), Miguel Sousa Tavares (jornalista e escritor) Inês Pedrosa (escritora), Luís Marques (administrador).

Seleccionámos o período temporal de 1 de Setembro de 2007 a 31 de Dezembro de 2009, uma vez que o primeiro ciclo de avaliação de desempenho dos docentes abrangeu dois anos lectivos 2007/08 e

2008/09. Apesar do processo de avaliação ter sido regulamentado a 10 de Janeiro de 2008, com a publicação do Decreto Regulamentar nº2/2008, o mesmo foi referenciado no início do ano lectivo de 2007/08 e dado por concluído a 31 de Dezembro de 2009.

Dado o nosso interesse num género de texto com função crítica incluído no género jornal, a nossa pesquisa incidiu em artigos de opinião. No jornal *Público* estes artigos surgem não apenas na rubrica “Opinião” como também no “Editorial” e no espaço “Cartas ao Director”. Foram recolhidas, electronicamente, para análise apenas as opiniões publicadas nas duas primeiras rubricas, que são assinadas e os autores claramente identificados.

No semanário *Expresso* a pesquisa foi efectuada, também electronicamente, nas rubricas “Opinião” e “Editorial”.

A recolha de dados foi assim feita utilizando as publicações *online* de ambos os jornais, www.publico.pt/ e www.expresso.pt/, com suporte impresso. Pesquisámos 846⁶ diários do jornal *Público* – caderno principal (tiragem compreendida entre 1 de Setembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2009) e todos os artigos de opinião publicados pelos jornal *Expresso*, entre 1 de Setembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2009, correspondendo a 122 edições, (que dizem respeito às tiragens compreendidas entre 1 de Setembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2009).

Efectuada a leitura de cada artigo publicado nas rubricas referidas, seleccionámos e arquivámos todos aqueles cujo conteúdo se relacionava, no todo ou em parte, com o tema. Se muitos artigos não levantaram quaisquer dúvidas sobre a sua pertinência para o estudo, alguns houve que nos levaram a decidir pela sua integração tendo em conta a relação do assunto em debate com o tema da avaliação de professores ao momento da sua publicação e dos acontecimentos em curso no País, tais como as manifestações de rua levadas a cabo pelos professores e as referências à pressão que os sindicatos exerciam sobre o ministério da educação em parar o processo de avaliação.

⁶ Durante o período definido para o nosso estudo, não foram publicados *on-line* os jornais de 25/12/2007, 01/01, 25/12 e 31/12 de 2008 e, 01/01, 25/12 e 31/12 de 2009.

1.3.2 Organização e Construção de Dossier Electrónico

Dos 156 artigos seleccionados, 99 (63,5%) foram publicados pelo jornal *Público* e 57 (36,5%) pelo jornal *Expresso*. Estes artigos foram arquivados em fichas, numa pasta electrónica, por jornal e por OM. Cada ficha foi identificada com a data da publicação do artigo, o seu título, o respectivo autor e o jornal de proveniência.

1.3.3 Caracterização dos Agentes

A partir do nome de cada OM efectuou-se uma pesquisa de dados biográficos e profissionais de cada um deles. Obtiveram-se resultados variados consoante a informação *online* disponível. Os critérios de recolha foram os seguintes:

- idade, profissão;
- grau académico;
- percursos/trajectórias sociais/políticas/académicas;
- convicções/afinidades políticas/perspectivas pessoais.

1.4 Procedimentos Metodológicos

Na análise que nos propusemos fazer tomamos em consideração quatro grandes dimensões tendo em conta o modelo de análise proposto: Os *Agentes*, os *Temas* e as *Vozes* e por fim, o *Tempo*.

1.4.1 Caracterização dos Agentes e o seu Grau de Envolvimento

Com vista à análise da natureza da argumentação desenvolvida é necessário possuir um conhecimento não só da situação da enunciação mas também da representação prévia do autor. É necessário conhecer o capital simbólico que está associado ao OM. Investigar sobre a imagem pública da personalidade que fala, a ou as imagens que dele circulam, se se trata de uma personalidade política, mediática ou especialista do campo académico, leva ao conhecimento do respectivo *ethos* prévio. Este é usualmente construído sobre planos estreitamente imbricados, dando credibilidade aos olhos da opinião pública e contribuindo decisivamente para o carácter persuasivo da argumentação. Tal como afirma Perelman (2008, p. 426) “o enunciado não é o mesmo quando é emanado de um autor ou de outro, ele muda de significado; não há uma simples transferência de valores mas uma reinterpretação num novo contexto fornecido pelo que temos presumido do autor”. O percurso profissional, as afinidades político-partidárias, o capital social, político, cultural e económico de cada OM confere-lhe legitimidade e dá força à sua palavra. Estes elementos são fundamentais *para* compreender o seu interesse no tema em estudo e para descodificar os princípios legitimadores presentes no respectivo discurso. Sempre que nos foi possível, tivemos em consideração o “lugar” ou a “posição” onde falava o OM, isto é, se se apresentava como político, investigador, professor universitário ou professor do ensino superior, professor do ensino básico e secundário, advogado, administrador ou economista.

O perfil aqui identificado permitiu constituir grupos por categoria profissional (institucional na medida do possível) e analisar os interesses subjacentes ao discurso produzido e o tom em que foi emitido.

1.4.2 As Fichas Temáticas, os Agentes e as Agendas

Efectuámos um levantamento do número de artigos publicados sobre o tema em estudo por cada OM no sentido de se averiguar o destaque deste tema no espaço “opinião”. O número de artigos publicados por cada *agente* sobre o tema em estudo constituiu, à partida, um indicador do seu investimento argumentativo no tema.

Seguidamente, estabelecemos uma analogia entre o número de artigos publicados mensalmente em ambos os jornais sobre o tema e os acontecimentos mais relevantes relativos ao processo de avaliação, de modo a aferir a relação entre a agenda pública, a agenda dos *media* e a agenda política.

Face à síntese que apresentámos sobre o processo de implementação do NMA considerámos, a dado momento, três épocas distintas na análise dos temas e da argumentação da opinião: um primeiro momento, o início do processo de implementação, que decorreu no ano lectivo 2007/2008, até à data do acordo entre a Plataforma Sindical e o Ministério da Educação; um segundo momento, entre 16 de Abril de 2008 e 31 de Dezembro de 2008; e o terceiro momento, após a introdução de alterações ao modelo inicial até ao final do primeiro ciclo de avaliação, a 31 de Dezembro de 2009.

1.4.3 Os Temas em Torno do Tema da Avaliação de Professores – Metodologia de Análise

Num segundo momento foi analisada a natureza e forma de argumentação produzida pelos OM sobre o processo de avaliação dos professores. Embora o material recolhido fosse respeitante ao processo de avaliação de docentes, isto é, ao NMA na sua fase de implementação, estes agentes opinaram acerca deste assunto de maneira diversificada e mediante processos e recursos estilísticos diferentes. Em determinadas ocasiões orientaram o seu discurso claramente para os dirigentes dos partidos políticos, noutras para os membros do Governo ou para os dirigentes dos sindicatos, professores ou para um público genérico. Uns colocaram a ênfase nos processos de negociação da política com os parceiros sociais; outros nas características do modelo implementado e nos seus efeitos e consequências na escola pública; outros ainda, relacionaram-no com outras medidas de política educativa ou outras implementadas pelo XVII Governo ou mesmo por governos anteriores. Uma análise do conteúdo dos artigos de imprensa de estilo essencialmente crítico, como são os artigos publicados quer no editorial de um jornal quer na rubrica de “opinião”, necessita levar em consideração não só os assuntos em torno dos quais o tema é abordado, mas também a forma como estes são tratados, a sua pertinência, os esquemas argumentativos utilizados.

Assim, optámos por fazer um recorte do discurso de cada artigo/ficha temática tendo por base o modelo de análise aplicado pela primeira vez, em 1960, por Naville-Morin enquanto investigadora da EHESS⁷ (Chartier, 2003), tendo como unidade de recorte do discurso, a unidade de significação ou **unidade de informação (UI)**. Naville-Morin estabelece um paralelo entre o modo de recorte da UI e o modo de selecção das informações por parte do leitor ao afirmar que a UI adapta-se ao modo de leitura. Do ponto de vista da lógica, as UI contêm o nível mais geral de compreensão de uma ideia, a que corresponde à realidade concretizada pelo leitor ou destinatário. Segundo a autora, pelo facto da quantidade de informação transmitida pelos *media* apresentar-se optimizada (na tentativa de colocar o máximo no mais curto espaço), cada notícia é demasiado visível para passar despercebida e demasiado breve para ficar retida. Assim, o leitor acumula as notícias antes de as seleccionar e simplifica-as antes de as concretizar. Voyenne, compatriota de Naville-Morin, estabelece uma analogia entre os modos de leitura e a forma de recorte da informação: “qualquer jornal convida o leitor a fragmentar a leitura em notícias “independentes”, ao sabor da deslocação do olhar”. (Chartier, 2003, p. 68)

Desejando permanecer o mais próximo possível desta proposta, tentámos assumir o papel de leitor “inocente” que se encarregasse de fragmentar a informação recolhida em unidades independentes a que Naville-Morin chamou UI. Este movimento analítico que oscila entre os modos de leitura e o modo de recorte da informação, aproxima-se ainda, do ponto de vista de Lise Chartier (2003, p. 68), com a forma como o jornalista transmite, no seu discurso, um certo número de ideias a propósito de factos e de acontecimentos que lhe despertaram interesse levando-o a partilhá-las com o seu auditório.

Do ponto de vista semântico a unidade de informação pode compreender algumas palavras, uma frase completa ou um ou mais parágrafos, reatando a mesma ideia ou sentido sem que seja acrescentada mais algum significado (Chartier, 2003).

Com vista ao recorte da informação contida em cada uma das fichas temáticas, tornou-se necessário definir as regras de recorte da informação em UI: identificar as ideias ou assuntos, temas a recortar, a sua definição ou descrição precisa e a selecção de categorias de classificação. Num primeiro passo procurámos identificar os temas enquadradores a destacar relacionados com o tema da avaliação de professores. Como pretendemos saber se a opinião veiculada nas colunas de opinião se orientava para os processos democráticos de construção das políticas públicas, para as opções de política educativa tomadas pelos governantes na área da educação em geral e as suas repercussões na escola pública, ou se estava significativamente centrada no NMA, após uma leitura cuidada dos títulos e subtítulos dos artigos, considerámos 31 categorias agrupadas em três grandes temas enquadradores

⁷ EHESS: L'École des Hautes Études en Sciences Sociales

do tema em estudo: “**Processos de negociação das políticas públicas**”, “**Medidas de política educativa**”, “**Avaliação de docentes**” (desenho da política, implementação do modelo e efeitos – também aqui designada “Avaliação de desempenho docente”). Um “tema” “**Diversos**” foi considerado de modo a incluir informação que não se enquadraria em nenhuma dos temas anteriores e que surgia pontualmente nas fichas temáticas.

No Quadro 1 apresentamos a estrutura de análise que nos propusemos levar a efeito, onde cada tema enquadrador se encontra dividido em categorias de conteúdo e é apresentada a respectiva definição ou descrição. Como estabelecemos como objectivo perceber até que ponto os posicionamentos adoptados traduziram os campos de filiação institucional e profissional e os respectivos interesses dos OM considerámos, por conseguinte, o grupo profissional (institucional na medida do possível) do autor do artigo/ficha temática, uma categoria de classificação.

As UI foram caracterizadas pelo seu índice de frequência e tonalidade (ou orientação valorativa), desdobrada, neste último caso, em três modalidades, seguindo o método proposto por Naville-Morin (Chartier, 2003): positivo (+), negativo (-) ou neutro ou ambíguo (0), consoante o OM manifestasse uma opinião favorável, desfavorável, neutra ou ambígua, relativamente ao assunto tratado na categoria de conteúdo em que se enquadrasse a unidade. Foi considerada positiva toda a opinião que encorajasse, favorecesse, suportasse, apoiasse, aderisse, subscrevesse, sustivesse, consentisse ou apoiasse o assunto em análise. Foi considerada negativa toda a opinião que desencorajasse, desfavorecesse, se opusesse, denegrísse, rejeitasse, desaprovasse, obstruísse, destruísse, refutasse, negasse ou militasse contra o assunto em análise. Toda a opinião manifestada sob a forma de informação que reconhecesse simplesmente um facto, um acontecimento, uma ideia ou uma teoria relacionada com o assunto em análise sem que daí se inferisse qualquer juízo de valor, foi considerada neutra.

Na análise de conteúdo, quer o recorte das UI quer a sua classificação por assunto (categoria de conteúdo) e a atribuição da orientação exigem grande exactidão, devendo, na prática ser efectuado por um grupo de analista e codificadores. De modo a aumentar o grau de objectividade deste método decidiu-se, por conseguinte, cooptar um elemento externo, da área das línguas e humanidades, o qual após o processo de recorte e classificação das UI concluído, analisou minuciosamente o processo, desempenhando o papel de “juiz” e obrigando, quando tal se justificou, à introdução de alterações de modo a atingir um tratamento consensual das UI.

As UI foram ainda referenciadas ao OM, à ficha temática e à data da sua publicação, sendo portanto a data da publicação do artigo/ficha temática, também uma categoria de classificação.

QUADRO 1: ESTRUTURA DA ANÁLISE DO CONTEÚDO - OS TEMAS ENQUADRADORES E AS CATEGORIAS DE CONTEÚDO

Tema Enquadrador	Categorias de conteúdo ⁸	Código	Descrição
Processos de negociação das políticas públicas	Governo-Sindicatos da Educação	1.0	Estratégia e táticas utilizadas pelo Governo/governantes no processo de negociação das políticas educativas com os sindicatos
	Governo-Professores	1.1	Estratégia e táticas utilizadas pelo Governo/governantes relativamente aos professores
	Ministério da Educação	1.2	Característica que enforma a prática política da instituição, enquanto estrutura burocrática responsável implementação e avaliação das políticas educativas
	XVII Governo	1.3	Estratégia e táticas utilizadas pelo Governo/governantes no processo de negociação das políticas públicas em geral
	Personalização/Liderança dos actores governamentais	1.4	Características dos governantes: experiência profissional, capacidade de liderança, competência, carácter, sabedoria, aparência física
	Sindicatos/Movimentos-Governo	1.5	Propostas, estratégia e táticas utilizadas pelos sindicatos da Educação e/ou Movimentos de professores no processo de construção das políticas da Educação
	Partidos políticos/Políticos	1.6	Propostas, estratégia e táticas utilizadas pelos Partidos Políticos e por Políticos (actores não governamentais) nos processos de construção das políticas públicas da Educação
	Professores	1.7	Características do grupo profissional dos professores: qualificação, empenho, atitude face à política de avaliação de docentes, atitude face às políticas da Educação, participação nos processos de negociação
	Conselho de Escolas/Conselho Executivo/Director	1.8	O papel dos presidentes dos órgãos de gestão e administração das escolas no processo de implementação das políticas educativas
	Greves e manifestações	1.9	Referência a greves, marchas e manifestações
	Formas não convencionais de participação política	1.10	Referência a formas não convencionais de manifestação de desacordo com as opções políticas tomadas pelo Governo, como por exemplo, não entrega de objectivos individuais, não comparência a aulas assistidas agendadas previamente com avaliado, interposição de providências cautelares, etc.
	Processos de condução das políticas públicas em democracia	1.11	Ideias, reflexões e preocupações

⁸ No período em análise, estiveram em exercício dois governos, XVII e XVIII, ambos liderados por José Sócrates, e da mesma família político-partidária. O novo modelo de avaliação foi uma opção tomada pelo XVII e implementada por este Governo. Na sua fase final com o ano lectivo 2009/2010 iniciado, entra em funções o XVIII Governo. Algumas UI referem-se a opções e actuações deste último Governo. Na análise dos dados referir-nos-emos a esta situação.

Medidas de política educativa	Medidas tomadas pelo Governo em funções	2.1	Referência a medidas de política educativa tomadas pelo XVII ou XVIII Governos no que respeita a alterar ou criar novas políticas educativas, ou manter as existentes
	Medidas tomadas por governantes anteriores ao XVII Governo	2.2	Referência a políticas educativas implementadas por governos anteriores ao XVII
	Efeitos/consequências na escola pública da política educativa do XVII Governo	2.3	Efeitos/consequências na escola pública (em geral) decorrentes das opções tomadas pelo XVII Governo
	Efeitos/consequências na carreira docente da política educativa do XVII Governo	2.4	Efeitos/consequências na carreira docente decorrentes das opções tomadas pelo XVII Governo
	Repercussões na economia e no desenvolvimento do país, da política educativa do XVII Governo	2.5	Relação custo-benefício das políticas educativas implementadas pelo XVII Governo. Impacto na economia, na habilitação para a riqueza e desenvolvimento do país.
	Repercussões na escola pública das políticas herdadas	2.6	Efeitos na escola pública (em geral) decorrentes das opções tomadas por governos anteriores ao XVII Governo
	Repercussões na profissão docente das políticas herdadas	2.7	Efeitos na profissão docente decorrentes das opções tomadas por governos anteriores ao XVII Governo
	Repercussões na economia das políticas herdadas	2.8	Relação custo-benefício das políticas educativas implementadas por governos anteriores ao XVII Governo. Impacto na economia, na habilitação para a riqueza e desenvolvimento do país
	Escola – sistema de ensino – políticas educativas	2.9	Ideias, reflexões e preocupações
Avaliação de (desempenho) docentes	Problema/Necessidade	3.1	Assunção/Não assunção/Referência à existência de um problema que justifica ou não uma intervenção no processo de avaliação dos docentes
	Opção política/Causa	3.2	Criação de um processo de avaliação de docentes (como resposta adequada à resolução de um problema)
	Conceptualização/Modelo	3.3	Origem do modelo. Conceptualização. Estrutura. Suporte legal. Adjectivação que o qualifica.
	Contexto/Aplicação	3.4	Adequação à realidade escolar em que é aplicado o modelo de avaliação – condições humanas, materiais, cultura, ...
	Implementação/Oportunidade	3.5	Datas, prazos, situação temporal do processo
	Implementação/Normativos/Orientações	3.6	Normativos e orientações pertinentes para o cabal conhecimento e desenvolvimento do processo de avaliação
	Implementação/alterações	3.7	Alterações sofridas pelo modelo inicial como sejam, acertos, adiamentos aos procedimentos e prazos estabelecidos, acordos e “Memorando de Entendimento” e alterações ao despacho inicial.
	Implementação/Efeitos na vida Escola	3.8	Efeitos na vida Escola (ambiente educativo, gestão, coordenação,..) decorrentes da aplicação do modelo de avaliação implementado
	Implementação/Efeitos na vida profissional e pessoal dos professores	3.9	Efeitos na vida profissional e pessoal dos professores decorrentes do modelo de avaliação implementado
	Avaliação de docentes	3.10	Ideias, reflexões e preocupações
Diversos	-	4.0	Opiniões ou informações que não se enquadram em nenhum dos “temas enquadradores”

As categorias “Greves e manifestações”, “Formas não convencionais de participação política” e “Processos de condução das políticas públicas em democracia”, “Escola - sistema de ensino – políticas Educativas” e “Avaliação de docentes”, integram informação situacional que consideramos fundamental como referência para a análise da argumentação, não se encontrando as respectivas UI associadas ao tom, uma vez que se prendem com factos, informações, preocupações, ideias, reflexões ou concepções teóricas apresentadas pelos OM no seu discurso. Assumimos que é principalmente nestas três últimas categorias que se revela a profundidade da argumentação da opinião, o conhecimento que o autor mobiliza para a fundamentar. Por outro lado, pareceu-nos bastante pertinente realçar a importância que é atribuída a determinados factos ou acontecimentos, ou a sua reflexão ou ideias sobre questões relacionadas com democracia, o sistema de ensino e escola pública, pois não podemos esquecer que se está a analisar um período difícil de implementação de uma política pública cujos destinatários são profissionais qualificados para o exercício da profissão docente, com habilitação de nível superior, e com um processo de avaliação que se manteve inalterado desde os anos 1990.

O campo mediático de muitos dos OM é reconhecidamente grande, como teremos oportunidade de confirmar, pelo que há uma imagem a manter ou porventura a alterar. Numa democracia os períodos de conflito e confronto são intensivamente alimentados pelas opiniões de cronistas, jornalistas, académicos e outras figuras públicas com acesso ao espaço público. Terão os períodos que se situam na vizinhança das duas grandes manifestações de professores, 8 de Março e 8 de Novembro de 2008 correspondido a um maior volume de opiniões sobre o tema da avaliação?

Gostaríamos de retomar, por momentos, a questão do “tom”. Tratando-se de artigos de opinião com função crítica não é de esperar encontrar o tom neutro como predominante. Por outro lado, o tema da avaliação trouxe ao espaço público uma grande diversidade e variedade de actores cuja especialidade não é a educação nem são cronistas permanentes mas que, pelo seu capital mediático, cultural e político, foram “chamados” a tomar posição em defesa de uma política, de um governo ou de um governante, de um grupo profissional, do sistema de ensino, da escola pública ou dos processos de negociação das políticas públicas em democracia, ou por qualquer outro motivo. Serve este espaço “opinião” como forma de expressão de descontentamento? O capital académico e cultural dos agentes que intervieram neste espaço terá tido influência na argumentação e na mobilização do conhecimento? Quais as estratégias argumentativas utilizadas? Que outros factores interferiram na forma de defender a opinião? São, apenas, alguns exemplos de questões que se nos colocam e para as quais procuraremos resposta.

Propusemo-nos ainda identificar as ideias, reflexões e preocupações, mas também as sugestões e recomendações contidas nas fichas temáticas. No tratamento deste assunto apresentámos excertos de algumas UI. No que respeita às sugestões, entendidas por nós como *recomendações*, agrupámos as

respectivas UI em cinco categorias de acordo com os seus destinatários. As UI respeitantes a “recomendações” foram caracterizadas por um índice de *intensidade* (0, + ou ++). A *intensidade* “+” é marcada por verbos que indicam a iminência, o parcial, o provável, o desejável, o crescimento e, por outros tempos verbais que não sejam o presente; a *intensidade* “++” é caracterizada pelo uso do verbo “ter”, “dever”, por certos verbos no presente, pela presença na UI de advérbios do tipo “absolutamente”, “definitivamente” que reforçam a acção do verbo; a *intensidade* “0” é caracterizada pela utilização de exemplos do que foi feito ou do que alguém fez, analogias, independentemente dos tempos verbais, verbos ou advérbios presentes na UI.

QUADRO 2: UI – AGRUPAMENTO DAS “RECOMENDAÇÕES” EM FUNÇÃO DO DESTINATÁRIO

	Destinatário
Recomendações	Governo ou os governantes
	Sindicatos
	Partidos políticos ou Políticos
	Professores
	Cidadão comum

As recomendações que os OM dirigiram aos respectivos destinatários acrescentará informação sobre a sua posição quer relativamente às tácticas utilizadas pelos governantes ou pelos parceiros sociais nos processos de negociação do modelo e das respectivas alterações quer, ainda por exemplo, em relação ao caminho a percorrer ou o modelo idealizado, que nos permitirão conhecer compreender os esquemas argumentativos em jogo.

Finalizado o processo de recorte de cada ficha temática em UI e de classificação de cada unidade, foi efectuado o tratamento dos dados com recurso a uma folha de cálculo. Partindo do geral para o particular, determinámos os valores dos índices de *parcialidade*, de *orientação* e de *tendência-impacto* do conjunto total de UI. Determinámos o valor dos índices de *visibilidade* e de *peso-tendência* (em relação ao conjunto) bem como os índices de *parcialidade* e de *orientação* por temas e por categorias de conteúdo, de acordo com o método indicial proposto por Lise Chartier (2003).

O que significam estes índices e que informação adicional nos puderam trazer? O índice de *tendência-impacto*, determinado, em percentagem, pelo quociente da diferença do número de unidades classificadas com tom positivo e com tom negativo e a sua soma $(UI^+ - UI^-)/(UI^+ + UI^-)$, com sinal determinado pelo tom predominante, mede a impressão global que permanece na opinião pública ou que esta retém, de determinado assunto apresentado pelos *media*. Em certa medida é, na nossa opinião, uma forma de quantificar a eficácia da luta de opiniões nos jornais, como sendo uma luta por uma opinião do público, isto é, por indivíduos que abraçarão a opinião publicada como a sua e que a

apresentarão como sendo a “sua” opinião. (Tönnies, citado por Silveirinha, 2004). Este índice de *tendência-impacto*, ao utilizar apenas as UI parciais (+ ou -) ignorando as neutras, detém-se sobre a opinião parcial, ou seja sobre aquela em que o autor manifesta o seu compromisso com o assunto.

Na opinião de Chartier (2003), a imprensa, na selecção dos assuntos e na sua forma de apresentação, esforça-se por responder aos gostos e às necessidades do auditório para que lhe permaneçam fiéis. Ao fazê-lo, revela, por uma espécie de simbiose, o estado de espírito da opinião pública. Quanto mais afastado do zero está o índice de *tendência-impacto* mais a imagem do acontecimento se embeleza ou se deteriora; quanto mais se aproxima do lado negativo tanto mais a impressão negativa do discurso deixa marca ou resíduo desfavorável na opinião pública.

O índice de *peso-tendência*, ou seja a *tendência-impacto* aplicada aos temas ou às categorias permite visualizar o peso de certo tema ou categoria relativamente à *tendência-impacto*. A comparação dos *pesos-tendência* entre si permite-nos saber onde é feita a maior aposta na opinião, ou onde está o problema. A comparação dos índices de *visibilidade* e de *peso-tendência*, mostra-nos que alguns grupos de unidades têm um impacto mais determinante que outros mesmo se apresentam uma presença menor (Chartier, 2003). O valor do índice *peso-tendência* de um tema enquadrador ou categoria, em percentagem, obtém-se fazendo o quociente entre a diferença do número de UI positivas com o número de UI negativas do tema enquadrador ou da categoria em análise, pela soma do número de unidades parciais totais.

O índice de *parcialidade*, determinado, em percentagem, pelo quociente entre a soma do número de UI positivas com o número de UI negativas e número total de unidades $(UI^+ + UI^-)/(UI^+ + UI^0 + UI^-)$, em oposição à neutralidade, indica a parcialidade média da opinião emitida sobre o assunto. Este índice mede o interesse, o fervor com que a imprensa cobre um determinado assunto, a paixão com que fala do mesmo, seja utilizando um tom favorável (+) ou desfavorável (-).

O índice de *orientação*, determinado, em percentagem, pelo quociente entre a diferença do número de UI positivas com o número de UI negativas e número total de unidades $(UI^+ - UI^-)/(UI^+ + UI^0 + UI^-)$, com sinal dado pelo sinal do tom predominante, diz-nos em que medida o artigo ou conjunto de artigos apresentam aspectos favoráveis ou desfavoráveis ao tema em estudo, isto é, quantifica a convicção com que o(s) autor(es) tratam um assunto.

Quanto maior for a *parcialidade* e elevada a *orientação* de uma categoria de conteúdo tanto maior poderá ser o seu *peso-tendência* e por consequentemente maior o seu impacto na opinião pública.

O índice de *visibilidade* ou de presença mostra-nos a frequência, em percentagem, com que aparece um tema ou categoria em relação aos restantes, independentemente da sua orientação ou parcialidade. Na análise de uma tabela de índices, consideramos os temas ou categorias de conteúdo

mais importantes, os que possuírem um índice de visibilidade superior à média ponderada. O(s) tema(s) ou categoria(s) com visibilidade superior a 50%, 33,3%, 25%, 12,5%, ... consoante o número de temas ou categorias seja 2, 3, 4, 5, ou mais, são considerados os mais importantes.

Utilizando os índices referidos, trabalhamos a análise das fichas temáticas por grupo profissional-institucional de OM e, separadamente, em três espaços temporais; um momento anterior à assinatura do *Memorando de Entendimento*, um segundo período que se situa entre esta primeira alteração e a seguinte, publicada no início de Janeiro de 2009, e um último e terceiro período que corresponde ao ano civil 2009. São períodos com características diferentes, marcados os dois primeiros por grandes manifestações públicas de professores e grande envolvimento dos *media* na mediatização do processo de avaliação. O terceiro período, após uma simplificação do modelo de avaliação caracterizou-se, como já referimos, por uma grande tensão no clima organizacional das escolas e pela proximidade de um processo eleitoral que em si mesmo, motivou ao debate e a análise das políticas públicas e dos processos políticos.

Utilizando a metodologia que descrevemos procurámos descobrir os discursos que foram construídos, mobilizados cruzados na voz dos OM em torno do NMA e perceber até que ponto os posicionamentos adoptados evidenciaram os campos de filiação institucional e respectivos interesses. Analisámos o *que* foi dito, *quem* disse, *porque* disse, *como* disse e *quando* disse, ou seja, procurámos resposta para as seguintes questões: (a) Como se reflectiu o processo de avaliação de professores na agenda dos OM? (b) Quais os agentes que no espaço público argumentaram acerca do modelo de avaliação; (c) Qual o fervor e o interesse com o que o assunto foi debatido? (d) Qual o tom em que foram emitidas as suas opiniões? (e) Quais foram os temas enquadradores do discurso sobre a avaliação? (f) Quais os recursos argumentativos mobilizados? (g) Quais as principais críticas assinaladas ao NMA (h) Em que medida as suas vozes reproduziram o campo institucional ou profissional dos agentes? (i) Que repercussão tiveram as estratégias e tácticas dos OM no processo de negociação da avaliação de docentes? (j) Em que medida a opinião destes actores se repercutiu nas alterações introduzidas ao processo de avaliação implementado no segundo ciclo de avaliação?

Capítulo 2: Apresentação e Análise dos Dados - Os Agentes, os Temas, os Agentes e as suas Vozes

No mundo das ideias e das opiniões, uma posição é legítima quando não reduz ao absurdo as posições alternativas.

DANIEL INNERARITY, 2004

Não basta pois «participar» para tornar democrático um processo, pois está em causa não apenas a forma _ quem e como participam? _ mas também o conteúdo: Participar em quê? Quais são os interesses? Quais os consensos e os conflitos?

ISABEL CARVALHO GUERRA, 2006

De forma a descobrir os discursos que foram construídos na esfera pública, particularmente no espaço “opinião” da imprensa escrita, em torno do NMA, recolhemos um conjunto de dados e procedemos ao seu tratamento. Apresentamos de seguida os resultados e a respectiva análise em conformidade com a metodologia proposta.

2.1 Caracterização dos Agentes

O discurso reflecte uma visão da realidade que está vinculada ao seu autor e aos seus interesses particulares. Este argumenta em função da imagem que ele considera que o público tem dele, procurando manter essa imagem (ou alterá-la). O papel desempenhado pelo OM no espaço social, as suas funções institucionais, o seu estatuto e poder conferem-lhe autoridade e legitimação, pelo que é necessário conhecer o seu capital académico, social, cultural, económico, político.

Do nosso *corpus* de análise fazem parte 55 personalidades, sendo que uma delas representa o editorial do jornal *Expresso* e outra é um grupo de professores do ensino secundário. Face ao volume de informação encontrada sobre cada uma destas personalidades, optámos por salientar neste espaço apenas alguns aspectos que considerámos mais relevantes para o conhecimento das vozes dos discursos em análise, remetendo para o Anexo 1 a pesquisa biográfica mais completa. No Quadro 3 apresentamos os agentes por grupo profissional-institucional, isto é, de acordo com a forma como se intitulam no(s) artigo(s), sempre que o fazem, o que acontece, por norma, nos artigos do jornal *Público*. Nem sempre foi possível identificar o estatuto ou o “lugar” usado pelo agente ou autor no artigo. Sempre que o artigo não identifica o “lugar” donde fala o OM, baseámo-nos nos dados recolhidos sobre a sua biografia.

No grupo “Outros sectores de actividade” colocámos, Frei Bento Domingues, Cipriano Justo – Médico que subscreveu um artigo intitulando-se “Dirigente da Renovação Comunista”, Mário Nogueira – professor de profissão mas que subscreveu os seus artigos como “Secretário Geral da Fenprof”, embora no artigo mais recente se intitule também professor e, Rui Moreira, empresário que subscreveu o seu artigo como Presidente da Associação Comercial do Porto.

QUADRO 3: O GRUPO PROFISSIONAL DE CADA AGENTE OU OM

Grupo Profissional-Institucional	Nomes	Nº de OM	%	Nº de artigos	%
Jornalistas	Constança Cunha e Sá, Daniel Oliveira, Fernando Madrinha, Helena Matos, Henrique Monteiro, Inês Pedrosa, José Manuel Fernandes, José Vítor Malheiros, Manuel Carvalho, Miguel Gaspar, Miguel Sousa Tavares, Nuno Pacheco, Nicolau Santos, Ricardo Costa, S. José de Almeida, Editores do “Expresso”	16	29,1	70	44,9
Políticos	Manuela Ferreira Leite, Marcos Perestrello, Pedro Duarte	3	5,5	5	3,2
Professores do Ensino Não superior	Francisco Teixeira, Joviana Benedito, Maria do Rosário Queirós, Paulo Guinote, Rui Valada, Grupo de professores	6	10,9	13	8,3
Professores do Ensino Superior (aqui designados por Professores Universitários)	Ana Benavente, André Freire, Carlos Fiolhais, Isabel Leiria, José Dias Urbano, José Madureira Pinto, Luís Campos e Cunha, Maria Filomena Mónica, Santana Castilho, Vital Moreira	10	18,2	43	27,6
Investigadores	Esther Mucznik, Henrique Raposo, Vasco Pulido Valente	3	5,5		
Profissionais Liberais/Quadros Superiores: Advogados, Sociólogos, Historiadores, Escritores, Economistas, Administradores, Médicos Empresários	António Pires de Lima, António Pinto Leite, António de Almeida, António Barreto, António Vilarigues, José Miguel Júdice, João Freire, José Pacheco Pereira, Lídia Jorge, Luís Marques, Rui Ramos, Rui Tavares, Daniel Bessa	13	23,6	20	12,8
Outros sectores de actividade/ocupação	Frei Bento Domingues, Cipriano Justo, Mário Nogueira, Rui Moreira ⁹	4	7,3	5	3,2

A propósito do estatuto utilizado pelo *agente* em determinados contextos, Maria de Lurdes Rodrigues (2010) critica a utilização do prestígio institucional da ciência em combates ideológicos e políticos, sob pena de eventualmente não ser respeitada a ética da investigação nem a ética política. Afirma a autora:

Exige-se, todavia, uma maior clareza na distinção entre os ensaios sustentados em informação de base científica e os escritos que veiculam apenas opiniões, ideias ou

⁹ O nosso corpus compreende dois artigos de opinião da autoria de Mário Nogueira. O primeiro artigo publicado (04-10-2008) é subscrito na qualidade de Secretário-Geral da Federação Nacional de Professores (Fenprof) e no segundo (16-11-2009) na de Professor, secretário-geral da Fenprof.

impressões, baseadas nas crenças ou nas convicções mais ou menos ideológicas dos seus autores. Esta clarificação, sobre o estatuto usado pelos autores em diferentes circunstâncias, exige-se neste campo, mais do que em outros, porque ocorre maior intensidade de circulação entre o mundo da actividade política, da actividade científica e do ensino, da administração e da actividade sindical ou associativa. Ajudaria à ciência, mas também à política, e até ao debate de ideias, conhecer sem ambiguidades o “chapéu” usado pelos autores quando escrevem e o estatuto do trabalho que representam. O “travestismo”, isto é, o uso do estatuto de cientista, perito ou investigador para escrever artigos normativos ou impressionistas, é gerador de grandes ambiguidades (p. 51).

Um aspecto que imediatamente nos chama a atenção é o facto de apenas 6 (10,9%) dos 55 OM, serem professores do ensino básico e secundário e nenhum ser educador de infância. Além disso, Joviana Benedito é cronista habitual do semanário *Expresso*, Paulo Guinote é autor do conhecido blogue “A educação do meu umbigo”, Rui Valada é também advogado, doutorando em Ciência Política, autor de várias obras, distinguido com vários prémios ao longo da sua carreira, Francisco Teixeira possui também um capital social e cultural significativo e Maria do Rosário Queirós é directora de uma agrupamento de escolas. Qual a explicação que poderemos dar para esta situação? À primeira vista, parecia ser natural esperar encontrar um número significativo de professores do ensino não superior a apresentarem a sua opinião crítica no espaço público sobre um modelo de avaliação que esteve no cerne de intenso conflito, tanto mais que o acesso ao espaço “opinião” no jornal *Público* está aberto a OM não permanentes.

Vários motivos podem ser assinalados como susceptíveis de explicar a situação:

- i) um artigo de imprensa é usualmente subscrito individualmente (salvo algumas excepções e aqui verificou-se uma) o que leva a uma grande exposição do *ethos* pessoal. É certo que um professor argumenta com frequência no quadro das suas interacções pessoais e profissionais sobre temas da sua especialidade, mas junto de pequenos auditórios, já seus conhecidos, que lhe reconhecem normalmente autoridade. Sente que possui legitimidade para o fazer, pela autoridade reconhecida pelos seus alunos, colegas e restantes membros da comunidade escolar e pelo poder que lhe foi conferido mediante a aquisição de grau académico de nível superior;
- ii) por outro lado, o professor tem consciência que actualmente a sua classe profissional não é (das mais) valorizada(s) no nosso país. Como anteriormente referimos, o *ethos* prévio, imagem que o

auditório pode fazer de um dado locutor antes do discurso, elabora-se também com base na representação colectiva ou no estereótipo que circula sobre ele;

iii) um último aspecto a referir e que poderá justificar a presença de tão reduzido número de professores do ensino básico e secundário neste espaço público, prende-se com o acesso à condição de OM: Os OM possuem normalmente um capital simbólico que lhes confere prestígio, possuem uma elevada eloquência e competência mediática, estão intimamente familiarizados com os códigos, práticas e agentes mais legítimos da cultura dominante. Na opinião de Rita Figueiras “os *media* naturalizam os contextos sociais de origem dos *Opinion Makers*, transformando as desigualdades sociais em desigualdades naturais de inteligência, cultura e estilo... e as colunas de opinião surgem como o grande espaço da *meritocracia*” (Figueiras, 2005, p. 123). A autora confirmou no seu estudo *Os Comentadores e os Media*, (2005), o fechamento deste espaço, o “clubismo” do seu funcionamento induzido pelas características altamente selectivas e criteriosas no recrutamento dos seus membros. Pode compreender-se que a opinião dos educadores e professores do ensino básico e secundário não se faça notar nas rubricas de destaque de opinião da imprensa, apesar de serem a parte mais interessada neste processo de avaliação.

O capital cultural e social dos OM oriundos das Universidades e Centros de Investigação, universitários, investigadores, quadros superiores ou profissionais liberais, é muito grande. Dezasseis dos 26 OM possuem o grau de doutor e seis, especialização ou mestrado. Os restantes possuem, no mínimo, uma licenciatura. Pelo menos 69,2% (18) dos 26 OM têm obras publicadas; pelo menos 76,9% (20) exerceram ou exercem cargos gestão e administração e/ou assumiram ou assumem funções de coordenação de equipas de trabalho e de projectos; pelo menos 26,9% (7) foram distinguidos com prémios ou condecorações ao longo da sua carreira e, pelo menos 88,5% (23), possuem um elevado capital mediático, sendo alguns, personalidades de reconhecido mérito. Outros produzem opinião em vários meios de comunicação, jornais, revistas e televisão.

Um aspecto interessante, mas não surpreendente, é o facto de 11 (42,3%) destes 26 OM, possuírem também um capital político importante, tendo mesmo exercido cargos em governos anteriores. Nos dois quadros seguintes, Quadro 4 e Quadro 5, apresentamos uma síntese dos cargos políticos exercidos por alguns destes OM.

QUADRO 4: CARGOS DESEMPENHADOS EM GOVERNOS POR OITO OM

Nomes	Cargos principais
Manuela Ferreira Leite	Secretária de Estado do Orçamento no XI Governo Constitucional (1990 e 1991) Secretária de Estado adjunta e do Orçamento no XII Governo Constitucional (1991 a 1993) Ministra da Educação no mesmo Governo (1993 a 1995) Ministra do Estado e das Finanças no XV Governo Constitucional (2002-2004)
Marcos Perestrello	Deputado na X Legislatura e membro da comissão parlamentar de defesa Ex-vereador na Câmara Municipal de Lisboa Actual Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar
Ana Benavente	Secretária de Estado da Educação de 1995 a 2001
Santana Castilho	Subsecretário de Estado para os assuntos pedagógicos em 1982
António Barreto	Secretário de Estado do Comércio Externo no VI Governo provisório (1975-1976) Ministro do Comércio e Turismo e Ministro da Agricultura e Pescas no I Governo Constitucional (1976-1978)
Daniel Bessa	Ministro da Economia, Indústria, Comércio e Turismo de 1995 a 1996
Luís Campos e Cunha	Ministro de Estado e Ministro das Finanças de 12-03-2005 a 21-07-2005
Pedro Duarte	Deputado do PSD (desde 1999) Presidente da Comissão Parlamentar de Juventude e Desporto (1999-2001) Presidente da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura (2002-2004) Secretário de Estado da Juventude no XVI Governo Constitucional (2004-2005)

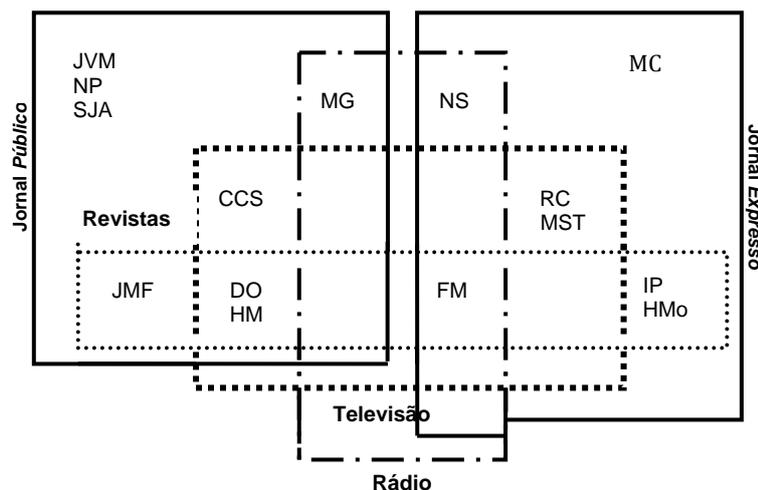
QUADRO 5: CARGOS POLÍTICOS DESEMPENHADOS POR OUTROS SEIS OM

Nomes	Cargos principais
Vital Moreira	Deputado à Assembleia Constituinte pelo Partido Comunista (1975-1976) Deputado independente, eleito pelo Partido Socialista (1995)
José Pacheco Pereira	Deputado pelo Partido Social Democrata em três legislaturas (1987-1991, 1991-1995 e 1995-1999),
António Pires de Lima	Deputado à Assembleia da República na VIII e X Legislaturas Porta-voz do CDS/PP (2002-2005) Vice-presidente do CDS/PP (2004-2005)
António Pinto Leite	Dirigente do PSD
José Miguel Júdice	Dirigente do PSD Mandatário da candidatura de António Costa à Câmara Municipal de Lisboa (2007).
Rui Tavares	Deputado para o Parlamento Europeu pelo Bloco de Esquerda (BE).

Vinte e três por cento dos OM exerceram ou exercem cargos políticos. A sua intervenção no espaço público é também uma forma de cultivar a sua imagem, fazer política e defender determinados interesses.

Os jornalistas, em número de 16 (29,1%) (contando com a opinião do editorial do jornal *Expresso*) apresentam igualmente um vasto capital social e mediático. Quase metade dos artigos recolhidos (44,9%) são da autoria de jornalistas. O Gráfico 1 dá-nos uma imagem dos espaços mediáticos onde colaboram ou já colaboraram estes 15 jornalistas, além do jornal onde fazem opinião com carácter permanente. Alguns destes OM participam ainda noutros jornais e em mais do que uma revista.

GRÁFICO 1: OM JORNALISTAS E O SEU ENVOLVIMENTO NOUTROS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: RÁDIO, TELEVISÃO E REVISTAS



Legenda: DO - Daniel Oliveira; HM – Helena Matos; CCS - Constança Cunha e Sá; MG – Miguel Gaspar; NS – Nicolau Santos; RC – Ricardo Costa; MST – Miguel Sousa Tavares; FM – Fernando Madrinha; IP – Inês Pedrosa; HMo – Henrique Monteiro; JMF – José Manuel Fernandes; JVM – José Vítor Malheiros; NP – Nuno Pacheco; SJA – S. José de Almeida; MC – Manuel Carvalho.

Destes 15 jornalistas, nove ocupam cargos de direcção, pelo menos três já viram o seu trabalho premiado, outros tantos são autores de ficção conhecidos do público e pelo menos nove já exerceram funções noutros jornais, como por exemplo, “A Voz do Povo”, “Independente”, “O Jornal”, “Diário de Notícias”.

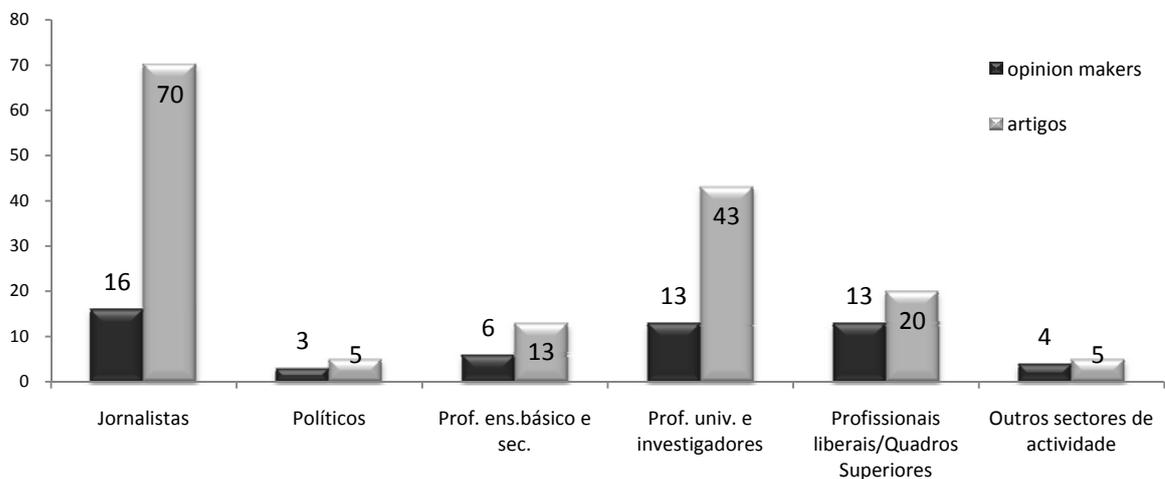
A acumulação de prestações em diversos campos sociais por parte de um número significativo de OM leva-nos a considerar que as respostas que aqui obtivemos não se circunscreveram apenas ao espaço

“opinião” dos dois jornais e da imprensa escrita. Podemos considerá-las como o discurso dominante nos *media*. Por se encontrarem em lugares chave da sociedade e terem um vasto domínio da sua interpretação, estes agentes, na opinião de Figueiras (2005, p. 115), “condicionam e constroem a realidade social” e reconstroem-na através do espaço “opinião”.

2.2 As Produções dos Agentes

Os 55 OM publicaram 156 artigos¹⁰. No verificamos que o grupo que mais publicou sobre o tema aqui em causa foi o grupo profissional “jornalistas”. Dos artigos por nós analisados 44,9% são assinados por eles. A percentagem de artigos publicados sobre o tema, pelo grupo “professores do ensino superior e investigadores”, é 27,6%.

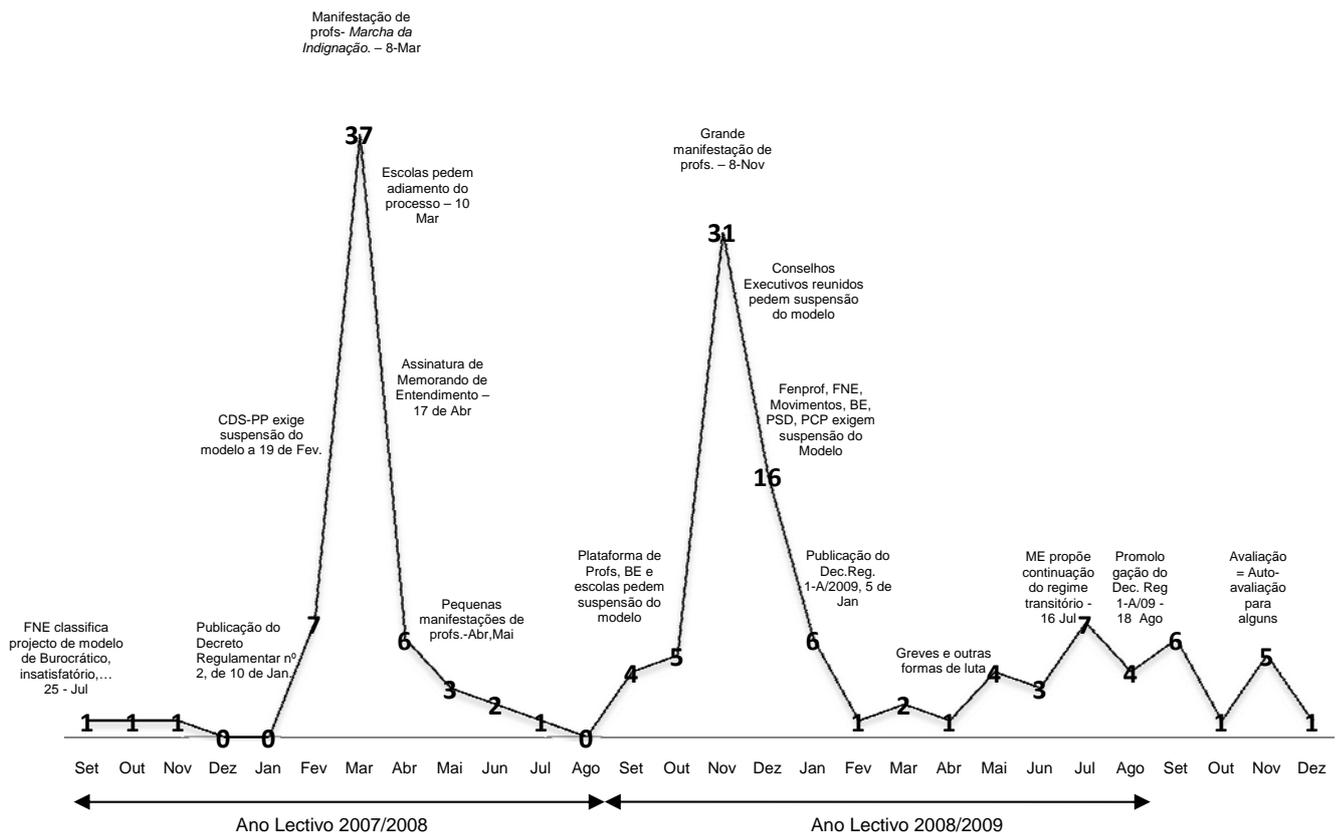
GRÁFICO 2: NÚMERO DE OM POR GRUPO E RELAÇÃO COM O NÚMERO DE ARTIGOS PUBLICADOS SOBRE O TEMA DA AVALIAÇÃO



¹⁰ No Anexo 2 apresentamos uma listagem dos 156 artigos, identificados por jornal, autor, data de publicação e título.

maior controvérsia, que se situaram em redor das duas grandes manifestações de professores, 8 de Março e 8 de Novembro de 2008 e que tiveram lugar em anos lectivos diferentes, foram os que mais despertaram o interesse dos nossos OM, confirmando-se uma das nossas hipóteses. O número de artigos publicados anteriormente à assinatura do memorando de entendimento foi de cinquenta, ou seja 32,1% do total de artigos publicados (156). O período que vai de Abril a Dezembro de 2009 é ainda de grande “turbulência”. Note-se que a 27 de Setembro de 2009 decorreram as eleições legislativas, o que podem justificar o número significativo de artigos publicados. Nesta altura uma “Janela de Oportunidade”, de que nos fala Kingdon (Birkland, 2005), parecia aproximar-se, pelo que não é de estranhar a incidência de uma derradeira tentativa para influenciar o eleitorado e a condução das políticas públicas da nova equipa ministerial.

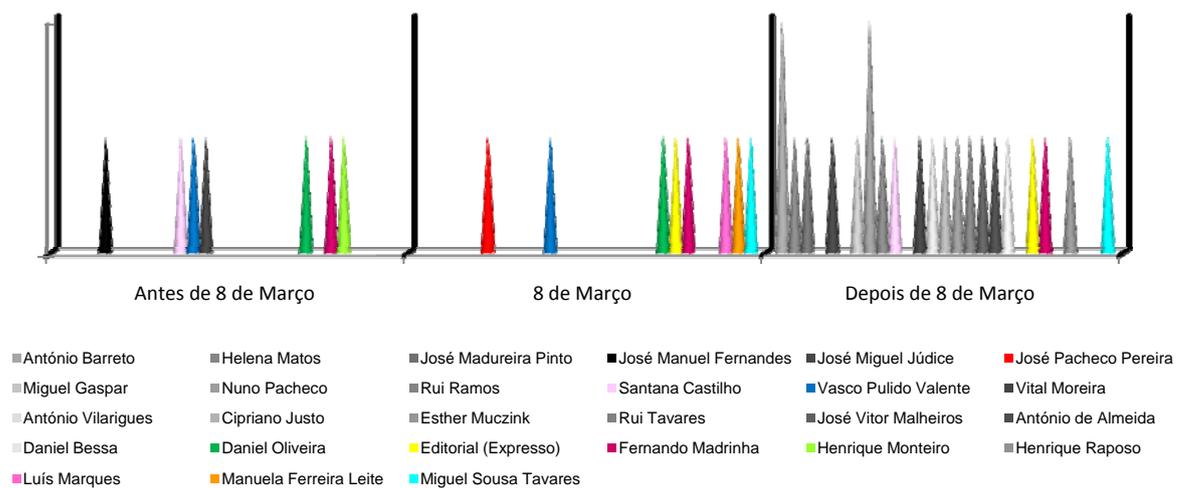
GRÁFICO 3: NÚMERO DE ARTIGOS SOBRE A TEMÁTICA DA AVALIAÇÃO DE DOCENTES, RECOLHIDOS EM AMBOS OS JORNAIS, DURANTE O PERÍODO EM ESTUDO: 1 DE SETEMBRO DE 2007 E 31 DE DEZEMBRO DE 2009 VS ACONTECIMENTOS MAIS RELEVANTES



Dos 37 artigos publicados durante o mês de Março de 2008, sete são anteriores ao dia da denominada Marcha da Indignação e oito foram publicados no próprio dia Gráfico 4 o que denota

não só uma atenção especial dedicada a questões de ordem social como também uma forma de condicionar o que ia acontecendo nesta matéria.

GRÁFICO 4: Nº DE ARTIGOS RECOLHIDOS, DURANTE O MÊS DE MARÇO DE 2008, POR OM



2.3 Os Temas e as Vozes dos Agentes

Nesta secção começamos por apresentar uma imagem de conjunto dos temas e das vozes que nos permitem visualizar, numa primeira análise, a forma como o NMA foi trabalhado neste espaço público, a impressão deixada na opinião pública, a convicção, o interesse e o fervor com que o assunto foi analisado genericamente pelos OM dos diferentes grupos profissionais.

Seguidamente analisamos, a forma como cada um dos três temas enquadradores foi abordado, quais os aspectos mais relevantes, quais os que deixaram mais marca ou seja aqueles em que o grupo profissional mais se comprometeu, os mais visíveis, a orientação favorável ou desfavorável que foi transmitida, começando com uma visão de conjunto, e logo depois, por grupo profissional.

Numa fase posterior apresentaremos os dados recolhidos relativos às sugestões formuladas e interpretadas por nós como *recomendações* formuladas por cada grupo, ao Governo, aos partidos

políticos ou aos políticos, professores, sindicatos ou cidadão comum, relacionando-as com os acontecimentos ou com as alterações que se vieram a suceder ou a implementar. Teremos em consideração os diferentes espaços temporais na análise das recomendações. Esta análise, conjuntamente com uma análise global do discurso pelos três períodos referidos, permitir-nos-á comparar as opiniões e respectiva fundamentação com a agenda política do Governo sobre o assunto e as alterações introduzidas quer no processo de negociações quer no NMA, de modo a aferirmos se a opinião deste conjunto de actores se reflectiu na agenda política governamental (decisional) e nas alterações introduzidas ao longo do percurso de implementação no primeiro e segundo ciclo de avaliação.

2.3.1 As Vozes dos Agentes em Torno do Novo Modelo de Avaliação de Professores

Os 156 artigos de opinião recolhidos, constituíram-se em 156 fichas temáticas¹⁴ que foram recortadas em 2524 UI (Gráfico 5)¹⁵.

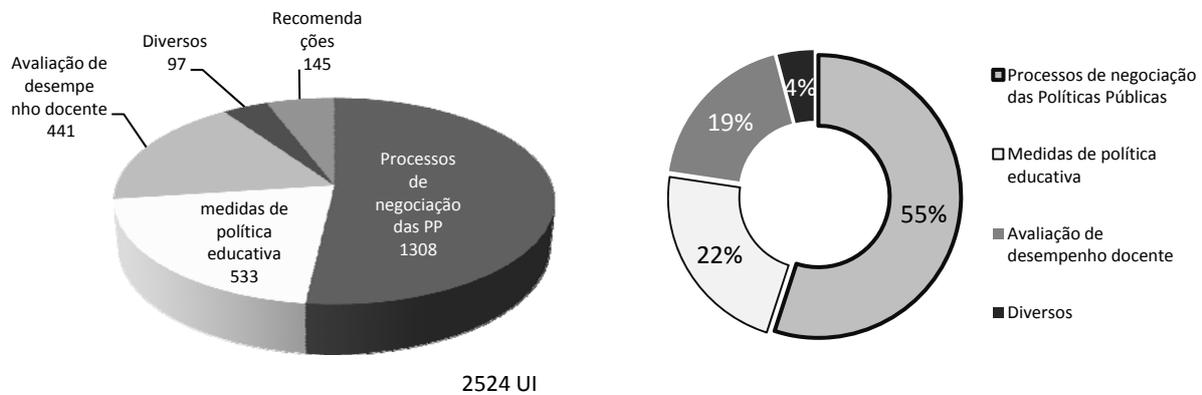
Neste gráfico podemos verificar que “Processos de negociação das políticas públicas” foi o tema de eleição dos OM (1308 UI) e que o tema “Avaliação de docentes”, que respeita ao desenho da política e seus efeitos, ocupa uma modesta terceira posição com 441 UI classificadas neste tema, se bem que 20 recomendações digam respeito à avaliação de professores.

Uma vez que as “Recomendações” foram alvo de tratamento específico em secção própria, consideraremos nesta secção e seguintes, apenas os temas “Processos de negociação das políticas públicas”, “Medidas de política educativa”, “Avaliação de docentes” e “Diversos”.

¹⁴ Relativamente ao artigo, a ficha temática não considera o título e subtítulo do artigo

¹⁵ No Anexo 3 apresentamos oito fichas temáticas, recortadas e classificadas por UI. No Anexo 4 apresentamos os dados recolhidos e codificados que foram colocados numa folha de cálculo previamente preparada.

GRÁFICOS 5: DISTRIBUIÇÃO DAS UI PELOS DIVERSOS TEMAS E RECOMENDAÇÕES



Apenas 4% de UI não foram classificadas em qualquer dos três temas enquadradores. O tema da avaliação de professores do ensino básico e secundário foi tratado neste espaço “opinião” com destaque para as opiniões sobre a forma ou os processos de negociação das políticas públicas (55%), assunto do âmbito da política nacional, o que leva a supor que o que levou estes OM a manifestarem a sua opinião no espaço público prende-se, essencialmente, com questões políticas. A visibilidade dada aos aspectos da avaliação de docentes, referentes ao seu desenho propriamente dito e os efeitos da sua implementação, foi a menor e, conseqüentemente, a menos importante (visibilidade: 19%).

QUADRO 7: TABELA DE ÍNDICES POR TEMAS ENQUADRADORES

Temas enquadradores	Repartição das UI Número	Índices em relação ao conjunto		Índices por temas enquadradores	
		Visibilidade %	Peso-tendência %	Parcialidade %	Orientação %
Processos de negociação das políticas públicas	1308	55,0	37,95 -	51,9	38,8 -
Medidas de política educativa	533	22,4	15,72 -	64,2	39,4 -
Avaliação de desempenho docente	441	18,6	16,24 -	71,4	49,2 -
Diversos	97	4,1			
Percepção geral – Visão de conjunto sobre o TEMA da Avaliação de professores do ensino básico e secundário					
Totais	2379	100			
Parcialidade e Orientação				58,5	40,9 -
Impacto e tendência da opinião			69,9 -		

No entanto, apesar disso, estes foram os aspectos abordados com mais convicção, maior interesse e paixão (peso-tendência: 16,24%). Os valores obtidos ultrapassaram mesmo os relativos ao compromisso dos agentes com o assunto, os aspectos relacionados com as “Medidas de política educativa” (peso tendência: 15,72 %), tema enquadrador que se posicionou em segundo lugar em termos de visibilidade, apresentação, ou frequência (visibilidade: 22,4%) (Quadro 7).

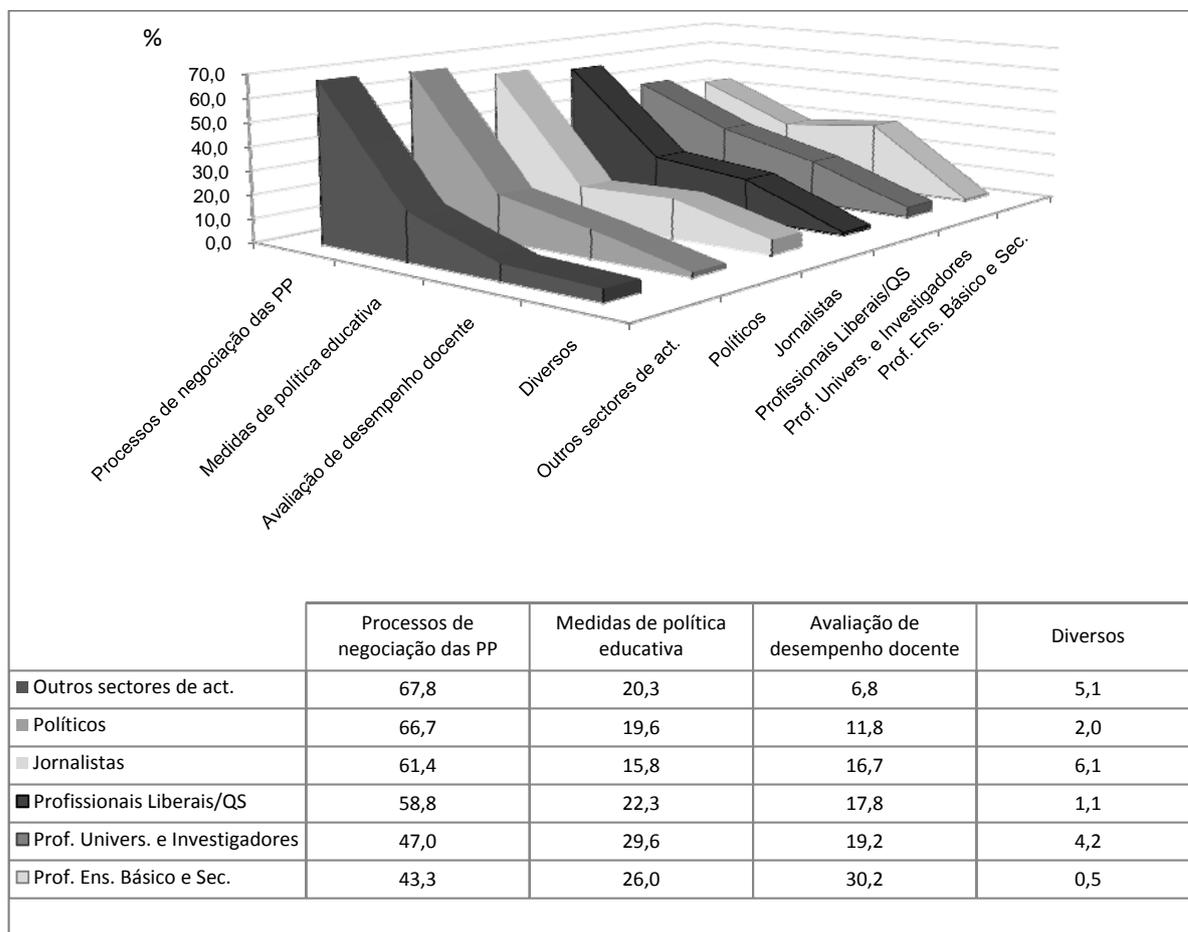
O processo de avaliação de docentes à luz do NMA foi debatido no espaço “opinião” de ambos os jornais, durante o primeiro ciclo, com grande fervor. O valor do seu índice de parcialidade que provém de um conteúdo orientado, situou-se nos 58,5 %, o que corresponde a 1336 UI parciais (classificadas com sinal + ou -) em 2282 UI (exceptuam-se aqui as UI classificadas em “Diversos” e “Recomendações”). Este valor encontra-se acima do que a socióloga Lise Chartier considerou ser o valor médio de parcialidade da imprensa escrita que se situa nos 40% (Chartier, 2003), o que na nossa opinião, é uma situação natural uma vez que se analisaram unicamente artigos de opinião.

O tema “Processos de negociação das políticas públicas” foi considerado pelos vários grupos profissionais como o mais importante, apresentando em todos eles uma visibilidade superior a 43% (Gráfico 6). As duas grandes greves de professores a 8 de Março e a 8 de Novembro de 2008, levaram a um maior número de artigos publicados sobre o processo de avaliação, tendo o debate incidido substancialmente nas estratégias e táticas utilizadas pelos diversos actores envolvidos no processo de negociação das políticas públicas.

Não obstante, a argumentação ter sido centrada no processo de negociação das políticas públicas, pode não ter sido aí que residisse o cerne da questão mas ter servido apenas como esquema de argumentação chamar a atenção do público para o assunto.

O tema “Medidas de política educativa” obteve uma visibilidade superior a 25% dada pelos grupos profissionais “professores universitários e investigadores” e “professores do ensino básico e secundário”, seguido do grupo “profissionais liberais/quadros superiores” com 22,3% de visibilidade dada ao tema. O grupo profissional “jornalistas” foi o que menos argumentou com base nas opções políticas tomadas pelos vários governos na área da educação. Este grupo foi ainda o que mais se afastou do tema em estudo, apresentando um total de 56 UI em 968 (6,1%) classificadas em “diversos”.

GRÁFICO 6: VISIBILIDADE DADA AOS VÁRIOS TEMAS PELOS DIFERENTES GRUPOS PROFISSIONAIS-INSTITUCIONAIS DE OM



O interesse na cobertura do assunto foi manifestado com intensidade variável, consoante o grupo profissional de OM, sendo os grupos “políticos”, “professores do ensino básico e secundário” e “professores universitários e investigadores”, os que parecem ter manifestado mais interesse no debate acerca do processo de avaliação de docentes, embora com objectivos diferentes, como veremos mais adiante (Quadro 8).

QUADRO 8: VISÃO POR GRUPO DE OM SOBRE O NMA

Grupo Profissional-Institucional	Índice de tendência-impacto %	Índice de parcialidade %	Índice de orientação %
Políticos	45,9 -	74,0	34,0 -
Professores do ensino básico e secundário	75,7 -	69,2	52,3 -
Professores universitários e investigadores	74,7 -	68,8	51,4 -
Outros sectores de actividade/ocupação	86,7 -	53,6	46,4 -
Jornalistas	72,9 -	52,6	38,3 -
Profissionais liberais/quadros superiores	44,6 -	44,6	19,9 -

Apesar de ter sido o grupo profissional “políticos” o que parece ter mostrado mais interesse no assunto, foi no conjunto um dos grupos cujas posições parecem menos ter contribuído para deixar uma impressão negativa no discurso (valor do índice de tendência-impacto 45,9% -) a par com o grupo “profissionais liberais/quadros superiores”, que também apresenta um valor do índice de tendência-impacto dos mais baixos (44,6% -). Estes são dos seis os que apresentam os valores de impacto mais baixos. De qualquer forma estes valores do índice de tendência-impacto situam-se acima dos 25% ± que Lise Chartier considera ser a média na imprensa escrita (Chartier, 2003).

Um aspecto importante a salientar, prende-se com o facto de a orientação ter sido sempre negativa. Todos os grupos profissionais apresentam um valor do índice de orientação negativo, variando entre 19,9%, do grupo “profissionais liberais/quadros superiores” e 52,3%, do grupo “professores do ensino básico e secundário”. A convicção, colocada por estes últimos no tratamento do tema, e a marca que procuraram deixar na opinião pública (75,7% - de valor do índice de tendência-impacto) é notável. Este revelou ser o grupo mais homogéneo na forma como argumentou acerca do NMA.

2.3.1.1 O Contributo de Cada Grupo para Uma Visão de Conjunto

No Quadro 9 podemos visualizar o contributo de cada grupo profissional para o conjunto de valores dos vários índices.

QUADRO 9: CONTRIBUTO DE CADA GRUPO PROFISSIONAL PARA A VISÃO DE CONJUNTO SOBRE O NMA

Grupo Profissional-Institucional	UI positivas	UI negativas	UI neutras	Total ¹⁶ de UI	Visibilidade %	Índice de parcialidade %	Índice de orientação %	Índice de tendência-impacto %
Jornalistas	61	389	406	856	37,5	19,720	14,37 -	24,55 -
Professores universitários e investigadores	64	441	229	734	32,2	22,261	16,65 -	28,22 -
Profissionais liberais/quadros superiores	46	120	206	372	16,3	7,187	3,24 -	5,54 -
Professores do ensino básico e secundário	18	130	66	214	9,4	6,486	4,91 -	8,38 -
Outros sectores de actividade/ocupação	2	28	26	56	2,5	1,271	1,01 -	1,95 -
Políticos	10	27	13	50	2,2	1,621	0,74 -	1,27 -
Percepção geral								
Totais	201	1135	946	2282	100			
Parcialidade e Orientação						58,5	40,9 -	
Impacto e tendência da opinião								69,9 -

A contribuição do grupo “professores do ensino básico e secundário” para o valor global do índice de tendência-impacto (8,38% - em 69,9% -) foi superior ao do grupo “profissionais liberais/quadros superiores” (5,54% -), o qual tem maior visibilidade (6,9% a mais). O grupo “professores universitários e investigadores” foi o que mais contribuiu (28,22%), no tratamento do tema, para induzir uma impressão (desfavorável) sobre o novo modelo de avaliação, apesar de ter sido o grupo “jornalistas” a publicar mais artigos sobre o tema (70 VS 43) e com mais UI contabilizadas (856¹⁶) e suscitar conseqüentemente maior visibilidade das respectivas opiniões. Para este valor (28,22%), que revela um elevado compromisso com o assunto, contribuíram decisivamente os valores elevados dos índices de orientação e de parcialidade, que reflectem a convicção e o fervor com que o mesmo foi abordado. O número relativamente elevado de UI neutras emitido pelos elementos do grupo “jornalistas” poderá estar relacionado com o habitual carácter objectivo e de isenção que é solicitado ao jornalista no relato dos acontecimentos e na divulgação da notícia, tendo em conta a “concepção normativa, que busca explicar, contextualizar e dar a conhecer a substância dos temas em análise” (Figueiras, 2008, p. 296).

Por outro lado, a percentagem de UI respeitantes a ideias, reflexões ou preocupações (consideradas neutras) proferidas sobre cada um dos três temas enquadradores, é reveladora da profundidade da argumentação apresentada pelo agente, do conhecimento que mobiliza para fundamentar a sua opinião, excluindo as justificações e outros argumentos que fazem a ligação com factos, experiências vividas ou relatadas e que são, evidentemente, estratégias argumentativas relevantes, recursos importantes na formação de uma opinião pública. O grupo “profissionais liberais/quadros superiores” foi o que, comparativamente, mais aprofundou a sua opinião, sendo que cerca de 31% das suas UI dizem respeito a ideias, reflexões e preocupações.

A forma como o processo de avaliação de desempenho foi debatido (por cada grupo profissional institucional) no espaço “opinião” de ambos os jornais foi diverso no empenho, interesse e convicção manifestados reflectindo-se na forma de argumentar, na objectividade da análise e no aprofundamento do pensamento.

Os quadros seguintes dão-nos uma visão da distribuição das UI e dos valores dos índices de parcialidade, orientação e peso-tendência, pelos três temas enquadradores, por grupo profissional (institucional) e ajudam-nos a conhecer melhor a forma como cada um dos grupos defendeu a opinião que formulou neste espaço.

¹⁶ Exceptuando as unidades classificadas em “diversos” e “recomendações” que perfazem no total 242 UI.

2.3.1.2 As Vozes do Grupo “Jornalistas”

No grupo “jornalistas” o desenho da política de avaliação, os seus efeitos e as medidas de política educativa foram os aspectos referidos com mais convicção na argumentação (40,3% - e 40,1% -). Mas face à diminuta presença relativamente ao número de UI dedicadas aos processos de negociação das políticas públicas, a impressão global desfavorável que deixaram no seu discurso sobre o assunto, foi relativamente fraca. Não há dúvida que estes lutaram no espaço público por transmitir uma imagem negativa, da forma como os processos de negociação das políticas públicas se processaram neste contexto (Quadro 10).

QUADRO 10: VISÃO DO GRUPO “JORNALISTAS” SOBRE O NMA

Repartição das UI		Índices em relação ao conjunto		Índices por temas enquadradores	
Temas enquadradores	Número	Visibilidade %	Peso-tendência %	Parcialidade %	Orientação %
Processos de negociação das políticas públicas	560	61,4	46,44 -	47,7	37,3 -
Medidas de política educativa	144	15,8	12,89 -	58,3	40,3 -
Avaliação de desempenho docente	152	16,7	13,56 -	65,1	40,1 -
Diversos	56	6,1			
Percepção geral					
Totais	912	100			
Parcialidade e Orientação				52,6	38,3 -
Impacto e tendência da opinião			72,9 -		

2.3.1.3 As Vozes do Grupo “Professores Universitários e Investigadores”

No grupo “professores universitários e investigadores” (Quadro 11), o tema “Medidas de política educativa” teve maior presença e a opinião emitida a este respeito terá marcado mais desfavoravelmente a opinião pública (21,98%) que a proferida acerca do desenho da política de

avaliação e os seus efeitos (18,42% -). Mas, este último foi abordado globalmente com mais convicção e paixão (63,3% - e 79,6%, respectivamente). Nota-se que 54,2% (447 em 824) das UI em análise, representam opiniões da autoria de Santana Castilho, OM permanente (com periodicidade quinzenal) do jornal *Público*, que dedica geralmente os seus artigos a questões relacionadas com a educação.

QUADRO 11: VISÃO DO GRUPO “PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS E INVESTIGADORES” SOBRE O NMA

Repartição das UI		Índices em relação ao conjunto		Índices por temas enquadradores	
Temas enquadradores	Número	Visibilidade %	Peso-tendência %	Parcialidade %	Orientação %
Processos de negociação das políticas públicas	360	47,0	34,26 -	61,4	48,1 -
Medidas de política educativa	227	29,6	21,98 -	73,6	48,9 -
Avaliação de docentes	147	19,2	18,42 -	79,6	63,3 -
Diversos	32	4,2			
Percepção geral					
Totais	766	100			
Parcialidade e Orientação				68,8	51,4 -
Impacto e tendência da opinião			74,7 -		

2.3.1.4 As Vozes do Grupo “Profissionais Liberais/Quadros Superiores”

O grupo “profissionais liberais/quadros superiores” apresenta uma particularidade interessante na forma como tratou o tema. A divergência de opiniões e o tom em que estas foram emitidas, favorável, neutro ou desfavorável, faz com que se considere o grupo mais heterogéneo. (Quadro 12)

Os valores dos três índices, parcialidade, orientação e tendência-impacto são os mais baixos de todos os grupos e a nível global. Foi, além disso, o único grupo que emitiu mais opiniões positivas que negativas a propósito das medidas de política educativa. A orientação positiva imprimida ao tema “Medidas de política educativa”, associada ao seu baixo valor, revela a pouca convicção depositada na

argumentação como opinião de grupo. O baixo valor de tendência mostra que o problema não se colca nas opções de política educativa (1,20% +). Em relação aos restantes grupos profissionais, o discurso deste grupo não terá deixado uma impressão desfavorável muito significativa na opinião pública (44,6%).

QUADRO 12: VISÃO DO GRUPO “PROFISSIONAIS LIBERAIS/QUADROS SUPERIORES” SOBRE O NMA

Repartição das UI		Índices em relação ao conjunto		Índices por temas enquadradores	
Temas enquadradores	Número	Visibilidade %	Peso-tendência %	Parcialidade %	Orientação %
Processos de negociação das políticas públicas	221	58,8	29,52 -	33,9	22,2 -
Medidas de política educativa	84	22,3	1,20 +	50,0	2,4 +
Avaliação de desempenho docente	67	17,8	16,27 -	73,1	40,3 -
Diversos	4	1,1			
Percepção geral					
Totais	376	100			
Parcialidade e Orientação				44,6	19,9 -
Impacto e tendência da opinião			44,6 -		

Procurámos encontrar a razão da heterogeneidade do grupo na opinião emitida: a diversidade de áreas de proveniência poderia ser assinalada como factor responsável mas, ao analisarmos a biografia de cada um destes agentes encontramos um elo comum que os diferencia, justificando à partida, a divergência de opiniões, uma vez que esta é mais acentuada na abordagem dos processos de negociação das políticas públicas e nas medidas de política educativa, estando relacionado com diversidade de afinidades político-partidárias (do domínio público) que verificamos existir neste grupo profissional. Na opinião que emitem e na respectiva lógica argumentativa transparece a marca política à qual estão ligados, o que acaba por se sobrepor às eventuais afinidades culturais e académicas, diminuindo a capacidade de crítica e de demarcação face à força política a que pertencem. Neste grupo estão integrados OM com afinidades políticas conhecidas e ligadas ao Partido Comunista (PCP), Partido Socialista (PS), Partido Social Democrata (PSD), Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP) e ao Bloco de Esquerda (BE), daí que os interesses não pareçam convergir, apesar do “lugar” donde falam ser, na maioria dos casos, assumidamente o da actividade profissional que exercem.

2.3.1.5 As Vozes do Grupo “Professores do Ensino Básico e Secundário”

Em comparação com os restantes, o grupo “professores do ensino básico e secundário” apostou bastante a sua argumentação nas medidas de política educativa e no desenho da avaliação e seus efeitos, em detrimento do aspecto relacionado com os processos de negociação (Quadro 13).

QUADRO 13: VISÃO DO GRUPO “PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO” SOBRE O NMA

Repartição das UI		Índices em relação ao conjunto		Índices por temas enquadradores	
Temas enquadradores	Número	Visibilidade %	Peso-tendência %	Parcialidade %	Orientação %
Processos de negociação das políticas públicas	93	43,3	32,43 -	75,3	51,6 -
Medidas de política educativa	56	26,0	22,97 -	64,3	60,7 -
Avaliação de desempenho docente	65	30,2	20,27 -	64,6	46,2 -
Diversos	1	0,5			
Percepção geral					
Totais	215	100			
Parcialidade e Orientação				69,2%	52,3 -
Impacto e tendência da opinião			75,7% -		

São os professores do ensino básico e secundário o alvo da política de avaliação e são parte directamente interessada em todas as políticas educativas, quer digam respeito aos alunos, programas, autonomia ou estrutura de carreiras, sendo portanto estes que à partida mais sentem os efeitos imediatos de qualquer medida que seja tomada nesta área, seja ela resultante de uma opção política de reforma ou de continuidade.

2.3.1.6 As Vozes do Grupo “Outros Sectores de Actividade”

O grupo “outros sectores de actividade”, com apenas 64 UI contabilizadas foi, no entanto, o que parece ter-se empenhado mais em marcar negativamente a sua opinião (86,7% de valor de índice de tendência-impacto), embora essa intenção tenha sido feita principalmente com base na argumentação sobre os processos de negociação das políticas públicas (Quadro 14). Este grupo claramente colocou o problema nos processos de negociação das políticas. A avaliação de docentes propriamente dita só foi alvo de quatro afirmações sendo duas delas neutras e duas emitidas em tom negativo.

QUADRO 14: VISÃO DO GRUPO “OUTROS SECTORES DE ACTIVIDADE” SOBRE O NMA

Repartição das UI		Índices em relação ao conjunto		Índices por temas enquadradores	
Temas enquadradores	Número	Visibilidade %	Peso-tendência %	Parcialidade %	Orientação %
Processos de negociação das políticas públicas	40	67,8	60,0 -	50,0	45,0 -
Opções políticas (na Educação)	12	20,3	20,0 -	66,7	50,0 -
Avaliação de docentes	4	6,8	6,7 -	50,0	50,0 -
Diversos	3	5,1			
Percepção geral					
Totais	59	100			
Parcialidade e Orientação				53,6	46,4 -
Impacto e tendência da opinião			86,7 -		

2.3.1.7 As Vozes do Grupo “Políticos”

O grupo “políticos”, com 56 UI contabilizadas,¹⁷ e, por isso, com uma fraca presença no nosso *corpus*, argumentou com fervor, mas de modo geral com pouca convicção pois as opiniões dividiram-se no sentido favorável e desfavorável, isto é, o debate foi feito com parcialidade mas com tonalidades diferentes o que seria de esperar, pois das 56 UI, 25 dizem respeito a argumentos apresentados por Marcos Perestrello de afinidade político-partidária PS, ao passo que as restantes 31 UI são resultantes da argumentação dos outros dois OM, Manuela Ferreira Leite e Pedro Duarte de afinidade político-partidária PSD (Quadro 15).

Os seus discursos são também instrumentos de luta política, inclusive quando os artigos não são subscritos nessa qualidade. Há sempre uma imagem a manter e uma ideologia política a divulgar. Um aspecto interessante no debate deste grupo, que está relacionado com o que acabámos de referir, é o facto das opiniões sobre as opções de política educativa registarem um valor de tendência relativamente baixo, pelo que, podemos, de momento, concluir que não foi neste aspecto que foi colocado o problema (8,11% -)

QUADRO 15: VISÃO DO GRUPO “POLÍTICOS” SOBRE O NMA

Repartição das UI		Índices em relação ao conjunto		Índices por temas enquadradores	
Temas enquadradores	Número	Visibilidade %	Peso-tendência %	Parcialidade %	Orientação %
Processos de negociação das políticas públicas	34	66,7	27,03 -	76,5	29,4 -
Medidas de política educativa	10	19,6	8,11 -	60,0	30,0 -
Avaliação de desempenho docente	6	11,8	10,81 -	100,0	66,7 -
Diversos	1	2,0			
Percepção geral					
Totais	51	100			
Parcialidade e Orientação				74,0	34,0 -
Impacto e tendência da opinião			45,9 -		

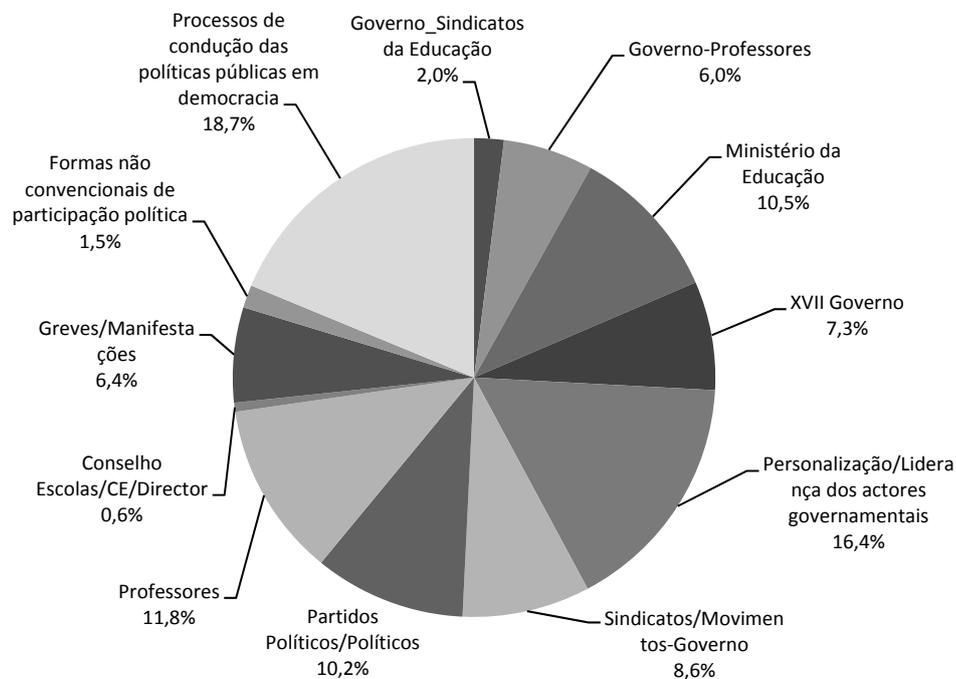
¹⁷ Cinco UI dizem respeito a “recomendações”

A tonalidade negativa que domina todas as abordagens argumentativas por grandes áreas temáticas, à excepção dos resultados encontrados no grupo “profissionais liberais/quadros superiores” relativamente às medidas de política educativa, é uma evidência e une todos os grupos profissionais. Note-se que a quantidade de UI neutras classificadas como ideias, reflexões ou preocupações, dos OM reduzem o valor do índice de orientação em cada tema enquadrador, não significando portanto que o facto da orientação não se situar perto de 100% seja sinal de opiniões divergentes no que respeita ao tom com que são emitidas. O número de UI neutras exerce um peso significativo, pelo que os vários índices têm que ser analisados em interacção uns com os outros e com os valores da visibilidade, tanto mais que o número de fichas temáticas tratadas difere muito de grupo para grupo. Os elevados valores obtidos para o índice tendência mostram-nos que todos os grupos profissionais, com maior ou menor convicção e empenho, lutaram para convencer a opinião pública.

2.3.2 As Vozes a Propósito do Tema “Processos de Negociação das Políticas Públicas”

No Gráfico 7 verificamos que a categoria de conteúdo mais visível na abordagem deste tema enquadrador diz respeito a ideias, reflexões e preocupações sobre os processos de condução das políticas públicas (18,7%) que normalmente antecedem a escolha ou selecção da política.

GRÁFICO 7: PROCESSOS DE NEGOCIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS – VISIBILIDADE



É a fase de compreensão do problema e das suas causas, análise do contexto, debate de ideias e teorias, audição de parceiros – *stakeholders* e confronto de posições e interesses divergentes. As unidades de informação caracterizadas nesta categoria foram consideradas neutras, pois trazem informação que sustenta a opinião parcial e favorável ou desfavorável ao processo de negociação das políticas públicas.

As características dos actores governamentais e as características e atitude dos professores foram os aspectos abordados em segundo e terceiro lugar, respectivamente, e em ambos os casos com uma orientação desfavorável, apesar da diferença significativa de valores absolutos, 5,8% para os professores contra 48,6% para os actores governamentais (Quadro 16).

QUADRO 16: PROCESSOS DE NEGOCIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS - TABELA DE ÍNDICES POR CATEGORIA DE CONTEÚDO

Repartição das UI		Índices em relação ao tema enquadrador		Índices por categorias		
Categorias	Número	Visibilidade %	Peso-tendência %	Parcialidade %	Orientação %	
Processos de condução das políticas públicas em democracia	245	18,7				
Personalização/Liderança dos actores Governamentais	214	16,4	7,78 -	76,6	48,6 -	
Professores	154	11,8	0,67 -	53,9	5,8 -	
Ministério da Educação	137	10,5	7,93 -	87,6	77,4 -	
Partidos Políticos/Políticos	133	10,2	6,36 -	71,4	63,9 -	
Sindicatos/Movimentos – Governo	112	8,6	4,94 -	60,7	58,9 -	
XVII Governo	96	7,3	5,01 -	74,0	69,8 -	
Greves e manifestações	84	6,4				
Governo-Professores	79	6,0	4,34 -	73,4	73,4 -	
Governo-Sindicatos da Educação	26	2,0	0,60 -	61,5	30,8 -	
Formas não convencionais de participação política	20	1,5				
Conselho de Escolas/Conselho Executivo/Director	8	0,6	0,30 -	50,0	50,0 -	
Percepção geral						
Totais	1308	100				
				Parcialidade e Orientação	51,9	38,8 -
			Impacto e tendência da opinião	37,9 -		

Note-se que apesar da grande visibilidade dada à categoria de conteúdo “Professores”, quer a orientação quer a parcialidade são as mais baixas, o que revela que o problema não foi colocado nesta

classe profissional. Como público-alvo da política de avaliação, é natural que os professores sejam referidos com frequência mas tal é feito com muito pouca convicção e com elevado número de opiniões neutras (71 UI em 154) (Anexo 4).

A impressão negativa mais acentuada (7,93% de 37,9%) foi para o Ministério da Educação como instituição responsável pela implementação das políticas educativas, classificada frequentemente como estrutura burocrática e centralizadora e com uma orientação negativa muito grande (77,4%). É a categoria, dentro deste tema que obteve maior percentagem de opiniões parciais negativas (113 UI em 137, ou seja, 82,5%). O ataque aos actores governamentais (questões de liderança e personalização) e as estratégias e táticas utilizadas pelo XVII Governo no processo de negociação das políticas públicas (em geral e para com os professores), registaram valores negativos de tendência muito acentuados (7,78% e 9,95%, respectivamente).

Segundo Daniel Innerarity (2006) uma maneira utilizada pelos meios de comunicação de reduzir a complexidade do mundo e absorver a insegurança consiste em converter os acontecimentos em coisas imputáveis, personalizar os problemas, atribuir a alguém a responsabilidade pelo que acontece, arranjar culpados o que, como disse Nietzsche, “é um procedimento típico do mito: pôr um agente atrás de um acontecimento” (Innerarity, 2006, p. 94). Talvez resida nesta função dos *media* a explicação para a elevada visibilidade e valor do peso-tendência da categoria “Personalização/Liderança dos actores Governamentais”.

As estratégias e táticas utilizadas pelos sindicatos e pelos políticos (actores não governamentais) ou pelos partidos políticos nos processos de construção das políticas educativas, também foram alvo do interesse dos OM. No conjunto foram emitidas opiniões, com convicção (58,9% e 63,9%, respectivamente). Os valores de peso-tendência foram 4,94%- e 6,36%-, respectivamente pelo que, estes actores fizeram parte do problema.

A opinião foi emitida sobre todos os assuntos enquadrados neste tema de uma forma negativa ou desfavorável apresentando as questões relacionadas com estratégia um destaque superior a 34%¹⁸ e um impacto superior a metade do impacto global do tema (peso-tendência de 21,25% em 37,9%).

¹⁸ A categoria de conteúdo “Processos de condução das políticas públicas em democracia” que comporta ideias, reflexões e preocupações dos OM, também dizem respeito a questões de estratégia. Temos, a título de exemplo as duas primeiras passagens que se seguem da autoria de Santana Castilho, e a terceira de Vital Moreira:

“[...] Ora, se gerir é conduzir uma organização para o cumprimento dos seus objectivos, também é fazê-lo com o maior contentamento possível das pessoas envolvidas no processo. Fazer isto supõe, consideradas as circunstâncias, a capacidade de eleger a estratégia adequada e a competência para fazer as escolhas certas.” (*Público*, 02-09-09);

“[...] Com efeito, a insuficiente tentativa de obter consensos possíveis sobre esses temas e o fomento de climas de quase ódio entre correntes doutrinárias opostas e ideologias políticas diversas têm impedido que as decisões perdurem para além dos tempos políticos e mudem em função do livre arbítrio de sucessivos governos e ministros” (*Público*, 08-07-09);

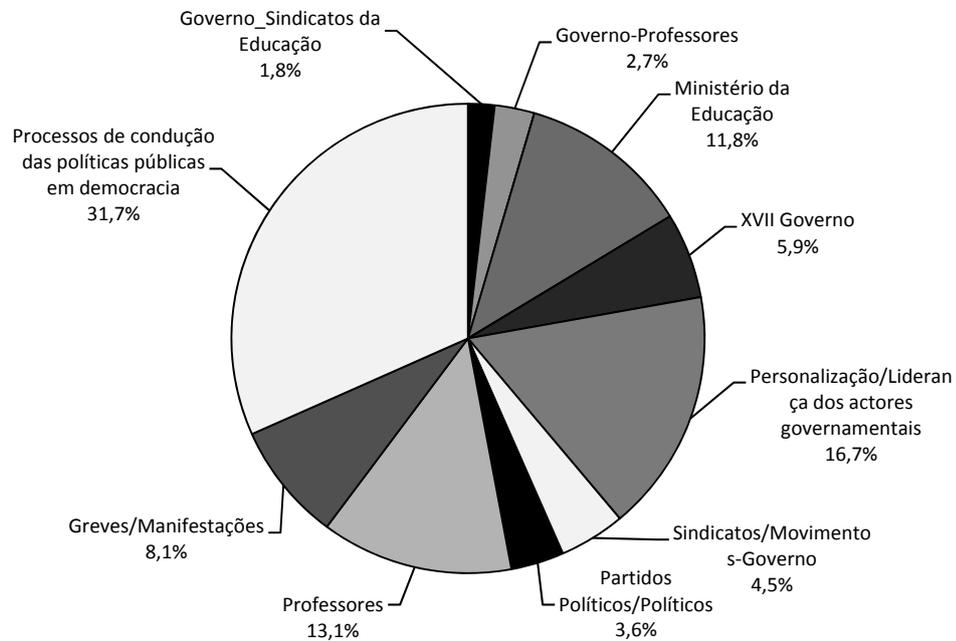
Os grupos “jornalistas”, “professores universitários e investigadores” e “profissionais liberais/quadros superiores” foram os que mais ideias, preocupações e reflexões apresentaram sobre os processos de condução das políticas públicas em democracia. Tendo sido também os que se apresentam com maior visibilidade no nosso *corpus* estes valores podem não traduzir uma relação directa com o conhecimento e a profundidade da argumentação, pelo que é necessário proceder a uma análise comparativa em cada grupo profissional.

2.3.2.1 As Vozes do Grupo “Profissionais Liberais/Quadros Superiores”

Em relação às várias categorias de conteúdo presentes no tema enquadrador “Processos de negociação das políticas públicas” foram os OM do grupo “profissionais liberais/quadros superiores” que proporcionalmente mais ideias, preocupações e reflexões apresentaram: 31,7% das UI contabilizadas deste grupo, neste tema enquadrador, dizem respeito a esta categoria de conteúdo (Gráfico 8). Correspondem a 18,2% do conjunto de UI identificadas nas suas fichas temáticas e equivalem a 28,6% do total das 245 UI registadas como ideias, preocupações e reflexões acerca dos processos de condução das políticas públicas em democracia. Podemos considerar este grupo como o que incorporou mais conhecimento na argumentação da sua opinião sobre este tema.

Vital Moreira, “[...] Costuma dizer-se que as reformas devem ser feitas com os profissionais dos sectores em causa. A tese não é em geral verdadeira, verificando-se quase sempre a oposição dos interesses profissionais afectados. Na maior parte dos casos, os profissionais são mais forças de conservação e de reacção do que de mudança.” (*Público*, 04-03-2008) .

GRÁFICO 8: VISIBILIDADE - CATEGORIAS DE CONTEÚDO DO TEMA ENQUADRADOR “PROCESSOS DE NEGOCIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS” – PERSPECTIVA DO GRUPO “PROFISSIONAIS LIBERAIS/QUADROS SUPERIORES”



Este grupo dá uma imagem global positiva das estratégias e táticas utilizadas pelo Governo para com os sindicatos no processo de negociação das políticas educativas, embora com um valor de peso-tendência muito fraco devido à baixa visibilidade e parcialidade (Quadro 17).

A força da sua opinião foi principalmente para a crítica ao Ministério da Educação (valor peso-tendência 11,45% -), apesar de não ter sido a categoria com maior presença; foi também a que ficou em segundo lugar na percentagem de críticas negativas (UI emitidas em tom desfavorável, 73%). Argumentos relacionados com características dos governantes marcaram uma forte presença, mas foram em grande parte afirmações emitidas em tom neutro.

QUADRO 17: TEMA “PROCESSOS DE NEGOCIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS” – TABELA DE ÍNDICES POR CATEGORIA DE CONTEÚDO – PERSPECTIVA DO GRUPO “PROFISSIONAIS LIBERAIS/QUADROS SUPERIORES”

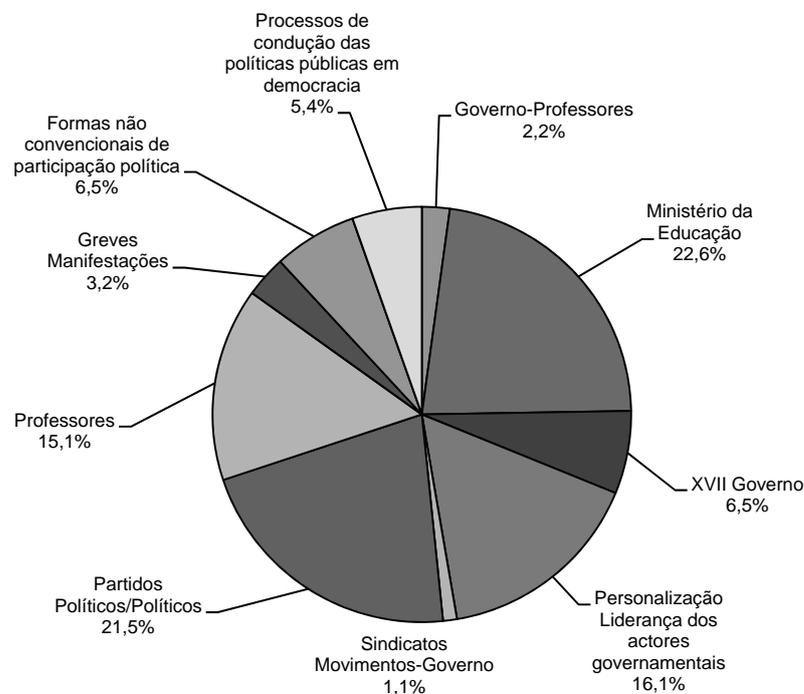
Repartição das UI		Índices em relação ao tema enquadrador		Índices por categorias	
Categorias	Número	Visibilidade %	Peso-tendência %	Parcialidade %	Orientação %
Governo-Sindicatos da Educação	4	1,8	0,60 +	25,0	25,0 +
Governo-Professores	6	2,7	3,01 -	83,3	83,3 -
Ministério da Educação	26	11,8	11,45 -	73,1	73,1 -
XVII Governo	13	5,9	4,82 -	61,5	61,5 -
Personalização/Liderança dos actores Governamentais	37	16,7	4,22 -	67,6	18,9 -
Sindicatos/Movimentos – Governo	10	4,5	3,01 -	50,0	50,0 -
Partidos Políticos/Políticos	8	3,6	1,20 -	25,0	25,0 -
Professores	29	13,1	2,41 -	34,5	13,8 -
Conselho de Escolas/Conselho Executivo/Director	0	0	0,00	0,0	0,0
Greves e manifestações	18	8,1			
Formas não convencionais de participação política	0	0			
Processos de condução das políticas públicas em democracia	70	31,7			
Percepção geral					
Totais	221	100			
Parcialidade e Orientação				33,9	22,2 -
Impacto e tendência da opinião			29,5 -		

2.3.2.2 As Vozes do Grupo “Professores do Ensino Básico e Secundário”

O grupo profissional que menos ideias e reflexões apresentou acerca dos processos de condução das políticas públicas em democracia foi o dos “professores do ensino básico e secundário”. Registou nesta categoria apenas 5,4% UI (Gráfico 9). Para este grupo de OM as questões relacionadas com

estratégia parecem ser secundárias. A estas é-lhes dada uma visibilidade de apenas 31,3% sendo que às estratégias e táticas utilizadas pelos partidos políticos ou pelos políticos (actores não governamentais) é dado mais relevo (21,5%). É de realçar o facto de 15 das UI classificadas (com tom negativo) nesta última categoria serem da autoria de Francisco Teixeira tendo sido dirigidas principalmente à estratégia do Partido Social-Democrata. As restantes UI classificadas nesta categoria foram emitidas em tom neutro.

GRÁFICO 9: VISIBILIDADE - CATEGORIAS DE CONTEÚDO DO TEMA ENQUADRADOR “PROCESSOS DE NEGOCIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS” – PERSPECTIVA DO GRUPO “PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO”



O empenho e o compromisso deste grupo profissional foi para as categorias “Ministério da Educação”, “Personalização/Liderança dos actores Governamentais” e para os “Partidos Políticos/Políticos”, tendo-se manifestado de uma forma global desfavorável, colocando o problema respeitante ao processo de negociação das políticas públicas nestes três factores: pessoas, instituições e estruturas partidárias (Quadro 18).

QUADRO 18: TEMA “PROCESSOS DE NEGOCIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS” – TABELA DE ÍNDICES POR CATEGORIA DE CONTEÚDO – PERSPECTIVA DO GRUPO “PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO”

Repartição das UI		Índices em relação ao tema enquadrador		Índices por categorias	
Categorias	Número	Visibilidade %	Peso-tendência %	Parcialidade %	Orientação %
Governo-Sindicatos da Educação	0	0	0	0	0
Governo-Professores	2	2,2	1,35 -	100,0	100,0 -
Ministério da Educação	21	22,6	12,83 -	90,5	90,5 -
XVII Governo	6	6,5	4,05 -	100,0	100,0 -
Personalização/Liderança dos actores Governamentais	15	16,1	10,13 -	100,0	100,0 -
Sindicatos/Movimentos – Governo	1	1,1	0,68 -	100,0	100,0 -
Partidos Políticos/Políticos	20	21,5	10,14 -	75	75 -
Professores	14	15,1	6,76 +	85,7	71,4 +
Conselho de Escolas/Conselho Executivo/Director	0	0	0	0	0
Greves e manifestações	3	3,2			
Formas não convencionais de participação política	6	6,5			
Processos de condução das políticas públicas em democracia	5	5,4			
Percepção geral					
Totais	93	100			
Parcialidade e Orientação				75,3%	51,6% -
Impacto e tendência da opinião			32,4% -		

O ataque às características dos actores governamentais e à actuação do Governo relativamente aos professores foi feito com muita convicção (100%), todas as UI foram classificadas com tom negativo.

Este grupo profissional procurou deixar na opinião pública um impacto favorável sobre a sua própria classe profissional (peso-tendência na categoria “Professores” positiva, 6,76%). É ainda de salientar que este grupo não emitiu qualquer opinião sobre os órgãos directivos das escolas ou sobre o conselho de escolas.

2.3.2.3 As Vozes do Grupo “Professores Universitários e Investigadores”

Além do grupo dos professores do ensino básico e secundário, também o grupo “professores universitários e investigadores” procurou deixar na opinião pública um resíduo favorável dos primeiros (0,2%) (Quadro 19).

QUADRO 19: TEMA “PROCESSOS DE NEGOCIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS” – TABELA DE ÍNDICES POR CATEGORIA DE CONTEÚDO – PERSPECTIVA DO GRUPO “PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS E INVESTIGADORES”

Repartição das UI		Índices em relação ao tema enquadrador		Índices por categorias	
Categorias	Número	Visibilidade %	Peso-tendência %	Parcialidade %	Orientação %
Governo-Sindicatos da Educação	11	3,1	1,78 -	100,0	81,8 -
Governo-Professores	18	5,0	3,37 -	94,4	94,4 -
Ministério da Educação	35	9,7	4,95 -	88,6	71,4 -
XVII Governo	27	7,5	4,55 -	85,2	85,2 -
Personalização/Liderança dos actores Governamentais	66	18,3	11,09 -	93,9	84,8 -
Sindicatos/Movimentos – Governo	22	6,1	2,77 -	72,7	63,6 -
Partidos Políticos/Políticos	37	10,3	5,15 -	86,5	70,3 -
Professores	41	11,4	0,20 +	61,0	2,4 +
Conselho de Escolas/Conselho Executivo/Director	6	1,7	0,79 -	66,7	66,7 -
Greves e manifestações	20	5,6			
Formas não convencionais de participação política	8	2,2			
Processos de condução das políticas públicas em democracia	69	19,2			
Percepção geral					
Totais	360	100			
Parcialidade e Orientação				61,4	48,1 -
Impacto e tendência da opinião			34,3 -		

De facto, verifica-se no tratamento das UI deste grupo uma grande presença de UI relacionadas com características dos professores (categoria de conteúdo “Professores”), mas foi a opinião (favorável) que registou um valor de peso-tendência mais baixo: 0,20%. As opiniões foram emitidas com pouca paixão sobre o assunto, pois obteve uma parcialidade relativamente baixa (61%), visto 39% das UI terem sido emitidas em tom neutro, o que indica que neste aspecto não foi identificado problema. Em contrapartida, praticamente quase se verificou unanimidade no tom com que foram emitidas as opiniões relativamente às estratégias e táticas utilizadas pelos governantes na relação com os professores.

Este grupo profissional da academia empenhou-se nas críticas relacionadas com questões de estratégia de governação mas também de actuação dos sindicatos e partidos políticos (mais de metade do valor do peso-tendência é obtido nestas cinco categorias), dando ainda uma visibilidade considerável a factores relacionados com a personalização e liderança dos actores governamentais.

Os governantes foram assinalados como o maior problema nos processos de negociação das políticas públicas (valor de visibilidade e peso-tendência mais elevados, 18,3% e 11,09% - respectivamente). Note-se que 52 das 59 UI classificadas nesta categoria com tom negativo são da autoria de Santana Castilho que é o autor de 25 das 44 fichas temáticas deste grupo profissional.

O grupo “professores universitários e investigadores” apresenta também um número significativo de UI dedicado a ideias, reflexões e preocupações sobre os processos de condução das políticas públicas (69 em 360 UI emitidas pelo grupo sobre o tema, ou seja 19%), fazendo assim uso de conhecimentos académicos para fundamentar a opinião. Correspondem a 8,4 % do conjunto de UI identificadas nas suas fichas temáticas e equivalem a 28% do total das 245 UI registadas como ideias, preocupações e reflexões acerca dos processos de condução das políticas públicas em democracia.

2.3.2.4 As Vozes do Grupo “Jornalistas”

O grupo “jornalistas” dá também grande visibilidade às questões relacionadas com a personalização e liderança dos actores governamentais mas, não consegue deixar uma marca significativamente desfavorável a este respeito (Quadro 2020). Muitas UI foram emitidas em tom neutro e verificou-se divergência de opiniões.

As estratégias e táticas dos sindicatos e dos partidos políticos enquanto parceiros nos processos de construção das políticas públicas foram assinaladas como problema, mas as críticas não foram manifestadas com tanto interesse e fervor quanto as dirigidas ao Ministério da Educação. Relacionando os valores obtidos nos índices das diferentes categorias, podemos afirmar que o busílis da questão foi colocado principalmente no funcionamento do Ministério da Educação enquanto estrutura burocrática responsável pela implementação e avaliação das políticas educativas, não deixando, no entanto, de criticar e de dar importância às estratégias dos sindicatos e dos partidos políticos.

QUADRO 20: TEMA “PROCESSOS DE NEGOCIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS” – TABELA DE ÍNDICES POR CATEGORIA DE CONTEÚDO – PERSPECTIVA DO GRUPO L “JORNALISTAS”

Repartição das UI		Índices em relação ao tema enquadrador		Índices por categorias	
Categorias	Número	Visibilidade %	Peso-tendência %	Parcialidade %	Orientação %
Governo-Sindicatos da Educação	11	2,0	0,00	36,4	0,0
Governo-Professores	48	8,6	6,44 -	60,4	60,4 -
Ministério da Educação	40	7,1	7,78 -	92,5	87,5 -
XVII Governo	39	7,0	4,89 -	61,5	56,4 -
Personalização/Liderança dos actores Governamentais	82	14,6	5,33 -	63,4	29,3 -
Sindicatos/Movimentos – Governo	73	13,0	9,56 -	58,9	58,9 -
Partidos Políticos/Políticos	67	12,0	9,11 -	67,2	61,2 -
Professores	63	11,3	3,33 -	52,4	23,8 -
Conselho de Escolas/Conselho Executivo/Director	2	0,4	0,00	0,0	0,0
Greves e manifestações	41	7,3			
Formas não convencionais de participação política	5	0,9			
Processos de condução das políticas públicas em democracia	89	15,9			
Percepção geral					
Totais	560	100			
Parcialidade e Orientação				47,7	37,3 -
Impacto e tendência da opinião			46,4 -		

Este grupo emitiu uma quantidade significativa (15%) de ideias e reflexões sobre os processos de negociação das políticas públicas em democracia, contribuindo com 36% das reflexões produzidas sobre o assunto.

Um último aspecto interessante, neste grupo profissional é o facto de apenas 7,3% das UI dizerem respeito a acontecimentos como greves e manifestações, sendo inferior, em termos percentuais, ao número de UI emitidas sobre o assunto pelo grupo “profissionais liberais/quadros superiores”. Talvez este facto esteja relacionado com a visibilidade que os jornais dão, enquanto serviço noticioso, às greves e manifestações.

2.3.2.5 As Vozes do Grupo “Outros Sectores de Actividade”

O grupo “outros sectores de actividade” dá visibilidade nula à categoria “Governo-Sindicatos da Educação” (Quadro 21). Este é um facto curioso, tanto mais que um dos OM que integram este grupo é Mário Nogueira, sendo que 35% das UI recolhidas das fichas temáticas deste grupo são da sua autoria. Poder-nos-emos questionar se não será esta uma forma de tornar mais credível a opinião que emite.

Por outro lado, a maior aposta argumentativa, onde foi colocado o foco do problema no que diz respeito ao processo de negociação da política, foi na actuação do Governo relativamente aos professores e no Ministério da Educação. Como não poderia deixar de ser, algumas (duas) UI classificadas na categoria “Governo-Professores” bem como nas categorias “Ministério da Educação” (2 em 5) e “Personalização/Liderança dos actores Governamentais” (6, sendo 2 negativas e 4 neutras, quanto ao tom), são da autoria de Mário Nogueira, alimentando a representação colectiva e o estereótipo que circula de si. Este grupo profissional deu mais importância à categoria “Professores” mas nem por isso conseguiu passar a este respeito uma impressão favorável, assim como também não argumentou com maior empenho e convicção relativamente a outros grupos.

QUADRO 21: TEMA “PROCESSOS DE NEGOCIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS” - TABELA DE ÍNDICES POR CATEGORIA DE CONTEÚDO – PERSPECTIVA DO GRUPO “OUTROS SECTORES DE ACTIVIDADE”

Repartição das UI		Índices em relação ao tema enquadrador		Índices por categorias	
Categorias	Número	Visibilidade %	Peso-tendência %	Parcialidade %	Orientação %
Governo-Sindicatos da Educação	0	0,0	0,00	0,0	0,0
Governo-Professores	5	12,5	16,67 -	100,0	100,0 -
Ministério da Educação	5	12,5	16,67 -	100,0	100,0 -
XVII Governo	1	2,5	3,33 -	100,0	100,0 -
Personalização/Liderança dos actores Governamentais	6	15,0	6,67 -	33,3	33,3 -
Sindicatos/Movimentos – Governo	6	15,0	10,00 -	50,0	50,0 -
Partidos Políticos/Políticos	1	2,5	3,33 -	100,0	100,0 -
Professores	7	17,5	3,33 -	42,9	14,7 -
Conselho de Escolas/Conselho Executivo/Director	0	0,0	0	0	0
Greves e manifestações	2	5,0			
Formas não convencionais de participação política	1	2,5			
Processos de condução das políticas públicas em democracia	6	15,0			
Percepção geral					
Totais	40	100			
Parcialidade e Orientação				50,0	45,0 -
Impacto e tendência da opinião			60,0 -		

2.3.2.6 As Vozes do Grupo “Políticos”

O grupo “políticos” fundamentou a sua opinião utilizando apenas argumentos respeitantes ao Ministério da Educação, estratégia e táticas utilizadas pelo Governo no processo de negociação das políticas públicas em geral e dirigidas às características dos governantes (Quadro 22).

Fizeram-no em tom parcialmente negativo, verificando-se divergência de pontos de vista neste grupo, a ponto de, por exemplo, no que respeita a questões de personalização e liderança dos actores governamentais, todas as opiniões serem emitidas em tom parcial mas com orientação nula, isto é, metade foram emitidas em tom positivo e metade em tom negativo. O busílis foi colocado basicamente nas estratégias de actuação do XVII Governo.

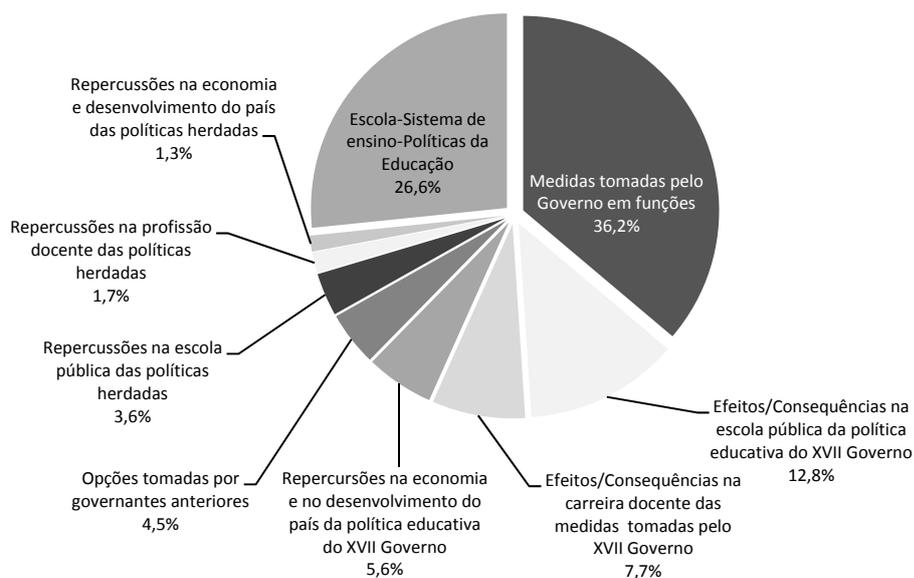
QUADRO 22: TEMA ENQUADRADOR “PROCESSOS DE NEGOCIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS” – TABELA DE ÍNDICES POR CATEGORIA DE CONTEÚDO – PERSPECTIVA DO GRUPO “POLÍTICOS”

Repartição das UI		Índices em relação ao tema enquadrador		Índices por categorias	
Categorias	Número	Visibilidade %	Peso-tendência %	Parcialidade %	Orientação %
Governo-Sindicatos da Educação	0	0	0	0	0
Governo-Professores	0	0	0	0	0
Ministério da Educação	10	29,4	8,11 -	90,0	30,0 -
XVII Governo	10	29,4	18,92 -	90,0	70,0 -
Personalização/Liderança dos actores Governamentais	8	23,5	0	100,0	0
Sindicatos/Movimentos – Governo	0	0	0	0	0
Partidos Políticos/Políticos	0	0	0	0	0
Professores	0	0	0	0	0
Conselho de Escolas/Conselho Executivo/Director	0	0	0	0	0
Greves e manifestações	0	0			
Formas não convencionais de participação política	0	0			
Processos de condução das políticas públicas em democracia	6	17,6			
Percepção geral					
Totais	34	100			
Parcialidade e Orientação				76,5	29,4 -
Impacto e tendência da opinião			27,0 -		

2.3.3 As Vozes a Propósito do Tema “Medidas de Política Educativa”

Por observação do Gráfico 10 verificamos que a categoria de conteúdo mais visível na abordagem deste tema enquadrador respeita às medidas tomadas pelo Governo em funções à data da publicação da opinião (36,3% de UI). O conjunto de ideias, reflexões e preocupações manifestadas pelos OM e que contribuíram para sustentar a opinião formulada foi bastante visível (26,6% de UI). Foi referido com alguma visibilidade o impacto das opções governamentais quer na escola pública quer na carreira docente. Veremos se esses efeitos corresponderam às expectativas ou se pelo contrário as repercussões foram consideradas prejudiciais. 11,1% das UI dizem respeito a afirmações relacionadas com políticas educativas anteriores ao XVII Governo.

GRÁFICO 10: MEDIDAS DE POLÍTICA EDUCATIVA – VISIBILIDADE



“Medidas tomadas pelo Governo em funções” à data da publicação dos artigos, foi a categoria com maior visibilidade mas com pouca concordância relativa quanto à opinião emitida, pois é a que apresenta um valor de índice de orientação, desfavorável, mais baixo (35,8%) (Quadro 23).

De entre as referências emitidas em tom negativo relativamente à política educativa do Governo, encontram-se quatro que dizem respeito ao XVIII Governo. As opiniões dividiram-se, pois apesar da

tonalidade predominante ter sido negativa, foram identificadas 46 UI (em 193 UI) que indicam uma posição favorável relativamente a uma série de opções tomadas na área da Educação pelo XVII Governo. Além disso foram emitidas 30 UI neutras. O efeito destes valores repercutiu-se no valor obtido no índice peso-tendência (5,16% -) que é bastante baixo face à sua visibilidade, pelo que, o problema não foi claramente posicionado nas opções de política educativa.

QUADRO 23: MEDIDAS DE POLÍTICA EDUCATIVA – TABELA DE ÍNDICES POR CATEGORIA DE CONTEÚDO

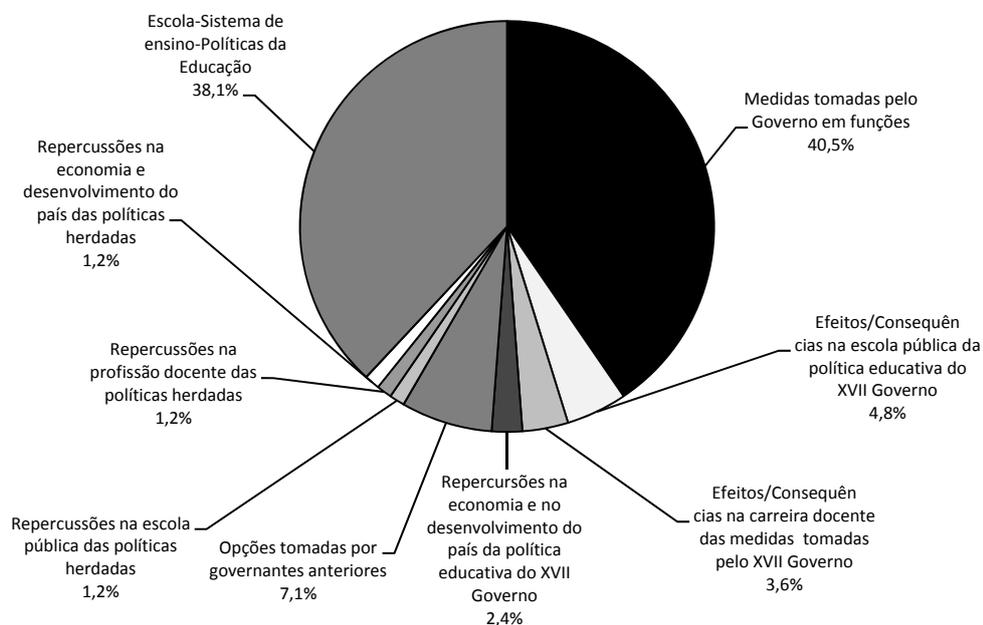
Repartição das UI		Índices em relação ao tema enquadrador		Índices por categorias	
Categorias	Número	Visibilidade %	Peso-tendência %	Parcialidade %	Orientação %
Medidas tomadas pelo Governo em funções	193	36,2	5,16 -	84,5	35,8 -
Escola-sistema de ensino-políticas da Educação	142	26,6			
Efeitos/Consequências na escola pública da política educativa do XVII Governo	68	12,8	3,59 -	94,1	70,6 -
Efeitos/Consequências na carreira docente das medidas tomadas pelo XVII Governo	41	7,7	2,40 -	92,7	78,0 -
Repercussões na economia e desenvolvimento do país da política educativa do XVII Governo	30	5,6	1,27 -	90,0	56,7 -
Opções tomadas por governantes anteriores	24	4,5	1,27 -	79,2	70,8 -
Repercussões na escola pública das políticas herdadas	19	3,6	1,12 -	89,5	78,9 -
Repercussões na profissão docente das políticas herdadas	9	1,7	0,52 -	77,8	77,8 -
Repercussões na economia das políticas herdadas	7	1,3	0,37 -	100,0	71,4 -
Percepção geral					
Totais	533	100			
Parcialidade e Orientação				64,2	39,4 -
Impacto e tendência da opinião			15,7 -		

Cinquenta e nove UI, ou seja, 11,1%, referem-se a medidas tomadas por governos anteriores ao XVII Governo e às repercussões dessas medidas. Verifica-se pela tonalidade (que é também predominantemente desfavorável) que se mantém um discurso negativista e desmoralizador sobre a política educativa, independentemente das políticas educativas terem sido implementadas, ou das decisões terem sido tomadas por governos maioritariamente de centro direita ou de centro esquerda.

2.3.3.1 As Vozes do Grupo “Profissionais Liberais/Quadros Superiores”

O grupo “profissionais liberais/quadros superiores” centrou a sua atenção nas medidas tomadas pelo XVII Governo (Gráfico 11) durante o primeiro ciclo de avaliação (note-se que os artigos deste grupo são todos anteriores a 27 de Setembro de 2009).

GRÁFICO 11: VISIBILIDADE – CATEGORIAS DE CONTEÚDO DO TEMA R “MEDIDAS DE POLÍTICA EDUCATIVA” - PERSPECTIVA DO GRUPO “PROFISSIONAIS LIBERAIS/QUADROS SUPERIORES”



Nas suas ideias, preocupações e reflexões encontram-se aspectos que se referem a opções que foram, ou não, tomadas em consideração pelos diversos governos nos últimos anos.¹⁹ São referências

¹⁹ Vejamos alguns exemplos de UI classificadas como ideias, reflexões e preocupações, nesta área temática:

i) da autoria de Rui Ramos:

“[...] Se falhar, perante os ultras do sindicalismo e da movimentação, vamos ver quase de certeza, nos próximos tempos, o 25 de Abril educativo que alguns andam a reclamar há anos: autonomia e governo próprio das escolas (já quase toda a gente aprendeu a falar disso), novas formas de financiamento (dirigido às famílias e não aos estabelecimentos de ensino), integração de escolas estatais e privadas num mesmo sistema público concorrencial, avaliação de escolas e professores baseada nos resultados dos exames, e por aí fora. É o que falta experimentar, e há-de provavelmente ser experimentado. Mais não seja, por simples falta de alternativa, depois do colapso das actuais reformas[...]” (*Público*19-11-2008);

que manifestam uma preocupação pelo funcionamento do sistema educativo, sinalizando um conjunto de factores que condicionam à partida o sucesso de muitas medidas e que necessitam de muita reflexão. João Freire, em Agosto de 2009, vésperas das eleições legislativas, manifesta a sua preocupação para com a estabilidade das políticas educativas:

[...] No momento presente, uma questão importante parece ser a de como, face à maré eleitoralista e populista, serão conservados ou desaproveitados os esforços dos últimos anos para melhorar o desempenho da educação e a qualificação, humana, cidadã e profissional, da população (João Freire, *Público*, 07-09-09).

QUADRO 24: TEMA “MEDIDAS DE POLÍTICA EDUCATIVA” – TABELA DE ÍNDICES POR CATEGORIA DE CONTEÚDO – PERSPECTIVA DO GRUPO “PROFISSIONAIS LIBERAIS/QUADROS SUPERIORES”

Repartição das UI		Índices em relação ao tema enquadrador		Índices por categorias	
Categorias	Número	Visibilidade %	Peso-tendência %	Parcialidade %	Orientação %
Medidas tomadas pelo Governo em funções	34	40,5	7,23 +	82,4	35,3 +
Opções tomadas por governantes anteriores	6	7,1	3,01 -	83,3	83,3 -
Efeitos/Consequências na escola pública da política educativa do XVII Governo	4	4,8	1,81 -	75,0	75,0 -
Efeitos/Consequências na carreira docente das medidas tomadas pelo XVII Governo	3	3,6	0,60 -	100,0	33,3 -
Repercussões na economia e desenvolvimento do país da política educativa do XVII Governo	2	2,4	0,60 +	50,0	50,0 +
Repercussões na escola pública das políticas herdadas	1	1,2	0,60 -	100,0	100,0 -
Repercussões na profissão docente das políticas herdadas	1	1,2	0	0	0
Repercussões na economia das políticas herdadas	1	1,2	0,60 -	100,0	100,0 -
Escola-sistema de ensino-políticas da Educação	32	38,1			
Percepção geral					
Totais	84	100			
Parcialidade e Orientação				50,0	2,4 +
Impacto e tendência da opinião			1,2 +		

“[...] Entre o telemóvel de Março e a greve de Dezembro, o actual sistema de ensino deu-se a conhecer em todo o seu esplendor. Os alunos não respeitam os professores porque sabem que, numa escola que se quer "inclusiva" a todo o custo, nada de sério lhes pode acontecer, por pior que seja o seu comportamento [...]” (*Público* 10-12-2008)

ii) da autoria de António Barreto:

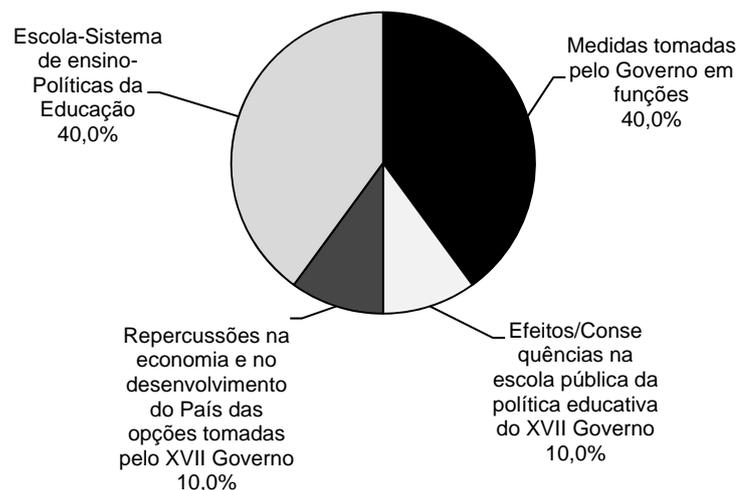
“[...] A grande tradição centralista, integrada e unificada da educação pública em Portugal é responsável pela mediocridade de resultados e pelo desperdício de enormes recursos financeiros vertidos, desde há trinta anos, por cima do sistema, sem resultados proporcionais. É essa tradição que é responsável pela ausência de espírito comunitário nas nossas escolas. Pelo desdém que as autarquias dedicam às escolas. Pela apatia e impotência dos pais. Pelo facto de tantos professores desistirem do orgulho nas suas carreiras e do brio no exercício da sua profissão.[...]” (*Público* 16-11-2008)

Este grupo manifesta-se globalmente favorável às opções de política educativa que foram tomadas pelo XVII Governo, embora sem grande convicção, pelo facto das opiniões não terem sido muito convergentes no tom utilizado (Quadro 24). De qualquer modo a impressão que procuraram deixar foi considerável face à visibilidade que lhe foi dada, sendo o único grupo a contribuir com uma opinião globalmente favorável sobre as políticas educativas e as opções do Governo na área educativa.

2.3.3.2 As Vozes do Grupo “Políticos”

O número de UI dedicadas a este tema enquadrador por parte do grupo “políticos” foi bastante reduzido (10 UI) (Gráfico 12). Este aspecto foi portanto, pouco preocupante para este grupo

GRÁFICO 12: VISIBILIDADE – CATEGORIAS DE CONTEÚDO DO TEMA “MEDIDAS DE POLÍTICA EDUCATIVA” - PERSPECTIVA DO GRUPO “POLÍTICOS”



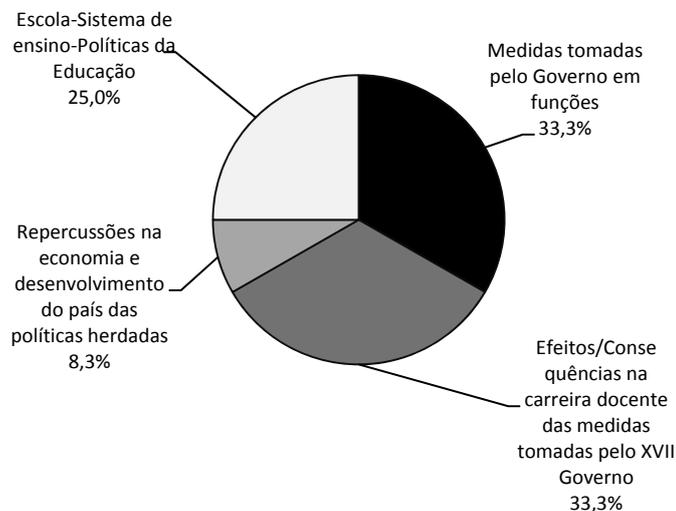
Quatro UI foram emitidas em tom negativo, cinco UI neutras e uma UI foi emitida em tom favorável.

Dos três OM que integram este grupo, só um, Pedro Duarte, manifestou algumas ideias e preocupações (4 UI) para com a escola pública das quais destacamos duas²⁰.

2.3.3.3 As Vozes do Grupo “Outros Sectores de Actividade”

O grupo profissional “outros sectores de actividade” também não deu grande importância às opções de política educativa (12 UI) (Gráfico 13), pelo que, para este grupo o problema também não se colocou nas medidas de política educativa.

GRÁFICO 13: VISIBILIDADE – CATEGORIAS DE CONTEÚDO DO TEMA “MEDIDAS DE POLÍTICA EDUCATIVA” - PERSPECTIVA DO GRUPO “OUTROS SECTORES DE ACTIVIDADE”



²⁰ “[...] Do que aqui se pretende tratar hoje é, porém, do curto prazo. Da “crise”, do impasse, da angústia que se vive nas nossas escolas. Se quisermos encontrar atenuantes para o aumento do número de casos de desrespeito, indisciplina e até violência, não nos faltarão munições. Ele é o contexto familiar, as dificuldades de integração, a exclusão social ou até a influência dos videojogos [...]” (Pedro Duarte, *Público*, 07-01-2009);

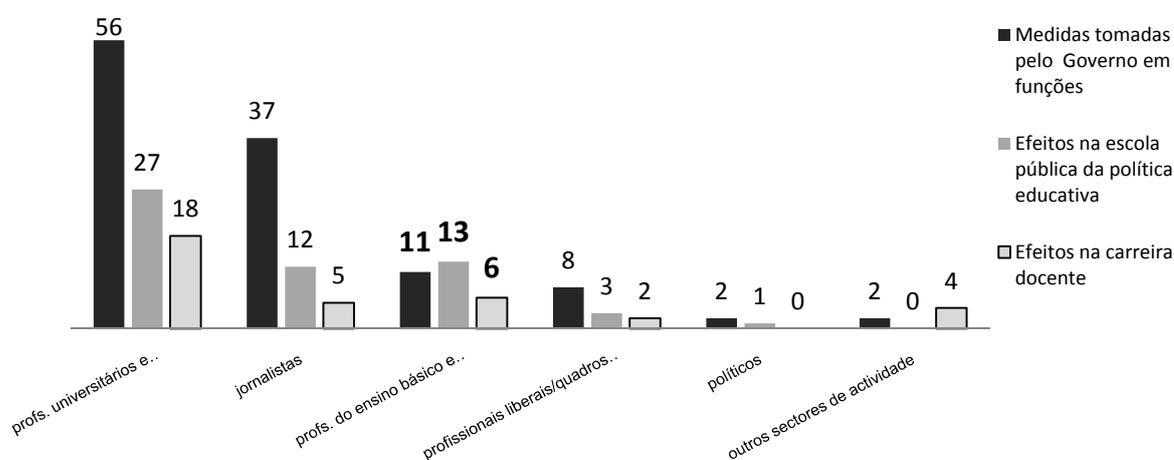
“[...] Portugal precisa do oposto: de uma aposta na exigência, trabalho, mérito, conhecimento, nas competências e na qualidade de ensino. Não há outra via para o sucesso [...]” (Pedro Duarte, *Público*, 07-01-2009).

Das 12 UI, sete foram emitidas em tom desfavorável, quatro neutras e uma em tom favorável, sendo que esta última diz respeito a medidas tomadas pelo Governo em funções à data. Este grupo apresentou algumas preocupações (3 UI) sobre a escola dando ênfase especial ao corpo docente, das quais destacamos duas²¹.

2.3.3.4 As Vozes do Grupo “Professores Universitários e Investigadores”

O grupo “professores universitários e investigadores” foi o que mais críticas fez às medidas tomadas na área da Educação nomeadamente, às opções tomadas pelo XVII Governo e aos seus efeitos, quer na escola pública quer na carreira docente (Gráfico 14).

GRÁFICO 14: PERSPECTIVA DE CONJUNTO DO NÚMERO DE UI NEGATIVAS EM TRÊS CATEGORIAS DE CONTEÚDO DO TEMA “MEDIDAS DE POLÍTICA EDUCATIVA” POR GRUPO PROFISSIONAL



²¹ “[...] Os alunos que pouco sabem e nada respeitam vão sendo guindados, com o aplauso irresponsável da família e à luz da fobia do elitismo que é o credo deste regime, até ao degrau irreversível da ignorância crónica, enquanto se desmotivam os melhores discípulos e os bons professores”(Rui Moreira, 02-06-2008);

“ [...] Sem retirar importância aos quadros interactivos, aos computadores ou, até, às migalhas que são abatidas às taxas de insucesso (e esqueçamos, agora, o que ocultam...), é caso para perguntar que Escola pretendem os governantes quando tão mal tratam os profissionais que nela se empenham na procura permanente do sucesso para os seus alunos.” (Mário Nogueira, *Público*, 04-10-2008)

Na argumentação do grupo de “professores universitários/investigadores” verifica-se mais concordância no que respeita aos efeitos negativos na carreira docente que na escola pública ou ainda sobre medidas tomadas pelo XVII Governo (Quadro 25).

Neste último aspecto, “opções de política educativa”, a opinião do grupo foi emitida com pouca convicção (50,6%). 75% da UI classificadas com tom negativo na categoria “Medidas tomadas pelo Governo em funções” e que dizem respeito à política educativa do XVII Governo, são da autoria de Santana Castilho, bem como 81,5% das UI classificadas com tom negativo na categoria “Efeitos/Consequências na escola pública da política educativa do XVII Governo”. Comparando os valores da visibilidade com os valores do peso-tendência das várias categorias, podemos afirmar que as consequências na carreira docente das medidas tomadas pelo XVII Governo foram dos aspectos que mais preocuparam este grupo profissional às quais ainda acrescentou um número significativo de ideias, reflexões sobre este tema enquadrador, das quais destacamos algumas²².

²² “[...] Sei que é difícil qualquer debate de fundo sobre a escola, o seu presente e o seu futuro; é uma das questões mais fortemente envezadas por quase todos aqueles que, tendo no passado sido os seus “eleitos” (a minoria de alunos que aprenderam e se “formaram”), são os que hoje escrevem e falam sobre a escola, sempre virados para uma fictícia “idade de ouro”, algures num passado perdido que gostariam de ver reaparecer. Em geral, os que mais escrevem e falam não têm qualquer ideia sobre o que é hoje uma escola pública, com uma escolaridade obrigatória alargada, num tempo de tecnologias e num mundo multicultural. O tempo não volta para trás.” (Ana Benavente, *Público* 21-02-2008);

“8...] Se, em termos internacionais, há abundantes recursos financeiros para a educação (despesa em percentagem do PIB) e se há muitos professores (poucos alunos por professor, salas de aula pequenas), por que razão há tão maus resultados?” (Luís Campos e Cunha, *Público* 22-02-2008);

“[...] Por isso, quem defende a escola pública é quem, através dela, promove o aumento da escolaridade, a universalidade e equidade no acesso, a redução da exclusão e do abandono escolar, o mérito e o prestígio público do corpo docente, o rigor e a qualidade da gestão escolar, a preeminência dos interesses dos alunos, a busca da excelência e da relevância social do seu ensino” (Vital Moreira, *Público*, 16-09-2008);

“[...] os verdadeiros donos da educação são os pedagogos e burocratas das ‘ciências da educação’ que vivem nas catacumbas da 5 de Outubro.” (Henrique Raposo, *Expresso*, 22-03-2008);

“[...] Se Portugal adoptasse o modelo descentralizado, o professor passaria a servir a comunidade onde está inserido.” (Henrique Raposo, *Expresso*, 13-09-2008);

“[...] E não custa compreender porquê. Desde os primeiros dias do regime (de facto, desde o “marcelismo”) que o Estado proclamou e garantiu uma patente falsidade: que a “educação” era a base e o motor do desenvolvimento e da igualdade (ou, se quiserem, da promoção social). Não é. Como se provou pelo interminável desastre que veio a seguir.” (Vasco Pulido Valente, *Público*, 02-03-2008);

“[...]O primeiro equívoco consiste em admitir que a sociedade portuguesa oferece aos jovens condições homogeneamente favoráveis de acesso e de relacionamento com a escola, tornando por isso fácil e padronizável a acção pedagógica.” (José Madureira Pinto, *Público*, 09-03-2008);

“[...] A qualidade do desempenho profissional dos professores é uma das variáveis que contribuem para a qualidade da formação dos jovens e que, por isso, deve ser seriamente considerada na gestão educativa.[...]” (Santana Castilho, *Público*, 20-03-2008);

“[...] A experiência mostrou-me que o problema do ensino é demasiado sério e vital para o abandonarmos ao livre arbítrio dos políticos [...]” (Santana Castilho, *Público*, 16-10-2008);

QUADRO 25: TEMA ENQUADRADOR “MEDIDAS DE POLÍTICA EDUCATIVA” – TABELA DE ÍNDICES POR CATEGORIA DE CONTEÚDO – PERSPECTIVA INDEPENDENTE DO GRUPO PROFISSIONAL “PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS E INVESTIGADORES”

Repartição das UI		Índices em relação ao tema enquadrador		Índices por categorias	
Categorias	Número	Visibilidade %	Peso-tendência %	Parcialidade %	Orientação %
Opções políticas tomadas pelo XVII Governo	81	35,7	8,12 -	87,7	50,6 -
Opções políticas tomadas por governantes anteriores ao XVII Governo	8	3,5	1,39 -	87,5	87,5 -
Efeitos/Consequências na escola pública das opções tomadas pelo XVII Governo	35	15,4	3,76 -	100	54,3 -
Efeitos/Consequências na carreira docente das opções políticas tomadas pelo XVII Governo	21	9,3	3,37 -	90,5	81,0 -
Repercussões na economia e desenvolvimento do país das opções tomadas pelo XVII Governo	18	7,9	1,78 -	94,4	50,0 -
Repercussões na escola pública das políticas herdadas	13	5,7	2,18 -	84,6	84,6 -
Repercussões na profissão docente das políticas herdadas	6	2,6	0,99 -	83,3	83,3 -
Repercussões na economia das políticas herdadas	2	0,9	0,40 -	100,0	100,0 -
Escola-sistema de ensino-políticas da Educação	43	18,9			
Percepção geral					
Totais	227	100			
Parcialidade e Orientação				73,6	48,9 -
Impacto e tendência da opinião			22,0 -		

“[...] Já aqui escrevi que a avaliação é um epifenómeno menor de uma política desastrosa para a qualidade da educação. Neste conflito, já perdeu o país. Já perderam os alunos. Já perdeu o Governo, o primeiro-ministro e a ministra da Educação. Podem agora perder os professores se não perceberem, como classe com responsabilidade social particular, que é a dignidade deles e a qualidade da escola pública que estão em jogo.[...]” (Santana Castilho, *Público*, 24-12-2008);

“[...] Que fazer para democratizar os sistemas educativos, sendo certo que factores exteriores continuam a influenciar de forma determinante os percursos dos estudantes? [...]” (Santana Castilho, *Público*, 07-01-2009);

“[...] Sendo aquilo, obviamente, o embrião do próximo programa eleitoral, dei por mim a pensar em cinco medidas que fariam a diferença, a saber: uma intervenção radical em matéria de planos de estudo e correspondentes programas, redesenhando tudo o que hoje é um vazadouro de modas pedagógicas sem nexos e de problemas sociais que não pertencem às escolas:[...]” (Santana Castilho, *Público*, 21-01-2009) ;

“[...] Afinal, para que serve a escola? Definitivamente, para colocar um determinado acervo de conhecimento ao alcance dos alunos e assim cooperar num processo educacional mais vasto, que a extravasa. O valor instrumental que esse conhecimento possa vir a representar em contexto de vida social deve ser consequência, que não objectivo determinante a que tudo se subjugue. E toda a acção educativa deve ser norteada por esta filosofia, se quisermos seres autónomos, capazes de perceberem o mundo que os rodeia. [...]” (Santana Castilho, *Público*, 22-07-2009)

Este grupo também não evitou críticas às políticas educativas implementadas por governos anteriores, assinalando uma série de repercussões negativas na escola pública, tanto que esta categoria de conteúdo assinalou um peso-tendência superior ao esperado, ou seja 2,18% em vez de 1,55%. Aliás, todas as categorias de conteúdo respeitantes a medidas educativas tomadas por governantes anteriores e repercussões na carreira docente, na escola pública ou na economia e riqueza do país, mostram um peso-tendência superior ao esperado, isto é, maior que a que se obteria distribuindo proporcionalmente o valor da tendência-impacto (22% -) pelas oito categorias de conteúdo.

2.3.3.5 As Vozes do Grupo “Professores do Ensino Básico e Secundário”

O grupo “professores do ensino básico e secundário” foi o que mais convicção colocou nas críticas às opções governamentais; fê-lo com unanimidade relativamente à maior parte das categorias (Quadro 26). Onde este grupo apontou o maior problema das opções tomadas pelo XVII Governo, que maioritariamente rejeitou, foi nas suas consequências negativas na escola pública. Este grupo apresentou algumas ideias e manifestou algumas preocupações das quais salientamos quatro²³.

²³ “[...] Portugal tem o pior sistema educativo da União Europeia e o segundo pior do conjunto de países da OCDE. Isto não é consentâneo com o objectivo de vir um dia a alcançar o pelotão da frente dos países desenvolvidos. Antes pelo contrário, distancia-nos dele. [...]” (Rui Valada, *Público*, 14-06-2008);

“[...] Poderão os mais crédulos contrapor a estas observações a bondade de várias das medidas agora anunciadas. Seria possível aceitar isso, não fosse tão flagrante que elas, não enquadradas num plano coerente e articulado das medidas efectivamente importantes (elaboração de uma nova Lei de Bases, redefinição do currículo, dos programas disciplinares e da estrutura dos ciclos de escolaridade) de pouco valerão em termos de melhoria das aprendizagens e desempenho dos alunos.[...]” (Paulo Guinote, *Público*, 03-09-2008);

“[...] O ensino obrigatório não deve ter insucesso nem abandono. O aluno não vence as barreiras escolares porque a escola o exclui de algum modo, o aluno não abandona a escola, é abandonado pela escola que não lhe proporciona aprendizagens à sua medida. A organização antiga da escola não serve.[...]” (Joviana Benedito, *Expresso*, 20-12-2008);

“[...] na luta realmente importante a travar: a luta em nome da autonomia das escolas e da profissionalidade docente, em que sejam estes, nas suas escolas, a definir os seus critérios e as suas lógicas de acção e formação, avaliação e desenvolvimento profissionais. [...]” (Francisco Teixeira, *Público*, 19-11-2008)

QUADRO 26: TEMA “MEDIDAS DE POLÍTICA EDUCATIVA” – TABELA DE ÍNDICES POR CATEGORIA DE CONTEÚDO – PERSPECTIVA DO GRUPO “PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO”

Repartição das UI		Índices em relação ao tema enquadrador		Índices por categorias	
Categorias	Número	Visibilidade %	Peso-tendência %	Parcialidade %	Orientação %
Medidas tomadas pelo Governo em funções	16	28,6	6,75 -	75,0	62,5 -
Opções tomadas por governantes anteriores	1	1,8	0,68 -	100,0	100,0 -
Efeitos/Consequências na escola pública da política educativa do XVII Governo	14	25,0	8,78 -	92,8	92,9 -
Efeitos/Consequências na carreira docente das medidas tomadas pelo XVII Governo	6	10,7	4,05 -	100,0	100,0 -
Repercussões na economia e desenvolvimento do país da política educativa do XVII Governo	3	5,4	2,03 -	100,0	100,0 -
Repercussões na escola pública das políticas herdadas	0	0	0	0	0
Repercussões na profissão docente das políticas herdadas	1	1,8	0,68 -	100,0	100,0 -
Repercussões na economia das políticas herdadas	0	0	0	0	0
Escola-sistema de ensino-políticas da Educação	15	26,8			
Percepção geral					
Totais	56	100,0			
Parcialidade e Orientação				64,3	60,7 -
Impacto e tendência da opinião			23,0 -		

2.3.3.6 As Vozes do Grupo “Jornalistas”

O grupo de OM “jornalistas” não colocou grande convicção nos argumentos que se prendem com as medidas de política educativa tomadas pelo Governo em funções. Apresentou bastantes críticas negativas às opções tomadas pelo XVII Governo (33 UI desfavoráveis em 54), sendo que quatro críticas negativas foram respeitantes a opções medidas tomadas pela equipa que tutela o Ministério da Educação no XVIII Governo (Quadro 27).

Este grupo também não poupou algumas críticas desfavoráveis às políticas educativas (medidas tomadas, mas também à opção política de não agir) e às consequências das políticas tomadas pelos

QUADRO 27: TEMA “MEDIDAS DE POLÍTICA EDUCATIVA ” – TABELA DE ÍNDICES POR CATEGORIA DE CONTEÚDO – PERSPECTIVA DO GRUPO “JORNALISTAS”

Repartição das UI		Índices em relação ao tema enquadrador		Índices por categorias	
Categorias	Número	Visibilidade %	Peso-tendência %	Parcialidade %	Orientação %
Medidas tomadas pelo Governo em funções	54	37,5	6,22 -	85,2	51,9 -
Opções tomadas por governantes anteriores	9	6,3	0,89 -	66,7	54,5 -
Efeitos/Consequências na escola pública da política educativa do XVII Governo	14	9,7	2,67 -	85,7	85,7 -
Efeitos/Consequências na carreira docente das medidas tomadas pelo XVII Governo	7	4,9	0,89 -	85,7	50,0 -
Repercussões na economia e desenvolvimento do país da política educativa do XVII Governo	6	4,2	1,11 -	83,3	83,3 -
Repercussões na escola pública das políticas herdadas	5	3,5	0,67 -	100,0	60,0 -
Repercussões na profissão docente das políticas herdadas	1	0,7	0,22 -	100,0	100,0 -
Repercussões na economia das políticas herdadas	3	2,1	0,22 -	33,3	33,3 -
Escola-sistema de ensino-políticas da Educação	45	31,3			
Percepção geral					
Totais	144	100			
Parcialidade e Orientação				58,3	40,3 -
Impacto e tendência da opinião			12,9 -		

governos anteriores (5 UI em 9). Apresentou ainda as suas ideias, reflexões e preocupações, das quais apresentamos algumas passagens²⁴.

²⁴ “[...] o sistema deve ser igualitário no acesso mas discriminante no sucesso. Exactamente o contrário do que tem sucedido com o nosso sistema de ensino [...]” (José Manuel Fernandes, *Público*, 03-11-2008);

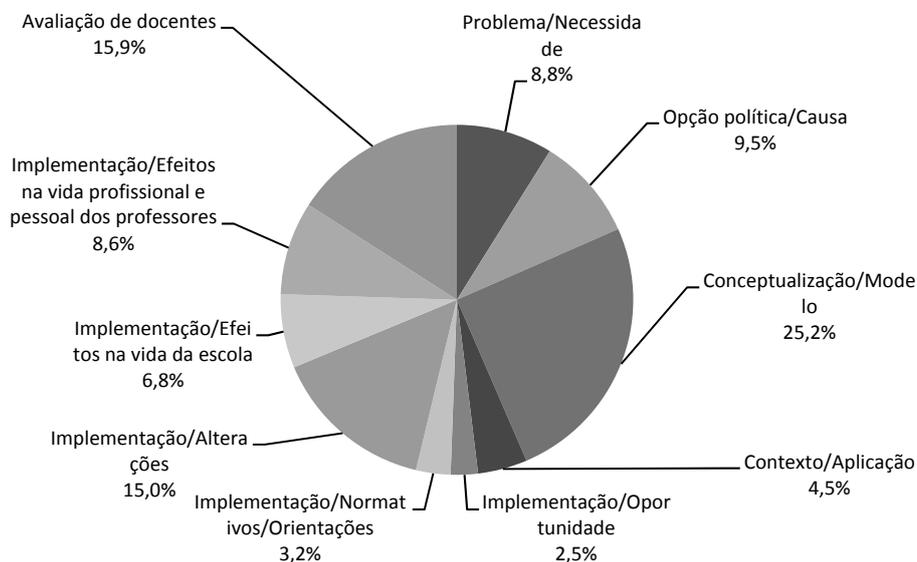
“[...] Mas aos pais e aos alunos essas fichas interessam tanto quanto os requerimentos que os professores têm de preencher. Ou seja, quase nada. Os pais e os alunos estão enclachados à espera que algo consiga quebrar esta concepção da educação que leva a que a mesma esteja reduzida a uma guerra entre a rua, onde os professores desfilam ao sábado, e o ministério donde a ministra faz prova de vida nos noticiários da noite do fim-de-semana. Quer os professores quer a ministra sabem que não têm margem para muito mais[...]” (Helena Matos, *Público*, 11-03-2008);

“[...] A grande dúvida é perceber qual a real dimensão dos danos que provocará a batalha campal que se vive no sector da educação. O problema político de fundo já nem é o de saber quais os danos que esta guerra terá sobre o Governo - esses são

2.3.4 As Vozes a Propósito do Tema “Avaliação de Desempenho Docente”

Este foi o tema enquadrador onde globalmente as opiniões mais convergiram (veja-se Quadro 7). O debate foi feito de uma forma geral com grande empenho, dado o elevado valor do índice de parcialidade (71,4%) e com uma convicção também elevada (49,2%), o que não surpreende, pois a política de avaliação de desempenho dos educadores e professores do ensino básico e secundário é que trouxe vários OM, a darem a conhecer a sua opinião neste espaço.

GRÁFICO 15: AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOCENTE – VISIBILIDADE



públicos, notórios e difíceis de digerir até pelo PS -, é sim o de saber as consequências que ela irá ter sobre a sociedade portuguesa, ou melhor, sobre o ensino público em Portugal.[...]" (S. José de Almeida, *Público*, 22-11-2008)

"[...] O resultado é o desnorte do Governo, que recua em debandada, e o canto de vitória dos sindicatos. Nada disto seria trágico, caso não estivéssemos a falar da educação dos nossos filhos.[...]" (Editores do *Expresso*, 19-04-2008);

"[...] Mas a função do Governo é governar e não postular princípios e ganhar guerras. A haver um recuo, isso não significa outra coisa senão a prevalência do valor da estabilidade e do funcionamento do ensino neste país.[...]" (Editores do *Expresso*, 15-11-2008);

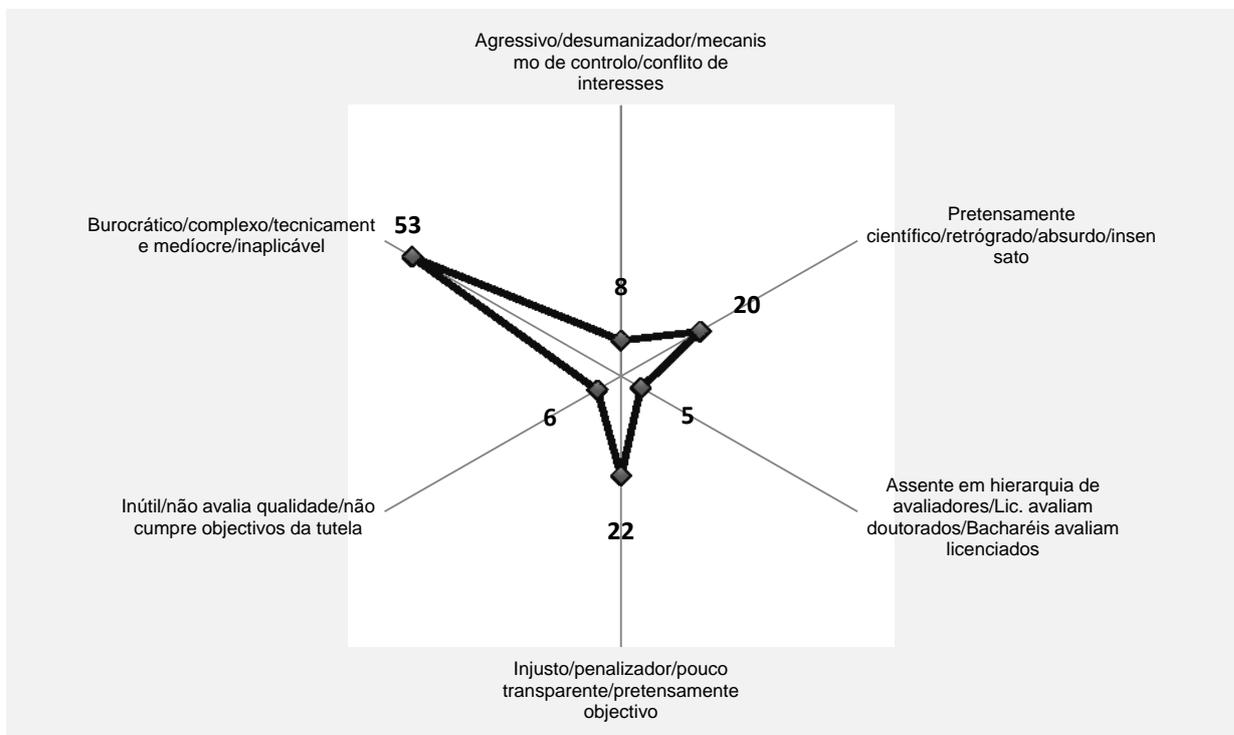
"[...] A única possibilidade de garantir uma avaliação eficaz, adequação das escolas ao meio onde se encontram, competência e motivação dos profissionais e participação democrática das populações na educação é a autonomia das escolas. Autonomia pedagógica, autonomia na gestão, autonomia contratual semelhante à que existe nos hospitais públicos e autonomia na avaliação dos professores.[...]" (Daniel Oliveira, *Expresso*, 13-11-2008)

"[...] Um empenho real na qualidade do ensino é bem mais do que saber, como mil vezes já se disse, se deve haver mais professores classificados com "bom" e outros com "suficiente", de modo a reduzir algumas casas nas folhas dos ordenados. É saber o que fazer para que haja mesmo professores bons e cada vez melhores. E não pactuar com a ideia de que ensinar é apenas mais uma tarefa, entre mil papeladas.[...]" (Nuno Pacheco, *Público*, 12-12-2008).

O modelo de avaliação tal como foi definido pelo Decreto Regulamentar nº2/2008, de 10 de Janeiro e as alterações de que foi alvo durante o processo de implementação, foram os aspectos mais referidos (Gráfico 15). Foi ainda emitido um número significativo (70 UI) de ideias e reflexões sobre avaliação de professores de que aqui daremos conta de algumas.

As características imputadas ao modelo inicialmente implementado foram várias, mas nem todos os OM se manifestaram sobre o modelo; apenas 35 o fizeram. Destes, três proferiram críticas positivas, nove proferiram afirmações neutras e vinte e seis atribuíram-lhe uma série de características depreciativas, sendo que as que se referem à sua complexidade técnica as que surgiram com maior frequência (Gráfico 16).

GRÁFICO 16: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS NEGATIVAS ATRIBUÍDAS AO NOVO MODELO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOCENTE



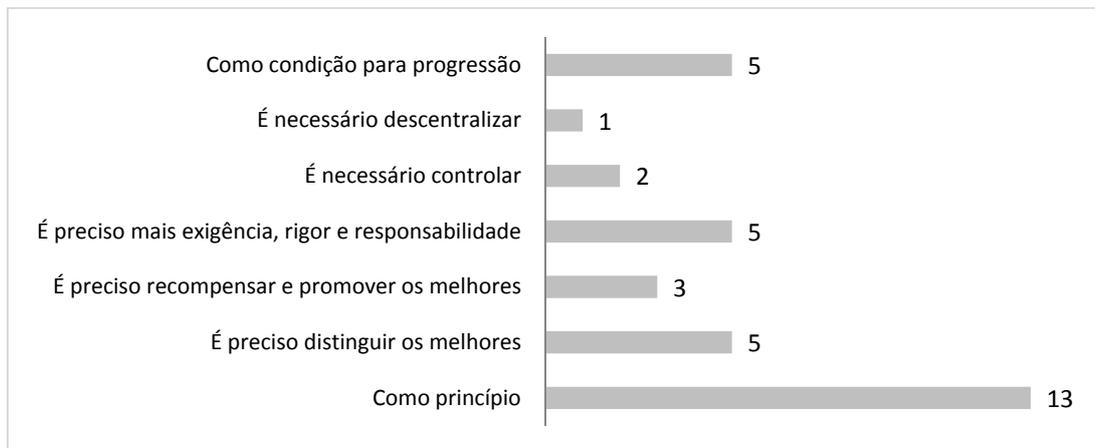
Agressivo, insensato, injusto e desumanizador, são exemplos dos adjectivos mais associados ao modelo adoptado. A transparência, objectividade e sustentação científica, são características assinaladas pela ausência ou pela deficiente presença no modelo. As questões relacionadas com a relação hierárquica entre avaliador-avaliado são também assinaladas, pelo lado negativo, na medida em que o modelo implementado permitia um docente licenciado avaliar mestres e docentes doutorados, pois a categoria de professor titular não exigia uma certificação superior a licenciatura.

A existência de um problema que passava pela necessidade de alterar o processo de avaliação de desempenho dos docentes, pelo facto de ser necessário controlar, valorizar desempenhos, distinguir e promover os melhores, promover uma cultura de rigor, exigência e responsabilidade ou apenas como princípio, como alguns OM afirmaram, foi alvo de análise, tendo o debate sido proferido num tom bastante favorável (valor do índice de orientação 64,1%) como veremos mais adiante (Quadro 29).

A necessidade de introduzir um Novo Modelo de Avaliação de desempenho dos docentes, no entender de 26 OM dos grupos “profissionais liberais/quadros superiores”, “professores universitários e investigadores”, “professores do ensino básico e secundário” e “jornalistas”, tem a ver principalmente com uma questão de princípio, com a necessidade de distinguir os melhores, com mais exigência e responsabilização (Gráfico 17).

Na verdade, parecem pouco compreendidas as razões para a implementação de um (novo) Modelo de Avaliação de professores.

GRÁFICO 17: AVALIAÇÃO DE PROFESSORES: PORQUÊ?



Já no que respeita à solução encontrada pela equipa do Ministério da Educação, como forma de responder à causa do problema identificado, a opinião foi emitida com interesse inquestionável (100% de parcialidade) na globalidade com uma orientação desfavorável mas pouco determinada (valor do índice de orientação 57,1%) o que significa que não foi exactamente neste aspecto que foi posicionado o problema (Quadro 28).

QUADRO 28: AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOCENTE - TABELA DE ÍNDICES POR CATEGORIA DE CONTEÚDO

Repartição das UI		Índices em relação ao tema enquadrador		Índices por categorias		
Categorias	Número	Visibilidade %	Peso-tendência %	Parcialidade %	Orientação %	
Problema/Necessidade	39	8,8	1,871 +	94,9	64,1 +	
Opção política/Causa	42	9,5	1,796 -	100,0	57,1 -	
Conceptualização/Modelo	111	25,2	6,587 -	88,3	79,5 -	
Contexto/Aplicação	20	4,5	0,898 -	80,0	60,0 -	
Implementação/Oportunidade	11	2,5	0,823 -	100,0	100,0 -	
Implementação/Normativos/Orientações	14	3,2	0,823 -	78,6	78,6 -	
Implementação/Alterações	66	15,0	2,096 -	48,5	42,4 -	
Implementação/Efeitos na vida da Escola	30	6,8	2,246 -	100,0	100,0 -	
Implementação/Efeitos na vida profissional e pessoal dos professores	38	8,6	2,844 -	100,0	100,0 -	
Avaliação de docentes	70	15,9				
Percepção geral						
Totais	441	100				
				Parcialidade e Orientação	71,4	49,2 -
				Impacto e tendência da opinião	16,2 -	

Apresentamos aqui²⁵ algumas UI classificadas respeitantes a factores que indiciam uma resposta adequada, ou não, ao(s) problema(s) assinalado(s) e motivador(es) da implementação do NMA ou,

²⁵ “[...] e o que restou pareceu-me um sistema adequado e justo para premiar o mérito, a assiduidade e o esforço - certamente melhor do que nada. [...]” (Miguel Sousa Tavares, *Expresso*, 29-09-2007);

“[...] produzindo efeitos opostos àqueles que o Ministério pretende. É assim o sistema de avaliação de desempenho dos professores [...]” (Fernando Madrinha, *Expresso*, 09-02-2008);

“[...] No meio de tudo isto, a avaliação do desempenho está longe de ter o impacto que muitos lhe atribuem. Mas vamos a ela e falemos dos erros que subjazem ao decreto que a regulamenta, sob a forma de perguntas que endereço aos que apoiam a ministra da Educação: Onde está a evidência mínima, a simples presunção fundamentada, ao menos em experiências similares, que, cumprido o proposto, os resultados dos alunos melhorariam? [...]” (Santana Castilho, *Público*, 20-03-08);

“[...] Ou pior ainda, tendo em conta que, dentro de um ano, se a ministra persistir na sua ideia (certa e justa) de avaliação, tudo estará no mesmo patamar em que estava antes da 'guerra' começar. [...]” (Editorial, *Expresso*, 19-04-2008);

como por exemplo, Vasco Pulido Valente, que identifica de facto um problema, mas que não passa por uma alteração do processo de avaliação de professores: “E de repente quer que os professores paguem a conta do desastre. Não é admissível.”, afirma este OM no seu artigo de opinião publicado no jornal *Público* no dia da primeira grande manifestação de professores, 8 de Março de 2008.

O foco do problema que gerou descontentamento e controvérsia foi colocado de uma forma global pelos OM no modelo em si (valor do peso-tendência de 6,587% em 16,2%).

Quer as alterações introduzidas ao modelo inicial, quer as decorrentes do regime transitório, designado por “*Memorando de Entendimento*”, assinado a 17 de Abril de 2008 e legislado a 23 de Maio do mesmo ano e as que entraram em vigor no segundo ano do primeiro ciclo, com a publicação do Decreto-Regulamentar nº1-A/2009, de 5 de Janeiro, foram alvo de interesse (34 UI neutras em 66), de críticas desfavoráveis (30 UI em 66), mas também favoráveis (2 UI em 66) (Veja-se Anexo 4). Dos onze OM que manifestaram o seu descontentamento com as alterações introduzidas no processo, alguns fazem-no porque defendem a substituição integral do modelo de avaliação, outros pela altura tardia para o fazer ou porque as consideram manobras de ilusionismo, persistência numa pseudo-avaliação, outros ainda porque consideram necessário avaliar os professores e não adiar o processo. As opiniões não foram emitidas, de um modo geral, com grande fervor e convicção apesar da alta visibilidade dada ao processo de adaptação e reformulação. As alusões às alterações referem-se, na sua grande maioria, às que acabámos de referir. Contudo, algumas foram feitas relativamente aos pequenos ajustes que causaram disfuncionamentos na gestão do processo nas escolas, mas que de certa forma trouxeram formas de ultrapassar determinados problemas na concretização e aplicação dos normativos.

Os efeitos da implementação do modelo de avaliação quer na vida da escola quer na vida profissional e pessoal dos professores foram debatidos de forma unânime por todos os OM (valores dos índices de parcialidade e orientação de 100%, desfavorável). Esta situação está em concordância com a elevada visibilidade dada aos processos de negociação da política de avaliação e a orientação

“[...] A publicação do Decreto Regulamentar n.º 2/2008 em Janeiro deste ano apenas passou para verbo com valor legal um sistema de avaliação dos docentes destinado a legitimar esses mecanismos de bloqueio da progressão. [...]” (Paulo Guinote, *Público*, 25-04-2008);

“[...] Porque não cumpre o fim primeiro de qualquer exercício de avaliação do desempenho: a melhoria do próprio desempenho e a valorização das práticas profissionais [...]” (Santana Castilho, *Público*, 16-10-08);

“[...] Não o faz com nenhuma razão lógica, embora já se perceba que o processo será, no final, com toda a animosidade que gerou, um verdadeiro e inútil caos. [...]” (Nuno Pacheco, *Público*, 12-12-2008);

“[...] e estabeleceu um sistema de avaliação de mérito, conducente a duas categorias diferentes, com regalias e remunerações diversas, de acordo com a qualidade e não com a simples antiguidade. [...]” (Miguel Sousa Tavares, *Expresso*, 28-11-2009).

negativa (73,4%) e elevada parcialidade (73,4%) da categoria de conteúdo “Governo-professores” (veja-se Quadro 16). Note-se também que na vizinhança das duas grandes manifestações de professores, a 8 de Março e a 8 de Novembro de 2008, encontrámos sessenta e oito artigos de opinião que inevitavelmente deram também visibilidade às preocupações dos professores e consequentemente ao impacto negativo da avaliação quer no ambiente nas escolas quer nas suas vidas profissional e pessoal.

Nas setenta ideias, preocupações e reflexões sobre avaliação de desempenho de docentes, encontram-se algumas preocupações relacionadas principalmente com o futuro próximo do processo de avaliação que, para uns, se prende com o aproveitamento do trabalho efectuado até aí e para outros, com a persistência num modelo que poderia ter consequências negativas caso não fossem revistos os fundamentos da avaliação e os modos de concretização; outros ainda, mostram preocupação com a motivação dos avaliadores e direcção das escolas para avaliarem, quando o futuro desta avaliação é, nesta fase, incerto. É ainda colocada por Paulo Guinote, professor do ensino básico e secundário, a questão do porquê da abstenção da recuperação do artigo 50º do estatuto da carreira docente de 1998²⁶ e a revisão do decreto regulamentar nº11/98, se se pretendia “de forma rápida”, como afirma, reconhecer o “mérito” e recompensá-lo em termos de diferenciação na progressão na carreira (*Público*, 25-04-2008).

São manifestadas opiniões sobre a dificuldade em avaliar professores na medida em que é uma profissão solitária, a actividade do professor tem várias componentes, a própria sociedade não tem um modelo do “homem” ou da “mulher” que se deve “formar” ou “instruir” ou porque o “bom professor” muda necessariamente em cada época e cada cultura, como afirma o OM Vasco Pulido Valente (*Público*, 02-03-2008).

Da parte de 3 OM (um professor do ensino superior, dois jornalistas), é feita a apologia da livre escolha da escola por parte das famílias. Quatro OM (um professor universitário/ensino superior e três jornalistas), defendem a utilização dos resultados dos alunos, nomeadamente resultados obtidos em exames, como forma de avaliar os professores responsabilizando-os assim, pelos seus resultados. Um jornalista defende uma avaliação por objectivos. Na opinião de um professor do ensino básico e secundário a realização de uma prova (pública) de aptidão pedagógica, defendida perante um júri, no final de cada escalão, seria uma forma adequada de avaliar os professores. Dois outros OM defendem ainda a avaliação de professores pela gestão da escola.

²⁶ O artigo 50º do Decreto-Lei nº1/98, de 2-1-1998, intitula-se “Atribuição da menção qualitativa de *Muito bom*” e traduz a possibilidade do reconhecimento do mérito, com efeitos de progressão na carreira, como seja a bonificação de dois anos no tempo de serviço docente.

A existência de quotas máximas ou vagas por universos é defendida apenas por um OM jornalista. Dois jornalistas e um professor do ensino básico e secundário manifestam-se contra a existência de barreiras artificiais para reconhecer o mérito. Rui Ramos, historiador incluído no grupo “profissionais liberais/quadros superiores” afirma que “a questão não é esta avaliação, mas qualquer avaliação, seja qual for o modelo, que tenha como princípio diferenciar os professores”, não será bem aceite (*Público*, 10-12-2008).

2.3.4.1 As Vozes do Grupo “Profissionais Liberais/Quadros Superiores”

Curiosamente, são OM do grupo “profissionais liberais/quadros superiores” que apresentam as bases de um processo de avaliação de professores.

À semelhança de um processo de avaliação numa empresa, António Pinto Leite (2008) começa por dizer que a avaliação é uma tarefa muito difícil e que por isso se chamam especialistas e se seleccionam *key players* que na organização agem como aliados, “ dão passos seguros, são tão persuasivos quanto directivos, projectam firmemente a longo prazo, actuando flexivelmente no curto prazo” (*Público*, 22-11-2008). Refere ainda o mesmo OM que a criação de um processo de avaliação entre pares é uma arte que passa por conquistar pessoas, tornar o processo uma necessidade e não o interesse de alguns apenas; a outra arte, segundo afirma, é a de reconhecer que o primeiro objectivo da avaliação é melhorar cada um e a própria organização e, só depois, seleccionar e premiar. Na sua opinião, a partir do momento em que se inicia a avaliação tem-se de ir até ao fim. Para António Pinto Leite a avaliação não é um momento, nem um processo, é um modo de vida.

Luís Marques, OM permanente do jornal *Expresso* integrado no grupo “profissionais liberais/quadros superiores” considera, com base na sua experiência, que a avaliação é essencial para promover o mérito individual, mas também para detectar défices de formação e de qualificações, corrigir injustiças e desajustamentos funcionais; deve ter como suporte uma grelha simples, de fácil compreensão, transparente e clara para avaliador e avaliados; não dispensa o bom senso e a coragem na gestão dos conflitos que sempre provoca, mesmo quando é um processo justo, compreensível, partilhado e participado por todas as partes (*Expresso*, 08-03-2008).

O grupo “profissionais liberais/quadros superiores” que se manifestou em total acordo com a necessidade de introduzir um novo modelo de avaliação de professores foi, no entanto, bastante crítico relativamente não só à forma como o Ministério da Educação respondeu ao problema como ao modelo implementado, verificando-se neste último caso unanimidade de opiniões de entre os que se manifestaram sobre este assunto (Quadro 29).

QUADRO 29: TEMA “AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOCENTE” – TABELA DE ÍNDICES POR CATEGORIA DE CONTEÚDO – PERSPECTIVA DO GRUPO “PROFISSIONAIS LIBERAIS/QUADROS SUPERIORES”

Repartição das UI	Índices em relação ao tema enquadrador		Índices por categorias		
	Categorias	Número	Visibilidade %	Peso-tendência %	Parcialidade %
Problema/Necessidade	10	14,9	6,02 +	100,0	100,0 +
Opção política/Causa	8	11,9	3,61 -	100,0	75,0 -
Conceptualização/Modelo	15	22,4	7,83 -	86,7	86,7 -
Contexto/Aplicação	1	1,5	0,60 -	100,0	100,0 -
Implementação/Oportunidade	0	0	0	0	0
Implementação/Normativos/Orientações	0	0	0	0	0
Implementação/Alterações	6	9,0	3,01 -	83,3	83,3 -
Implementação/Efeitos na vida da Escola	3	4,5	1,81 -	100,0	100,0 -
Implementação/Efeitos na vida profissional e pessoal dos professores	9	13,4	5,42 -	100,0	100,0 -
Avaliação de docentes	15	22,4			
Percepção geral					
Totais	67	100			
Parcialidade e Orientação				73,1	40,3 -
Impacto e tendência da opinião			16,3-		

Lembramos que este grupo foi muito crítico relativamente ao Ministério da Educação enquanto instituição responsável pela implementação e avaliação das políticas educativas (Quadro 17).

2.3.4.2 As Vozes do Grupo “Professores Universitários e Investigadores”

O grupo “professores universitários e investigadores” deu pouca importância à questão relacionada com a necessidade ou não de avaliar os professores (Quadro 30).

QUADRO 30: TEMA “AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOCENTE” – TABELA DE ÍNDICES POR CATEGORIA DE CONTEÚDO – PERSPECTIVA DO GRUPO “PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS E INVESTIGADORES”

Repartição das UI		Índices em relação ao tema enquadrador		Índices por categorias		
Categorias	Número	Visibilidade %	Peso-tendência %	Parcialidade %	Orientação %	
Problema/Necessidade	8	5,4	0,40 +	100,0	25,0 +	
Opção política/Causa	17	11,6	2,18 -	100,0	64,7 -	
Conceptualização/Modelo	41	27,9	6,53 -	95,1	80,5 -	
Contexto/Aplicação	11	7,5	1,98 -	90,9	90,9 -	
Implementação/Oportunidade	5	3,4	0,99 -	100,0	100,0 -	
Implementação/Normativos/Orientações	7	4,8	0,99 -	71,4	71,4 -	
Implementação/Alterações	22	15,0	1,58 -	45,5	36,4 -	
Implementação/Efeitos na vida da Escola	10	6,8	1,98 -	100,0	100,0 -	
Implementação/Efeitos na vida profissional e pessoal dos professores	13	8,8	2,57 -	100,0	100,0 -	
Avaliação de docentes	13	8,8				
Percepção geral						
Totais	147	100				
				Parcialidade e Orientação	79,6	63,3 -
				Impacto e tendência da opinião	18,4 -	

Por outro lado, dá alguma atenção a três aspectos que são determinantes na implementação de uma política pública, a saber:

- i) o conhecimento do contexto ou seja, as condições existentes no terreno que assegurem não só que a política é reconhecida como necessária pelo público-alvo, mas que existam condições para a implementar;
- ii) o *timing* adequado para iniciar a sua implementação e a existência de normativos simples e claros que sejam entendidos por todos;
- iii) a devolução do processo a uma agência que o monitorize. Agentes que conheçam bem a política a implementar, partilhem os mesmos objectivos e estejam disponíveis para apoiar e ajudar a corrigir os desvios.

Uma preocupação deste grupo prende-se com o facto da avaliação por pares implicar a existência de avaliadores nas escolas, com formação para o efeito, aspecto que no seu entender não foi assegurado ou foi-o de forma desadequada cf. Ana Benavente (*Público*, 21-02-2008); Santana Castilho (*Público*, 20-03-2008). O epicentro do problema é posicionado no modelo que, no entender deste grupo, teve sérias repercussões (negativas) na vida profissional e pessoal dos professores.

2.3.4.3 As Vozes do Grupo “Jornalistas”

O *timing* escolhido, o início do segundo período escolar, os prazos para a realização de trabalho preparatório, a entrega de objectivos individuais a meio do ano com adiamentos sucessivos, foram aspectos alvo de opinião negativa emitida pelo grupo que acabámos de analisar, mas também por parte do grupo “jornalistas”. (Quadro 31)

Este grupo centra a força da sua argumentação no modelo em si, como aliás a maioria dos restantes grupos. As alterações sofridas ao figurino inicial foram um aspecto considerado importante por parte destes OM não obstante os valores de peso-tendência terem sido fracos. Foi a opinião emitida com menos convicção e fervor, limitando-se quanto muito a noticiar os acontecimentos e factos.

QUADRO 31: TEMA “AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOCENTE” – TABELA DE ÍNDICES POR CATEGORIA DE CONTEÚDO – PERSPECTIVA DO GRUPO “JORNALISTAS”

Repartição das UI		Índices em relação ao tema enquadrador		Índices por categorias		
Categorias	Número	Visibilidade %	Peso-tendência %	Parcialidade %	Orientação %	
Problema/Necessidade	17	11,1	2,67 +	94,1	70,6 +	
Opção política/Causa	12	7,9	0,89 -	100,0	33,3 -	
Conceptualização/Modelo	35	23,0	6,67 -	85,7	85,7 -	
Contexto/Aplicação	3	2,0	0,67 -	100,0	100,0 -	
Implementação/Oportunidade	5	3,3	1,11 -	100,0	100,0 -	
Implementação/Normativos/Orientações	6	3,9	1,33 -	100,0	100,0 -	
Implementação/Alterações	29	19,1	1,56 -	31,0	24,1 -	
Implementação/Efeitos na vida da Escola	10	6,6	2,22 -	100,0	100,0 -	
Implementação/Efeitos na vida profissional e pessoal dos professores	8	5,3	1,78 -	100,0	100,0 -	
Avaliação de docentes	27	17,8				
Percepção geral						
Totais	152	100				
				Parcialidade e Orientação	65,1	40,1 -
			Impacto e tendência da opinião		13,6 -	

2. 3.4.4 As Vozes do Grupo “Professores do Ensino Básico e Secundário”

O grupo “professores do ensino básico e secundário” elegeu como alvo das suas críticas, o modelo adoptado, as alterações introduzidas e os efeitos da avaliação. No “Contexto/Aplicação” não se verificaram opiniões negativas, tendo sido três delas proferidas em tom neutro e duas em tom favorável (valor da orientação 40% + e valor do peso-tendência 1,35% +) (Quadro 32).

QUADRO 32: TEMA “AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOCENTE” – TABELA DE ÍNDICES POR CATEGORIA DE CONTEÚDO – PERSPECTIVA DO GRUPO “PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO”

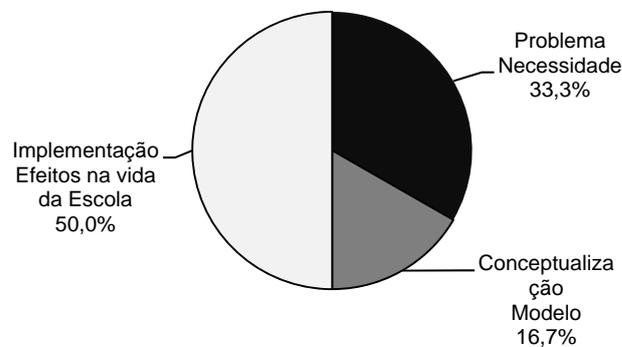
Repartição das UI		Índices em relação ao tema enquadrador		Índices por categorias	
Categorias	Número	Visibilidade %	Peso-tendência %	Parcialidade %	Orientação %
Problema/Necessidade	2	3,1	0,68 +	50,0	50,0 +
Opção política/Causa	4	6,2	1,35 -	100,0	50,0 -
Conceptualização/Modelo	18	27,7	7,43 -	83,3	61,1 -
Contexto/Aplicação	5	7,7	1,35 +	40,0	40,0 +
Implementação/Oportunidade	1	1,5	0,68 -	100,0	100,0 -
Implementação/Normativos/Orientações	0	0	0	0	0
Implementação/Alterações	9	13,8	5,41 -	88,9	88,9 -
Implementação/Efeitos na vida da Escola	4	6,2	2,70 -	100,0	100,0 -
Implementação/Efeitos na vida profissional e pessoal dos professores	7	10,8	4,73 -	100,0	100,0 -
Avaliação de docentes	15	23,1			
Percepção geral					
Totais	65	100			
Parcialidade e Orientação				64,6	46,2 -
Impacto e tendência da opinião			20,3 -		

Neste grupo encontra-se um OM, Francisco Teixeira, que se mostrou a favor da autonomia dada às escolas para decidirem “de modo quase integral, o perfil, os critérios e as lógicas da avaliação dos professores, com referência às suas próprias realidades, aos seus próprios contextos e aos seus próprios alunos” (*Público*, 15-11-2008 e 19-11-2008), apresentando uma visão discordante dos restantes em vários aspectos. A opinião acerca do modelo adoptado também não foi consensual neste grupo, caso contrário, a impressão negativa teria sido maior ainda. Apesar de ter sido o grupo que se revelou mais homogéneo no tom com que abordou o tema da avaliação neste espaço (e até na forma como o fez, focalizando mais a atenção isto é, não se dispersando tanto quanto outros grupos no debate do assunto), foi no entanto menos convicto nesta área específica. A implementação do NMA parece ter sido “apenas” o ponto de ruptura que despoletou a onda de contestações a que se assistiu.

2.3.4.5 As Vozes do Grupo “Políticos”

O grupo “políticos” apresenta neste tema apenas seis opiniões, que enquadrámos em três categorias. O tom utilizado é 100% desfavorável em duas das três categorias. Na terceira categoria “Problema/Necessidade” as duas únicas opiniões foram emitidas com tonalidades opostas (Gráfico 18). Para este grupo de OM, o problema não residiu no modelo de avaliação.

GRÁFICO 18: VISIBILIDADE – CATEGORIAS DE CONTEÚDO DO TEMA “AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOCENTE” - PERSPECTIVA DO GRUPO “POLÍTICOS”

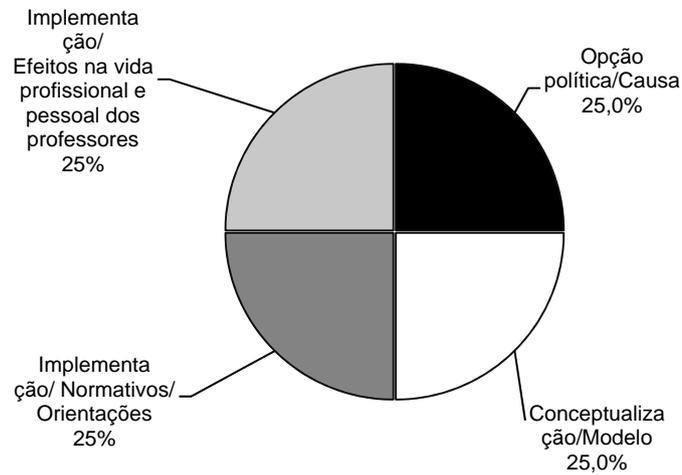


2. 3.4.6 As Vozes do Grupo “Outros Sectores de Actividade”

Este grupo apenas emitiu quatro opiniões (UI) referentes a “Avaliação de docentes”, distribuídas por quatro categorias (Gráfico 19).

Duas UI foram emitidas em tom neutro e são respeitantes ao modelo implementado e aos normativos subjacentes e orientações fornecidas. As restantes foram emitidas em tom negativo.

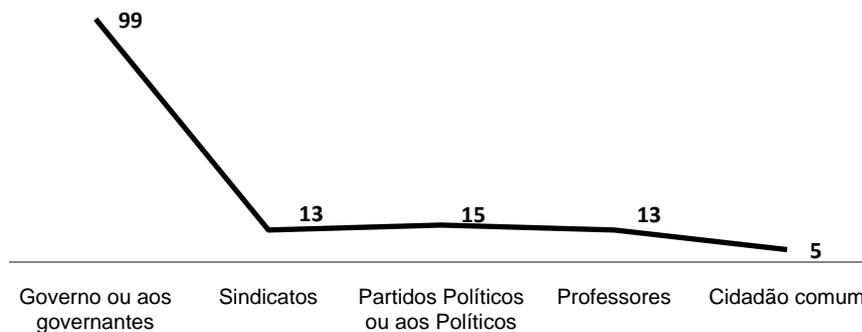
GRÁFICO 19: VISIBILIDADE – CATEGORIA DE CONTEÚDO DE TEMA “AVALIAÇÃO DE DOCENTES” – PERSPECTIVA DO GRUPO “OUTROS SECTORES DE ACTIVIDADE”



2.3.5 As “Recomendações” Formuladas pelos Agentes

O número de UI classificadas como “recomendações” foi 145, equivalente a 5,7% do total de 2524 UI. No Gráfico 20, onde apresentamos a sua distribuição de acordo com o destinatário das mesmas, podemos verificar que a grande maioria das sugestões ou recomendações foi dirigida aos governantes.

GRÁFICO 20: NÚMERO DE UI CLASSIFICADAS COMO “RECOMENDAÇÕES”, POR DESTINATÁRIO



A intensidade na sua emissão variou, tendo as sugestões ou recomendações emitidas com base em exemplos ou analogias ficado bastante abaixo das restantes, no que respeita à visibilidade (Quadro 33).

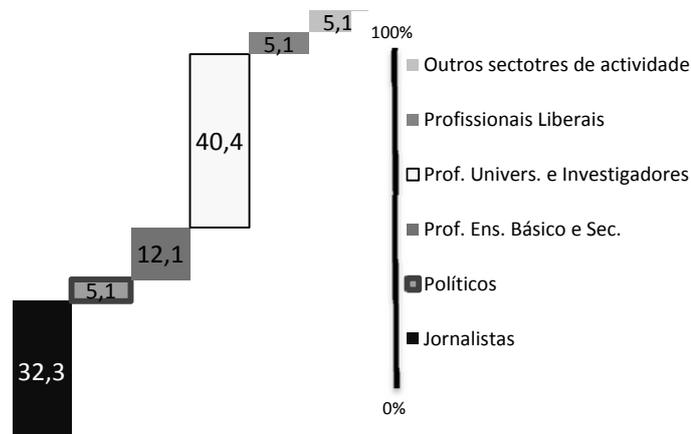
QUADRO 33: PRESENÇA DAS UI CLASSIFICADAS COMO “RECOMENDAÇÕES”, POR DESTINATÁRIO E INTENSIDADE

Destinatário	Classificação das UI			Número de UI	Presença de UI %	Visibilidade em relação ao total de UI %
	0	+	++			
Governo	14	46	39	99	68,3	3,9
Sindicatos	2	2	9	13	9,0	0,5
Partidos Políticos ou Políticos	3	6	6	15	10,3	0,6
Professores	1	5	7	13	9,0	0,5
Cidadão comum	1	3	1	5	3,4	0,2
Percepção geral						
Totais	21	62	62	145	100	6

Pela elevada presença de “recomendações” feitas aos governantes, em relação aos restantes destinatários poderemos averiguar se estas viram algum reflexo quer nos processos de negociação quer nas alterações ao formato inicial de avaliação, entre vários outros aspectos.

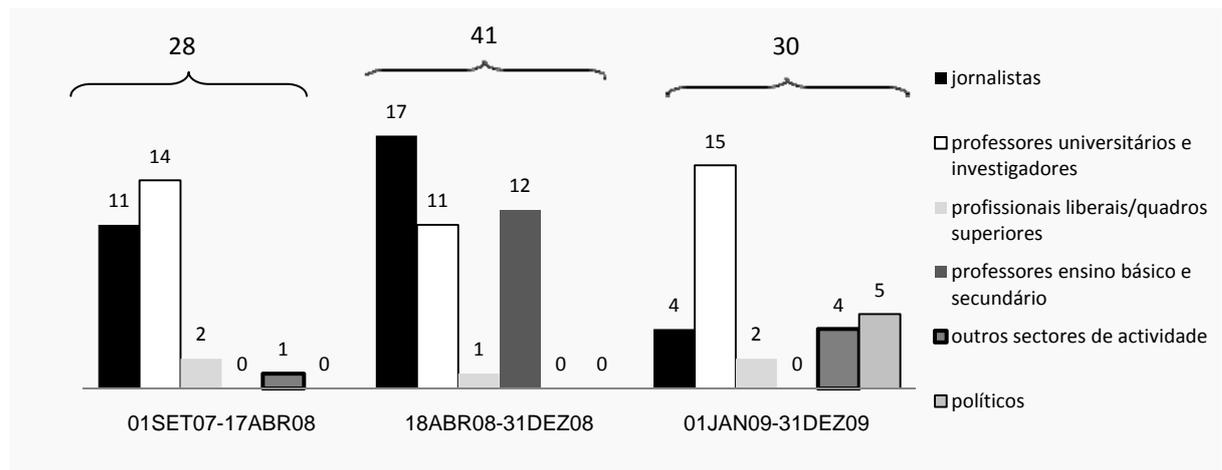
Observando o Gráfico 21, verificamos que todos os grupos profissionais fizeram “recomendações” ao Governo sendo que, o maior número vem do grupo “professores universitários e investigadores”.

GRÁFICO 21: PERCENTAGEM DE “RECOMENDAÇÕES” DIRIGIDAS AO GOVERNO POR GRUPO PROFISSIONAL



O maior número de “recomendações” foi emitido entre 18 de Abril de 2008²⁷ e o final desse mesmo ano (Gráfico 22).

GRÁFICO 22: NÚMERO DE UI RESPEITANTES A “RECOMENDAÇÕES” DIRIGIDAS AO GOVERNO, POR PERÍODO TEMPORAL

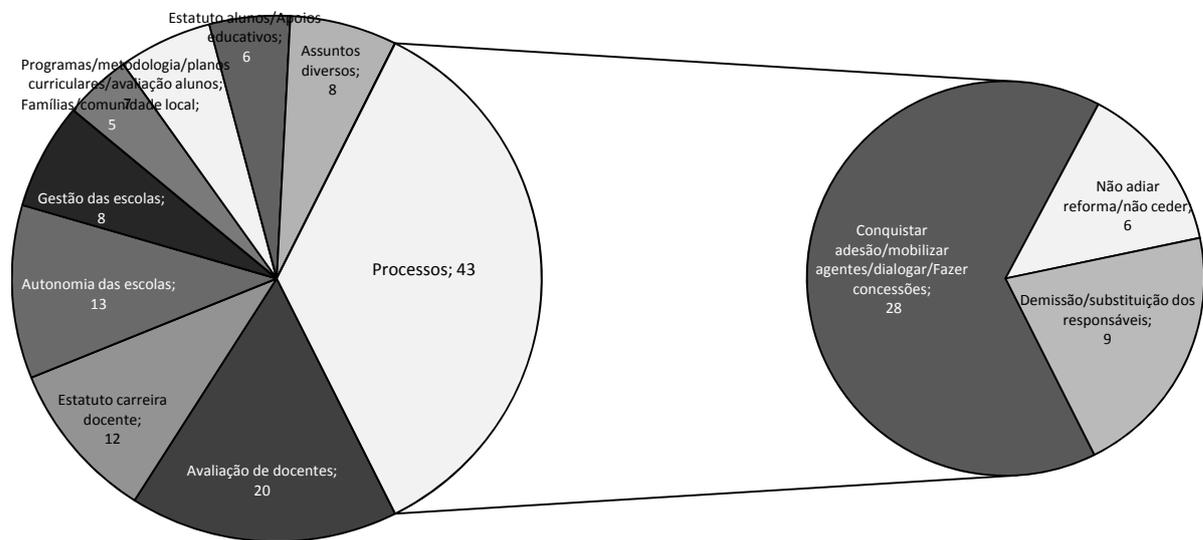


Terminou o primeiro ano de um modo relativamente calmo, tanto mais que só uma parte dos professores foi avaliada, mas iniciou-se um novo ano lectivo (segundo ano do primeiro ciclo) em que quer professores com contrato a termo quer professores dos quadros de escolas e agrupamentos de escola teriam que ser avaliados, fixando no início do ano lectivo 2008/09 objectivos individuais. Tanto os professores como as estruturas sindicais iniciaram novamente a luta, sendo que, desta feita, com uma condição por parte dos sindicatos: a suspensão da aplicação do NMA. A fase conturbada que se viveu no primeiro período lectivo foi acompanhada intensivamente pelos *media*, bem como pelas estruturas político-partidárias. Estas estruturas parecem ter ficado mais receptivas aos problemas sociais, principalmente quando à partida poderia ser possível tirar proveitos eleitorais sem que tal implicasse grande comprometimento com o assunto. Todas as “recomendações” feitas aos governantes pelo grupo “professores do ensino básico e secundário” encontram-se neste segundo período temporal.

²⁷ O acordo resultante do entendimento sobre a avaliação de desempenho docente *Memorando de Entendimento* foi assinado a 17 de Abril de 2008.

O que propõem com maior ou menor convicção os OM por nós estudados? Utilizando um método indutivo, após uma leitura cuidada pelas UI classificadas como “recomendações”, construímos um conjunto de subcategorias de conteúdo, nas quais inserimos os itens abordados em cada uma daquelas UI. Verifica-se, à semelhança do que já analisamos até aqui, que os processos de negociação continuam a ser o cerne da argumentação. Apesar de maioritariamente apelarem ao diálogo (28 referências em 43), concertação, clarificação de objetivos e cedências, outras posições mais radicais foram também identificadas (Gráfico 23).

GRÁFICO 23: SUBCATEGORIAS DE CONTEÚDO - “RECOMENDAÇÕES AO GOVERNO” - VISIBILIDADE – DESTAQUE PARA “PROCESSOS”



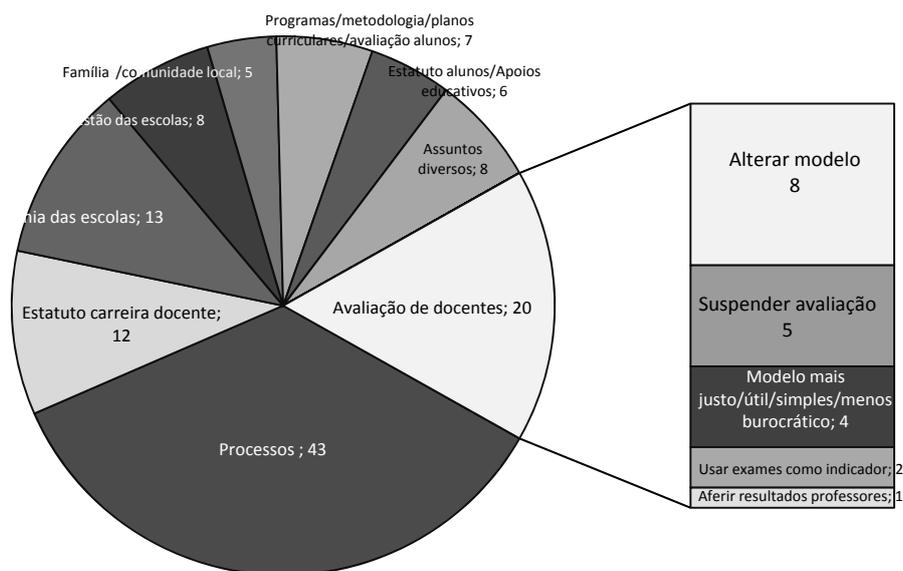
São ainda feitas recomendações com vista a uma maior autonomia da escola: mais descentralização, maior ligação às comunidades locais e recomendações que se prendem com a gestão das escolas, sendo que algumas delas foram ainda feitas para impulsionar ou alterar a proposta do modelo de gestão que viria a vigorar na escola pública.

Foi recomendada a necessidade de reformular os planos de estudo, programas, didáticas e metodologias, estatuto do aluno, apoios a alunos com necessidades educativas, promoção do empréstimo de livros escolares.

O “cheque-ensino” e a livre escolha das escolas pelas famílias, foram sugestões apresentadas. No entender de alguns OM esta seria também uma forma de avaliar as escolas e conseqüentemente os professores.

Foi recomendada a alteração ao estatuto dos professores nos seguintes aspectos: i) fim da divisão de carreiras; ii) mais tempo para reflexão e cooperação entre os professores; iii) reformulação do processo de formação contínua no sentido da promoção da sua auto-formação supervisionada; iv) avaliação de desempenho. Neste último aspecto, são dadas muito poucas sugestões concretas, apenas são sinalizadas algumas recomendações, que não vão muito além do oposto do que é criticado no restante corpo do artigo e já aqui referido. Os apelos ou as exortações apontam mais para a alteração do modelo ou mesmo para a sua suspensão imediata (Gráfico 24).

GRÁFICO 24: SUBCATEGORIAS DE CONTEÚDO - “RECOMENDAÇÕES AO GOVERNO” - VISIBILIDADE – DESTAQUE PARA “AVALIAÇÃO DE DOCENTES”



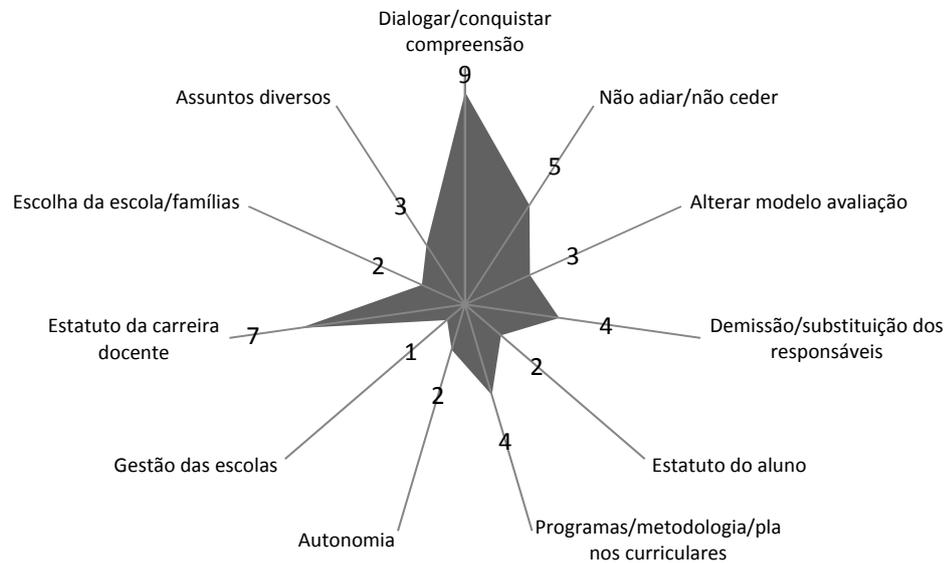
Santana Castilho, é o OM que mais claramente define o modelo que idealiza:

[...] Definir um modelo de avaliação do desempenho útil à gestão do desempenho, isto é, que identifique obstáculos ao sucesso e se oriente para os solucionar, que tenha muito mais peso formativo que classificador. Que se preocupe mais com a apropriação, por parte dos professores, dos valores que intrinsecamente geram sucesso e melhoram o desempenho,

que com os instrumentos que extrinsecamente o pretendam promover. Que reflita a evidência da complexidade do acto educativo, que não pode ser alvo dos mesmos instrumentos que se aplicam à medição de bens tangíveis. Que assente no reconhecimento de que a actividade docente tem uma natureza eminentemente colaborativa e dispensa instrumentos geradores de competição malsã. Que seja exequível e proporcional à sua importância no cotejo com outras vertentes da profissão” (Santana Castilho, *Público*, 08-07-2009).

Quais foram as “recomendações” emitidas num tom ou com uma intensidade mais forte ou seja, as que foram classificadas com “++”? O Gráfico 25 dá-nos uma imagem desta situação. As “recomendações” respeitantes às “estratégias” dominam, neste aspecto.

**GRÁFICO 25: SUBCATEGORIAS RESPEITANTES ÀS “RECOMENDAÇÕES AO GOVERNO”
EMITIDAS COM MAIOR INTENSIDADE - VISIBILIDADE**



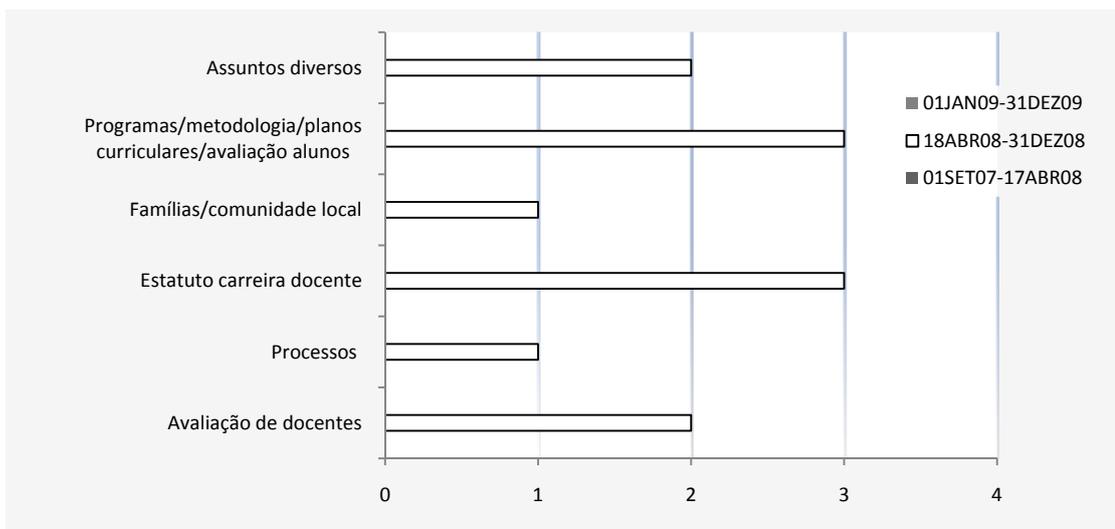
Analisaremos seguidamente as “recomendações” que foram feitas por cada grupo ao longo do primeiro ciclo de implementação do NMA.

2.3.5.1 As “Recomendações” do Grupo “Professores do Ensino Básico e Secundário”

O grupo “professores do ensino básico e secundário” fez “recomendações” apenas após a assinatura do *Memorando de Entendimento* e durante o ano 2008 (Gráfico 26). Este grupo emitiu apenas mais uma “recomendação” aos próprios professores:

[...] Em quarto lugar, se pode o Ministério da Educação formar uma comissão científica para superintender na avaliação do desempenho dos professores, por que não hão-de os professores, numa actuação concertada dos seus sindicatos, constituir também uma comissão científica, igualmente credível e não menos eminente, para avaliar em cada ano o desempenho do Ministério da Educação? Como arma política, não seria coisa de desprezar. E tanto menos quanto maior fosse a seriedade posta na iniciativa. Aqui fica a sugestão [...]. (Rui Valada, *Público*, 15-05-2008).

GRÁFICO 26: “RECOMENDAÇÕES” EMITIDAS AO GOVERNO PELO GRUPO “PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO”, POR PERÍODO TEMPORAL - VISIBILIDADE

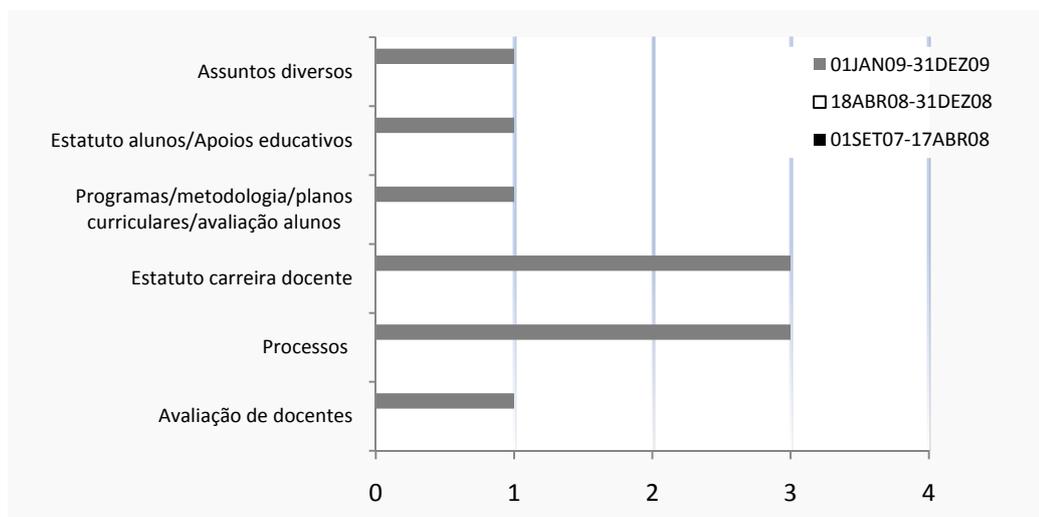


2.3.5.2 As “Recomendações” do Grupo “Políticos”

Por outro lado, as “recomendações” feitas pelo grupo “políticos” foram todas elas dirigidas ao Governo e no terceiro período temporal, Janeiro a Agosto do ano 2009, por Paulo Duarte e Marcos Perestrello (Gráfico 27). As recomendações de Marcos Perestrello, emitidas em Agosto de 2009 são claramente recomendações para o Governo que vencer as eleições de 27 de Setembro no sentido de manter a mesma linha de “reforma” do XVII Governo, cuidando em particular da forma de as negociar:

[...] No tempo que aí vem, vai ser fundamental assegurar as reformas essenciais, designadamente as de natureza curricular, e manter o ritmo de investimento na construção e recuperação do parque escolar. Mas o grande desafio que se tem pela frente é o de encontrar uma nova forma de relacionamento recíproco entre o Ministério da Educação e os professores. De outra forma, será difícil acabar com a instabilidade e a conflitualidade e transformar as escolas em espaços de aprendizagem, exigentes, criativos, cívicos e seguros. Espaços onde se aprenda e ensine com a consciência de que é o futuro que se prepara e decide (Marcos Perestrello, *Expresso*, 22-08-2009).

GRÁFICO 27: “RECOMENDAÇÕES” EMITIDAS AO GOVERNO PELO GRUPO “POLÍTICOS”, POR PERÍODO TEMPORAL – VISIBILIDADE



2.3.5.3 As “Recomendações” do Grupo “Professores Universitários e Investigadores”

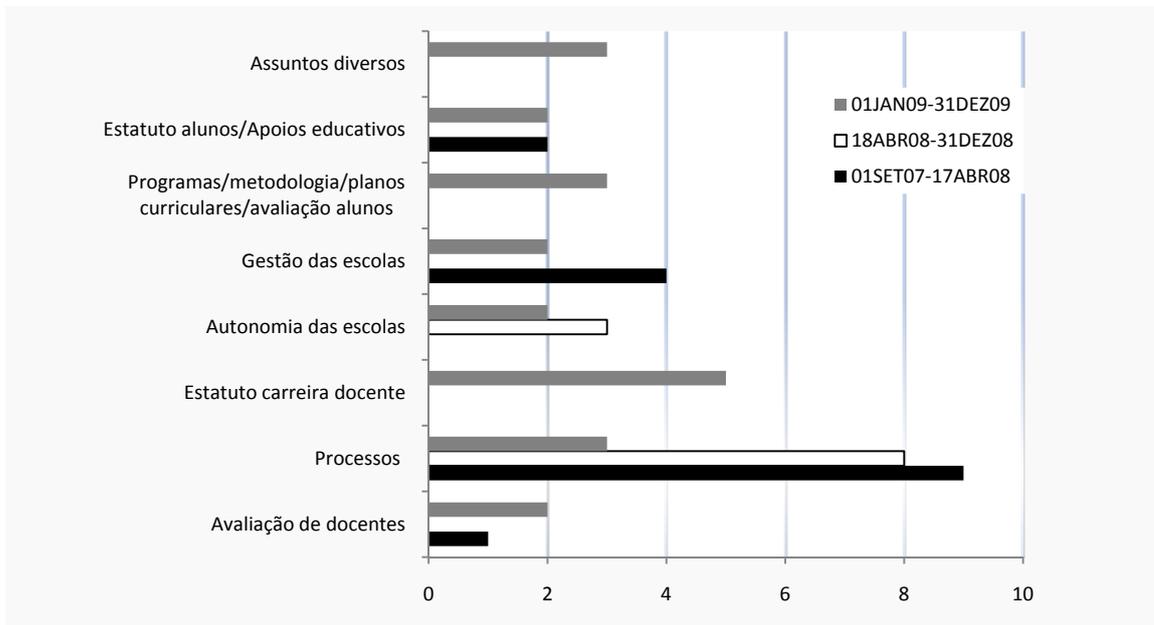
O grupo “professores universitários e investigadores” dirigiu bastantes “recomendações” ao Governo respeitantes aos processos de negociação (15 UI em 40 UI). Este foi o grupo que emitiu mais recomendações (58 UI no total), embora não tenha sido o que teve maior visibilidade neste espaço “opinião” (Quadro 34).

QUADRO 34: NÚMERO DE UI CLASSIFICADAS COMO “RECOMENDAÇÕES” POR DESTINATÁRIO E INTENSIDADE, EMITIDAS PELO GRUPO “PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS E INVESTIGADORES”

Destinatário	Classificação das UI			Número de UI	Presença de UI %	Visibilidade em relação ao número de UI analisadas por este grupo de OM %
	0	+	++			
Governo	7	10	23	40	69,0	4,8
Sindicatos	2	0	3	5	8,6	0,6
Partidos Políticos ou Políticos	1	0	1	2	3,4	0,3
Professores	1	2	5	8	13,8	1,0
Cidadão comum	1	1	1	3	5,2	0,4
Percepção geral						
Totais parciais				58	100	7

À exceção de três, todas as “recomendações” relativas aos processos negociais foram feitas nos dois primeiros períodos temporais. No último período, ano civil 2009, as preocupações destes OM parecem ter-se virado para questões relacionadas com a escola pública, em geral. O seu estatuto académico e cultural confere-lhes legitimidade para recomendar à equipa tutelar do Ministério da Educação medidas educativas também com base no conhecimento resultante da investigação que alguns destes OM desenvolvem na área da Educação (Gráfico 28).

GRÁFICO 28: SUBCATEGORIAS EM “RECOMENDAÇÕES” AO GOVERNO DO GRUPO “PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS E INVESTIGADORES” - VISIBILIDADE

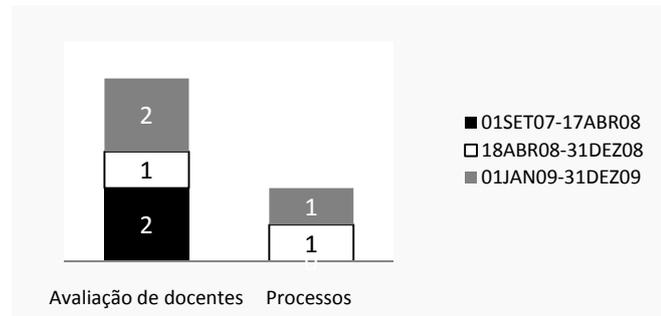


2.3.5.4 As “Recomendações” do Grupo “Profissionais Liberais/Quadros Superiores”

O grupo de OM que integra os “profissionais liberais/quadros superiores” dedicou a maior parte das suas recomendações ao Governo (5 UI em 7) e preocupou-se essencialmente com recomendações relacionadas com a avaliação de docentes (Gráfico 29). Estas vão todas no sentido de alterar o modelo de avaliação implementado, sendo que uma delas sugere a alteração dos especialistas que estiveram na concepção deste modelo²⁸.

²⁸ “[...]Se José Sócrates pediu boas soluções e lhe ofereceram estas, foi enganado, e deveria repensar nos seus contratos” (Lídia Jorge, *Público*, 09-01-2009)

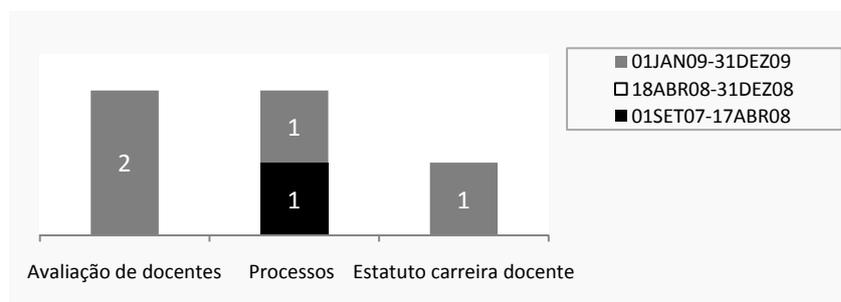
GRÁFICO 29: SUBCATEGORIAS EM “RECOMENDAÇÕES” AO GOVERNO DO GRUPO
“PROFISSIONAIS LIBERAIS/QUADROS SUPERIORES” - VISIBILIDADE



2.3.5.5 As “Recomendações” do Grupo “Outros Sectores de Actividade”

Quatro das cinco “recomendações” dirigidas ao Governo pelos OM do grupo “outros sectores de actividade” foram emitidas em Novembro de 2009 por Mário Nogueira e vêm na sequência das conversações e do clima de diálogo que a equipa ministerial da Educação encetou com os sindicatos da Educação a propósito da avaliação dos professores (Gráfico 30). Estas “recomendações” têm certamente a intenção de dar a conhecer a maior abertura manifestada por parte desta equipa e de pressionar para a não aplicação do modelo no segundo ciclo de avaliação e recomeçar do “zero”.²⁹

GRÁFICO 30: SUBCATEGORIAS EM “RECOMENDAÇÕES” AO GOVERNO, DO GRUPO “OUTROS
SECTORES DE ACTIVIDADE” – VISIBILIDADE



²⁹ “[...]Tenha coragem, senhora ministra, de remover estas mágoas do passado; tenha coragem, senhora ministra, de restituir aos professores uma carreira digna e valorizada, sem divisões infundadas [...] (Mário Nogueira, *Público*, 16-11-2009)

2.3.5.6 As “Recomendações” do Grupo “Jornalistas”

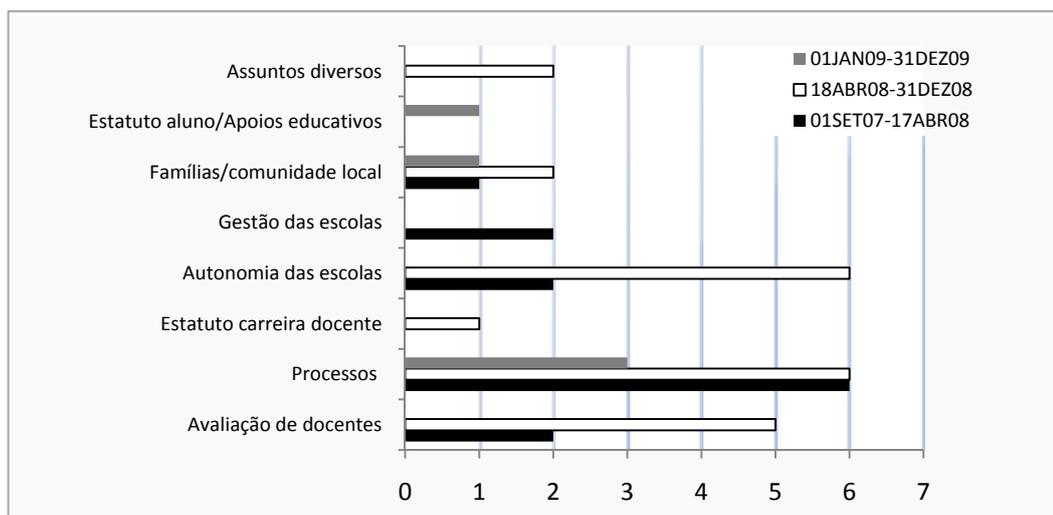
As “recomendações” feitas pelo grupo “jornalistas” foram na sua maioria dirigidas ao Governo (32 UI). Mas estes OM emitiram também um número razoável de “recomendações” aos partidos políticos (13 UI) e aos sindicatos (7 UI) (Quadro 36).

QUADRO36: NÚMERO DE UI CLASSIFICADAS COMO “RECOMENDAÇÕES” POR DESTINATÁRIO E INTENSIDADE, EMITIDAS PELO GRUPO “JORNALISTAS”

Destinatário	Classificação das UI			Número de UI	Presença de UI %	Visibilidade em relação ao número de UI analisadas deste grupo profissional
	0	+	++			
Governo	4	23	5	32	57,1	3,3
Sindicatos	0	1	6	7	12,5	0,7
Partidos Políticos ou Políticos	2	6	5	13	23,2	1,3
Professores	0	2	1	3	5,4	0,3
Cidadão comum	0	1	0	1	1,8	0,1
Percepção geral						
Totais parciais				56	100	6%

As “recomendações” dirigidas ao Governo foram emitidas principalmente nos dois primeiros períodos do primeiro ciclo de avaliação (Gráfico 31).

GRÁFICO 31: SUBCATEGORIAS EM “RECOMENDAÇÕES” AO GOVERNO, DO GRUPO “JORNALISTAS” - VISIBILIDADE



A “pressão” sobre a tutela ministerial parece ter sido feita principalmente entre 18 de Abril de 31 de Dezembro de 2008, particularmente após o início do ano lectivo 2008/09 e na sequência da segunda grande manifestação de professores, a 8 de Novembro. Em 2009 as recomendações mais relacionadas com a avaliação dos professores dizem respeito à necessidade de maior envolvimento dos destinatários das políticas nos processos de negociação da política educativa³⁰.

A necessidade de uma maior autonomia da escola pública relativamente ao Ministério da Educação é um dos apelos deste grupo profissional. Este grupo que recomenda a escolha da escola pelas famílias.

O facto de não se terem verificado mais manifestações de rua ou greves da classe docente, como as que aconteceram durante o primeiro ciclo de implementação do Novo Modelo de Avaliação, é sintomático da mudança desejada e requerida, pelo que cremos que estas “recomendações”, que já eram ou tornaram-se também as dos professores e dos seus representantes, reflectiram-se na prática de governação da equipa do Ministério da Educação que se seguiu à de Maria de Lourdes Rodrigues. Verificámos que a argumentação em torno do NMA, as críticas assinaladas e as “recomendações” formuladas ao Governo, se espelharam em algumas alterações que foram introduzidas ao estatuto da carreira docente³¹ e ao modelo de avaliação implementado em 2010³², nomeadamente: i) valorização da dimensão formativa da avaliação; ii) simplificação do processo de avaliação; iii) maior envolvimento dos docentes no processo e nos resultados da avaliação; iv) fim da divisão de carreiras. Mas permaneceram questões pendentes que, no nosso entender, não tiveram reflexo nas alterações introduzidas, nomeadamente a questão dos relatores e respectiva formação, pois continuou a ser possível relatores licenciados, acompanharem mestres ou doutorados, sendo que um grande número daqueles não possuísse formação específica na área. Pese embora a função dos relatores seja um pouco diferente da do anterior avaliador da componente científica e pedagógica é, de qualquer modo, o relator que efectua a observação de aulas. Este é o membro do júri de avaliação “responsável pelo acompanhamento do processo de desenvolvimento profissional do avaliado, com quem deve manter uma interacção permanente, tendo em vista potenciar a dimensão formativa da avaliação do desempenho” e que propõe ao júri de avaliação a classificação a atribuir ao avaliado (Decreto

³⁰ “[...]Veja-se, a propósito, o que diz o mais recente relatório da OCDE sobre a avaliação: “Para uma reforma bem-sucedida é necessário o envolvimento e a motivação dos professores”. Mais: “uma avaliação de professores com consequências (...) só acontecerá se os professores se sentirem motivados para fazer o processo funcionar” (Manuel Carvalho, *Público*, 18-07-2009)

³¹ Decreto-Lei nº75/2010, de 23 de Junho

³² Decreto Regulamentar/2010, de 23 de Junho

Regulamentar nº2/2010, de 23 de Junho, pág. 2240). A alteração ao estatuto da carreira docente terminou com a categoria de professor titular mas introduziu uma nova série de obstáculos à progressão que passa pela obrigatoriedade do docente ter observação de aulas para progredir aos 3º, 5º escalões, sendo que a passagem ao 5º e 7º escalões está sujeita a quotas, agora designadas por vagas, salvo determinadas condições constantes no artigo 48º do estatuto da carreira docente, as quais implicam a obtenção das menções mais elevadas na avaliação, *Muito Bom* e *Excelente*, cuja atribuição se manteve sujeita a quotas.

Na secção seguinte analisaremos a forma como o NMA foi tratado pelo nosso grupo de OM, em três períodos distintos, 1 de Setembro de 2007 a 15 de Abril de 2008, 16 de Abril de 2008 a 31 de Dezembro de 2008 e de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2009.

2.3.6 As Vozes em Torno do Novo Modelo de Avaliação de Professores, por Períodos Durante o Primeiro Ciclo de Implementação

Dividimos o primeiro ciclo em três períodos, em função dos acontecimentos mais marcantes em termos de alterações introduzidas ao novo modelo de avaliação:

- i) Primeiro período (1ºP): 1 de Setembro de 2007 a 15 de Abril de 2008;
- ii) Segundo período (2ºP): 16 de Abril de 2008 a 31 de Dezembro de 2008;
- iii) Terceiro período (3ºP): 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2009.

Trinta e um OM do nosso estudo publicaram 49 artigos no primeiro período. No seu discurso procuraram também, dar visibilidade às reclamações dos professores³³ de forma a influenciar a opinião pública e conseqüentemente a agenda política. Recordamos que este período foi marcado pela primeira grande manifestação de professores que juntou nas ruas de Lisboa milhares de docentes vindos de todo o país. A 17 de Abril de 2008 foi assinado o *Memorando de Entendimento*, entre sindicatos e ministra da educação, que vigorou até ao final do ano lectivo 2007/08.

O segundo período foi marcado por um final de ano lectivo mais calmo ou pelo menos, com uma tensão menos visível. A simplificação introduzida, decorrente do *Memorando de Entendimento*, foi uma solução que, no entanto, não agradou a todas as partes interessadas. Com o início do ano lectivo, 2008/09, e com a necessidade de (re)começar um processo de avaliação, agora com a obrigatoriedade de abranger todos os docentes, a instabilidade voltou a manifestar-se. Com a (suposta) exigência de serem fixados objectivos individuais³⁴ e com a necessidade de dar continuidade a um processo que teve um começo difícil, sem que tivessem sido dados passos significativos para melhorar o processo, levou a que a contestação regressasse às escolas e à rua. A 8 de Novembro de 2008, pela segunda vez no mesmo ano civil, os professores manifestaram de forma significativa o seu desagrado.

Os OM, uma vez mais, foram influenciados por esta perturbação e reagiram a ela, divulgando a sua opinião, participando em debates televisivos, dando visibilidade às reclamações dos professores e dos sindicatos, à voz dos partidos e dos governantes, tentando manter o assunto em destaque nos *media*,

³³ Recorde-se que o número de artigos publicados em ambos os jornais na sequência da manifestação de 8 de Março, aumentou significativamente como já verificámos.

³⁴ Note-se que nada impedia que fossem fixados objectivos de equipa

de forma a influenciar a agenda política governamental e a de outras estruturas político-partidárias. Este foi o período com maior número de artigos publicados (65) por 31 OM. Não sendo no entanto o maior período temporal (258 dias em 846 dias), foi aqui que o processo se reflectiu mais no espaço “opinião”, não apenas na visibilidade dada ao assunto mas no fervor, convicção, interesse e compromisso com o mesmo.

O impacto desfavorável relativamente ao processo de avaliação no segundo período do primeiro ciclo de avaliação, foi maior que nos restantes períodos (74,5% -), mas o problema neste período foi claramente posicionado nos processos de negociação das políticas públicas (Quadro 35).

QUADRO 35: VALORES DO ÍNDICES POR PERÍODO TEMPORAL E POR TEMAS ENQUADRADORES

Repartição das UI	Índices em relação ao conjunto por período						Índices por temas enquadradores por período					
	Visibilidade %			Peso-tendência %			Parcialidade %			Orientação %		
	1ºP	2ºP	3ºP	1ºP	2ºP	3ºP	1ºP	2ºP	3ºP	1ºP	2ºP	3ºP
Processos de negociação das políticas públicas	57,6	53,4	54,5	30,77 -	42,39 -	37,93 -	40,5	59,2	54,8	27,0 -	47,8 -	39,3 -
Medidas de política educativa	20,7	22,8	23,8	14,85 -	16,53 -	15,23 -	64,5	63,6	64,6	36,1 -	43,7 -	36,1 -
Avaliação de docentes	18,9	21,3	13,6	19,89 -	15,55 -	13,51 -	73,1	66,2	82,1	53,2 -	44,0 -	56,0 -
Diversos	2,8	2,6	8,1									
Totais de UI (sem "recomendações")	747	1015	617									
Totais de UI	789	1078	657									
Percepção global por períodos												
				65,5 -	74,5 -	66,7 -	51,9	61,8	61,4	34,0 -	46,0 -	40,9 -
Percepção geral do primeiro ciclo de avaliação (2007-2009)												
Parcialidade e Orientação							58,5			40,9 -		
Impacto e tendência da opinião				69,9								

Curiosamente, ao desenho do NMA e às alterações por este sofridas, foi dada um pouco mais de importância (maior visibilidade que no primeiro período), mas a parcialidade das opiniões e a orientação foram mais baixas não só relativamente ao primeiro período, mas em relação ao ciclo inteiro. O número de opiniões neutras como, afirmações, factos, ideias, preocupações e reflexões, foi maior (proporcionalmente) o que poderá dar uma certa ilusão de maior neutralidade da notícia mas, é

aqui que é fundamentada a opinião emitida; é onde o OM aprofunda a sua reflexão e argumenta a opinião e mobiliza conhecimento.

O terceiro período foi aquele em que claramente foi dada menos visibilidade ao NMA no espaço “opinião”. Foi também aquele em que a “Avaliação de docentes” foi menos abordada. O tema enquadrador “Processos de negociação das políticas públicas” manteve sempre a mesma importância, mas a convicção com que foi abordado foi menor (39,3% -), embora já sem as “hesitações” que marcaram o primeiro período (27% - no valor do índice *orientação*). No entanto, neste período, algumas vozes fizeram-se ouvir a favor relativamente às características/personalização e liderança de actores governamentais (13 UI emitidas em tom favorável para apenas 2 UI no 2ºP, enquanto que no 1ºP contabilizaram-se 15 UI favoráveis em 35 UI).

Creemos que o que manteve durante tanto tempo este tema na agenda dos OM teve também a ver com o facto de 2009 ser ano de eleições legislativas pois, tanto a parcialidade no que respeita ao discurso acerca da “Avaliação de docentes” aumentou, como o número de recomendações também aumentou, em valor percentual.

2.3.6.1 As Vozes, por Períodos, em Torno do Tema “Processos de Negociação das Políticas Públicas”

A progressão (negativa) em sentido crescente ao longo do ciclo, do valor do índice peso-tendência, da categoria “partidos políticos/políticos” parece confirmar o que afirmámos pois, em certa medida, foi uma estratégia usada para forçar os partidos políticos a darem atenção ao assunto (Quadro 36).

O maior busílis nos processos de negociação das políticas públicas prendeu-se nitidamente com a alegada burocratização da estrutura responsável pela implementação e avaliação das políticas educativas. Recorde-se a quantidade significativa de “recomendações” que foram emitidas no sentido de maior descentralização das políticas educativas e de maior autonomia das escolas. A este problema juntou-se a liderança deste ministério e do XVII Governo. Mas este aspecto não acrescenta um novo problema. Parece verificar-se aqui o que Daniel Innerarity (2006) afirma, ou seja, a tendência dos meios de comunicação para atribuírem a alguém a responsabilidade pelo que acontece, com vista à redução da complexidade do mundo.

QUADRO 36: VALORES DOS ÍNDICES POR PERÍODO TEMPORAL E POR CATEGORIAS DE CONTEÚDO DO TEMA “PROCESSOS DE NEGOCIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS”

Repartição das UI	Índices em relação ao tema enquadrador por período						Índices por categorias por período					
	Visibilidade %			Peso-tendência %			Parcialidade %			Orientação %		
	1ºP	2ºP	3ºP	1ºP	2ºP	3ºP	1ºP	2ºP	3ºP	1ºP	2ºP	3ºP
Governo-Sindicatos da Educação	2,3	2,2	1,2	1,06 -	0,33 -	0,57 -	60,0	66,7	50,0	40,0 -	16,7 -	50,0 -
Governo-Professores	4,9	7,9	4,5	4,51 -	5,07 -	2,87 -	81,0	72,1	66,7	81,0 -	72,1 -	66,7 -
Ministério da Educação	6,5	12,5	12,2	5,84 -	9,17 -	8,05 -	78,6	82,4	82,9	78,6 -	82,4 -	68,3 -
XVII Governo	7,0	7,4	7,7	4,77 -	5,40 -	4,60 -	60,0	82,5	76,9	60,0 -	82,5 -	61,5 -
Personalização/Liderança dos actores Governamentais	16,3	14,8	19,0	5,31 -	10,31 -	6,03 -	71,4	83,8	73,4	28,6 -	78,8 -	32,8 -
Sindicatos/Movimentos – Governo	6,5	11,4	6,5	4,51 -	5,73 -	4,02 -	60,7	59,7	63,6	60,7 -	56,5 -	63,6 -
Partidos Políticos/Políticos	5,8	9,8	16,4	3,45 -	6,22 -	9,77 -	52,0	71,7	80,0	52,0 -	71,7 -	61,8 -
Professores	13,3	14,8	5,1	1,33 -	0,00	1,15 -	54,4	52,5	58,8	8,8 -	0,0	23,5 -
Conselho de Escolas/Conselho Executivo/Director	0,5	0,4	1,2	0,00	0,16 -	0,86 -	0,0	50,0	75,0	0,0	0,0	75,0 -
Greves e manifestações	10,5	5,5	3,0									
Formas não convencionais de participação política	0,5	1,8	2,4									
Processos de condução das políticas públicas em democracia	26,0	11,6	20,8									
Percepção geral												
Totais	100	100	100									
Parcialidade e Orientação							40,5	59,2	54,8	34,0 -	46,0 -	40,9 -
Impacto e tendência da opinião				30,8 -	42,4 -	37,9 -						

Às características do corpo docente, como qualificação, empenho, autoridade, atitude face à política de avaliação de docentes e participação nos processos de negociação das políticas educativas foi dada bastante visibilidade nos dois primeiros períodos mas sem que tivesse ficado uma nítida impressão favorável ou desfavorável, pois as opiniões dividiram-se e muitas delas foram emitidas como constatações ou factos sem tonalidade explícita ou implícita.

Verificamos que “Personalização/Liderança dos actores governamentais” e “Professores”, são duas categorias com grande visibilidade, mas vistas de forma distinta. No segundo período, a segunda categoria registou um valor nulo no índice de *peso-tendência*, ao passo que a primeira, registou a maior impressão negativa dos três períodos (10,31%). Poder-se-á estar perante a identificação das vítimas e dos culpados a que Daniel Innerarity (2006) se refere na seguinte passagem:

os meios de comunicação moralizam na medida em que reduzem os problemas aos que decidem e aos atingidos pelas decisões: aos responsáveis e às vítimas. Para se poder reduzir a complexidade do mundo a dimensões aceitáveis, são necessários culpados. Os meios de comunicação reagem a isto oferecendo nomes a quem desejar saber por que é que acontece aquilo que acontece. Ao converter os acontecimentos em coisas imputáveis, a personificação simplifica o mundo: um é o mau e outro é o bom, e aquele é o dono do mundo. Os acontecimentos são condensados até que se possa reduzi-los a um homem, a uma paixão explicável, a uma grandeza personificada que possa ser admirada ou a alguma mesquinha sobre a qual se possa despejar a indignação. Deste modo surge para o espectador um mundo de atribuições causais simplificadas em que a complexidade é reduzida por meio da imputabilidade (Innerarity, 2006, p. 94).

2.3.6.2 As Vozes, por Período, em Torno do Tema “Medidas de Política Educativa”

No que respeita à discussão do tema enquadrador “Medidas de política educativa” temos a destacar alguns aspectos, além da tonalidade desfavorável a que já nos habituou este conjunto de OM, com a devida ressalva para o grupo profissional “profissionais liberais/quadros superiores”.

No primeiro período os aspectos onde a opinião se mostrou mais marcante foram proferidos acerca das políticas educativas herdadas (valor do índice *peso-tendência* 6,63% - em 14,9% -), ao passo que nos dois períodos seguintes a impressão negativa foi deixada nas políticas educativas implementadas ou nas opções tomadas pelo XVII Governo e nas repercussões negativas na escola pública dessas

mesmas opções (10,97% - em 16,5% - e 9,78% - em 15,2% -, no 1ºP e 2ºP, respectivamente). Acresce ainda o facto de, no terceiro período, não haver qualquer referência às repercussões das políticas herdadas. Talvez resida aqui uma das razões para o *lugar comum*: “a memória política dos cidadãos é curta” (Quadro 37).

QUADRO 37: VALORES DOS ÍNDICES POR PERÍODO TEMPORAL E POR CATEGORIAS DE CONTEÚDO DO TEMA ENQUADRADOR “MEDIDAS DE POLÍTICA EDUCATIVA”

Repartição das UI	Índices em relação ao tema enquadrador por período						Índices por categorias por período					
	Visibilidade %			Peso-tendência %			Parcialidade %			Orientação %		
	1ºP	2ºP	3ºP	1ºP	2ºP	3ºP	1ºP	2ºP	3ºP	1ºP	2ºP	3ºP
Medidas tomadas pelo Governo em funções	30,3	33,3	46,9	2,92 -	6,71 -	4,89 -	87,2	87,0	79,7	23,4 -	41,0 -	24,6 -
Opções tomadas por governantes anteriores	10,3	0,9	4,1	3,45 -	0,33 -	0,57 -	81,3	100,0	66,7	81,3 -	100,0 -	33,3 -
Efeitos/Consequências na escola pública da política educativa do XVII Governo	8,4	16,5	11,6	1,33 -	4,26 -	4,89 -	84,6	94,7	100,0	38,5 -	68,4 -	100,0 -
Efeitos/Consequências na carreira docente das medidas tomadas pelo XVII Governo	6,5	9,5	6,1	1,59 -	3,11 -	2,01 -	80,0	95,5	100,0	60,0 -	86,4 -	77,7 -
Repercussões na economia e desenvolvimento do país da política educativa do XVII Governo	2,6	6,1	8,2	0,27 -	0,98 -	2,87 -	75,0	100,0	83,3	25,0 -	42,9 -	83,3 -
Repercussões na escola pública das políticas herdadas	9,7	1,7	0,0	3,18 -	0,49	0,00	93,3	75,0	0,0	80,0 -	75,0 -	0,0
Repercussões na profissão docente das políticas herdadas	3,9	1,3	0,0	1,33 -	0,33	0,00	83,3	66,7	0,0	83,3 -	66,7 -	0,0
Repercussões na economia das políticas herdadas	3,2	0,9	0,0	0,80 -	0,33	0,00	100,0	100,0	0,0	60,0 -	100,0 -	0,0
Escola-sistema de ensino-políticas da Educação	25,2	29,9	23,1									
Percepção geral												
Totais	100	100	100									
Parcialidade e Orientação							64,5	63,6	64,6	36,1 -	43,7 -	36,1 -
Impacto e tendência da opinião				14,9 -	16,5 -	15,2 -						

2.3.6.3 As Vozes, por Período, em Torno do Tema “Avaliação de Docentes”

A categoria de conteúdo “Problema/Necessidade” e a aceitação da existência de um problema (identificado pela tutela do Ministério da Educação), que implicava a necessidade de alterar o modelo de avaliação de desempenho dos professores e implementar um novo modelo de avaliação registou uma impressão favorável durante os três períodos, isto é, foi considerada e confirmada por este grupo de OM, a necessidade de (alterar) avaliar os professores, embora com alguma divergência de opiniões. O fervor e a convicção como a opinião foi manifestada surtiram um efeito favorável (o peso-tendência variou entre 1,72% + e 2,12% +), acompanhando a tendência do Estado-Avaliador (Quadro 38).

QUADRO 38: VALORES DOS ÍNDICES POR PERÍODO TEMPORAL E POR CATEGORIAS DE CONTEÚDO DO TEMA ENQUADRADOR “AVALIAÇÃO DE DOCENTES”

Repartição das UI	Índices em relação ao tema enquadrador por período						Índices por categorias por período					
	Visibilidade %			Peso-tendência %			Parcialidade %			Orientação %		
	1ºP	2ºP	3ºP	1ºP	2ºP	3ºP	1ºP	2ºP	3ºP	1ºP	2ºP	3ºP
Problema/ Necessidade	8,5	6,9	14,3	2,12+	1,80 +	1,72 +	100,0	86,7	100,0	66,7 +	73,3 +	50,0 +
Opção política/Causa	8,5	8,8	13,1	1,59 -	1,80 -	2,01 -	100,0	100,0	100,0	50,0 -	57,9 -	63,6 -
Conceptualização/ Modelo	28,4	23,6	23,8	8,49 -	6,22 -	5,17 -	85,0	90,2	90,0	80,0 -	74,5 -	90,0 -
Contexto/Aplicação	7,1	4,2	1,2	2,65 -	0,16 -	0,29 -	100,0	55,6	100,0	100,0 -	11,1 -	100,0 -
Implementação/ Oportunidade	6,4	0,5	1,2	2,39 -	0,16 -	0,29 -	100,0	100,0	100,0	100,0 -	100,0 -	100,0 -
Implementação/ Normativos/ Orientações	6,4	1,9	1,2	2,39 -	0,33 -	0,00	100,0	50,0	0,0	100,0 -	50,0 -	0,0
Implementação Alterações	9,2	18,5	15,5	1,06 -	2,45 -	2,59 -	30,8	47,5	69,2	30,8 -	37,5 -	69,2 -
Implementação/ Efeitos na vida da Escola	5,0	7,4	8,3	1,86 -	2,62 -	2,01 -	100,0	100,0	100,0	100,0 -	100,0 -	100,0 -
Implementação/ Efeitos na vida profissional e pessoal dos professores	4,3	10,2	11,9	1,59 -	3,60 -	2,87 -	100,0	100,0	100,0	100,0 -	100,0 -	100,0 -
Avaliação de docentes	16,3	18,1	9,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percepção geral												
Totais	100	100	100									
Parcialidade e Orientação							73,1	66,2	82,1	53,2 -	44,0 -	56,0 -
Impacto e tendência da opinião				19,9 -	15,6 -	13,5 -						

O modelo escolhido para a resolução do problema não só não respondeu ao problema como a sua estrutura foi bastante criticada nos três períodos, sendo que as alterações introduzidas não resultaram, na opinião destes agentes. No segundo e terceiro períodos o enfoque argumentativo diminuiu relativamente ao modelo em si para ser transferir para as alterações introduzidas. No terceiro período, com um modelo criticado relativamente à burocracia nos procedimentos, desajustado, pouco claro, injusto, com muitas fichas e normativos como suporte à sua aplicação, entre muitos outros factores negativos apontados, já não parece haver necessidade de argumentar em relação aos normativos e às orientações (valores dos índices de orientação, parcialidade e peso-tendência nulos no 3ºP).

As referências aos efeitos na vida pessoal e profissional e no ambiente nas escolas, aumentaram no segundo e terceiros períodos temporais.

O entusiasmo com que a opinião sobre o NMA foi emitida no terceiro período foi bastante grande (82,1%) e superior à verificada nos dois períodos anteriores, assim como a convicção também aumentou, mas o assunto parece ter ido perdendo o espaço e a importância que ocupou durante dois anos (valores da visibilidade em decrescendo).

Conclusão

No quadro actual da reforma da administração pública e num contexto em que se exigem novas políticas para a melhoria dos indicadores de Portugal de modo a superar o défice de qualificação da população e as baixas taxas de sucesso escolar, o Ministério da Educação avançou com um amplo conjunto de políticas educativas, entre as quais se insere implementação de novos instrumentos de regulação. Os novos esquemas de avaliação de desempenho dos docentes fazem emergir um novo tipo de controlo burocrático e obrigam à redefinição das identidades profissionais. As novas regras de avaliação de desempenho individual, que assentam em mecanismos que premeiam o mérito e a competitividade, justificados pela necessidade de maior eficiência, produtividade, racionalização de custos nos serviços, numa lógica próxima da lógica do sector privado passam assim a ser aplicadas à escola pública. Com um grau elevado de burocracia nos procedimentos e a excessiva ênfase quantitativa do trabalho dos docentes nos critérios de avaliação, aliada a uma imposição de “fora para dentro”, o processo de avaliação implementado entre 2007 e 2009, mobilizou sindicatos, professores e movimentos de professores. A forte acção de contestação, que incluiu grandes manifestações e greves de professores e um generalizado ambiente de tensão e descontentamento nas escolas, levou a serem tomados em consideração os consequentes prejuízos para a escola pública conduzindo à introdução de sucessivos ajustes ao modelo inicialmente aprovado.

Nos meios de comunicação tradicionais (imprensa escrita, rádio e televisão), e nos *novos media* (Internet), assistimos a um intenso período de confronto e debate com políticos, intelectuais, cientistas, jornalistas, professores, personalidades públicas e muitos outros actores a exprimirem os seus pontos de vista, interesses e posições ideológicas em torno do NMA.

Contribuindo para a construção da opinião pública, os *media* ocupam um espaço privilegiado, entre a sociedade civil e o Estado, onde os agentes recorrendo a um discurso objectivista ou crítico, debatem situações que consideram inquietantes, tensas ou, no mínimo, dignas de reflexão mais aprofundada. (Serra, 2006). Eles clarificam a dinâmica de certos fenómenos sociais, identificam as suas causas, apreciam a legitimidade e a pertinência das decisões tomadas a seu propósito no quadro das políticas públicas (id., *ibid.*, p. 2). Tal como Barroso et al. afirmam (2007):

As políticas da educação não se circunscrevem às medidas políticas ou às decisões dos governantes e da administração. Devem ser entendidas como espaços comunicacionais e sociais nos quais se exprimem e interagem diferentes concepções e modos de relação com o

mundo educacional. Consequentemente, têm de ser observadas a partir de múltiplos pontos de sua produção e ancoragem: nos documentos oficiais e oficiosos, (...) nos textos de comissões, nos estudos ou relatórios (...), nos lugares de mediatização, nomeadamente na imprensa periódica não especializada, etc. (p. 8)

Nesta perspectiva, foi nosso objectivo conhecer a forma como o novo modelo de avaliação de educadores e professores do ensino básico e secundário foi analisado no espaço público durante o primeiro ciclo da sua implementação (2007-2009), isto é, analisar os discursos foram mobilizados e que vozes foram emitidas e cruzadas.

O *espaço público*, como lugar onde os problemas são assinalados, interpretados e discutidos e onde as sociedades comunicam entre si em torno de interesses comuns sofreu profundas transformações desde a sua origem na *polis* grega. Associado inicialmente a um espaço físico, onde os assuntos da vida pública e o governo da cidade eram debatidos, definiu-se no século XVIII como espaço simbólico de mediação entre a sociedade civil e o Estado. Embora com contornos muito assentes em interesses privados e características homogéneas, começa a despoletar-se uma consciência política. A procura do interesse geral toma o lugar dos interesses particulares. Surge pela primeira vez uma *opinião pública* formada na razão e associada ao princípio da *publicidade*, à opinião de um colectivo (embora restrito); construída mediante um processo de debate racional e crítico (Habermas, 1993).

A Revolução Francesa foi o catalisador de uma nova mutação do espaço público. Dá-se definitivamente a politização da esfera pública que anteriormente estava mergulhada na literatura e na crítica da arte (Habermas, 1993, p. IV). A universalização dos direitos cívicos alterou o *espaço público*. A *opinião pública* aparece como um conjunto de opiniões fragmentadas que reflectem pontos de vista divergentes e interesses variados. O *espaço público* torna-se *plural e informal* (Hansotte, 2008).

O progresso tecnológico e a mundialização das comunicações revolucionam o poder da informação e obrigam a uma nova forma de pensar o *espaço público*. No entender de Hansotte (2008) os meios de comunicação assumiram o controlo da circulação das opiniões informais e culturais e de todos os fluxos de comunicação eficazes. “A opinião pública já não é fruto da livre discussão de opiniões sobre temas, mas da actividade selectiva exercida pelos meios de comunicação que atribuem determinada relevância a um conjunto de temas na comunicação pública”, como afirma Figueiras (2008, p. 158).

A bem ver, este é o papel que os autores da “hipótese da *agenda-setting*” (McCombs e Shaw), inspirada no paradigma dos efeitos cognitivos, atribuem aos *media*: independentemente da posição que cada um toma sobre determinado assunto, “os meios de comunicação esquematizam os acontecimentos com que teremos de contar, estabilizam as alternativas e constroem no âmbito do que

parece possível. [...] Os jornais determinam o que é que acontece e até “quanto” tem de acontecer” (Innerarity, 2006, p. 99). Baumgartner e Jones (2002) fazem notar também que quanto mais os *media* cobrem intensa e negativamente um assunto mais a opinião pública pressiona no sentido da procura de solução para o problema. Os meios de comunicação influenciam a agenda pública; esta tem impacto na agenda política tal como a agenda dos *media*; esta última, por sua vez, é moldada pelo impacto dos acontecimentos e assuntos do “mundo real” (Roger & Dearing, 1987, citado por Parsons, 1995, p. 114). Os estudos realizados por McQuail e Windahl (1993, citado por Parsons, id., ibidem.), apontam para esquemas relativamente complexos e interactivos dos processos de agendamento e de permanência de um assunto no espaço público, nos *media* e na agenda decisional governamental.

Os meios de comunicação afectam os processos políticos, facilitam ou dificultam a aceitação das políticas; “eles representam um dos mecanismos mais significativos de construção da opinião pública” (Serra, 2006, p. 2).

Neste trabalho abordámos o NMA durante o seu primeiro ciclo de implementação na escola pública (2007-2009), na perspectiva de um conjunto de actores portadores de um elevado capital social, académico, político, cultural e mediático. O *ethos* prévio da maioria destes actores que lhes confere legitimidade para debater um qualquer assunto na esfera pública, contribuiu sem dúvida para a força da sua palavra, confirmando a posição de Pierre Bourdieu, referida por Amossy (2009), quando diz que o princípio da eficácia da palavra não está no conteúdo propriamente linguístico, mas nas condições institucionais da sua produção e da sua recepção, isto é, na adequação entre a função social do locutor e o seu discurso (p.79).

Tirando também partido da sua imagem mediática, argumentaram no espaço “opinião” da imprensa escrita, sobre questões de estratégia política e opções de política educativa a propósito daquele modelo; mobilizaram interesses e conhecimento, e lutaram por uma opinião do público, no sentido atribuído por Tönnies (1979, citado por Silveirinha, 2004, p. 104), isto é, por indivíduos que abraçam a opinião publicada como a sua e que a apresentam como sendo a “sua” opinião.

Começámos por investigar a repercussão que teve no universo destes OM o processo de implementação do NMA: como se reflectiu o processo de avaliação dos docentes na agenda dos OM e quais os que argumentaram no espaço “opinião” dos dois jornais de referência e de âmbito nacional, o *Público* e o *Expresso*.

Verificámos que a agenda destes OM foi fortemente influenciada pelos acontecimentos sociais. O NMA gerou forte contestação por parte dos docentes. Em termos de acção no espaço público, realizaram-se duas grandes manifestações de professores em 2008, greves e boicotes, durante cerca de dois anos. Ora, desde 1 de Setembro de 2007, início do ano lectivo 2007/08 até ao final do primeiro ciclo de implementação do NMA, 31 de Dezembro de 2009, foram publicados 156 artigos sobre o assunto nos

dois periódicos de referência e de âmbito nacional, o que perfaz uma média superior a 1 artigo por semana. O elevado número de artigos publicados na vizinhança das duas grandes manifestações de professores e as oscilações em função dos acontecimentos mais visíveis mostram que a agenda destes agentes foi fortemente influenciada pelos acontecimentos sociais, chegando mesmo a opinar sobre o que se previa acontecer.

Verificámos também que o número de artigos publicados e agentes envolvidos no segundo período do primeiro ciclo, 16 de Abril a 31 de Dezembro de 2008, foi maior que nos dois períodos vizinhos, apesar de corresponder ao período temporal mais curto. Recordamos que este foi um período que se iniciou com a assinatura do *Memorando de Entendimento* que trouxe alguma acalmia nas escolas/agrupamentos mas os seus efeitos (temporários) terminaram com o início do novo ano lectivo e a contestação voltou, pelo que vimos, com energia redobrada. Os OM foram influenciados pela perturbação que se verificou no ambiente educativo no início do ano lectivo 2008/09 e reagiram, divulgando a sua opinião, apresentando os seus pontos de vista, sugerindo caminhos a seguir, dando visibilidade às reclamações dos professores mas, também à posição dos sindicatos, dos partidos políticos e dos governantes.

Quer pelo número de OM que emitiram opinião sobre o tema da avaliação neste espaço “opinião” quer pela sua diversidade e intervenientes, verificámos que o assunto despertou interesse dos *fazedores de opinião*. Um número significativo de agentes reconhecidos pelo seu capital social, cultural, académico, político e também mediático, participou no debate em torno do NMA. Vários destes OM emitem, com alguma regularidade, opinião em diversos *media* e ocupam lugares de relevo na sociedade. A maioria habitualmente não debate, especificamente, assuntos relacionados com a educação. Por outro lado, a própria equipa editorial deu uma importância particular ao tema: ao publicar no seu *editorial* artigos sobre o assunto deu também a conhecer a posição do seu jornal face ao NMA. Recapitulamos aqui, em síntese, alguns resultados:

- i) Cinquenta e cinco OM emitiram opinião sobre o NMA;
- ii) Os editoriais de ambos os jornais por diversas vezes versaram o tema o que traduz o interesse do jornal no assunto;
- iii) Cerca de metade dos OM são seus colaboradores permanentes;
- iv) Apenas dois dos OM permanentes que se debruçaram sobre o assunto emitem habitualmente opinião sobre assuntos relacionados com a Educação;
- v) Este tema da avaliação trouxe a este espaço “opinião” personalidades do mundo académico, político, literário, associativo, sindical, ensino, entre outros;
- vi) A grande maioria destes OM é *fazedora de opinião*; são agentes portadores de uma autoridade e de uma credibilidade que lhes conferem legitimidade para debaterem no espaço público temas considerados inquietantes, como foi este da avaliação.

O elevado número de artigos publicados na vizinhança das duas grandes manifestações de professores e a turbulência na ponta final do primeiro ciclo faziam prever um discurso muito crítico e um debate muito aceso em torno do NMA. De facto, a opinião foi emitida com bastante empenho e determinação e num tom predominantemente negativo.

O debate foi proferido em torno de três temas: a “Avaliação de docentes” propriamente dita, “Processos de negociação das políticas públicas” e “Medidas de política educativa”.

O tema mais importante, isto é, com maior visibilidade no discurso foi “Processos de negociação das políticas públicas”. Este foi, sem dúvida, o aspecto central do problema. Foi deixada uma impressão negativa muito acentuada no que respeita ao Ministério da Educação, como instituição responsável pela implementação das políticas educativas, contribuindo para uma relativa descredibilização desta instituição no seio da opinião pública. Estamos perante o que Philippe Perrenoud (2002, p. 22) afirmou a propósito dos processos de construção de reformas educativas “Os ministros são muitas vezes prisioneiros de uma administração central que lhes preexiste e que lhes sobrevive”.

O ataque aos actores governamentais e às estratégias e táticas utilizadas pelo XVII Governo no processo de negociação das políticas públicas (em geral e junto dos professores), registaram uma impressão negativa acentuada. Segundo Daniel Innerarity (2006) uma maneira, utilizada pelos meios de comunicação, de reduzir a complexidade do mundo e absorver a insegurança, consiste em converter os acontecimentos em coisas imputáveis, personalizar os problemas, atribuir a alguém a responsabilidade pelo que acontece, arranjar culpados. As estratégias ou as táticas utilizadas pelos partidos políticos e pelos sindicatos também foram alvo de críticas negativas acentuadas. Governo, estruturas político-partidárias e sindicatos ou movimentos, foram considerados parte do problema, no que respeita à forma como conduziram o processo.

Em contrapartida, foram os professores os alvos deste instrumento de regulação política, os menos criticados. Foi-lhes dada grande importância, mas o impacto da opinião destes agentes na opinião pública, a respeito dos professores e da sua atitude perante as políticas educativas de um modo geral, embora negativo, foi praticamente nulo. Podemos, neste contexto e face ao panorama global, considerá-los “as vítimas” no sentido atribuído por Innerarity (2006).

O discurso negativista e desmoralizador estendeu-se às políticas educativas e às opções governamentais tomadas na área educativa pelo XVII Governo e pelos governos anteriores, apesar de não ter sido este o epicentro do problema. Quer as escolhas efectuadas quer os efeitos na escola pública, na profissão docente e no respectivo estatuto da carreira ou questões que se prendem com a relação custo/benefício das opções tomadas e a sua contribuição para o desenvolvimento do país, a médio e a longo prazo, integraram o discurso fortemente crítico destes agentes. De entre os vários assuntos abordados neste tema, os que foram alvo de uma opinião menos desfavorável foram, ainda

assim, os respeitantes às opções de política educativa tomadas pelo XVII Governo. Neste tema “medidas de política educativa” a opinião foi bastante aprofundada pois foi mobilizada uma quantidade significativa de conhecimento sobre o assunto.

O tema “Avaliação de docentes” apesar de se encontrar menos presente no discurso, registou uma impressão negativa mais acentuada. Foi aquele onde se verificou uma maior expressividade na opinião emitida mas, também onde foi mobilizado menor conhecimento na argumentação. Neste assunto especificamente, foi colocado maior compromisso com o assunto, emitida uma opinião com maior convicção, com mais interesse e paixão. O que trouxe estes agentes ao espaço público foi, sem dúvida, a avaliação de professores, pois é aqui que foi colocada a aposta na opinião. O busílis do problema foi posicionado, sem dúvida, na conceptualização do modelo - que na opinião de vários OM deveria ter respondido a um problema cuja existência foi assumida – o qual passaria pela alteração do modelo de regulação da função docente, mas que ficou bastante aquém do desejável. Os efeitos negativos na vida da escola e na vida pessoal e profissional dos docentes, decorrente do processo de implementação do NMA, foram os dois aspectos mais consensuais.

O modelo em si, foi alvo de bastantes críticas e uma adjectivação muito negativa. Agressivo, insensato, injusto e desumanizador são exemplos dos adjectivos que foram mais associados ao modelo inicialmente aprovado. A transparência, objectividade e a sustentação científica, foram características assinaladas pela ausência ou pela sua deficiente presença. As questões relacionadas com a relação hierárquica entre avaliador-avaliado foram também assinaladas, pelo lado negativo. As alterações e os pequenos ajustes introduzidos ao mesmo foram alvo de críticas e não foram consensuais. O enfoque do problema nos segundos e terceiros períodos do primeiro ciclo deixou de ser posicionado no modelo e foi transferido para as suas alterações.

No que respeita às recomendações, a maioria foi dirigida ao Governo sendo que as estratégias governativas continuaram no cerne da argumentação; várias apontaram no sentido da negociação mas outras consideraram posições menos assertivas e mais radicais.

De entre as críticas proferidas às alterações introduzidas no NMA algumas apontaram recuos ou inflexão por parte da equipa ministerial. Se de facto aconteceu, não foi numa situação excepcional, do ponto de vista de Lewis & Flynn (1978, citado por Parsons, 1995, p. 472), antes pelo contrário; dizem estes autores que na prática “existem divergências entre os objectivos da política e as metas a atingir; ideias vagas, ambiguidade e incerteza na operacionalização; procedimentos complexos; inconsistência entre os poderes e os problemas existentes; e conflito resultante da participação pública, de grupos de pressão e de divergências políticas”, sendo que o que guia a acção nem sempre são os objectivos da política mas, por exemplo, o que é exequível em determinadas circunstâncias. Nesta linha de pensamento situam-se também as ideias de Barrett e de Fudge (1981), que interpretam a

implementação como «política-acção *continuum*» “na qual um processo interactivo e negocial decorre entre aqueles que procuram colocar em prática a política e aqueles dos quais a acção depende.” (citado por Parsons, id., *ibid.*).

Não obstante, a argumentação ter sido centrada no processo de negociação das políticas públicas, e o discurso ter assumido contornos claramente sociais, não foi apenas aí que foi apontado o busílis. Esta forma de argumentação serviu, na nossa opinião, como esquema de argumentação, como forma de chamar a atenção do público para o assunto e de influenciar a agenda política. Gomes (2004, citado por Figueiras, 2008, p. 160), afirma que a imprensa de opinião é uma “esfera de discussão pública política realizada fora da esfera política restrita, mas como parte essencial do universo político conduzido na esfera pública”, ou seja, a imprensa de opinião pertence ao campo político, no sentido lato.

Daniel Innerarity manifesta preocupação com o facto da “enorme dificuldade em activar uma maioria social de transformação, favorável às reformas, ao passo que com grande facilidade se formam maiorias de recusa, de bloqueio”. Na sua opinião “os políticos fazem mal o que ninguém faz melhor que eles. O problema é conseguir que o façam menos mal ou que, simplesmente, façam qualquer coisa” (2006, p. 75).

Em alguns casos, embora raros, verificámos terem sido usados esquemas argumentativos que extrapolam a argumentação. De qualquer modo verificou-se com frequência um discurso muito expressivo e também apelativo. Confirmámos a tendência deste espaço “opinião” para abordar os assuntos de forma depreciativa, nomeadamente os respeitantes ao Governo e aos actos de governação, como Figueiras (2008) verificou na investigação que levou a efeito no espaço “opinião” da imprensa escrita de referência³⁵

Num segundo momento analisámos o discurso sobre o NMA considerando separadamente a opinião de cada um dos seis grupos profissionais constituídos. Procurámos conhecer os recursos argumentativos utilizados por cada um deles de forma a descobrir em que medida as suas vozes reproduziram os seus campos de filiação.

O grupo “**Políticos**” orientou o discurso predominantemente para o domínio das lutas sociais e políticas. Os seus discursos foram claramente instrumentos de luta política. Com fraca presença no nosso *corpus*, este grupo emitiu a sua opinião com fervor mas resultou, de modo geral, num debate proferido com pouca determinação.

³⁵ V. obra citada da autora «O Comentário político e a política do comentário»

O grupo argumentou a sua opinião sobre o tema “Processo de negociação das políticas públicas” utilizando apenas argumentos respeitantes ao Ministério da Educação, estratégia e táticas utilizadas pelo Governo no processo de negociação das políticas públicas e características dos governantes. Foi em tom parcialmente negativo, verificando-se no entanto, divergência de pontos de vista. O busílis foi colocado basicamente nas estratégias de actuação do XVII Governo.

Foi o único grupo que no debate não deu importância alguma às propostas e estratégias de negociação das políticas da Educação dos partidos políticos e dos seus representantes (enquanto actores não governamentais). Evidentemente, não foi aqui colocado o problema.

Compreende-se pois que as “recomendações” emitidas, tenham sido na sua totalidade, dirigidas ao Governo. Algumas delas foram emitidas na proximidade do processo eleitoral para as eleições legislativas que iriam decorrer a 27 de Setembro e apontaram no sentido de manter a mesma linha de “reforma” do XVII Governo, cuidando em particular da forma dos processos de negociação, a bem ver, proferidas por um OM de afinidade político-partidária socialista. Este grupo deu muito pouca importância aos restantes temas.

O grupo dos “**Professores do Ensino Superior e Investigadores**” foi um dos grupos que deu menor importância aos “Processos de negociação das políticas públicas” mas, ainda assim, considerou-o o mais importante tanto que, o conjunto razoável de recomendações emitidas aos actores governamentais disse respeito a questões de estratégia e negociação.

Em contrapartida, foi um dos grupos que deu mais visibilidade aos aspectos respeitantes ao modelo de avaliação em si, à sua implementação e aos efeitos imediatos no ambiente escolar e na vida pessoal e profissional dos professores. Foi o grupo que mais contribuiu, para induzir uma impressão desfavorável sobre o novo modelo de avaliação, apesar de não ter sido o que mais publicou sobre o NMA. Manifestou um elevado compromisso com o tema e emitiu uma opinião com convicção e fervor.

O tema “Medidas de política educativa” teve maior presença que a “Avaliação de docentes” mas este último foi abordado globalmente com mais determinação.

Este grupo proferiu críticas relacionadas com questões de estratégia de governação mas também com a actuação dos sindicatos e partidos políticos, dando ainda uma visibilidade considerável a factores relacionados com a personalização e liderança dos actores governamentais. Os docentes foram vistos por este grupo de um modo relativamente favorável. As opiniões foram emitidas com pouca paixão sobre o assunto. Em contrapartida, relativamente às estratégias e táticas utilizadas pelos governantes na relação com os professores a opinião foi emitida com bastante expressividade. O busílis nos processos de negociação das políticas públicas foi posicionado nos governantes. Para este resultado

contribuiu bastante a opinião de um dos OM, cronista permanente do jornal *público*, que habitualmente escreve as suas crónicas sobre Educação.

Este foi um dos grupos mais críticos relativamente às opções tomadas pelo XVII Governo na área educativa e aos seus efeitos, quer na escola pública quer na carreira docente. Este grupo não evitou criticar também as opções de política educativa tomadas por governos anteriores, assinalando algumas das suas repercussões negativas na escola pública. Este último aspecto registou um valor de tendência desfavorável acima da média, embora sem grande expressão.

O grupo “professores universitários e investigadores” não se identificou significativamente com a existência de um problema que justificasse uma intervenção no processo de avaliação de docentes, embora a opinião tenha sido emitida num tom favorável. Uma preocupação manifestada por estes OM prendeu-se com o facto da avaliação por pares implicar a necessidade de avaliadores nas escolas com formação para o efeito, aspecto que no seu entender não foi assegurado ou foi-o de forma desadequada.

O maior número de “recomendações” ao Governo veio destes OM, sendo que a maioria das que foi emitida, durante o primeiro e segundo períodos temporais em análise, disseram respeito aos processos de negociação.

O grupo “**Professores do ensino básico e secundário**” foi o que menos importância deu a questões de estratégia política mas, o que mais dedicou a sua opinião ao tema “Avaliação de docentes”, à implementação do modelo e aos efeitos imediatos no ambiente escolar e na vida pessoal e profissional dos docentes. A convicção colocada no tratamento do tema e a impressão desfavorável que procuraram deixar foi muito significativa. Este mostrou ser o grupo mais homogêneo na forma como argumentou acerca do NMA, ao ponto de ter conseguido deixar uma marca negativa mais acentuada que a de grupos com mais presença no nosso *corpus*. No grupo só encontramos um OM permanente, que trabalha para o jornal *Expresso*. Os restantes elementos, participaram neste espaço público como parte interessada e cidadãos de um Estado democrático.

O tom utilizado foi predominantemente negativo e o discurso revelou-se muito expressivo. Foi o grupo que menos ideias e reflexões apresentou acerca dos processos de condução das políticas públicas em democracia. Este grupo de OM professores colocou o problema respeitante ao processo de negociação das políticas públicas basicamente em três aspectos: pessoas, instituições e estruturas partidárias e procurou obter um impacto favorável sobre a sua própria classe profissional.

Foi dos que mais convicção colocou nas críticas às opções governamentais na área educativa. O busílico nas opções tomadas pelo XVII Governo foi assinalado relativamente às suas consequências negativas na escola pública. Elegeu o modelo adoptado e as alterações introduzidas como alvo da sua crítica

mas, pelo facto da opinião emitida não ter sido, neste aspecto específico, proferida com muita determinação (apesar de ainda assim o podemos considerar um grupo relativamente homogéneo), permite-nos concluir que a implementação do NMA parece ter sido “apenas” o ponto de ruptura que despoletou a onda de contestações a que o país assistiu. As “recomendações” que o grupo emitiu, (após a assinatura do *Memorando de Entendimento* e durante o ano 2008), destinaram-se aos membros do XVII Governo. Apenas uma teve como alvo os professores.

A opinião do grupo “**Jornalistas**” foi a que teve mais visibilidade no nosso *corpus*. Este foi o grupo que mais debateu o assunto neste espaço e que participou em maior presença. Fê-lo no entanto, com menos expressividade que outros grupos aqui presentes. Perguntámo-nos, a certa altura, se o número relativamente elevado de UI neutras emitido pelos elementos do grupo “jornalistas” estaria relacionado com o habitual carácter objectivo e de isenção que é solicitado ao jornalista no relato dos acontecimentos e na divulgação da notícia, tendo em conta a “concepção normativa, que busca explicar, contextualizar e dar a conhecer a substância dos temas em análise”, como afirma Figueiras (2008, p. 296), ou se foi mobilizada uma quantidade significativa de conhecimento. Verificámos que apesar de o grupo ter emitido uma certa quantidade de ideias e reflexões sobre os processos de negociação das políticas públicas em democracia, sobre a escola, o sistema de ensino e as políticas educativas e, ainda, sobre avaliação de professores, o seu valor percentual não ultrapassou os 20% das UI emitidas (com excepção da “recomendações” e as enquadradas em “diversos”). Parte da argumentação baseou-se em informações, factos e acontecimentos, experiências presenciadas ou relatadas, como aliás se verificou na maioria dos grupos, apesar da fraca visibilidade dada pelo grupo à categoria “greves e manifestações”. Este último aspecto, provavelmente prende-se com o papel de OM que está a desempenhar neste espaço, enquanto *fazedor de opinião*.

Este grupo profissional deixou uma impressão global desfavorável sobre o assunto. Foi o que mais se afastou do tema e o que, em termos comparativos, menos importância deu às medidas de política educativa. Mas não deixou de ser visível a luta por transmitir uma imagem negativa dos processos de negociação das políticas públicas, que considerou o tema mais importante e onde utilizou um discurso menos valorativo.

À semelhança de outros grupos, deu grande visibilidade às questões relacionadas com a personalização e liderança dos actores governamentais mas, não conseguiu deixar uma marca significativamente desfavorável a este respeito. Na relação Governo-Sindicatos posicionou o problema claramente nas propostas e estratégias utilizadas pelos sindicatos. As críticas dirigidas às estruturas sindicais, movimentos e partidos políticos ou políticos (actores não governamentais), enquanto parceiros nos processos de construção das políticas públicas, surtiram mais efeito na formação de uma opinião global negativa, mas não foram manifestadas com tanto interesse e fervor quanto as dirigidas ao Ministério da Educação. O *buslilis* foi colocado principalmente no funcionamento deste Ministério da

não deixando, no entanto, de criticar, de dar grande importância e sinalizar negativamente as estratégias dos sindicatos e dos partidos políticos.

O grupo de OM “jornalistas” não colocou grande determinação nos argumentos que se prendem com as medidas de política educativa, relegando-as para terceiro plano. Apesar disso, ainda apresentou bastantes críticas negativas às opções tomadas na área educativa quer pelo XVII Governo, como também relativamente algumas escolhas feitas por governantes anteriores e, ainda, a opções tomadas pela equipa do actual Governo.

Este grupo optou por imprimir um registo mais determinado nas questões relacionadas com a avaliação de docentes. Opinou favoravelmente acerca da necessidade de introduzir novos mecanismos de avaliação dos docentes, mas discordou do modelo inicialmente aprovado, onde identificou o problema. Mostrou-se crítico relativamente às alterações introduzidas ao modelo, embora a opinião não tivesse sido emitida, neste aspecto, com muita convicção e fervor. Deu-lhe, no entanto, bastante visibilidade.

As “recomendações” emitidas foram dirigidas na sua maioria ao Governo embora um número razoável tenha tido como alvo os partidos políticos e os sindicatos. A “pressão” sobre a tutela ministerial foi feita principalmente entre 18 de Abril de 31 de Dezembro de 2008, particularmente após o início do ano lectivo 2008/09 e na sequência da segunda grande manifestação de professores, a 8 de Novembro. Em 2009 as recomendações mais relacionadas com a avaliação dos professores prenderam-se com a necessidade de envolver mais os destinatários das políticas nos processos de negociação.

A necessidade de uma maior autonomia da escola pública relativamente ao Ministério da Educação foi um dos apelos deste grupo profissional, bem como a escolha da escola pelas famílias.

O grupo “**Profissionais liberais/quadros superiores**” foi o que, comparativamente, mais aprofundou as suas ideias e incorporou mais conhecimento no seu discurso, desempenhando um papel pedagógico e construtor de uma opinião pública esclarecida.

Deu mais visibilidade ao tema “Processos de negociação das políticas públicas”. O foco do problema foi claramente posicionado no Ministério da Educação.

Foi o único grupo que se mostrou favorável em relação ao tema “Medidas de política educativa”, particularmente no que respeita às opções tomadas pelo XVII Governo. A orientação positiva mas baixa, imprimida a este assunto revela, no entanto, a pouca convicção no debate. Este resultado prende-se, no nosso entender, com o facto de na opinião emitida e na respectiva lógica argumentativa utilizada, ter transparecido a marca política à qual estes agentes estão ligados e que acabou por se

sobrepor às eventuais afinidades culturais e académicas diminuindo assim, a capacidade de crítica e de demarcação face à força política a que pertencem.

O grupo manifestou-se em total acordo com a necessidade de introduzir um novo modelo de avaliação de professores mas, foi bastante crítico relativamente não só à forma como o Ministério da Educação respondeu ao problema, como ao modelo implementado verificando-se, neste último caso, unanimidade de opiniões. As suas recomendações foram maioritariamente dirigidas ao Governo e relativas ao modelo aprovado, sendo que, a posição foi totalmente favorável à sua alteração.

O grupo “**Outros sectores de actividade**” apresentou uma fraca visibilidade no nosso *corpus*. Constituído apenas por quatro OM e cinco artigos publicados, estes agentes empenharam-se contudo em deixar uma marca significativa e desfavorável sobre o tema. Foi o grupo que comparativamente mais argumentou em torno dos “Processos de negociação das políticas públicas”. Não deu qualquer visibilidade à categoria “Governo-Sindicatos da Educação” apesar de se encontrarem neste grupo representantes de sindicatos de professores e de outras estruturas associativas. Na nossa opinião foi uma forma de tornar mais credível a opinião que emitiu. Por outro lado, o busílis no que diz respeito aos processos de negociação das políticas foi colocado na actuação do Governo relativamente aos professores e, no Ministério da Educação. Esta foi, na nossa opinião, uma forma do seu emissor - representante sindical, alimentar a representação colectiva e o estereótipo que circula de si. Este grupo deu mais importância à categoria “Professores”, mas nem por isso conseguiu deixar a este respeito uma impressão favorável, assim como não argumentou com maior empenho e convicção face a outros grupos, a este respeito.

As opções de política educativa, em geral e a avaliação de docentes não foram alvo de particular atenção por parte deste grupo.

A maior parte das suas “recomendações” foi dirigida ao Governo, a propósito da avaliação e já durante a nova legislatura. Tiveram claramente a intenção de pressionar, pela positiva, para a não aplicação do modelo no segundo ciclo de avaliação.

Os meios de comunicação em geral, e a imprensa escrita em particular, são espaços de excelência no processo de edificação de referenciais, pelo papel de mediação e mediatização que desempenham, pois cumprem uma dupla função de natureza epistemológica - função cognitiva, na medida em que codificam e recodificam o mundo dando-lhe sentido e, de natureza social - função de poder, uma vez que revelam e estruturam campos de força que hierarquizam quem se encontra em melhor posição para “falar” (Pina, 2007, p. 107). Assim, as políticas públicas não decorrem de contextos lineares resultantes dos níveis decisoriais da esfera do Estado (Guerra, 2006, p. 42), apesar de ainda ser atribuído ao Estado um papel relevante na definição, pilotagem e execução das políticas e acção

públicas, no quadro de reconfiguração do seu papel, nos modos de governação e regulação da educação, em que se destaca o reconhecimento e valorização da iniciativa de actores locais. O Estado vê-se obrigado a partilhar esse papel com a intervenção crescente de outras entidades e actores (Barroso, Carvalho, Fontoura, & Afonso, 2007).

O modelo de avaliação dos docentes sofreu ao longo do primeiro ciclo uma adaptação temporária, decorrente da assinatura do *Memorando de Entendimento* entre a Plataforma Sindical e os representantes do Ministério da Educação, a 17 de Abril de 2008, e uma alteração ao modelo inicial, vertida em lei a 5 de Janeiro de 2009. Posteriormente e já iniciado o segundo ciclo de avaliação, o modelo de avaliação sofreu novos e vinculados ajustamentos que trouxeram, até à data, um pouco de paz ao ambiente conturbado que se viveu nas escolas durante a primeira fase.

As principais críticas ao modelo de avaliação foram quase todas tidas em consideração no modelo que se encontra actualmente em vigor (Decreto Regulamentar nº2/2010, de 23 de Junho). No entanto, até o processo alcançar uma situação cómoda para todas as partes envolvidas, há ainda, no nosso entender, um longo caminho a percorrer e investimento a fazer.

No papel desempenhado por estes agentes em torno do debate acerca do NMA encontrámos as cinco principais funções atribuídas aos *media* por McNair (2003): “informar os cidadãos do que está a acontecer; vigiar o poder político contra os abusos do exercício do poder; educar para a compreensão e significado dos factos; providenciar uma plataforma para o discurso público político, facilitando a formação da opinião pública, incluindo a provisão de espaço para a expressão de descontentamento [...] e dar publicidade às instituições governamentais e políticas” (Figueiras, 2008, p. 154).

Verificou-se haver consenso quanto à necessidade de valorizar desempenhos e premiar o mérito. O problema foi relacionado com a autonomia da escola pública e a sua excessiva dependência do Ministério de Educação, instituição sinalizada como estrutura demasiado burocrática e centralizadora, evidenciando que “a distância entre as representações e propostas contidas no discurso e as práticas é grande” como refere Figueiredo (2007).

Para Muller (2003, citado por Figueiredo, 2007) “mais do que a resolução de problemas, as políticas públicas são uma imagem social, isto é, contém uma representação sobre a realidade na qual pretendem intervir”. Segundo Van Zanten (2004, citado por Figueiredo, 2007, p. 97), as políticas públicas na área da educação reflectem, a “incapacidade de estabelecer prioridades em função de um consenso social forte sobre as finalidades do sistema educativo”, evidenciando “contradições, inflexões e avanços multi-direccionais. Na opinião desta autora é necessária uma grande atenção na relação entre as declarações de princípio e as escolhas efectivas que resultam de negociação política, de tradução técnica pela administração e das condições que vão ocorrendo no terreno” (id., ibid.)

A “fuga” ao debate e à crítica a aspectos concretos do NMA, centrando a argumentação em assuntos ou temas de natureza vincadamente social e política, a valorização de determinados aspectos em detrimento de outros, a mescla de conhecimentos mobilizados e o uso de argumentos que, à partida, tinham o acordo prévio do público, fazem-nos acreditar que os agentes do campo intelectual da educação não assumiram uma posição consensual acerca do conceito de avaliação no contexto profissional na escola pública.

Creemos, neste caso específico, também ter confirmado o que Méon (2004) afirma, ou seja, que a circulação de saberes que ocorrem na esfera pública revela a porosidade das fronteiras e uma hibridação entre os “saberes científicos” e os “saberes comuns”, a que nós acrescentaríamos os “saberes em acção” decorrentes da prática e da experiência própria.

Por outro lado, a tática utilizada, por estes agentes, apresenta traços semelhantes ao conflito discursivo, referido neste trabalho por Serra (2004), que se instaurou na Islândia entre os *pré-reformistas* e os *reformistas*.

Embora mais visível nos grupos profissionais não identificados com a docência, a estratégia foi revelada num discurso com um sentido claramente social e político, como forma de relacionar as políticas e as práticas de negociação do XVII Governo com políticas educativas centralizadoras³⁶ e formas autoritárias de governação. Poderemos imaginar alguns interesses subjacentes a este conflito como seja, por exemplo, a transformação de capital educativo e cultural em capital simbólico.

Na opinião de Isabel Guerra (2006, p. 42) “o desafio da eficácia da acção pública está cada vez mais identificado com os constrangimentos que advêm do “jogo de actores” e da habilidade com que os actores exercem o seu papel, apesar da diferença de poderes reais e simbólicos, como co-produtores das políticas públicas.” No espaço público, considerado do ponto de vista de Hansotte (2005), isto é como instância simbólica discursiva, ética e política, os actores empenhados em movimentos de opiniões e lutas, organizados ou não em associações, defendem interesses universalizáveis. Procuram, partindo de acontecimentos, testemunhos ou de experiências vividas por alguns (cidadãos), fazer exigências para todos. Esta universalização das exigências apoia-se na interpretação das regras e das leis ((re)codificação dos problemas). Do ponto de vista desta autora, quando vai até ao seu termo conduz a uma nova formulação do viver em conjunto.

O discurso negativista e desmoralizador a que assistimos, a politização de assuntos como a Educação, a utilização de argumentos em função do público a que se destina e em conformidade com interesses

³⁶ Excepção feita à opinião do grupo “profissionais liberais/quadros superiores”.

que nem sempre nos foram apreensíveis, a procura dos princípios legitimadores e de diferenças epistémicas subjacentes ao discurso, o capital social mobilizado para conseguir influenciar a opinião pública e a complexidade dos processos de construção das políticas públicas, leva-nos a perguntar, por exemplo, como tem evoluído o espaço “opinião” da imprensa escrita no que respeita ao discurso em torno das políticas educativas ou, quais foram os temas em agenda e como têm evoluído ao longo dos vários ciclos de governação? Quais os princípios legitimadores em torno dos quais as tematizações se têm organizado? Que agentes têm intervindo sobre a educação no espaço público? Quais as práticas de avaliação de professores noutros países como, por exemplo, Espanha, França, Brasil e como decorreram os respectivos processos de implementação ou de alteração dessas políticas?

A denúncia do mal-estar, o desfasamento entre o que existe e as expectativas criadas, o que seria desejável, a identificação das causas e a (re)codificação dos problemas alertam e obrigam o poder político a agir, a efectuar mudanças negociadas, mais concertadas e duradouras. Este trabalho procurou reunir um conjunto de vozes de agentes que lutaram com os seus conhecimentos, a sua experiência, ideologias, convicções, afinidades políticas e necessariamente com vista aos seus interesses particulares. Mas, nesse esforço lutaram também por uma escola pública de melhor qualidade. Para eles reservo o meu último agradecimento, como professora, como cidadã e como utente da escola pública no papel de mãe.

Bibliografia

Afonso, A. J. (2001). A redefinição do papel do Estado e as Políticas Educativas. Elementos para pensar a transição. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 37 , pp. 33-48. Consultado em [Março, 2010] em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/>.

Amossy, R. (2009). *L'argumentation dans le discours (2^e edition.)*. Paris: Armand Colin.

Antunes, F. (2005). Globalização, europeização e especificidade educativa portuguesa: percursos processos e metamorfose. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 47 , pp. 125-143. Consultado em [Março, 2010] em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/>.

Araújo, J. (2006). A Gestão Pública no Contexto da Ciência da Administração Pública. In A. Tavares (Coord.), *Estudo e Ensino da Administração Pública em Portugal* (pp. 55-82). Lisboa: Escolar Editora.

Bardin, L. (2008). *Análise de conteúdo (4^a edição.)*. Lisboa: Edições 70.

Barroso, J. (2005). *Políticas Educativas e Organização Escolar*. Lisboa: Universidade Aberta.

Barroso, J. (2009). A Autonomia das Escolas: Retórica, Instrumento e Modo de Regulação da Acção Política. *A Autonomia das Escolas (2^a edição)* (pp. 23-28). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Educação e Bolsas.

Barroso, J. (2010). Conhecimento, actores e política. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação* , 12, pp. 37-50. Consultado em [Março,2011] em <http://sisifo.fpce.ul.pt>.

Barroso, J., Carvalho, L. M., Fontoura, M., & Afonso, N. (2007). As Políticas Educativas como objecto de estudo e de formação em Administração Educacional. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 04 , pp. 5-20. Consultado em [Abril, 2010] em <http://sisifo.fpce.ul>.

Bilhim, J. (2006). Ciência da Administração: Relação Público/Privado. In A. Tavares (Orgs.), *Estudo e Ensino da Administração Pública em Portugal* (pp. 33-53). Lisboa: Escolar Editora.

Bilhim, J. (2008). Políticas Públicas e Agenda Política. *Revista de Ciências Sociais e Políticas* , 2, pp. 99-121. Lisboa: ISCSP-UTL.

Birkland, T. A. (2005). *An Introduction to the POLICY PROCESS. Theories, concepts, and models of Public Policy making (2nd edition.)*. EUA: M.E. Sharpe.

Breton, P. (2006). *L'argumentation dans la communication (4^e ed.)*. Paris: Éditions La Découverte.

Breton, P., & Proulx, S. (2006). *L'explosion de la communication*. Paris: Éditions La Découverte.

Candeias, A. (2009). *Educação, Estado e Mercado no século XX. Apontamentos sobre o caso português numa perspectiva comparada*. Lisboa: Edições Colibri. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Chartier, L. (2003). *Mesurer l'insaisissable. Méthode d'analyse du discours de presse*. Canadá: Presses de L'Université du Québec.

Costa, E. (2007). Contributos para uma análise cognitiva da política de avaliação de professores. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 04 , pp. 49-58. Consultado em [Abril, 2010] em <http://sisifo.fpce.ul>.

Day, C. (1999). Avaliação do Desenvolvimento Profissional dos Professores. In A. Estrela, & A. Nóvoa (Orgs.), *Avaliações em Educação: Novas Perspectivas* (edição actualizada, pp. 95 - 114). Porto: Porto Editora.

Figueiras, R. (2005). *Os Comentadores e os Media. Os autores das colunas de opinião*. Lisboa: Livros Horizonte.

Figueiras, R. (2008). *O Comentário político e a política do comentário*. Lisboa: Paulus Editora.

Figueiredo, C. C. (2007). Redes sociais e políticas: o papel dos pais na genealogia das políticas públicas da educação sexual. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 4 , pp. 95-112. Consultado em [Agosto, 2010] em <http://sisifo.fpce.ul>.

Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor.

Fontoura, M. M. (2008). Política e acção pública: Entre uma regulação centralizada e uma regulação multipolar. *Revista Portuguesa de Educação* , 21(2), pp. 5-31. Consultado em [Março, 2010] em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/>.

Guerra, I. C. (2006). *Participação e Acção Colectiva - Interesses, Conflitos e Consensos*. Estoril: Príncípia Editora.

Guerra, I. C. (2008). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - Sentidos e formas de uso*. Cascais: Príncípia Editora.

- Habermas, J. (1993). *L'espace public (Avec une préface inédite de l'auteur, rédigée en 1990, pour la 17^e édition allemande)*. Paris: Éditions Payot.
- Hansotte, M. (2008). *As Inteligências Cidadãs*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Herring, S. C. (2010). Web Content Analysis: Expanding the Paradigm. In J. Hunsinger, M. Allen, & L. Klastrup, *The International Handbook of Internet Research*, pp. 233-249. Springer Verlag.
- Innerarity, D. (2006). *O Novo Espaço Público*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Lascoumes, P., & Le Galès, P. (2009). *Sociologie de L'Action Publique*. Paris: Armand Colin.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2008). *Investigação Qualitativa (3^a edição)*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Maingueneau, D. (1976). *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*. Paris: Librairie Hachetti.
- Maingueneau, D. (2009a). *Les termes clés de l'analyse du discours (nouvelle édition revue et augmentée)*. France: Éditions du Seuil.
- Maingueneau, D. (2009b). *Analyser les textes de communication (2^e édition)*. Paris: Armand Colin.
- McCombs, M. (2009). *A Teoria da Agenda - A mídia e a opinião pública*. Petrópolis - Brasil: Editora Vozes.
- Moreira, A. (2009). A Autonomia do Sistema Português. *A Autonomia das Escolas (2^a edição)* (pp. 9-16). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Educação e Bolsas.
- Moreira, M. A. (2009). A avaliação do (De)empenho Docente: Prespectivas da Supervisão Pedagógica. In Vieira, Fátia [et al.] (orgs). *Pedagogia para a Autonomia: reconstruir a esperança na educação: actas do Encontro do Grupo de Trabalho - Pedagogia para a Autonomia, 4, Braga* , pp. 241-258. Consultado em [Junho, 2010] em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10366/1/24.M.A.Moreira.pdf>. (CIED, Ed.)
- OCDE. (2005). *Education at a glance: OCDE Indicators 2005, Paris*. Obtido em [20 de Junho de 2010], de <http://www.oecd.org/dataoecd/44/25/35333424.pdf>
- Parsons, W. (1995). *Public Policy: An Introduction to the Theory and Practice of Policy Analysis*. Gheltenham, UK: Edward Elgar.

- Pereira, I. B. (2009). Avaliação de desempenho docente e conflitos profissionais: ensaio de um enquadramento e exploração de evidências sobre o caso português. *CIES e-Working Paper*, 58, ISCTE. Consultado em [Junho, 2010] em <http://www.cies.iscte.pt/>.
- Perelman, C., & OLBRECHTS-TYTECA, L. (2008). *Traité de l'argumentation (6^e édition)*. Belgique: Editions de L'Université de Bruxelles.
- Perrenoud, P. (2002). *Aprender a negociar a mudança em educação. Novas estratégias de inovação*. Porto: Edições ASA.
- Pina, A. (2007). A Imprensa Escrita e a Mediatização das Políticas Educativas. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 4, pp. 103-111. Consultado em [Abril, 2010] em <http://sisifo.fpce.ul.pt>.
- Quivy, R., & Van Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais (5^a edição)*. Lisboa: Publicações Gradiva.
- Rodrigues, M. L. (2010). *A Escola Pública Pode Fazer a Diferença*. Coimbra: Edições Almedina.
- Schneider, S. M., & Foot, K. A. (2004). The web as an object of study. *New media & society*, 6 (1), pp. 114-122. Consultado em [Dezembro, 2009] em www.sagepublications.com.
- Serra, F. H. (2004). *Concepções Educativas e Tempos Revolucionários. Uma abordagem histórico-sociológica do ensino primário e da formação de professores em Portugal no Pós-25 de Abril de 1974 (Vol. 1)*. Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa: Dissertação de doutoramento em Educação (especialidade de Sociologia da Educação) não publicada.
- Serra, F. H. (2006). Espaço Público Europeu e Educação para os Media: A Experiência Transnacional de um Projecto Europeu Comenius. *Revista Proformar Online*, pp. 1-9. Consultado em [Dezembro, 2010] em www.proformar.org/revista/edicao_17/pag_8htm.
- Serra, F. H., & Marques, R. (no prelo). Europe, Espace Public et Media. Pour un Espace Public Européen Non Monolithique. In S. Condette (Org.). *L' éducation aux médias em Europe*. Artois: Presses Universitaires d'Artois.
- Silveirinha, M. J. (2004). *Identidades, Média e Política. o Espaço Comunicacional nas Democracias Liberais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Stiglitz, J. E. (2000). *Economics of the Public Sector (3rd edition)*. New York/London: W.W. Norton & Company.

Teodoro, A., & Aníbal, G. (2007). A Educação em Tempos de Globalização. Modernização e hibridismo nas políticas educativas em Portugal. *Revista Lusófona da Educação*, 10, pp. 13-26. Consultado em [Março, 2010] em <http://www.scielo.oces-mctes.pt/>.

Diplomas Legais

Decreto-Lei nº139-A/90, de 28 de Abril. *In* Diário da República, 1ª série – N°98. (Aprova o estatuto da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário)

Decreto-Lei nº1/1998, de 2 de Janeiro. *In* Diário da República, I-A série - N°1/98. (Procede à primeira alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei nº139-A/90, de 28 de Abril)

Decreto-Lei nº15/2007, de 19 de Janeiro. *In* Diário da República, 1ª série - N°14. (Procede à sétima alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário)

Decreto-Lei nº200/2007, de 22 de Maio. *In* Diário da República, 1ª série – N°98. (Estabelece o regime do primeiro concurso de acesso para lugares da categoria de professor titular)

Decreto-Lei nº 270/2009, de 30 de Setembro. *In* Diário da República, 1ª série – N°190. (Procede à nona alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário)

Decreto-Lei nº75/2010, de 23 de Junho, Diário da República, 1ª série-N°120. (Procede à décima alteração ao Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril)

Decreto Regulamentar nº14/92, de 4 de Julho. *In* Diário da República, I-B Série, N°152. (Regulamenta o processo de avaliação do desempenho do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como dos educadores de infância)

Decreto Regulamentar nº11/98, de 15 de Maio. *In* Diário da República, I-B Série, N°112. (Regulamenta o processo de avaliação do desempenho do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário)

Decreto Regulamentar nº2/2008, de 10 de Janeiro. *In* Diário da República, 1ª série – Nº7. (Regulamenta o sistema de avaliação de desempenho do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário)

Decreto Regulamentar nº11/2008, de 23 de Maio. *In* Diário da República, 1ª série – Nº99. (Define o regime transitório de avaliação de desempenho do pessoal docente até ao ano escolar de 2008-2009)

Decreto Regulamentar nº1-A/2009, de 5 de Janeiro. *In* Diário da República, 1ª série – Nº2. (Estabelece um regime transitório de avaliação de desempenho do pessoal a que se refere o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril)

Decreto Regulamentar nº14/2009, de 21 de Agosto. *In* Diário da República, 1ª série – Nº162 (Prorroga a vigência do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2009, de 5 de Janeiro, que estabelece o regime transitório de avaliação de desempenho do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário)

Decreto Regulamentar nº2/2010, de 23 de Junho. *In* Diário da República, 1ª série – Nº120. (Regulamenta o sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e revoga os Decretos Regulamentares nºs 2/2008, de 10 de Janeiro, 11/2008, de 23 de Maio, 1-A/2009, de 5 de Janeiro, e 14/2009, de 21 de Agosto)

Despacho nº7465/2008, de 13 de Março. *In* Diário da República, 2ª série – Nº52. (Delegação de competências de avaliador e nomeação em comissão de serviço de professores na categoria de professor titular)

Despacho nº13459/2008, de 14 de Maio. *In* Diário da República, 2ª série – Nº93. (Constitui uma comissão paritária com vista a garantir o acompanhamento da concretização do regime de avaliação de desempenho do pessoal docente, definido no Decreto Regulamentar n.º 2/2008, de 10 de Janeiro)

Despacho nº 16872/2008, de 23 de Junho. *In* Diário da República, 2ª série – Nº119. (Aprova os modelos de impressos das fichas de auto-avaliação e avaliação do desempenho do pessoal docente, bem como as ponderações dos parâmetros classificativos constantes das fichas de avaliação)

Despacho nº 20131/2008, de 30 de Julho. *In* Diário da República, 2ª série – Nº146. (Determina as percentagens máximas para atribuição das menções qualitativas de Excelente e de Muito bom em cada agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas na sequência do procedimento da avaliação de desempenho de pessoal docente)

Despacho nº 31996/2008, de 16 de Dezembro. *In* Diário da República, 2ª série – Nº242. (Altera o despacho n.º 20131/2008, que determina as percentagens máximas para atribuição das menções de *Muito bom* e *Excelente*)

Despacho nº 32047/2008, de 16 de Dezembro. *In* Diário da República, 2ª série – Nº242. (Altera o despacho n.º 19117/2008, que determina a organização do ano lectivo de 2008-2009)

Despacho nº 32048/2008, de 16 de Dezembro. *In* Diário da República, 2ª série – Nº242. (Delegação de competências no âmbito da avaliação de desempenho do pessoal docente)

Despacho nº3006/2009, de 23 de Janeiro. *In* Diário da República, 2ª série – Nº16. (Altera e republica o anexo XVI ao despacho n.º 16 872/2008, de 7 de Abril, que aprova os modelos de impressos das fichas de auto-avaliação e

avaliação do desempenho do pessoal docente, bem como as ponderações dos parâmetros classificativos constantes das fichas de avaliação)

Despacho nº15772/2009, de 10 de Julho. *In* Diário da República, 2ª série – Nº132. (Repristina o n.º 3 do anexo XVI do despacho n.º 16872/2008, de 7 de Abril, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 119, de 23 de Junho de 2008)

Despacho nº 14420/2010, de 15 de Setembro. *In* Diário da República, 2ª série – Nº180. (Aprova as fichas de avaliação global do desempenho do pessoal docente)

Lei nº10/2004, de 22 de Março. *In* Diário da República, Série I-A – Nº69. (Cria o sistema integrado de avaliação do desempenho da Administração Pública)

Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro. *In* Diário da República, Série I – Nº250, 1º Suplemento. (Estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração pública, designado por SIADAP)

Portaria nº1317/2009, de 21 de Outubro. *In* Diário da República, 1ª série – Nº204. (Adapta o regime instituído pelo SIADAP às avaliações de desempenho dos membros das direcções executivas dos estabelecimentos públicos de educação, bem como dos directores dos centros de formação de associações de escolas)

Sitografia

<http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Processo+de+Bolonha> (consulta efectuada em Abril, 2010)

<http://www.publico.pt/> (consulta efectuada de Abril a Junho, 2010)

<http://www.publico.pt/Educação> (consulta efectuada em Março, 2010)

<http://aeiou.expresso.pt/gen.pl?p=columistas&mid1=ex.menu/23&m2=41> (consulta efectuada de Abril a Julho, 2010)

http://www.min-edu.pt/np3content/?newsId=4420&fileName=Comunica_o.pdf (consulta efectuada em Maio, 2010)

<http://jornal.publico.pt/hemeroteca/> (consulta efectuada de Abril a Julho, 2010)

Sitografia consultada com vista à recolha de dados biográficos dos Agentes (OM):

- http://www.mlqts.pt/equ_detail.php?cat=SOC&alD=66 (consulta efectuada em Julho, 2010)
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Pires_de_Lima#p-search (consulta efectuada em Julho, 2010)
- <http://manliusj.blogspot.com/2007/11/obrigado-antnio-vilarigues.html> (consulta efectuada em Julho, 2010)
- <http://ruitavares.net/autor/> (consulta efectuada em Julho de 2010)
- <http://www.cies.iscte.pt/investigadores/ficha.jsp?pkid=5> (consulta efectuada em Julho, 2010)
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Miguel_Morais_Barreto (consulta efectuada em Julho, 2010)
- <http://nautilus.fis.uc.pt/personal/cfiolhais/> (Consulta efectuada em Julho, 2010)
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Madrinha (Consulta efectuada em Julho, 2010)
- http://www.triplov.com/Francisco_Teixeira/index.htm (Consulta efectuada em Julho, 2010)
- http://www.isep.ipp.pt/cultura/curriculos/c_v_fre_i_domingues.htm (Consulta efectuada em Julho, 2010)
- http://www.ipri.pt/eventos/pdf/CV_HelenaMatos.pdf (Consulta efectuada em Julho, 2010)
- http://pt.wikipedia.org/wiki/In%C3%AAs_Pedrosa (Consulta efectuada em Julho, 2010)
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Manuel_Fernandes (consulta efectuada em Julho, 2010)
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Miguel_J%C3%BAdice (consulta efectuada em Julho, 2010)
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Pacheco_Pereira#column-one (consulta efectuada em Julho, 2010)
- http://jpn.icicom.up.pt/2005/03/04/outro_publico_dentro_do_publico.html (consulta efectuada em Julho, 2010)
- <http://www.lidiajorge.com/autor> (consulta efectuada em Julho, 2010)
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Campos_e_Cunha (consulta efectuada em Julho, 2010)
- [http://www.infopedia.pt/\\$luis-campos-e-cunha](http://www.infopedia.pt/$luis-campos-e-cunha) (consulta efectuada em Julho, 2010)
- <http://encostadoscuriosos.blogspot.com/2007/03/miguel-gaspar-no-pblico.html> (consulta efectuada em Julho, 2010)
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Miguel_Sousa_Tavares (consulta efectuada em Julho, 2010)
- <http://educar.wordpress.com/about/> (consulta efectuada em Julho, 2010)
- <http://www.opiniaosocialista.org/colaboradores.htm> (consulta efectuada em Julho, 2010)

<http://pedroduarte.com/comum.asp?id=4> (consulta efectuada em Julho, 2010)

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ricardo_Costa_\(jornalista\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ricardo_Costa_(jornalista)) (consulta efectuada em Julho, 2010)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Rui_Moreira (consulta efectuada em Julho, 2010)

<http://www.esferadoslivros.pt/autores.php?id=30> (consulta efectuada em Julho, 2010)

http://coloquio-migracoes.centenariorepublica.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=18:ruiramos&catid=2 (consulta efectuada em Julho, 2010)

<http://www.maresdalusofonia.net/index.php/o-congresso/os-conferencistas-em-2010/160-prof-dr-ruiramos> (consulta efectuada em Julho, 2010)

<http://ruivalada.blogspot.com> (consulta efectuada em Julho, 2010)

<Goncalves.rtp&article=282016&visual=3&layout=10&tm=5> (consulta efectuada em Julho, 2010)

<http://tv2.rtp.pt/noticias/index.php?t=Rui-Valada-vence-Premio-Literario-Orlando> (consulta efectuada em Julho, 2010)

http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Jos%C3%A9_Almeida (consulta efectuada em Julho, 2010)

http://www.publico.pt/Media/jornalista-do-publico-sao-jose-almeida-premiada_1406602 (consulta efectuada em Julho, 2010)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Vasco_Pulido_Valente, (consulta efectuada em Julho, 2010)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Vital_Moreira (consulta efectuada em Julho, 2010)

http://www.campo-letras.pt/autores/cipriano_justo.html (consulta efectuada em Julho, 2010)

<http://eleicoes2009.info/author/cipriano-justo/> (consulta efectuada em Julho, 2010)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Daniel_Bessa (consulta efectuada em Julho, 2010)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Daniel_Oliveira#p-search (consulta efectuada em Julho, 2010)

<http://www.esferadoslivros.pt/autores.php?id=201> (consulta efectuada em Julho, 2010)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_Filomena_M%C3%B3nica (consulta efectuada em Julho, 2010)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Henrique_Monteiro#mw-head (consulta efectuada em Julho, 2010)

<http://www.wook.pt/authors/detail/id/655438> (consulta efectuada em Julho, 2010)

http://www.clul.ul.pt/equipa/isabel_leiria.php (consulta efectuada em Julho, 2010)

<http://cies.iscte.pt/investigadores/ficha.jsp?pkid=33> (consulta efectuada em Julho, 2010)

<http://www.researchcafe.net/content/view/244/2/> (consulta efectuada em Julho, 2010)

<http://www.cidadeimaginaria.org/bn/EntrevistaJMadureiraPinto.pdf> (consulta efectuada em Julho, 2010)

http://dn.sapo.pt/inicio/interior.aspx?content_id=991998 (consulta efectuada em Julho, 2010)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Manuela_Ferreira_Leite (consulta efectuada em Julho, 2010)

<http://www.ionline.pt/conteudo/30234-marcos-perestrello-novo-secretario-estado-da-defesa> (consulta efectuada em Julho, 2010)

http://www.rebides.oces.mctes.pt/rebides08/rebid_m2.asp?CodR=120&CodP=3142 (consulta efectuada em Julho, 2010)

<http://www.profblog.org/2009/06/protagonistas-iii-santana-castilho.html> (consulta efectuada em Julho, 2010)

Índice de Figuras

Figura 1: A Metáfora das correntes de John Kingdon	26
Figura 2: Impacto da atenção dos media na opinião pública.....	32
Figura 3: Modelo de agendamento (agenda-setting) de Rogers e Dearing	34
Figura 4: Esquema da comunicação argumentativa.....	37
Figura 5: Elementos estruturantes do Espaço Público.....	40
Figura 6: Modelo das fases do processo de construção das políticas.....	43
Figura 7: Modelo de Lewis e Flynn	44
Figura 8: Política-acção <i>continuum</i>	45

Índice de Gráficos

Gráfico 1: OM Jornalistas e o seu envolvimento noutros meios de comunicação: Rádio, Televisão e Revistas	77
Gráfico 2: Número de OM por grupo e relação com o número de artigos publicados sobre o tema da avaliação	78
Gráfico 3: Número de artigos sobre a temática da avaliação de docentes, recolhidos em ambos os jornais, durante o período em estudo: 1 de Setembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2009 VS acontecimentos mais relevantes	81
Gráfico 4: Nº de artigos recolhidos, durante o mês de Março de 2008, por OM	82
Gráficos 5: Distribuição das UI pelos diversos temas e recomendações	84
Gráfico 6: Visibilidade dada aos vários temas pelos diferentes grupos profissionais-institucionais de OM.....	86

Gráfico 7: Processos de negociação das políticas públicas – visibilidade	96
Gráfico 8: Visibilidade - Categorias de conteúdo do tema enquadrador “processos de negociação das Políticas Públicas” – perspectiva do grupo “profissionais liberais/quadros superiores”	100
Gráfico 9: Visibilidade - Categorias de conteúdo do tema enquadrador “processos de negociação das Políticas Públicas” – perspectiva do grupo “Professores do ensino básico e secundário”	102
Gráfico 10: Medidas de política educativa – visibilidade	110
Gráfico 11: Visibilidade – categorias de conteúdo do tema “Medidas de política educativa” - perspectiva do grupo “profissionais liberais/quadros superiores”	112
Gráfico 12: Visibilidade – categorias de conteúdo do tema “Medidas de política educativa” - perspectiva do grupo “políticos”	114
Gráfico 13: Visibilidade – categorias de conteúdo do tema “Medidas de política educativa” - perspectiva do grupo “outros sectores de actividade”	115
Gráfico 14: perspectiva de conjunto do número de UI negativas em três categorias de conteúdo do tema “Medidas de política educativa” por grupo profissional	116
Gráfico 15: Avaliação de desempenho docente – visibilidade	122
Gráfico 16: Principais Características negativas atribuídas ao Novo Modelo de Avaliação de desempenho docente	123
Gráfico 17: Avaliação de professores: porquê?	124
Gráfico 18: Visibilidade – Categorias de conteúdo do tema “Avaliação de desempenho docente” - perspectiva do grupo “Políticos”	134
Gráfico 19: Visibilidade – Categoria de Conteúdo do Tema “Avaliação de desempenho docente”	135
Gráfico 20: Número de UI classificadas como “recomendações”, por destinatário	135
Gráfico 21: Percentagem de “recomendações” dirigidas ao Governo por grupo profissional	136
Gráfico 22: Número de UI respeitantes a “recomendações” dirigidas ao Governo, por período temporal	137
Gráfico 23: Subcategorias de conteúdo - “recomendações ao Governo” - visibilidade – destaque para “Processos”	138

Gráfico 24: Subcategorias de conteúdo - “recomendações ao governo” - visibilidade – destaque para “avaliação de docentes”	139
Gráfico 25: Subcategorias respeitantes às “recomendações ao governo” emitidas com maior intensidade - visibilidade	140
Gráfico 26: “Recomendações” emitidas ao governo pelo grupo “professores do ensino básico e secundário”, por período temporal - visibilidade	141
Gráfico 27: “Recomendações” emitidas ao governo pelo grupo “políticos”, por período temporal – Visibilidade	142
Gráfico 28: subcategorias em “Recomendações” ao governo do grupo “professores universitários e investigadores” - visibilidade	144
Gráfico 29: subcategorias em “Recomendações” ao governo do grupo “Profissionais liberais/quadros superiores” - visibilidade	145
Gráfico 30: subcategorias em “Recomendações” ao governo, do grupo “Outros sectores de actividade” – visibilidade	145
Gráfico 31: subcategorias em “Recomendações” ao governo, do grupo “Jornalistas” - visibilidade.....	146

Índice de Quadros

Quadro 1: estrutura da análise do conteúdo - os temas Enquadradores e as categorias de conteúdo.....	65
Quadro 2: UI – Agrupamento das “recomendações” em função do destinatário.....	68
Quadro 3: O Grupo Profissional de cada Agente ou OM.....	73
Quadro 4: Cargos desempenhados em governos por oito OM	76
QUADRO 5: Cargos políticos desempenhados por outros seis OM.....	76
Quadro 6: Número de artigos publicados por OM.....	79
Quadro 7: Tabela de índices por temas enquadradores.....	84

Quadro 8: Visão por grupo de OM sobre o NMA.....	86
Quadro 9: Contributo de cada grupo profissional para a visão de conjunto sobre o NMA	87
Quadro 10: Visão do grupo “jornalistas” sobre o NMA	89
Quadro 11: Visão do grupo “professores universitários e investigadores” sobre o NMA	90
Quadro 12: Visão do grupo “Profissionais liberais/quadros superiores” sobre o NMA.....	91
Quadro 13: Visão do grupo “professores do ensino básico e secundário” sobre o NMA.....	92
Quadro 14: Visão do grupo “outros sectores de actividade” sobre o NMA	93
Quadro 15: Visão do grupo “políticos” sobre o NMA.....	94
Quadro 16: Processos de negociação das políticas públicas - Tabela de índices por categoria de conteúdo.....	97
Quadro 17: Tema “processos de negociação das Políticas Públicas” – tabela de índices por categoria de conteúdo – Perspectiva do grupo “profissionais liberais/quadros superiores”	101
Quadro 18: Tema “processos de negociação das Políticas Públicas” – tabela de índices por categoria de conteúdo – perspectiva do grupo “professores do ensino básico e secundário”.....	103
Quadro 19: Tema “processos de negociação das Políticas Públicas” – tabela de índices por categoria de conteúdo – Perspectiva do grupo “professores universitários e investigadores”	104
Quadro 20: Tema “processos de negociação das Políticas Públicas” – tabela de índices por categoria de conteúdo – Perspectiva do grupo I “jornalistas”	106
Quadro 21: Tema “processos de negociação das Políticas Públicas” - tabela de índices por categoria de conteúdo – perspectiva do grupo “Outros sectores de actividade”	108
Quadro 22: Tema enquadrador “processos de negociação das Políticas Públicas” – tabela de índices por categoria de conteúdo – Perspectiva do grupo “políticos”	109
Quadro 23: Medidas de política educativa – tabela de índices por categoria de conteúdo.	111
Quadro 24: Tema “Medidas de política educativa” – tabela de índices por categoria de conteúdo – Perspectiva do grupo “profissionais liberais/quadros superiores”.....	113
Quadro 25: Tema enquadrador “Medidas de política educativa” – tabela de índices por categoria de conteúdo – Perspectiva independente do grupo profissional “Professores universitários e investigadores”	118

Quadro 26: Tema “Medidas de política educativa” – tabela de índices por categoria de conteúdo – Perspectiva do grupo “Professores do ensino básico e secundário”.....	120
Quadro 27: Tema “Medidas de política EDUCATIVA ” – tabela de índices por categoria de conteúdo – Perspectiva do grupo “Jornalistas”.....	121
Quadro 28: Avaliação de desempenho docente - Tabela de índices por categoria de conteúdo.....	125
Quadro 29: Tema “Avaliação de desempenho docente” – tabela de índices por categoria de conteúdo – Perspectiva do grupo “profissionais liberais/quadros superiores”.....	129
Quadro 30: Tema “Avaliação de desempenho docente” – tabela de índices por categoria de conteúdo – Perspectiva do grupo “professores universitários e investigadores”.....	130
Quadro 31: Tema “Avaliação de desempenho docente” – tabela de índices por categoria de conteúdo – Perspectiva do grupo “jornalistas”	132
Quadro 32: Tema “Avaliação de desempenho docente” – tabela de índices por categoria de conteúdo – Perspectiva do grupo “professores do ensino básico e secundário”.....	133
Quadro 33: Presença das UI classificadas como “recomendações”, por destinatário e intensidade	136
Quadro 34: Número de UI classificadas como “Recomendações” por destinatário e intensidade, emitidas pelo grupo “professores universitários e investigadores”.....	143
Quadro 35: Valores do índices por período temporal e por temas enquadradores.....	150
Quadro 36: Valores dos índices por período temporal e por categorias de conteúdo do tema “Processos de negociação das políticas públicas”	152
Quadro 37: Valores dos índices por período temporal e por categorias de conteúdo do tema enquadrador “Medidas de política educativa”.....	154
Quadro 38: Valores dos índices por período temporal e por categorias de conteúdo do tema enquadrador “Avaliação de docentes”.....	155

Anexo 1 – Biografia dos Agentes (OM)³⁷

Nome	Idade	Posição Profissional	Posição Institucional	Grau Académico	Percurso/Trajectórias sociais/políticas/académicas	Convicções/Afinidades políticas/perspectivas pessoais
Ana Benavente	.	Professora Ensino Superior	Professora Universitária	Doutora em Sociologia da Educação	Secretária de Estado da Educação – socialista - (1995-2001) Deputada na Assembleia da República (2001-2005) Vice-presidente do Conselho do Bureau International de l'Education (2001-2006) Autora de diversas obras, incluindo "Escola, Professoras e Processos de Mudança"(1997)	Afinidade política - Socialista
António Barreto	68	Investigador jubilado Sociólogo	Sociólogo	Doutor na área da Sociologia	Leccionou Sociologia na FCSH e de Direito da UNL. Foi membro do Conselho de Administração do INE Deputado à Assembleia Constituinte (1975 – 1976) Deputado à Assembleia da República (1987-1991) Secretário de Estado do Comércio Externo no VI Governo Provisório (1975-1976) Ministro do Comércio e Turismo e Ministro da Agricultura e Pescas no I Governo Constitucional (1976-1978) Várias obras publicadas sobre socialismo, indicadores sociais, justiça,... Fez comentário político na SIC Notícias (2006-2008) Recebeu o prémio Montaigne Cronista do jornal Público desde 1991 Presidente do Conselho de Administração da Fundação Francisco Manuel dos Santos (desde 2009)	Militou no partido Comunista Português (1963-1970) Militou no partido Socialista (a partir de 1974). Desligou-se deste na década de 1990.

³⁷ Recolha limitada à informação disponível *online*

António de Almeida	-	Economista	Economista	-	Cronista do semanário <i>Expresso</i>	-
André Freire	-	Professor do Ensino Superior	Professor de Ciência Política (Político) no ISCTE	Doutor em Sociologia Política	Projectos de Investigação no CIES Variadas publicações Cronista do jornal Público Comentador da RTP-N Co-autor de blogue – Ladrões de Bicicletas	-
António Pinto Leite	52	Advogado	-	Licenciado em Direito Pós Graduado em Direito Industrial	Professor na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e na Universidade Católica Portuguesa (1985-1993) Ex. Vice-Presidente e Presidente da direcção nacional da ACEGE (Associação Cristã de Empresários e Gestores) Ex. dirigente do PSD Foi Presidente da Escola Superior de Comunicação Social Coordena o Departamento de Contencioso e Arbitragem de uma Sociedade de Advogados Membro da Associação Portuguesa de Arbitragem, CBar – Comité Brasileiro de Arbitragem, Membro do Comité Português da Câmara de Comércio Internacional (CCI) Conferencista Cronista do semanário “Expresso”	Militante do PSD
António Pires de Lima	48	Administrador de Empresas	-	Licenciado em Economia Mestre em Administração de Empresas	Director Geral da Scott Papel (1988-92) Director Comercial Tetra Park (1992-1993) Porta-Voz do CDS/PP (2002-2005) Vice-Presidente do CDS/PP (2004-2005) Foi Deputado à Assembleia da República na VIII e X Legislativas Presidente da Comissão Executiva da Compal, Nutricafés e Nutrinveste Administrador da Unicer Cronista do semanário “Expresso”	Militante do CDS/PP
António Vilarigues	57	Especialista em Sistemas de Comunicação e Informação	Especialistas em S.I. Comunicação	Especializado em Sistemas de Comunicação e Informação	Funcionário do Partido Comunista Português durante 20 anos (desde 1975)	Destacado militante do Partido Comunista

Constança Cunha e Sá	52	Jornalista	Jornalista	.	Foi professora de Filosofia Iniciou carreira de jornalista no jornal "O Independente" Foi autora de um programa de entrevistas na TVI, em horário nobre Colaboradora no jornal "Público" Editora de política da TVI	PSD é o partido da sua simpatia
Cipriano Justo	-	Médico	Dirigente da Renovação Comunista	Doutor em Saúde Comunitária	Ex- Subdirector-Geral da Saúde no gabinete da Dra. Maria de Belém Exerce funções no Centro Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo Membro da Comissão Executiva do Mestrado de Gestão dos Serviços de Saúde do ISCTE Professor no ISCTE Integra os corpos gerentes do Sindicato dos Médicos da Zona Sul	Dirigente da Renovação Comunista
Carlos Fiolhais	54	Professor do Ensino Superior	Professor Universitário	Doutor em Física Teórica	Foi professor convidado em universidades de Portugal, Brasil e Estados Unidos Foi fundador e director do Centro de Física Computacional da Universidade de Coimbra Foi director do Centro de Informática da Universidade de Coimbra Foi director da Biblioteca do Departamento de Física da Universidade de Coimbra Foi presidente do Conselho de Investigação do Instituto Interdisciplinar da Universidade de Coimbra Publicou 35 livros, Editou 5 livros, traduziu 6 livros Recebeu o prémio União Latina/JNICT de tradução científica, com a obra "Física Nuclear" Foi agraciado pelo Presidente da República com a Ordem Infante D. Henrique (2005) Recebeu o Prémio Inovação do Fórum III Milénio e o Prémio Rómulo de Carvalho da Universidade de Évora (2006) Dirige a revista "Gazeta da Física" Membro da comissão editorial das revistas "Europhysics News" e "European Journal of Physics", da Sociedade Europeia de Física e "Física na Escola" e "Revista Brasileira do Ensino da Física" Membro dos corpos gerentes do Fórum Internacional dos Investigadores Portugueses Director da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra Professor Catedrático no Departamento de Física da Universidade de Coimbra Colaborador dos jornais/revista "O Primeiro de Janeiro", "Sol", "Público", "Expresso", "Visão", etc.	-

Daniel Bessa	62	Economista	.	Doutor em Economia	<p>Professor na Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1970-1999)</p> <p>Ex. Ministro da Economia, Indústria, Comércio e Turismo do XIII Governo Constitucional (1995-1996)</p> <p>Professor no ISEE (Instituto Superior de Estudos Empresariais da Universidade do Porto (1988-2000)</p> <p>Presidente da direcção da Escola de Gestão do Porto (2000-2009)</p> <p>Presidente do Conselho de Representantes da Faculdade de Direito da Universidade do Porto</p> <p>Director-geral da COTEC Portugal – associação Empresarial para a Inovação</p> <p>Cronista do jornal <i>Expresso</i></p>	Militante do Partido Socialista
Daniel Oliveira	39	Jornalista	.	Licenciado no ISCTE	<p>Jornalista no “Século” (1988-1989), no “Diário de Lisboa” (1989-1990), na revista “Já” (1997), “Vida Mundial” (1998-1999)</p> <p>Jornalista nos programas de reportagem da RTP “Juízo Final” (2000) e “Loja do Cidadão” (2001), “Diário Económico” (2000) e “Todos Iguais” (2001)</p> <p>Autor do programa “Trabalho” da RTP (2001)</p> <p>Venceu o prémio revelação Gazeta, do Clube de Jornalistas (1998) com uma reportagem sobre a Primavera de Praga</p> <p>Publicitário (1993-1994)</p> <p>Co-Autor e fundador do blogue “Barnabé”</p> <p>Escreve no blogue “Arrastão”</p> <p>Cronista do semanário “Expresso” e do jornal “Record”</p> <p>Participa no programa da SIC Notícias “Eixo do Mal”</p>	<p>Entrou para o PCP em 1983</p> <p>Fundou em 1991 a Plataforma de Esquerda</p> <p>Foi membro da Mesa Nacional e da Comissão Política do Bloco de Esquerda até 2006</p>
Esther Mucznik	.	Investigadora	Investigadora em Assuntos Judaicos	.	<p>Investigadora em assuntos Judaicos</p> <p>Membro da direcção da Comunidade Israelita de Lisboa (CIL) desde 1992 e vice-presidente desde 2000.</p> <p>Fundou em 1994 a Associação Portuguesa de Estudos Judaicos e é desde então membro dos seus corpos dirigentes.</p> <p>Cronista do jornal “Público”</p>	.

Frei Bento Domingues	76	Professor do Ensino Superior	(Frei)	Especializado em Teologia e Ciências Humanas	<p>Entrou para o Noviciado na Ordem dos Pregadores (Dominicanos) em 1953</p> <p>Dedicou-se ao ensino e à investigação teológica desde 1965.</p> <p>Foi professor no Instituto Superior de Estudos Teológicos, no Instituto de Psicologia Aplicada e na Escola de Educadores de Infância – Maria Ulrich</p> <p>Foi director do Instituto S. Tomás de Aquino</p> <p>Colaborou na área da Teologia da Inculturação, em cursos de reciclagem de missionários, em Moçambique (década de 1980)</p> <p>Ensinou Teologia em Angola, Colômbia e Santiago do Chile)</p> <p>Participou em várias iniciativas de carácter cívico</p> <p>Colaborou em obras de conjunto e em várias revistas e jornais</p> <p>Foi agraciado com a Ordem da Liberdade (Grande Oficial), pelo Presidente da República (2004)</p> <p>Publicou várias obras (desde 1984)</p> <p>Colaborador no jornal “Público”</p>	-
Fernando Madrinha	58	Jornalista	.	Licenciado em Filologia Germânica	<p>Jornalista no jornal “Diário de Notícias” (1975-1988) na área de “Política Nacional”</p> <p>Colaborador em “O Jornal” (1983-1984) , “Jornal do Comércio” (1987-1989) e do programa de informação da rádio Comercial “Vigésima quarta hora” (1987-1989)</p> <p>Participação regular no programa “Clube de Imprensa” na RTP2 (1987-1988)</p> <p>Comentador-residente dos programas “Artur Albarran” (1992) e “Jornal Nacional” (1993) da TVI</p> <p>Integrou a redacção da revista “Sábado” (1989)</p> <p>Ingressou no semanário “Expresso” em 1989 onde foi subdirector entre 1995 e 2004</p> <p>Cronista do “Diário Digital” (1999-2004)</p> <p>Director do “Courier Internacional” (2005-2008)</p> <p>Membro dos Conselhos Editoriais da revista “Nova Cidadania” e do semanário “Notícias da Covilhã”</p> <p>Cronista do semanário “Expresso” (desde 1995)</p>	Manteve uma rubrica intitulada “Lembranças”, entre 2005 e 2008 sobre a vida no Alentejo durante a sua infância e adolescência na revista “Alentejo-Terra Mãe”
Francisco Teixeira	>35	Professor do Ensino Secundário Formador	Professor – Doutor em Filosofia	Doutor em Filosofia	<p>Deputado Municipal na Assembleia Municipal de Guimarães (presidente da comissão especializada de educação e cultura) – 1996-1991</p> <p>Presidente da Assembleia de Freguesia de S. Paio, Guimarães – 1989-1991</p> <p>Vereador da Educação, Cultura, Tempos Livres, Turismo e Desporto na Câmara Municipal de Guimarães (1991-1995)</p> <p>Membro do Centro de Estudos Filosóficos (Facfil da UCP)</p> <p>Autor de artigos, conferências e livros</p> <p>Cronista regular da publicação electrónica do CFFH Elo Online</p>	-

Helena Matos	48	Jornalista	Jornalista		<p>Autora da obra “Salazar” em dois vol. E “Costa do Estoril, Um Século de Turismo”</p> <p>Foi Chefe de redacção da revista Máxima</p> <p>Foi Directora da revista Atlântico</p> <p>Comentadora da RTPN no programa “Choque Ideológico”</p> <p>Participou em programas para a RTP1 e RTP2</p> <p>Cronista do jornal Público</p> <p>Colaboradora da revista Sábado</p>	-
Henrique Monteiro	54	Jornalista			<p>Iniciou a sua carreira no jornal “Voz do Povo” (1979)</p> <p>Jornalista no vespertino do Porto “Notícias da Tarde” e no “Jornal de Notícias” (1981-1985)</p> <p>Pertenceu à direcção do Sindicato dos Jornalistas</p> <p>Integrou os Conselhos Editoriais das revistas “Risco” e “Nova Cidadania”</p> <p>Transitou para o jornal “O Jornal” (1985)</p> <p>Co-fundador do “Clube Alexis de Tocqueville”</p> <p>Editor da Revista da secção Sociedade do semanário “Expresso” (1989-1995)</p> <p>Sub-director do “Expresso” (1995-2005)</p> <p>Publica as crónicas de humor “Cartas Abertas” sob o pseudónimo “Comendador Marques de Correia” (desde 1990)</p> <p>Autor do romance “Papel Pardo” (2002) e de “Toda uma Vida” (2010)</p> <p>Director do “Expresso” (desde 2006)</p> <p>Cronista do semanário “Expresso”</p>	Co-fundador do “Clube da Esquerda Liberal” (1984)
Henrique Raposo	30	Investigador		<p>Licenciado em História</p> <p>Mestre em Ciência Política</p>	<p>Foi colaborador e editor da revista “Atlântico” e dos jornais “Público”, “Diário de Notícias” e “Independente”</p> <p>É investigador na área de Relações Internacionais</p> <p>Autor de três livros: “Um mundo sem europeus”, “A Caipirinha de Aron” e “Crónicas de um Liberal Triste”</p> <p>Cronista do semanário “Expresso” – faz análise crítica da sociedade e política portuguesas</p>	
Inês Pedrosa	48	Jornalista		<p>Licenciada em Ciências da Comunicação</p>	<p>Iniciou a actividade de jornalista em “O Jornal” (1983)</p> <p>Passou pela redacção do “Jornal de Letras, Artes e Ideias” (1984) e integrou a equipa fundadora do semanário “O Independente”, dirigido por Paulo Portas</p> <p>Foi redactora da “Ler” e do “Expresso”</p> <p>Directora da revista “Marie Claire” em Portugal (1993-1996)</p> <p>Autora da coluna “Crónica Feminina” da revista “Única” do semanário “Expresso”</p> <p>Estreou-se na literatura em 1991, tendo vários romances publicados desde então</p> <p>Vencedora do Prémio Máxima de Literatura com o romance “Nas Tuas Mãos” (1997)</p> <p>É directora da “Casa Fernando Pessoa” (desde 2008)</p>	Foi porta-voz oficial da candidatura de Manuel Alegre à Presidência da República (2006)

Isabel Leiria	> 55	Professora do Ensino Superior	-	Doutora em Linguística Portuguesa	<p>1974 a 2000 Leccionação de Português enquanto L2, no Curso de Língua e Cultura Portuguesa para Estrangeiros</p> <p>1979 – 1984 - fez parte do Secretariado dos Cursos para Estrangeiros. Nesse período, leccionou também português para fins específicos, em Portugal, na Suécia, em Moçambique e na Guiné-Bissau, em vários cursos de formação para cooperantes suecos, noruegueses e holandeses, com destino aos países africanos de língua oficial portuguesa.</p> <p>A partir de 1980 começou a desenvolver investigação em aquisição do Português enquanto língua não materna.</p> <p>Co-autora de materiais para o ensino do português a falantes de chinês e também a falantes de línguas indo-europeias.</p> <p>De 2001 entre à presente data, tem ensinado, no Departamento de Linguística Geral e Românicas, várias disciplinas de linguística geral na graduação e seminários de pós-graduação da área da Aquisição e Desenvolvimento da L2. Orientou dissertações de mestrado e de pós-doutoramento.</p> <p>Participa em diversos projectos, como, Recolha de dados de Português Língua Estrangeira (subsidiado pelo Instituto Camões), VAPOR - Recolha de dados das variedades africanas do português, "Estudo Comparado dos Padrões de Concordância em Variedades Africanas, Brasileiras e Europeias do Português", no quadro do programa de cooperação luso-brasileira GRICES-CAPE e "Constituintes Silenciosos na Gramática do Português - Silent Constituents in the Grammar of Portuguese"</p>	-
Joviana Benedito	> 60	Professora do Ensino Secundário (Aposentada)	Profa aposentada do Ensino Sec. e autora	-	Cronista do semanário "Expresso"	-
José Dias Urbano	> 60	Professor do Ensino Superior (jubilado)	Professor Universitário	Doutor em Física	<p>Foi Professor de Física e investigador em Física Nuclear e de Partículas na Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra tendo presidido, vários anos à sua gestão</p> <p>Fundador e primeiro director do Centro de Física Computacional</p> <p>Co-autor do "Manifesto para a Educação da República" e membro do Conselho Nacional de Educação</p> <p>Foi presidente, durante vários anos, da Sociedade Portuguesa de Física e membro da Sociedade Europeia de Física</p> <p>Foi investigador do Battelle memorial Institute (Estados Unidos), do Kerforschungsanlage (Alemanha) e do Chalk River National Laboratories (Cadá)</p> <p>Foi Comissário, em Portugal, do Ano Internacional da Física, em 2005</p>	Observador crítico do nosso sistema educativo

João Freire	68	Professor do Ensino Superior jubilado	Sociólogo	Doutor em Sociologia	Professor catedrático jubilado do ISCTE Investigador no CIES	Ex-anarquista Mentor da ex-Ministra da Educação Maria de Lurdes Rodrigues – figura central na génese do novo estatuto da carreira docente e do modelo de avaliação de desempenho
José Manuel Fernandes	53	Jornalista	Assina o Editorial do jornal <i>Público</i>	.	Jornalista desde 1976. Passou por vários jornais ligados à UDP Chefe de redacção do semanário “A Voz do Povo” Jornalista em “O Jornal” (embrião da revista “Visão”) Redactor no semanário “Expresso” (1980-1989) Fundador do jornal “Público. Subdirector deste jornal (1990-1996), director-adjunto (1997) e director (1998-2009) e membro do seu Conselho de Administração (1998-2009) Membro do Conselho Editorial da revista “Risco” e “Nova Cidadania” Fundador e membro da direcção do Observatório da Imprensa Membro do <i>board</i> do Fórum Mundial de Directores, no quadro da Associação Mundial de Jornais (desde 2000) Autor de vários livros que abordam a defesa do património natural e cultural do país Recebeu o prémio Gazeta de Jornalismo Ambiental (1995) e o Grande Prémio do Clube Português de Imprensa (1998) Foi professor convidado da Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa (1997-2006) e mantém colaborações com outras Faculdades e Institutos Superiores	Foi fundador e membro do primeiro secretariado da União de Estudantes Comunistas (1975-1976) ligada à UDP e ao PSR.
José Miguel Júdice	60	Advogado Professor do Ensino Superior	Advogado	Licenciado em Direito	Advogado e sócio de uma firma de advogados Membro do Conselho Superior da Magistratura (1997-2001) Bastonário da Ordem dos Advogados (2001-2004) Presidente do Conselho de Administração da Frente Tejo (2008) Membro do Conselho da Internacional Bar Association (desde 2005) Árbitro do Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial de Lisboa e do Porto Integra os conselhos editoriais das revistas “European Lawyer” e “Iberian Lawyer” Proprietário do Hotel da Quinta das Lágrimas, em Coimbra Foi comentador no programa “Regra do Jogo”, da SIC Notícias Cronista no jornal “Público”	Militou e foi dirigente do Partido Social Democrata e presidiu à respectiva Comissão Política Distrital de Lisboa (1985-1986) Desfilou-se do PSD em 2006 Foi mandatário da candidatura de António Costa à Câmara Municipal de Lisboa (2007)

José Madureira Pinto	v 63	Sociólogo Professor do Ensino Superior	Sociólogo; professor da Universidade do Porto	Doutor em Sociologia	Presidente da Associação Portuguesa de Sociologia (1990-1994) Membro do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto Director da Revista Cadernos de Ciências Sociais nas Edições Afrontamento Autor de livros sobre teoria e metodologia das ciências sociais, sociologia da educação e das práticas culturais, sociologia do trabalho e das classes sociais e sociologia rural Consultor do Presidente Jorge Sampaio para a área da “Economia, sociedade e desenvolvimento” (1996 – 2006)	-
José Pacheco Pereira	61	Historiador Professor do Ensino Superior	Historiador	Licenciado em Filosofia	Foi deputado pelo Partido Social Democrata em três legislaturas (1987-1991, 1991-1995 e 1995-1999), sendo que na primeira foi eleito como independente Foi líder parlamentar e presidente da comissão política distrital de Lisboa pelo PSD Foi membro da Delegação da Assembleia da República à Assembleia da NATO Foi presidente do Subcomité da Europa de Leste e da ex-URSS da Comissão Política da Assembleia do Atlântico Norte Foi Vice-Presidente do Instituto Luso-Árabe para a Cooperação Foi Vice-Presidente do Parlamento Europeu (1999-2004) Foi nomeado embaixador de Portugal na UNESCO (2004) cargo que ocupou durante um mês (até à substituição de Durão Barroso por Santana Lopes) Foi colaborador do “Semanário” e do “Diário de Notícias” Participou nos programas “Flahback” da TSF, “Minuto a minuto” da Rádio Clube e “Viva a Liberdade!” da SIC É cronista do jornal “Público” e cronista da revista “Sábado” É comentador político nos programas “Quadratura do Círculo” na SIC Notícias Faz o programa “Ponto/Contraponto” na SIC Notícias Assina diversos blogues “Abrupto”, “Estudos sobre o Comunismo” e “Ephemera” Foi condecorado pelo Presidente da República, Jorge Sampaio (2005) com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade	Fundador da secção Norte do PCP-ML Fundador do Clube da Esquerda Liberal (1984) Apoiou activamente a primeira eleição presidencial de Mário Soares (1986) Filiou-se no PSD em 1988 Foi cabeça de lista pelo círculo eleitoral de Aveiro (1995) que culminou com a vitória do PS Foi cabeça de lista pelo círculo eleitoral do Porto (2002) que culminou com a vitória do PSD
José Vítor Malheiros		Jornalista	Jornalista	-	Integrou a redacção do jornal “Público” durante vinte anos (até 2009) tendo sido o responsável por todos os produtos do Público.pt desde a sua criação (1995) Cronista do jornal <i>Público</i>	-

Luís Campos e Cunha	56	Professor do Ensino Superior	Professor Universitário	Doutor em Economia	<p>Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (desde 1985), onde também foi Director</p> <p>Foi docente na Universidade Católica</p> <p>Vice-Governador do Banco de Portugal (1996-2002)</p> <p>Ministro de Estado e Ministro das Finanças do XVII Governo Constitucional (de 2005-03-12 a 2005-07-21)</p>	<p>Militante do Partido Socialista logo após o 25 de Abril de 1974</p> <p>Mais tarde deixou de ser membro do partido e participou nos Estados Gerais do PS com o estatuto de independente</p>
Lídia Jorge	64	Escritora	Escritora	Licenciada em Filologia Românica	<p>Foi Professora do Ensino Secundário</p> <p>Publicou quinze livros, editados em várias línguas, alguns deles distinguidos com prémios: Prémio Literário Município de Lisboa, Prémio D. Dinis da Fundação da Casa de Mateus, Prémio Bordallo da Literatura da Casa da Imprensa, Prémio Máxima de Literatura, Prémio de Ficção do P.E.N. Clube, Prémio Jean Monet de Literatura Europeia, Grande Prémio da Associação Portuguesa de Escritores e o Prémio Correntes d'Escritas. Foi distinguida na Alemanha com a primeira edição do Albatroz, Prémio Internacional de Literatura da Fundação Günter Grass, atribuído pelo conjunto da sua obra</p> <p>Publicou ainda duas antologias de contos e uma peça de teatro, levada à cena no Teatro Nacional Dona Maria II, em 1997</p> <p>O Romance "A Costa dos Murmúrios" foi adaptado ao Cinema (2004)</p>	-
Luís Marques	> 45	Administrador	.	.	<p>Ex-jornalista</p> <p>Editor de Economia Internacional e Cronista do semanário "Expresso"(1981-1992)</p> <p>Subdirector de Informação da SIC (1992-2001)</p> <p>Ex-administrador da RTP (2002 – 2008)</p> <p>Director-Geral da SIC (desde 2009)</p>	
Manuel Carvalho	.	Jornalista	.	.	<p>Director-Adjunto do Jornal "Público"</p>	-

Manuela Ferreira Leite	70	Economista Política	.	Licenciada em Economia	<p>Investigadora do Centro de Economia e Finanças do Instituto Gulbenkian de Ciência Assistente no ISCEF (1964-1973), actual Instituto Superior de Economia e Gestão, onde exerceu funções no Conselho Directivo (1973-1975) e dirigiu o Departamento de Finanças Públicas (1975-1979)</p> <p>Coordenadora do Núcleo de Finanças Públicas e Mercado de Capitais do Gabinete de Estudos do Banco de Portugal (1977-1986)</p> <p>Membro do Comité do Orçamento do Conselho da Europa (1987-1992)</p> <p>Membro do Conselho Consultivo do Instituto Gulbenkian de Ciência (desde 1988)</p> <p>Foi membro dos Conselhos Superior e de Orientação Estratégica da Universidade Católica Portuguesa</p> <p>Presidiu ao Conselho de Administração do Instituto Francisco Sá Carneiro e do Instituto Superior de Línguas e Administração</p> <p>Vogal do Conselho de Administração do Banco Santander Totta (2006-2008)</p> <p>No VI Governo Constitucional (de Francisco Sá Carneiro) assumiu funções de Gabinete do Ministro das Finanças e do Plano (Aníbal Cavaco Silva)</p> <p>Secretária de Estado do Orçamento no XI Governo (1990-1991)</p> <p>Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento no XII Governo (1991-1993)</p> <p>Ministra da Educação (1993-1995)</p> <p>Ministra do Estado e das Finanças no XV Governo (2002-2004)</p> <p>Professora Catedrática Convidada do Instituto Superior de Gestão (2005-2008)</p> <p>Possui vários artigos científicos e obras publicadas</p> <p>Foi distinguida com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique</p> <p>Tem colaborado com a imprensa escrita (Jornais <i>Expresso</i>, <i>Jornal de Notícias</i> e <i>Público</i>) e com a rádio (Rádio Renascença) como comentadora residente do programa <i>Falar Claro</i></p> <p>Cronista do jornal <i>Expresso</i></p>	<p>Deputada à Assembleia da República pelo Partido Social Democrata (1991)</p> <p>Vice-Presidente (1996-2001) e Presidente (2001-2002) do Grupo Parlamentar do PSD</p> <p>Presidente da Comissão Política Nacional do PSD (2008-2010)</p>
Maria Filomena Mónica	67	Investigadora-coordenadora aposentada	Professora Universitária	Doutora em Sociologia	<p>Foi Professora no Ensino Superior no ISCTE, membro eleito do Conselho Directivo e membro do Conselho Científico deste Instituto</p> <p>Foi investigadora no Instituto de Ciências Sociais, da Universidade de Lisboa, membro eleito do Conselho Científico e Presidente do Conselho Directivo daquele Instituto</p> <p>Participou e organizou colóquios, comunicações e conferências</p> <p>Desde 1974 que colaborou em revistas (“Grande Reportagem”, “K”, “Máxima”), jornais (“DN” e “Expresso”, “O Jornal”, “O Independente” e “Público”)</p> <p>Consultora histórica da série televisiva “O Século XX português” da SIC (2000-2001)</p> <p>Publicou várias obras, tendo recebido o Prémio Máxima de Literatura pelo seu livro “Visitas ao Poder” (1999-3ª edição)</p>	-

Miguel Gaspar	50	Jornalista	Jornalista	Licenciado em Filosofia	Jornalista desde 1986 Jornalista do DN (1986 – 1988) Jornalista na TSF Online (2000 – 2003) Director executivo do DN (2003-2007) Foi professor de Jornalismo na Universidade de Coimbra Integrou a redacção do jornal “Público” em Março de 2007 Director-Adjunto do jornal “Público”	-
Mário Nogueira	51	Secretário-geral da Fenprof	Secretário-Geral da Fenprof. Professor	Licenciado em Ensino Especial	Foi professor do 1º ciclo Assumiu funções de direcção e coordenação no SPRC Exerce há 20 anos actividade sindical em exclusividade	-
Maria do Rosário Queirós	-	Professora do Ensino Secundário	Professora da Escola Secundária Clara de Resende	-	Professora do Ensino Secundário na Escola Secundária Clara de Resende Subdirectora do Agrupamento de Escolas Clara de Resende	-
Marcos Perestrello	39	Secretário de Estado	-	Licenciado em Direito	Ex. Advogado Ex. Adjunto do Ministro dos Assuntos Parlamentares Ex. Chefe de gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna Director do Centro de Informação, mediação e arbitragem de seguros automóveis Vogal do Conselho Fiscal da secção portuguesa da associação internacional de direito dos seguros Deputado na X Legislatura e membro da Comissão parlamentar de Defesa Ex-Vereador na Câmara Municipal de Lisboa Candidato do PS à Câmara de Oeiras nas últimas eleições autárquicas Actual Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar	Membro do secretariado Nacional do Partido Socialista
Miguel Sousa Tavares	58	Jornalista Escritor	-	Licenciado em Direito	Ex-jurista Autor de vários romances, contos de dois livros infantis, sendo um deles “Equador” (2004) um <i>best-seller</i> Recebeu o Prémio de Jornalismo e Comunicação Victor Cunha Rego (2007) Foi comentador do “Jornal Nacional” da TVI Ex. cronista do jornal “Público” Conduz entrevistas em “Sinais de Fogo” (SIC) Assina uma crónica no jornal “A Bola” Cronista do semanário “Expresso”	-

Nuno Pacheco	-	Jornalista	-	-	Foi jornalista no semanário “A Voz do Povo” Director-Adjunto do jornal “Público”	-
Nicolau Santos	-	Jornalista	-	-	Director-adjunto do semanário “Expresso” Comentador na Antena 1	-
Pedro Duarte	37	Deputado	Deputado do PSD	Licenciado em Direito Mestre em Economia Internacional e Estudos Europeus	Presidente da JSD (1998-2002) Deputado do PSD (desde 1999) Presidente da Comissão Parlamentar de Juventude e Desporto (1999-2001) Presidente da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura (2002-2004) Membro da Assembleia Parlamentar da NATO (2002-2004) Secretário de Estado da Juventude no XVI Governo Constitucional (2004-2005) Consultor numa Sociedade de Advogados	Militante do PSD
Paulo Guinote	45	Professor do 2º ciclo do EB	Professor do 2º CEB, doutorado em História da Educação	Doutor em História da Educação	Co- autor de livros na área da História Premiado com o prémio de investigação Carolina Michaëlis com a sua tese de mestrado “Quotidianos femininos (1900-1933)” (1997) Autor do blogue “A Educação do Meu Umbigo” (criado em 2005)	-
Ricardo Costa	42	Jornalista	-	Licenciado em Ciências da Comunicação	Director da SIC Notícias/Director Geral Adjunto da estação Colaborador/Comentador na SIC Notícias e na SIC Apresentador do programa “Expresso da Meia-Noite” Director-Adjunto do semanário “Expresso”	Militante do CDS-PP
Rui Moreira	54	Empresário	Presidente da Associação Comercial do Porto	Licenciado em Gestão	Foi Velejador internacional em Vela tendo ganho vários títulos de campeão Foi membro do Conselho Consultivo do Futebol do Clube do Porto Membro do Senado da Universidade do Porto (desde 2001) Presidente da Associação Comercial do Porto Membro do Conselho Consultivo da Faculdade de economia e Gestão da Universidade Católica Comentador desportivo em programas de televisão Cronista do jornal “Público”	Membro da Comissão de Honra da candidatura de Mário Soares à presidência da República

Rui Ramos	47	Investigador Historiador Professor Ensino Su+erior	Historiador	Doutor em Ciência Política	Investigador do Instituto de Ciências Sociais da UL Autor de vários livros sobre História e Política de Portugal Cronista do semanário “Expresso” Comentador da TVI 24	-
Rui Tavares	38	Deputado Escritor e Historiador	Historiador	Mestre em Ciências Sociais	Nos anos 1990 – crítico de arte no semanário “JÁ”; Jornalista cultural na revista “Vida Mundial” Publicou artigos no “Público”, “Expresso”, “Prototypo”, “História e Relações Internacionais”, entre outras Autor de “O Labirinto Censório”, “A Real Mesa Censória sob Pombal”, etc. Tradutor e organizador de edições Molière, Voltaire, Balzac, entre outras. Ex. professor no IADE Deputado eleito para o Parlamento Europeu pelo BE	Deputado Europeu pelo BE
Rui Valada	53	Advogado Professor do ensino secundário	Professor e Advogado	Licenciado em Filosofia e Direito	Autor de várias obras de temática jurídica Distinguido com o Prémio Alexis de Tocqueville, pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica (2004) Vencedor do XII Prémio Literário Orlando Gonçalves (2009) Doutorando em Ciência Política	-
Santana Castilho		Professor do Ensino Superior	Professor do Ensino Superior	Licenciado em Educação Física	Cronista de política educativa no jornal “Tempo” (1981-1990) Subsecretário de Estado para os Assuntos Pedagógicos do VII Governo Constitucional (1982) Cronista sobre educação em “O Globo” (1983-1984) Ex-Presidente da Comissão Instaladora e do Conselho Científico da ESE de Santarém (1985-1992) Ex-Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal (1987-1988) Director da revista ESES: revista semestral da Escola Superior de Educação de Santarém (1989-1992) Autor de milhares de artigos sobre Educação em diversos jornais e revistas Autor de diversos livros sobre a temática da Educação Cronista do Jornal “Público” (desde 2001)	-
S. José de Almeida		Jornalista	Jornalista	-	Foi distinguida pela Comissão Europeia com o primeiro prémio no concurso para Portugal “Pela Diversidade. Contra a Discriminação” pelo seu trabalho “Homossexuais perseguidos no Estado Novo” Foi premiada com o prémio Arco-iris por trazer para o discurso político os direitos dos homossexuais (2006 e 2009)	-

Vital Moreira	66	Professor do Ensino Superior	Professor Universitário	<p>Doutor em Ciências Jurídico-Políticas</p> <p>Foi deputado à Assembleia Constituinte pelo Partido Comunista (1975-1976) Foi deputado independente, eleito pelo Partido Socialista (1995) Foi juiz no Tribunal Constitucional (1983-1989) Autor de variadas obras publicadas Membro do Conselho do European Master's Degree in Human Rights and Democratization (Veneza) Director do Centro de Direitos Humanos do Jus Gentium Conimbrigae Presidente do Centro de Estudos de Direito Público e Regulação (CEDIPRE) Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra Cronista no "Diário Económico" e no jornal "Público" Autor do blogue "Causa Nossa"</p>	<p>Militante do Partido Comunista Português (1974)</p> <p>Anunciado como cabeça de lista às eleições europeias de 2009, no XVI Congresso do PS</p>
Vasco Pulido Valente	69	Investigador Ensaísta Escritor Comentador	·	<p>Doutor em História</p> <p>Leccionou no Instituto Superior de Economia da UTL Leccionou no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa Leccionou na faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa Foi Secretário de Estado da Cultura no VI Governo Constitucional (1980) Foi deputado à Assembleia da República pelo Partido Social Democrata (1995 – por 4 meses) Integrou a redacção da revista "O Tempo e o Modo" (1960) Foi cronista de análise política nos jornais "O Independente", "Expresso", "Kapa", "O Tempo", DN Foi comentador na TVI do "Jornal Nacional" Foi Co-argumentista dos filmes "O Cerco" e "Aqui d'El Rei!" (1970, 1992) Foi argumentista do filme "O Delfim" (2002) Autor de vários livros sobre temas de História e factos políticos Investigador no Instituto de Ciências Sociais da UL Cronista do jornal <i>Público</i></p>	<p>Integrou o Movimento de Acção Revolucionária, chefiado por Jorge Sampaio (1962)</p> <p>Foi apoiante de Mário Soares na sua primeira candidatura presidencial (1986)</p>

Anexo 2: Identificação dos Artigos que constituem as Fichas Temáticas

Autor	O.M	Dia/Mês/ Ano da publicação	Nº Ficha	Título e Subtítulo	Jornal
André Freire	1	25-02-2008	1	A importância do diálogo social – Uma das marcas fortes deste Governo tem sido a sua manifesta incapacidade de dialogar e negociar com os parceiros sociais	Público
André Freire	1	17-11-2008	2	O pecado original de um governo iluminado – Numa democracia, as liberdades políticas (sindicais incluídas) não devem ser respeitadas apenas no plano formal	Público
Ana Benavente	2	21-02-2008	3	De quem é a escola pública? – Qualidade e equidade são duas faces da mesma moeda. Nem uma nem outra são contempladas na actual política educativa	Público
Carlos Fiolhais	3	21-11-2008	4	O monstro da 5 de Outubro – Seria trágico se um processo que pretende assegurar a qualidade acabasse afinal com ela	Público
Daniel Bessa	4	15-03-2008	5	Não fui à manifestação	Expresso
Frei Bento Domingues	5	14-12-2008	6	Peregrinações e janelas – No exercício do direito à indignação, num Estado democrático, não vale tudo	Público
Isabel Leiria	6	18-10-2008	7	Lei do Orçamento do Estado introduz alterações nas regras da avaliação dos professores - Não publicação da delegação de competências em Diário da República estava a levar docentes a suspender o processo. ME diz querer poupar custos às escolas	Público
José Dias Urbano	7	22-07-2009	8	A educação nas próximas eleições legislativas – A transformação das universidades em fundações sem fundos fragiliza-as e obriga-as a “vir comer à mão” do Governo	Público
João Freire	8	07-09-2009	9	Educação: o destino de uma política – As orientações tomadas terão sido as necessárias e adequadas para responder aos principais défices do sistema de ensino	Público
Luís Campos e Cunha	9	22-02-2008	10	A nossa vergonha – Confrontado com os números, voltei a sentir muita vergonha e (alguma) raiva. Estou a falar do nosso sistema de ensino	Público
Santana Castilho	10	09-10-2007	11	Analfabetos... mas diplomados – A dura realidade é que a maioria não se preocupa com as escolas nem com o que lá se aprende, mas com o diploma	Público
Santana Castilho	10	20-02-2008	12	Propaganda e Peter Pan – A avaliação do desempenho dos professores é a referência mais recente e persistente na demagogia do discurso de Sócrates	Público
Santana Castilho	10	05-03-2008	13	A revolta dos professores – Os docentes não suportam mais a indignidade com que têm sido tratados	Público

Santana Castilho	10	20-03-200	14	Força, ministra! – No meio de tudo isto, a avaliação do desempenho está longe de ter o impacto que muitos lhe atribuem	Público
Santana Castilho	10	16-04-2008	15	Lembrem-se de Pirro – É verdade que os sindicatos ganharam uns trocos. Mas o lance era para devolução integral: da dignidade perdida	Público
Santana Castilho	10	14-05-2008	16	Chumbar é retrógrado? – Muito do que politicamente este Governo tem decidido não se orientou para a maior e melhor aprendizagem dos alunos	Público
Santana Castilho	10	16-10-2008	17	Como é possível a generalização da loucura? – Em 2007 reformaram-se cerca de 3300 professores. Este ano já vamos em mais de 5000 e o ritmo parece estar a acelerar	Público
Santana Castilho	10	30-10-2008	18	Ressuscitem o papel selado! – Os docentes são asfixiados em burocracia e a escola afastada da sua missão principal. O ensino está à beira do abismo	Público
Santana Castilho	10	13-11-2008	19	Cinismo e mentiras – É grosseiramente falso afirmar que tudo o que os professores têm a fazer é preencher duas simples folhas	Público
Santana Castilho	10	26-11-2008	20	Um cadáver político – O despacho sobre as faltas constitui uma interpretação abusiva e desrespeitadora da Assembleia da República	Público
Santana Castilho	10	10-12-2008	21	O lamaçal – A confiança e a cumplicidade entre ministério e professores não estão apenas quebradas, estão pulverizadas	Público
Santana Castilho	10	24-12-2008	22	Era, mas já não é. O que é? – Neste conflito perdeu o país, perderam os alunos, o Governo, o primeiro ministro e a ministra da Educação	Público
Santana Castilho	10	07-01-2009	23	Há mais vida para lá da avaliação – Para que serve o sistema educativo? Para promover o conhecimento ou para explorar o seu valor económico?	Público
Santana Castilho	10	21-01-2009	24	Uma rotina insustentável – A ministra da Educação e os secretários de Estado são puros obstáculos ao trabalho nas escolas	Público
Santana Castilho	10	18-02-2009	25	A novela – Quem acreditar que a litigância na justiça é a solução deve seguir o caso Casa Pia e a saga do Freeport	Público
Santana Castilho	10	15-04-2009	26	As boas consciências e as vitórias virtuais – Os sacerdotes dos resultados a 725 euros de salário têm-se apossado de tudo o que reflecte e questiona	Público
Santana Castilho	10	18-03-2009	27	De A a Z sobre D, de desolação – Transformar a escola numa caserna onde se guardam crianças durante 12 horas não é um objectivo aceitável	Público
Santana Castilho	10	15-05-2009	28	Carta aberta à ministra da Educação – O Ministério da Educação devia passar a chamar-se Ministério da Certificação e das Novas Oportunidades	Público
Santana Castilho	10	08-07-2009	29	A caixa negra do PS e a educação – Cai Sócrates e o PS. O eleitorado tem dois meses para lhe analisar a caixa negra e perceber as acusações do desastre	Público
Santana Castilho	10	22-07-2009	30	Afinal, para que serve a escola? – O valor instrumental do conhecimento deve ser uma consequência e não o objectivo ao qual tudo se subjugue	Público

Santana Castilho	10	05-08-2009	31	Os saldos do PS – Nas prateleiras dos saldos do PS, as inutilidades repetem-se. Paradigmáticos do desnorte são os 200 euros por bebé	Público
Santana Castilho	10	02-09-2009	32	Faites vos jeux, messieurs! – Há que reconhecer que mudanças radicais não se fazem sem dor. Mas é por isso que estratégia e escolhas não devem falhar	Público
Santana Castilho	10	30-09-2009	33	E agora, professores? – Sócrates vai ter que negociar muito sobre muitas coisas. E no jogo das trocas, a Educação será sempre um elo fraco	Público
Santana Castilho	10	14-10-2009	34	Uma escola de malandros – Fiquei boquiaberto quando conheci a prática experimental de três escolas de Paris. Pagam para os alunos irem às aulas!	Público
Santana Castilho	10	25-11-2009	35	A falta de classe – Um modelo de avaliação iníquo, tecnicamente execrável e humanamente desprezível é agora aceite em nome do pragmatismo	Público
Vital Moreira	11	04-03-2008	36	Os professores – Não há reformas absolutamente consensuais, pois quase todas afectam interesses de grupo	Público
Vital Moreira	11	18-03-2008	37	“Luta de classes” no sector público – Os funcionários públicos gozavam de muitos privilégios face aos trabalhadores do sector privado	Público
Vital Moreira	11	16-09-2008	38	A revolução no ensino – O critério supremo da política educativa e da escola passou a ser o melhor interesse do aluno	Público
Vital Moreira	11	18-11-2008	39	Uma reforma que não pode ser perdida – Não existe razão, salvo uma ilegítima prerrogativa “histórica”, para que os professores não sejam avaliados	Público
Esther Mucznik	12	13-03-2008	40	“Ainda acabas a dar aulas!” – É evidente que houve sempre professores que honraram a sua profissão	Público
Henrique Raposo	13	22-03-2008	41	Sócrates: a impossibilidade de mandar	Expresso
Henrique Raposo	13	13-09-2008	42	A farsa da Educação	Expresso
Maria Filomena Mónica	14	01-11-2007	43	Deixem os professores em paz – Um professor precisa de uma sólida preparação de base, prestígio junto da comunidade e autonomia de acção	Público
Vasco Pulido Valente	15	02-03-2008	44	A avaliação dos professores	Público
Vasco Pulido Valente	15	08-03-2008	45	Pelos professores	Público
Francisco Teixeira	16	15-11-2008	46	O PSD e a avaliação dos professores – Luís Filipe Menezes já se tinha proposto entregar a avaliação dos docentes a empresas de avaliadores externos	Público
Francisco Teixeira	16	19-11-2008	47	O PSD e a avaliação dos professores – A avaliação dos professores no exterior da escola visa fazer do professor e da escola serventes dos interesses económicos	Público
Maria do Rosário Queirós	17	13-11-2008	48	Carta à ministra da Educação sobre a minha incredulidade - O importante é avaliar a qualquer custo, para dar ao público a ideia de que os professores foram avaliados	Público
Paulo Guinote	18	25-04-2008	49	A quem interessa a avaliação como ficção? – O acordo possível entre ministério e professores não é um “entendimento”, mas uma “trégua”	Público
Paulo Guinote	18	10-07-2008	50	Um ano lectivo perdido – Há um ponto positivo na actual política educativa: a obediência às conveniências do ciclo eleitoral	Público

Paulo Guinote	18	03-09-2008	51	Educação e propaganda: modo de usar – As iniciativas previstas pelo Ministério da Educação para 2008-2009 têm uma forte componente de propaganda	Público
Paulo Guinote	18	06-11-2008	52	Todo um mandato a afundar a educação pública – Por trás da retórica do rigor e da exigência, o que existe são truques legislativos para fabricar estatísticas agradáveis	Público
Rui Valada	19	15-05-2008	53	Os professores e a estratégia sindical – Têm-se sucedido despachos, circulares, orientações e documentos a um ritmo que impede a boa digestão	Público
Rui Valada	19	14-06-2008	54	Novos rumos para a educação – O cerne do problema é o próprio Ministério da Educação, uma estrutura pesada, burocrática, obsoleta e dispendiosa	Público
Grupo de professores	20	13-06-2009	55	Contra a avaliação dos docentes enquanto mistificação – Os subscritores desta declaração recusam participar numa mistificação e não vão entregar a sua ficha de auto-avaliação	Público
Joviana Benedito	21	16-11-2008	56	A Sr.ª Ministra da Educação no reino do faz-de-conta (2) – Avaliação labiríntica e incontornável	Expresso
Joviana Benedito	21	23-11-2008	57	A Sr.ª Ministra da Educação no reino do faz-de-conta (3) – A avaliação dos professores	Expresso
Joviana Benedito	21	20-12-2008	58	A escola actual – O aluno não abandona a escola, é abandonado pela escola	Expresso
Marcos Perestrello	22	27-06-2009	59	A atitude de José Sócrates	Expresso
Marcos Perestrello	22	22-08-2009	60	A educação e os professores	Expresso
Manuela Ferreira Leite	23	23-02-2008	61	O problema do primeiro-ministro	Expresso
Manuela Ferreira Leite	23	08-03-2008	62	O fantasma do recuo	Expresso
Pedro Duarte	24	07-01-2009	63	2009 e a escola portuguesa – A escola é um espaço de formação cívica e não pode ser um recreio para delinquentes	Público
Helena Matos	25	11-03-2008	64	Encalhados – Os professores não inventaram o monstro: adaptaram-se às reformas que lhes foram entregues pela 5 de Outubro	Público
Helena Matos	25	18-11-2008	65	Ministério da Educação ou o Reino dos Funcionários – a educação em Portugal é um teatro do absurdo onde somos obrigados a mandar os nossos filhos a todas as sessões	Público
Helena Matos	25	17-09-2009	66	A gestão do pessoal – Não temos Ministério da Educação, mas um ministério que coloca os seus funcionários	Público
Constança Cunha e Sá	26	13-11-2008	67	Trucidados – Agora, quem não está com o poder está a um passo de ser trucidado	Público
Daniel Oliveira	27	01-03-2008	68	A vossa escola	Expresso
Daniel Oliveira	27	08-03-2008	69	O engenheiro no seu labirinto	Expresso
Daniel Oliveira	27	11-09-2008	70	Rankings e xanax	Expresso
Daniel Oliveira	27	13-11-2008	71	Mais perto, mais certo	Expresso
Fernando Madrinha	28	09-02-2008	72	À pressa e à força	Expresso
Fernando Madrinha	28	01-03-2008	73	A avaliação da ministra	Expresso
Fernando Madrinha	28	08-03-2008	74	A reboque do PCP	Expresso
Fernando Madrinha	28	15-03-2008	75	Uma vitória inútil	Expresso
Fernando Madrinha	28	12-04-2008	76	Tarde e a más horas	Expresso
Fernando Madrinha	28	19-04-2008	77	Estranha vitória	Expresso
Fernando Madrinha	28	15-11-2008	78	Quem mais ordena	Expresso
Fernando Madrinha	28	06-12-2008	79	Toalha ao chão	Expresso

Fernando Madrinha	28	13-12-2008	80	Todos iguais	Expresso
Fernando Madrinha	28	08-01-2009	81	O namoro aos professores	Expresso
Fernando Madrinha	28	14-11-2009	82	Uma questão de palavras	Expresso
Fernando Madrinha	28	28-11-2009	83	Professores de volta	Expresso
Fernando Madrinha	28	12-12-2009	84	Titulares pagam factura	Expresso
Henrique Monteiro	29	01-03-2008	85	A ministra, os sindicatos e a Educação	Expresso
Henrique Monteiro	29	22-11-2008	86	Variações sobre a guerra da avaliação – A guerra aberta entre os professores e a ministra da Educação é um manancial de perplexidades e incómodos. Registo alguns dos que me tocam.	Expresso
Henrique Monteiro	29	29-11-2008	87	Propostas simples de avaliação	Expresso
Henrique Monteiro	29	27-12-2008	88	Três desejos para 2009	Expresso
Inês Pedrosa	30	30-05-2009	89	Avaliações	Expresso
José Manuel Fernandes	31	07-03-2008	90	Porque é que, desta vez, são os professores que têm razão – Um objectivo correcto, criar um sistema eficaz de avaliação dos professores, não justifica métodos errados. E um sistema burocrático e quase kafkiano de avaliação não tem de ser aceite só porque o actual é laxista e não premeia os melhores, tal como não penaliza os piores	Público
José Manuel Fernandes	31	09-04-2008	91	A avaliação já acabou, mas vamos todos fingir que não – O braço-de-ferro entre a ministra e os professores já se tornou num teatro de fingimentos onde pouco ou nada é levado a sério	Público
José Manuel Fernandes	31	03-11-2008	92	Ensino público, escolas privadas e justiça social – O problema da escola pública não está nos rankings: está nas políticas do ministério, na falta de autonomia das escolas e nos limites à liberdade de escolha dos pais. Mas até a forma Kafkiana como se está a impor a avaliação dos professores está a contribuir para a sua degradação	Público
José Manuel Fernandes	31	09-11-2008	93	A razão dos professores e o autismo da ministra – Seriamente ninguém pode ser contra a avaliação de desempenho como condição para a progressão profissional. Mas é intolerável que, dando sinais de crescente teimosia, tente impor um modelo que não funciona, está mal pensado e ainda pior concebido	Público
José Manuel Fernandes	31	14-11-2008	94	Tempo de olhar para outras formas de avaliar os professores – Regresso a algumas propostas concretas e muito próximas das formuladas num artigo de um professor de Harvard e apoiante de Barak Obama	Público
José Manuel Fernandes	31	21-11-2008	95	O recuo tardio que pode não trazer paz de volta às escolas – Foi um primeiro sinal de bom senso mas que pode ser insuficiente para acabar com o clima de crispação existente na generalidade dos estabelecimentos de ensino	Público
José Manuel Fernandes	31	04-12-2008	96	Professores e Governo: negociar implica respeitar – As dimensões da greve dos professores reforçou a sua posição, mas para chegarem aos seus objectivos têm de continuar a falar com o ministério. E este pode fazê-lo sem ter de abdicar do princípio correcto da avaliação, apenas admitindo que o modelo que quis impor não serve	Público
José Manuel Fernandes	31	06-12-2008	97	O triste espectáculo que dão os nossos deputados (e não só) - Ontem foi mais um dia triste para a nossa democracia parlamentar. E um dia mau para a imagem dos políticos	Público

José Vítor Malheiros	32	11-03-2008	98	Os corações e as mentes – Quase tudo o que de mau acontece na educação é culpa dos professores. Mas tudo o que acontece de bom também	Público
José Vítor Malheiros	32	18-11-2008	99	Avaliação: a oportunidade já está perdida – A avaliação tem de existir prioritariamente para garantir que a prática das escolas corresponde aos desejos da sociedade	Público
Manuel Carvalho	33	23-05-2009	100	Delação na sala de aula – O episódio de Espinho é mais uma peça de um puzzle que gradual e paulatinamente vai corroendo o amor-próprio e a personalidade da docência	Público
Manuel Carvalho	33	18-07-2009	101	O adeus da ministra da Educação – Símbolo perfeito da era Sócrates, a política de Maria de Lurdes Rodrigues acaba como a maioria das grandes reformas do primeiro-ministro: incompletas ou em estado vegetativo	Público
Manuel Carvalho	33	31-08-2009	102	A política do deita-fora – O revirinho, velho emblema de conflito e de turbulência política, está vivo e recomenda-se	Público
Manuel Carvalho	33	05-09-2009	103	A vitória dos professores – Ao não assumir que o conflito com os professores se deve a visões opostas sobre a carreira dos docentes, o Governo está a dizer aos segmentos mais conservadores da docência que vale a pena resistir e fazer manifestações	Público
Miguel Gaspar	34	28-02-2008	104	O princípio da autoridade	Público
Miguel Gaspar	34	11-03-2008	105	Um protesto e três lições	Público
Miguel Gaspar	34	11-11-2008	106	O regresso dos professores	Público
Miguel Sousa Tavares	35	29-09-2007	107	Coisas de espantar - 4	Expresso
Miguel Sousa Tavares	35	08-03-2008	108	A rua e o beco	Expresso
Miguel Sousa Tavares	35	15-03-2008	109	Disseram liberdade?	Expresso
Miguel Sousa Tavares	35	11-10-2008	110	Seis exemplos da inutilidade da política – 1 e 4	Expresso
Miguel Sousa Tavares	35	15-11-2008	111	Só restarão vencidos	Expresso
Miguel Sousa Tavares	35	22-11-2008	112	Não se governam nem se deixam governar	Expresso
Miguel Sousa Tavares	35	06-12-2008	113	Tudo na mesma, tudo pior - 3	Expresso
Miguel Sousa Tavares	35	03-01-2009	114	2009: Ano de todos os perigos	Expresso
Miguel Sousa Tavares	35	07-03-2009	115	Uma semana na Pátria - 8	Expresso
Miguel Sousa Tavares	35	05-09-2009	116	Que campanha entusiasmante!	Expresso
Miguel Sousa Tavares	35	28-11-2009	117	Um mês a andar para trás, em direcção à bancarrota	Expresso
Nuno Pacheco	36	09-03-2008	118	A ministra uniu os professores mas não aprendeu a lição – A ministra uniu os professores, dizia-se nas ruas. E uniu-os inabilmente contra ela, numa estratégia que lhe pode custar, se não a permanência na pasta, pelo menos a margem de manobra para as reformas futuras	Público
Nuno Pacheco	36	15-03-2008	119	Governo sem trunfos mas com piercings na mira – Na educação continua tudo na mesma, mas o Governo já escolheu outras duas acusas para abraçar: a proibição de piercings e de cães perigosos	Público

Nuno Pacheco	36	12-12-2008	120	Educação em mundos paralelos e ilusórios – A ministra não cede, os professores também não. A ministra diz que a avaliação continua, os professores garantem que parou. São dois mundos paralelos, onde a ilusão pesa e a satisfação, na verdade, não existe	Público
Nuno Pacheco	36	31-05-2009	121	A marcha de Maio e o voto de Junho – José Sócrates faz o que julga competir-lhe: encosta a marcha dos professores aos apetites da oposição por mais votos nas eleições. Mas quem veio de novo à rua em protesto sabe que a realidade é bem mais amarga e está a deixar marcas profundas	Público
Nuno Pacheco	36	20-06-2009	122	Parar para pensar ou prolongar as más decisões – No mesmo dia em que três dezenas de economistas lançam um repto ao Governo para reavaliar os investimentos mais polémicos, a ministra da Educação torna mais “definitivo” um modelo que nem devia ter sido provisório	Público
Nicolau Santos	37	11-07-2009	123	As perguntas a que eles têm de responder – Avaliação de professores	Expresso
Ricardo Costa	38	29-08-2009	124	Para lá dos programas	Expresso
S. José de Almeida	39	22-11-2008	125	E depois da maré vaziar? – Todas as boas intenções de Sócrates para o ensino público, se alguma vez existiram, esboroaram-se	Público
Editorial do jornal	40	08-03-2008	126	O governo Sócrates II – A avaliação pretendida	Expresso
Editorial do jornal	40	15-03-2008	127	A rua continua a contar?	Expresso
Editorial do jornal	40	19-04-2008	128	Rendida à força da rua	Expresso
Editorial do jornal	40	15-11-2008	129	Os recuos e as vitórias	Expresso
Editorial do jornal	40	06-12-2008	130	Uma luta para lá da política	Expresso
Editorial do jornal	40	13-12-2008	131	De guerra em guerra	Expresso
Editorial do jornal	40	27-12-2008	132	O desolado Sócrates	Expresso
Editorial do jornal	40	18-07-2009	133	Boas ideias, más políticas	Expresso
António Pires de Lima	41	13-12-2008	134	Será possível reformar em democracia?	Expresso
António Pinto Leite	42	22-11-2008	135	A sorte da ministra – A ministra da educação é uma mulher com sorte.	Expresso
António de Almeida	43	22-03-2008	136	Está na hora	Expresso
António Barreto	44	09-03-2008	137	Avaliação – Mais do que dos sindicatos ou dos professores, a ministra Maria de Lurdes Rodrigues é vítima da 5 de Outubro	Público
António Barreto	44	16-03-2008	138	A luta de classes não é o que era – Há tempos assim: os privilégios de poucos sobrepõem-se às vantagens da maioria	Público
António Barreto	44	16-11-2008	139	Os três poderes – Nas próximas eleições, todos os partidos, com excepção do PS, vão sugerir a revogação das actuais leis da educação	Público
António Barreto	44	24-05-2009	140	Aplicadores – Todos sentem que o ano foi em grande parte perdido. Pior: todos sabem que a escola está, hoje, pior do que há um ano	Público
António Barreto	44	12-07-2009	141	O eterno recomeço – Algumas decisões simples criaram uma expectativa favorável. Depois, foi a lenta deriva. Até ao rápido afundamento	Público

José Miguel Júdice	45	14-03-2008	142	Saltar de cima do muro – Portugal não se pode dar ao luxo de destruir mais uma geração em nome do facilitismo	Público
José Miguel Júdice	45	14-11-2008	143	Adiar é preciso – O Governo não escolheu nenhuma das soluções possíveis e optou pela única que não fazia qualquer sentido	Público
José Madureira Pinto	46	09-03-2008	144	Política educativa: uma estranha coerência – A obsessão “gestionária” do Governo no modo de conceber a actividade docente tem o seu quê de anacrónico	Público
José Pacheco Pereira	47	08-03-2008	145	O regresso da rua – Estamos numa situação em que se vai para a “rua” por falência (ou inexistência) de mecanismos institucionais	Público
Lídia Jorge	48	09-01-2009	146	Educação: os critérios da excelência – A titularidade foi dada a professores bons, excelentes, maus, muito maus. Não premiou nada, porque baralhou tudo	Público
Luís Marques	49	08-03-2008	147	O Metro de Londres	Expresso
Rui Ramos	50	12-03-2008	148	Pelas ruas da amargura – Quase ninguém resistiu ao apelo da rua – nem o Governo	Público
Rui Ramos	50	19-11-2008	149	A última aula deste sistema de ensino – Os sindicatos e movimentos de professores, se vencerem o ministério, estão condenados a cair com ele	Público
Rui Ramos	50	10-12-2008	150	Depois deles, o dilúvio – Para que serve este sistema de ensino? Para diminuir as desigualdades, não. Para fazer crescer a riqueza, também não	Público
Rui Tavares	51	10-03-2008	151	Contentes, agora?	Público
António Vilarigues	52	21-03-2008	152	E se não existissem professores? – Eu sei que o info-analfabetismo é muito grande em Portugal. Mas custa muito ir aos sites da Fenprof? Está lá tudo	Público
Cipriano Justo	53	21-03-2008	153	Negociar – Como combinar a necessidade da defesa da escola pública com o descontentamento dos seus principais agentes?	Público
Mário Nogueira	54	04-10-2008	154	Os professores contam! – Nas escolas, há mais computadores e mais paredes pintadas, mas há também um corpo docente sufocado e esmagado	Público
Mário Nogueira	54	16-11-2009	155	Remover mágoas, valorizar os professores e construir futuro... - Pretende-se é que todos os professores sejam avaliados, encerrando-se um dos períodos mais conturbados da Educação	Público
Rui Moreira	55	02-06-2008	156	O ilusionismo – A resistência sistémica e corporativa dos professores não justificava que o ministério os elegesse como inimigo público	Público

Anexo 3: O Recorte e a Codificação de Algumas Fichas Temáticas³⁸

Ficha 13 (Versão integral); OM: 10 (Santana Castilho) Dia: 05 Mês: 03 Ano: 2008 Título: A revolta dos professores	
Classificação: 1.9	Há evidências incontestáveis: as manifestações dos professores um pouco por todo o país (Viseu, Guarda, Braga, Coimbra, Castelo Branco, Portalegre, Setúbal e Faro), que culminarão com a anunciada marcha de 8 de Março, expressam a revolta dos docentes, que não suportam mais a indignidade com que têm sido tratados.
Classificação: 1.4 Tom: -	Sinistramente, primeiro-ministro, ministra da Educação e secretários de Estado começaram por incendiar a sociedade contra os professores.
Classificação: 1.1 Tom: -	Entre outras, propalaram falsas ideias (que nesta coluna desmenti, com recurso a estatísticas da UE), segundo as quais os professores teriam fartos privilégios, ganhando mais que os colegas europeus e trabalhando menos que eles, apesar de serem (assim insinuaram) os responsáveis principais pelos elevados níveis de abandono e de insucesso escolar que caracterizam o sistema de ensino.
Classificação: 2.1 Tom: -	Depois, seguiram-se as previsíveis medidas "moralizadoras" das quais recordamos três: O horário de trabalho dos professores foi drasticamente aumentado.
Classificação: 2.4 Tom: -	A incontinência legislativa deste governo inundou as escolas de decretos, portarias, despachos e circulares, que tornaram a vida dos professores num inferno de cumprimentos burocráticos inúteis.
Classificação: 2.4 Tom: -	As alterações das reduções de tempo de serviço em função da idade e da própria idade de reforma, como é sabido, tornaram mais penoso o exercício profissional em contextos de maior debilidade física.
Classificação: 2.4 Tom: -	Escravizaram-se muitos professores, obrigando-os a permanecer nas escolas sem condições nem motivo (a farsa e a desumanidade de muitas "aulas de substituição") e vergaram-se muitos outros a exercícios profissionais próprios de auxiliares ou de amanuenses.
Classificação: 2.4 Tom: -	Quem resista fisicamente e queira cumprir, pode ter que trabalhar hoje mais de 50 horas por semana. Como contrapartida, reduziram administrativamente os salários
Classificação: 2.1 Tom: -	e aprestam-se agora a "depurar" o sistema, recambiando para o quadro dos disponíveis, com as desumanas consequências inerentes, os professores doentes, que consagraram vidas inteiras à Escola e ao ensino.
Classificação: 2.1 Tom: -	A fractura da carreira única em duas, com a emergência dos professores titulares, foi servida por um processo escabroso. É impossível descrever ao cidadão comum o quadro de injustiças cometidas.
Classificação: 2.4 Tom: -	A insanidade que queimou carreiras e dedicações de vidas à aleatoriedade dos últimos sete anos, provocou chagas incatrizáveis no tecido social das escolas.
Classificação: 1.3 Tom: -	É simplesmente insuportável que um estalar de dedos ministeriais ponha à frente dos melhores muitos dos menos preparados, dos menos formados, dos menos experientes, dos menos competentes.
Classificação: 3.3 Tom: -	O modelo de avaliação do desempenho que se quer impor é insensato e irresponsável: como compreender que se seja penalizado por parir ou ficar viúvo?

³⁸ O recorte das versões incompletas corresponde a 2 ou 3 UI do início do artigo.

Classificação: 3.3 Tom: -	É tecnicamente medíocre: a formulação de descritores, por exemplo, entrou em roda-viva de apressados improvisos (vide o escabroso caso debatido na Assembleia da República),
Classificação: 3.4 Tom: -	quando a validade de qualquer deles passaria obrigatoriamente por exercícios de pré-testagem, que não estão previstos.
Classificação: 3.5 Tom: -	É leviano nos prazos que impõe: é factualmente impossível cumprir um digrama de execução daqueles em coincidência com o período de maior concentração de tarefas escolares.
Classificação: 3.6 Tom: -	É fantasioso numa sujeição a emanações teóricas e científicas de órgãos que, previstos, nunca foram constituídos: onde está o decantado conselho científico?
Classificação: 3.3 Tom: -	Está eivado de critérios ridiculamente subjectivos: como se mede a relação de um professor com a comunidade?
Classificação: 1.4 Tom: -	Num debate televisivo recente, a ministra ripostou a uma interveniente que não interessavam as pessoas mas sim as políticas. Enganou-se. São as pessoas que definem as políticas.
Classificação: 5.0 Tom: ++	E quando na defesa dessas políticas permitem que se crie o ambiente que hoje se vive, transformando as suas relações com a sociedade que governam num caso continuado de tribunal, só sobra uma solução: a saída dessas pessoas.

Ficha: 137 (versão incompleta) OM: 44 (Antonio Barreto) Dia: 09 Mês: 03 Ano: 2008 Título: Avaliação	
Classificação: 2.1 Tom: +	Boas ideias, simples e necessárias, como fechar as escolas mais tarde e criar aulas de substituição,
Classificação: 3.3 Tom: -	coexistem com propostas absurdas, como a de fazer intervir os pais na avaliação dos docentes ou de contar as notas dos alunos para a folha de serviços do professor.
Classificação: 2.1 Tom: 0	Como há também omissões dignas de recordação, em particular a aparente recusa de proceder, dentro da legislatura, à entrega das escolas às comunidades locais, às autarquias e às comunidades educativas (professores, pais e autarcas).
Classificação: 2.1 Tom: -	A persistência de um modelo de educação integrada, unificada e centralizada é não só a génese de inúmeras deficiências actuais, como também a razão de ser da dificuldade ou da impossibilidade de levar a cabo as reformas úteis e necessárias. É também a causa da transformação dos problemas de educação em guerra social nacional.
Classificação: 1.0 Tom: 0	O elemento essencial das reformas de Maria de Lurdes Rodrigues consistiu, até hoje, na alteração da relação de forças dentro da educação. Em termos simples, retirou aos sindicatos uma parcela importante do poder que, sob várias formas, detinham até agora. Esta é a sua força.
Classificação: 1.0 Tom: +	Nada seria possível fazer sem a remoção prévia da tenaz sindical que, sob múltiplas formas, mantinha a educação e o ministério como reféns.
Classificação: 2.1 Tom: -	Mas essa reforma, mais propriamente política, seria ineficaz e apenas adjectiva se não fosse completada por alterações importantes e razoáveis nas questões substantivas: a gestão do sistema, o modelo de organização, a definição de novos conteúdos curriculares e dos manuais, entre outras. Esta a sua fraqueza.
Classificação: 1.11	O que se passa nas ruas do país tem, evidentemente, conotações políticas. Não podia deixar de ser. A educação é um tema político de primeira importância. Aqueles que, no Governo e alhures, denunciam a ingerência de "políticos" e "partidos" avançam um argumento gasto e míope.
Classificação: 1.1 Tom: -	Mas também é verdade que a contestação ultrapassou largamente as fronteiras da política pura e do sindicalismo, para se tornar também profissional e social. O Governo já percebeu isso, mas persiste em negar a evidência, na esperança de comover os pais, em particular, e a "maioria silenciosa", em geral. Daí o ter transformado os professores, todos os professores, em vilões. A atitude não é inédita e não merece que com ela se perca tempo.
Classificação: 1.7 Tom: 0	O movimento dos professores tem muitos objectivos: o director da escola, o conceito de autonomia, o estatuto da carreira docente e outros. Além da parcela de poder sindical.

Classificação: 1.7 Tom: +	Acontece que os professores têm algumas razões.
Classificação: 1.4 Tom: +	E a ministra também.
Classificação: 1.11	O facto de se ter declarado guerra entre aqueles e esta é infeliz, pois impede detectar as razões que assistem uns e outra. Infelizmente, é assim a luta das classes e das instituições. É frequente perder-se a semente no meio do joio.
Classificação: 1.3 Tom: -	A este propósito, sublinhe-se um erro decisivo na estratégia do Governo,
Classificação: 1.4 Tom: 0	não se sabe se da autoria da ministra, mulher tranquila,
Classificação: 1.4 Tom: 0	se da responsabilidade do primeiro-ministro, homem crispado.
Classificação: 1.2 Tom: -	A ausência de vontade experimental, ou de estratégia empírica, esteve evidente desde o início.
Classificação: 1.3 Tom: -	O Governo queria organizar uma cruzada, fazer tudo ou nada, agir por enxurrada e realizar tudo ao mesmo tempo, em todo o sítio e para toda a gente. Com este método, os erros tomam uma dimensão colossal e torna-se impossível corrigir o que quer que seja.
Classificação: 1.0 Tom: 0	O sistema de avaliação que a ministra pretende impor e que os sindicatos recusam é apenas um dos temas de contestação. Mas é o que tem surgido com mais evidência.
Classificação: 3.10	A coberto de uma virtude indiscutível, a ideia de avaliação não é recusada por ninguém. É de bom-tom dizer que se é "a favor da avaliação, mas contra esta avaliação". Para todos, ou quase, é uma espécie de santo-e-senha de honorabilidade. Acontece que não é.
Classificação: 3.2 Tom: -	A palavra, o conceito, o mito e o tique nasceram há vinte ou trinta anos. Em Portugal e na Europa. Criado por burocratas e tecnocratas, os defensores da avaliação acreditam que um sistema destes promove a boa educação, melhora o ensino, castiga os maus profissionais, detecta os talentos, permite corrigir erros e combate o desperdício. Na verdade, o sistema e a sua ideologia, que infestaram o Ministério da Educação, são próprios de uma educação centralizada, integrada e uniforme.
Classificação: 3.3 Tom: -	Na impossibilidade humana de "gerir" milhares de escolas e centenas de milhares de professores, os esclarecidos especialistas construíram uma teoria "científica" e um método "objectivo" com a finalidade de medir desempenhos e apurar a qualidade dos profissionais.
Classificação: 3.3 Tom: -	Daí os patéticos esquemas, gráficos e grelhas
Classificação: 3.9 Tom: -	com os quais se pretende humilhar, controlar, medir, poupar recursos, ocupar os professores e tornar a vida de toda a gente num inferno.
Classificação: 3.3 Tom: -	O que na verdade se passa é que este sistema implica a abdicação de princípios fundamentais, como sejam os da autoridade da direcção, a responsabilidade do director e dos dirigentes e a autonomia da escola.
Classificação: 3.9 Tom: -	O sistema de avaliação é a dissolução da autoridade e da hierarquia, assim como um obstáculo ao trabalho em equipa e ao diálogo entre profissionais.
Classificação: 3.8 Tom: -	É um programa de desumanização da escola e da profissão docente.
Classificação: 3.2 Tom: -	Este sistema burocrático
Classificação: 3.3 Tom: -	é incapaz de avaliar a qualidade das pessoas e de perceber o que os professores realmente fazem. É uma cortina de fumo atrás da qual se escondem burocratas e covardes, incapazes de criticar e elogiar cara a cara um profissional
Classificação: 1.2 Tom: -	Este sistema, copiado de outros países e recriado nas alforjas do ministério, é mais um sinal de crise da educação. Mais do que dos sindicatos ou dos professores, a ministra Maria de Lurdes Rodrigues é vítima da 5 de Outubro.

Ficha 14 (Versão Integral); OM: 10 (Santana Castilho) Dia: 20 Mês: 03 Ano: 2008 Título: Força ministra!	
Classificação: 1.1 Tom: -	A central de propaganda do Governo vinha trabalhando com incontestável êxito no sentido de forjar uma opinião pública desfavorável aos professores.
Classificação: 1.9	Mas os cem mil que desceram a Avenida da Liberdade alteraram os dados desse jogo sujo e puseram muitos portugueses a pensar.
Classificação: 1.3 Tom: -	É a esta luz, em minha opinião, que se deve entender a forma suicida escolhida pelo poder para gerir a crise e a insensatez de artigos e declarações públicas que se sucederam.
Classificação: 1.4 Tom: -	Como o problema era complexo, alguém puxou pela cabeça e... chamou a polícia. Seguiram-se as profissões piedosas de Rui Pereira e o inquérito da ordem. Em Chaves, Santos Silva perdeu (uma vez mais) o controlo e disse coisas que só não surpreenderam porque já o tínhamos ouvido, na última campanha para a Presidência da República, referir que a eventual eleição de Cavaco Silva corresponderia a um golpe de Estado.
Classificação: 1.0 Tom: -	No dia em que se recordavam os 199 assassinados na barbárie de Atocha, Jorge Pedreira chamou terrorista a Mário Nogueira, quando falava da abertura e da flexibilidade do Ministério da Educação, a poucas horas de se sentar à mesa com o dirigente sindical, para negociar. Nada mais coerente e apropriado ao diálogo e à concertação!
Classificação: 1.4 Tom: -	Maria de Lurdes Rodrigues, dada a números como ninguém, desprezou os cem mil! Irrelevante, disse. E lá foi, independente, rir (coisa rara nela) e desagrar para o comício do PS, onde alguns, na sua lógica maniqueísta, foram relevantes.
Classificação: 1.7 Tom: 0	Os professores que se manifestaram em Lisboa não me lembraram "os hooligans", como o senhor do berbequim sugeriu. Não me incomodaram "os cabelos desalinhados, as senhoras a fazerem tristes figuras".
Classificação: 1.4 Tom: -	Fico antes perplexo com os bem penteados que confundem velocidade com toucinho e não cuidam de estudar aquilo de que falam. São para eles as linhas que se seguem.
Classificação: 2.9	A qualidade do desempenho profissional dos professores é uma das variáveis que contribuem para a qualidade da formação dos jovens e que, por isso, deve ser seriamente considerada na gestão educativa.
Classificação: 4.0	Mas antes dela abundam muitas outras, que nem a escola nem os professores podem controlar. Lembro algumas, sem as esgotar: baixos níveis de literacia dos progenitores, com a consequente impossibilidade de continuarem em casa o trabalho da escola; empobrecimento das famílias (dois milhões de pobres, dois milhões de assistidos), num cenário de crescente aumento das desigualdades económicas e sociais, que favorecem o abandono precoce do estudo em busca de trabalho, ainda que mal pago; desvalorização do papel social da escola, numa sociedade onde a posse de uma formação longa é cada vez menos garantia de acesso ao trabalho remunerado (fala-se sempre da escola formar para o desemprego, nunca se fala de o mercado não gerar empregos suficientes para todos); universalização do emprego precário e aumento do desemprego; políticas urbanísticas inadequadas, geradoras de guetos étnicos e sócio-económicos propiciadores da exclusão e da marginalidade;
Classificação: 2.1 Tom: -	aceitação e promoção de um paradigma de vida em que a escola deve substituir os pais (as crianças do básico já passam 39 horas por semana na escola e a medida moderna proposta é estender o estranho conceito de "escola a tempo inteiro" ao secundário, guardando os jovens na escola 55 horas em cada semana).
Classificação: 2.1 Tom: -	Outras variáveis, directamente actuáveis pela gestão educacional, permanecem intocáveis ou sofreram intervenções degradantes: planos curriculares e programas disciplinares; orientações metodológicas; prestações exigíveis aos alunos e seu estatuto disciplinar; modelo de gestão das escolas; políticas de formação inicial e contínua dos professores; estruturas de supervisão; políticas de rede escolar e de modernização de equipamentos.

Classificação: 3.2 Tom: -	No meio de tudo isto, a avaliação do desempenho está longe de ter o impacto que muitos lhe atribuem. Mas vamos a ela e falemos dos erros que subjazem ao decreto que a regulamenta, sob a forma de perguntas que endereço aos que apoiam a ministra da Educação: Onde está a evidência mínima, a simples presunção fundamentada, ao menos em experiências similares, que, cumprido o proposto, os resultados dos alunos melhorariam?
Classificação: 3.3 Tom: -	Que países, daqueles que servem habitualmente de modelo aos arautos da modernidade, ou outros, puseram em prática modelos similares e que resultados foram obtidos?
Classificação: 2.5 Tom: -	Que análise custo-benefício fizeram os arquitectos do monstro, antes de o parir? Quanto custa observar três aulas por ano (pelo menos, como manda a lei) multiplicadas pelo número de professores a avaliar? Surpreendem-se se adiantar que, só para isso, estaremos a falar de qualquer coisa como 700 salários anuais de professores de topo de carreira?
Classificação: 3.4 Tom: -	Quanto tempo e quanto custa preencher a loucura de fichas e papéis que o sistema supõe?
Classificação: 3.3 Tom: -	Não é verdade que, entre outras, sublinho, entre outras, teremos uma ficha de objectivos individuais, uma ficha de auto-avaliação do avaliado, uma ficha de avaliação de um avaliador (coordenador do departamento), outra ficha de avaliação de outro avaliador (presidente do conselho executivo), uma ficha de observação de aulas, uma ficha de avaliação do portefólio do avaliado e o próprio portefólio do avaliado
Classificação: 3.8 Tom: -	Poderão e deverão as escolas dedicar um tempo desproporcionado à avaliação dos professores, tempo que retirarão ao ensino, missão primeira da escola?
Classificação: 3.3 Tom: -	Não é verdade que poderemos ter licenciados a avaliar doutorados?
Classificação: 3.9 Tom: -	Não estamos, por essa via, a envenenar irremediavelmente o clima relacional entre os docentes, já perigosamente aviltado pela grosseira injustiça que dividiu professores em titulares e outros?
Classificação: 3.3 Tom: -	Não é verdade que se reduziu ao ridículo a tradicional lógica dos saberes instituídos, quando poderemos ter um professor de Biologia a avaliar um colega de Matemática ou um de Física a perorar sobre o desempenho doutro de Informática? Não será aberrante um biólogo ir observar a aula de um matemático?
Classificação: 3.4 Tom: -	Não é inaceitável que a ministra argumente que todos os professores avaliadores estão preparados para avaliar colegas, já que toda a vida avaliaram alunos, como se a supervisão pedagógica fosse simples diletância de universitários lunáticos?
Classificação: 3.3 Tom: -	Não teremos um conflito insanável de interesses, quando avaliando e avaliador podem ser concorrentes a uma mesma menção de "excelente" e o segundo pode driblar o primeiro, esgueirando-se pela porta estreita das quotas?
Classificação: 3.4 Tom: -	Não é certo que o sucesso dos alunos é muito mais provável numas disciplinas que noutras? Não é verdade que a avaliação externa não se aplica a todas as disciplinas? Como aceitar que a inteligência diferente dos alunos, a sua aplicação e interesse, as deficiências transitadas de anos anteriores, etc., possam rotular o trabalho dos professores, ao menos sem um acurado mecanismo ponderador? Como indexar, assim, parte da classificação dos docentes a critérios tão vulneráveis?
Classificação: 3.5 Tom: -	Como negar que a curta história do diploma em apreço seja a macabra história de comportamentos continuados de desrespeito da própria lei por parte dos seus autores, como a insensatez das datas,
Classificação: 3.6 Tom: -	a não regulamentação do essencial e a trapalhice continuada para salvar a face suja? As perguntas que ficam não são mera retórica. São a evidência de um sinistro disparate. Mas tiveram uma resposta, igualmente sinistra: força, ministra!

Ficha: 91(Versão incompleta)

OM: 31 (Jose Manuel Fernandes)

Dia: 09

Mês: 04

Ano: 2008

Título: A avaliação já acabou, mas vamos todos fingir que não

Classificação: 1.1

Tom: 0

Na verdade, o que Maria de Lurdes Rodrigues está a tentar evitar é que os professores que forem já avaliados e não couberem nas quotas de Muito Bom e Excelente tenham todos... Bom. Porque era isso, ou é isso, que muitas escolas se preparam para fazer.

Classificação: 3.10	O hábito é antigo, como se sabe: não havendo quotas, ou distribuição forçada das classificações para criar alguma diferenciação entre os professores, estes já faziam como a maioria dos funcionários públicos, raramente atribuindo classificações negativas.
Classificação: 1.4 Tom: 0	E como, entretanto, para criar a ilusão de que não recuou, a ministra continuava a fingir que tudo se mantinha na mesma,
Classificação: 3.7 Tom: 0	enquanto ia dando instruções às escolas para simplificarem os processos de avaliação, estas foram ganhando margem para deixar tudo mais ou menos como estava.
Classificação: 1.8 Tom: 0	Mas também "fingindo" que iam cumprindo a lei, umas mais depressa, outras arrastando os pés.
Classificação: 3.5 Tom: -	O absurdo da situação criada pela teimosia centralista do ministério ficou anteontem bem à vista: foi apenas a 7 de Abril, já com o 3º período de aulas em andamento, que as escolas receberam da 5 de Outubro a versão definitiva das fichas de avaliação e ponderação de critérios.
Classificação: 3.3 Tom: -	Nada menos de 16 fichas, acrescente-se...
Classificação: 3.5 Tom: -	. Nesta altura do ano. E depois de termos visto governantes atrás de governantes a garantirem que existiam todas as condições para um processo sério de avaliação
Classificação: 3.7 Tom:0	Entretanto o ministério já tinha recuado em pontos como a necessidade de professores assistirem a aulas de outros professores para os avaliarem,
Classificação: 3.7 Tom: -	já tinha alterado, de forma legalmente duvidosa, os prazos para a avaliação, deixando-os ao critério das escolas,
Classificação: 3.7 Tom: 0	já tinha também abandonado a norma relativa ao peso dos resultados escolares dos alunos,
Classificação: 3.7 Tom: 0	ou a relativa a existirem objectivos individuais para todos os professores,
Classificação: 3.7 Tom: 0	ou ainda à planificação das actividades.
Classificação: 3.7 Tom: -	Na prática, acaba a preocupação com a excelência e com o rigor. Na prática admite-se que, se alguma coisa correr mal, não tem importância, fazendo de conta que se vai fazer uma avaliação a sério,.
Classificação: 3.7 Tom: 0	quando se vai acabar a fazer o que muitos professores pediam: experimentar e depois corrigir
Classificação: 1.10	No fundo, as escolas sabiam que, se não realizassem a avaliação, punham em causa o futuro de milhares de professores contratados, um instrumento de chantagem de que a ministra nunca abdicou.
US: Classificação: 1.2 Tom: -	E esta foi percebendo o absurdo de tentar obrigar as escolas a estabelecer normas internas cujas regras genéricas nem o próprio ministério tinha definido.
Classificação: 1.5 Tom: 0	Os sindicatos sabem que têm poucas hipóteses de recorrer a formas de luta mais radicais, como greves aos exames.
Classificação: 3.7 Tom: -	Pelo que assim chegamos à mascarada actual, em que a ministra garante que avaliação está a ser feita, as escolas fingem que a estão a fazer e os sindicatos continuam a dizer-se contra, apesar de saberem que tudo ficou mais ou menos como dantes.
Classificação: 1.2 Tom: -	Até podia ser que tudo resultasse do bom senso, mas infelizmente não resultou. Resultou da lógica infernal de um ministério centralista e de sindicatos cuja inimaginável forma de funcionar lhes deu a oportunidade de mobilizarem, como nunca antes, a maioria dos professores.
Classificação: 3.8 Tom: -	Nada disto tornou as escolas melhores, nem contribuiu para a qualidade de ensino,
Classificação: 1.2 Tom: -	mesmo que seja natural que este ano até tenhamos melhores médias nos exames, pois a equipa da 5 de Outubro, obcecada com as estatísticas, até já começou a tratar disso, designadamente quando alargou para três horas o tempo que os alunos de Matemática terão para responder às suas provas de exame.
Classificação: 5.0 Tom: 0	Tudo isto reforça a convicção de o único caminho a seguir é o da maioria dos países nórdicos, que só recomeçaram a ver os seus jovens a progredir quando, na prática, acabaram com o Ministério da Educação e entregaram o poder às escolas e às comunidades. É pena o edifício da 5 de Outubro ficar no meio do tecido urbano, pois daria um belo espectáculo a sua implosão, abrindo espaço para, por exemplo, um monumento às vítimas do "eduquês".

<p>Ficha 21 (Versão Integral); OM: 10 (Santana Castilho) Dia: 10 Mês: 12 Ano: 2008 Título: O lamaçal</p>	
<p>Classificação: 2.1 Tom: -</p>	<p>Já aqui escrevi que a avaliação do desempenho está longe de ser o problema, mas tão-só um epifenómeno dele. O problema começou quando este Governo assumiu como desígnio poupar, sem critério, no que é vital para desenvolver o país e promover as pessoas.</p>
<p>Classificação: 2.9</p>	<p>Ora o ensino de qualidade requer dinheiro e tempo. Não se faz sem professores e sem escolas mobilizadas.</p>
<p>Classificação: 2.1 Tom: -</p>	<p>Supõe trabalho, exigência e disciplina, coisas que os computadores a pataco e os turbo-diplomas não substituem. Mas a política seguida e a legislação que a suporta assentam na convicção inculta de que a opressão férrea sobre os professores e o laxismo a eito para os alunos operarão o milagre da multiplicação das "competências", como os tecnocratas de serviço gostam de chamar, vamos lá nós saber a quê.</p>
<p>Classificação: 2.1 Tom: -</p>	<p>Este é o fio condutor que qualquer análise lúcida descortina como elo de ligação entre toda a produção legislativa do Ministério da Educação, com destaque para os três diplomas mais assassinos: o estatuto dos professores, o estatuto dos alunos e a gestão das escolas.</p>
<p>Classificação: 1.4 Tom: -</p>	<p>Nos últimos dias, assistimos a manifestações bem degradantes. Ouvimos a ministra da Educação, que tinha negado a burocracia, reconhecer com candura que o modelo de avaliação do desempenho dos professores estava cheio dela.</p>
<p>Classificação: 3.3 Tom: -</p>	<p>Que, afinal, as duas simples fichas eram muitas mais e desnecessárias.</p>
<p>Classificação: 3.7 Tom: -</p>	<p>Que o que ontem era dogma fora reclassificado como anátema. Que muito do que tinha sido proclamado como indispensável era, afinal, inviável e ministerialmente ultrapassável por uma portaria Simplex</p>
<p>Classificação: 1.4 Tom: -</p>	<p>Tudo com a mesma ligeireza com que os aldrabões das feiras doutro tempo convenciam os incautos a usar a banha da cobra para remover todos os males, do corpo ou do espírito. Prudentemente calada a senhora, a viscosidade do lamaçal em que esta gente se move recolheu à guarda do secretário de Estado Jorge Pedreira, que não enjeitou o mote: convocou a Plataforma Sindical para uma reunião com "agenda aberta" que, desmarcadas as próximas greves, logo fechou, esclarecendo, em hino ao patético, que "agenda aberta significa permitir às partes dizer o que entendem". Ou seja, repetir o que já sabemos, como se não estivéssemos saturados de ouvir as partes, sem que se faça o que deve ser feito.</p>
<p>Classificação: 1.5 Tom: -</p>	<p>E a plataforma mordeu. Esperemos que não engula e não ceda ao Memorando II, para salvar o primeiro período.</p>
<p>Classificação: 2.3 Tom: -</p>	<p>Entendamo-nos. O ensino está num atoleiro de que não se sai com esta equipa de governantes.</p>
<p>Classificação: 1.1 Tom: -</p>	<p>A confiança e a cumplicidade indispensáveis entre ministério e professores não estão apenas quebradas. Estão literalmente pulverizadas e são, por isso, irrecuperáveis</p>
<p>Classificação: 5.0 Tom: ++</p>	<p>Sócrates tem de substituir a ministra da Educação. Agora, fazendo-a perceber o que Correia de Campos percebeu sozinho, ou mais tarde (mais próximo das eleições ou depois delas, se as ganhar). Mas esse é problema dele.</p>
<p>Classificação: 2.3 Tom: -</p>	<p>O problema dos professores é não se deixarem arrastar para o fundo do lamaçal. Há desânimo e cansaço nos alunos e nos pais. Há transtornos e perturbações na vida das famílias e houve mesmo manifestações de separatismo por parte daqueles que cedem facilmente à primeira fresta aberta para melhorarem a vida e lamberem migalhas de poder.</p>
<p>Classificação: 1.7 Tom: +</p>	<p>Mas há, a par disso e muito mais que isso, em nome da escola pública, da justiça e da dignidade docente, uma resistência que não pode ser perdida, seja qual for o truque ou a estratégia intimidatória.</p>

Classificação: 1.6 Tom: -	Porque falo de lamaçal, não posso deixar sem referência o quadro deprimente (e reincidente) que a Assembleia da República nos proporcionou. Como é público, o CDS fez uma proposta de suspensão da avaliação do desempenho dos professores. No momento da votação, 48 deputados estavam ausentes da assembleia. Destes, 28 pertenciam ao PSD, que também reclamou, aliás como toda a oposição, a mesma suspensão. Dado que 6 deputados do PS votaram favoravelmente a proposta, bastaria a presença de mais 22 votantes da oposição para que o PS sofresse um pesado revés. Esperemos que, quando regressarem de férias, algum dos faltosos não nos diga que não senhor, que tudo foi estrategicamente previsto para não oferecer ao adversário, de bandeja e sem ónus, a solução do conflito. É que a sobrevivência no lamaçal aguça o maquiavelismo.
------------------------------	--

Ficha: 134 (Versão incompleta) OM: 41 (Ant.P.Lima) Dia: 13 Mês: 12 Ano: 2008 Título: Será possível reformar em Democracia?	
Classificação: 2.1 Tom: -	A pena que tenho da ministra é relativa. Nunca concordei com o sistema centralizado de educação que defende e considero-o mesmo irreformável.
Classificação: 2.9	A única reforma da Educação útil e possível é a que procede à descentralização que transfere poderes de gestão do ministério para cada estabelecimento de ensino, conduzindo à avaliação das escolas na base da autonomia assumida com responsabilidade e na liberdade de escolha concedida aos pais. Tal como já acontece no ensino privado.
Classificação: 1.4 Tom: -	Por muita discordância ideológica minha e inabilidade política da própria,
Classificação: 1.4 Tom: +	custa ver uma ministra voluntariosa
Classificação: 1.5 Tom: -	tornar-se um zero político nas mãos de sindicatos reaccionários que se opõem a qualquer reforma dos serviços públicos que estabeleça diferenciações pelo mérito e transfira poder dos funcionários para os utentes dos serviços.
Classificação: 1.3 Tom: -	Igual sentimento de pena me assolou, diga-se, quando vi o dr. Correia de Campos ser dispensado das funções de ministro da Saúde no início do presente ano por ter iniciado uma reforma do serviço nacional sem zelar pelo seu adequado planeamento e boa execução logística.
Classificação: 1.11	A pergunta que se impõe, perante o fracasso dos governantes mais voluntariosos, é aquela que inquietou a líder do PSD: será possível proceder a qualquer reforma profunda dos serviços públicos em democracia? Acredito que sim. Poucos suportariam a ideia de terem de abdicar da liberdade para viverem num país 'organizado e eficiente'.
Classificação: 1.11	A política está cheia de governantes bem intencionados que encontram no Governo um palco para procurarem moldar o mundo às suas convicções. Nada de errado nisto. O problema está em que sobram na política homens ou mulheres idealistas e escasseiam pessoas com capacidade de realização.
Classificação: 1.11	Realizar reformas importantes implica assumir objectivos claros, uma estratégia de mudança com aliados fortes e capacidade de execução, definindo passos seguros e graduais passíveis de serem interiorizados pela sociedade.
Classificação: 1.11	Mudar aspectos essenciais na organização do Estado, mais do que idealismo e vontade, exige profissionalismo. Requer capacidade e experiência de gestão, mas também, como já o reconhecia o indomável Francisco Sá Carneiro, a necessária prudência política. Essa virtude sábia que combina, em cada momento, o ideal com o possível.
Classificação: 1.3 Tom: -	Tudo o que faltou aos dois ministros 'mais bem intencionados' do Governo Sócrates: Correia de Campos e Maria de Lurdes Rodrigues, que se queimaram na fogueira das suas reformas impossíveis

Ficha 9 (Versão incompleta) OM: 8 (JoãoFreire) Dia: 07 Mês: 09 Ano: 2009 Título: Educação: O destino de uma política	
Classificação: 1.4 Tom: +	Cada qual terá a sua apreciação desta gerência e da situação em que nos encontramos. Mas, sobre a ministra Maria de Lurdes Rodrigues - figura central deste processo - só por manifesta cegueira se não lhe reconhecerão três patentes qualidades: inteligência global e aplicada, coragem, autocontrolo pessoal.
Classificação: 1.4 Tom: +	Outra virtude instrumental, no palco impiedoso onde a política se faz: ter assegurado uma coesão sem falhas na direcção política do seu ministério.
Classificação: 1.11	Em contrapartida, terá ficado "nas mãos" do PS para assegurar o preenchimento dos postos mais importantes da sua burocracia central e regional - o que é sempre uma má coisa, embora seja vício antigo da nossa democracia
Classificação: 1.4 Tom: 0	E, logicamente, submeteu-se às conveniências ditadas pelo primeiro-ministro na gestão global da governação.
Classificação: 2.1 Tom: +	Quanto às orientações tomadas, julgamos que elas terão sido, no essencial, as necessárias e adequadas para responder aos principais défices do sistema de ensino instalado,
Classificação: 2.1 Tom: 0	possivelmente com excepção, ou dúvida persistente, no que toca aos níveis de exigência apontados para a obtenção do "sucesso escolar" (graus de dificuldade dos exames, modos de progressão, "programa novas oportunidades", etc.), o que é uma questão difícil e certamente não apenas do foro da escola.
Classificação: 2.1 Tom: +	E houve também a "abstenção" de mexer nos conteúdos curriculares e na organização das disciplinas, que é sempre a tentação de cada novo ministro ou o sentido da pressão que sobre ele exercem as várias "confrarias" académicas, apesar de ser também matéria decisiva.
Classificação: 2.1 Tom: 0	Como é óbvio, algumas dessas medidas não terão sido as melhores,
Classificação: 2.1 Tom: -	ou terão mesmo errado o fim a que se propunham,
Classificação: 2.1 Tom: +	mas, globalmente, era preciso mexer na organização dos tempos escolares
Classificação: 2.1 Tom: +	e na forma de gestão das escolas,
Classificação: 3.1 Tom: +	enquadrar os professores num regime mais rigoroso de carreira profissional e de controlo da sua actividade (essencialmente inter pares)
Classificação: 2.1 Tom: +	concentrar e equipar melhor o parque escolar,
Classificação: 2.1 Tom: +	alargar a escolaridade "para baixo" (pré-primário) e "para cima" (secundário profissionalizante) - e em cada um destes grandes objectivos foram dados passos concretos e decisivos, embora naturalmente agora sujeitos a correcções de pormenor ou de aplicação.
Classificação: 1.4 Tom: -	Num plano, contudo, a gerência de Maria de Lurdes Rodrigues acabou por falhar estrondosamente: no terreno do combate político, onde foi vencida pela coligação dos sindicatos de professores e minorias activas neste meio profissional, partidos de oposição ao Governo, alguns meios de comunicação social
Classificação: 1.5 Tom: -	e, finalmente, pelo sucesso da estratégia de vitimização dos docentes que aqueles primeiros actores conseguiram empreender com grande eficácia, acabando por criar no seio das comunidades professorais um sentimento de injustiça, orfandade ou mal-estar, próprio para que aderissem em bloco às directivas das suas lideranças sócio-políticas.
Classificação: 1.11	É evidente que, num ambiente democrático, uma profunda reforma da instituição escolar não pode ter sucesso sem a participação activa do corpo docente.
Classificação: 1.7 Tom: +	É também verdade que as escolas viviam sobretudo da competência e empenhamento de um bom número dos seus docentes
Classificação: 3.9 Tom: -	(alguns deles agora desencorajados),

Classificação: 3.1 Tom: +	mas não é menos certo que os seus resultados educativos, globalmente insuficientes, derivam, em grande medida, da qualidade do professorado, onde a filtragem da admissão era quase inexistente, a progressão profissional irrestrita, a atomização dos desempenhos a regra, existindo ainda uma excessiva complacência para com uma minoria de profissionais incompetentes e desajustados à função.
Classificação: 3.2 Tom: +	De certa maneira, o confronto desenvolvido entre a política avançada pelo ministério e a frente sindical dos professores tinha subjacente o conceito de uma profissão procurando estruturar-se, hierárquica e funcionalmente, no espaço do ensino e da organização escolar
Classificação: 2.2 Tom: -	versus o modelo de uma ocupação massificada, em parte segura do seu emprego e estipêndio (porque há sempre "precários" disponíveis para atender às flutuações conjunturais), essencialmente regulada pelas regras burocráticas da antiguidade e dos concursos documentais nacionais para a atribuição dos postos de trabalho mais apetecidos.
Classificação: 1.6 Tom: -	Um governo presidido pela dra. Manuela Ferreira Leite que acumulasse também a pasta da Educação, devido à sua experiência do lugar e pela importância que tem para o futuro do país, ou a sua ocupação pela dra. Ana Benavente, o dr. Santana Castilho ou o professor Mário Nogueira - apenas para citar alguns dos mais encarniçados críticos públicos desta reforma -, separadamente ou em conjunto, que diferente e melhor política educativa poderia propor e realizar,
Classificação: 2.2 Tom: -	a não ser a co-gestão do imobilismo que marcou a actuação de sucessivos ministros?! Ou alguém terá a coragem de pôr em causa o sistema público unificado de ensino?
Classificação: 29	No momento presente, uma questão importante parece ser a de como, face à maré eleitoralista e populista, serão conservados ou desaproveitados os esforços dos últimos anos para melhorar o desempenho da educação e a qualificação, humana, cidadã e profissional, da população

Ficha 35 (Versão Integral) OM: 10 (Santana Castilho) Dia: 25 Mês: 11 Ano: 2009 Título: A falta de classe	
Classificação: 2.3 Tom: -	Perdoem hoje o estilo. A prosa sairá desarticulada, quais dardos soltos. Este artigo é, conscientemente, feito de frases curtas. Cada leitor, se quiser, desenvolverá as que escolher. Meu objectivo? Manter a sanidade mental. Escorar a coluna vertebral. Resistir. Este artigo é também uma reconfirmação de alistamento na ala dos que não trocam os princípios de uma luta pelo pragmatismo de um lance. Porque amo a verdade e a dignidade profissional como os recém-chegados ao mundo amam o bater do coração das mães. Porque não esqueço os que nenhum lance poderá já compensar. Porque com a partida prematura deles perderam-se pedaços da Escola que defendo. Porque pensar em todos é a melhor forma de pensar em cada um.
Classificação: 3.10	A avaliação do desempenho é algo distinto da classificação do desempenho. A avaliação do desempenho visa melhorar o desempenho. A classificação do desempenho visa seriar os profissionais.
Classificação: 3.3 Tom: -	Burocratas que morreram aos 30 mas só serão enterrados aos 70 tornaram maior uma coisa menor. Quiseram reduzir realidades díspares à unicidade de fichas imbecis. Tiveram a veledade kafkiana de particularizar em 150.000 interpretações individuais os objectivos de uma organização comum a todos.
Classificação: 1.2 Tom: -	Convenceram a população de que se mede o intangível da mesma forma que se pesam caras de bacalhau
Classificação: 1.4 Tom: -	Chefiou-os uma ministra carrancuda, que teve o mérito de unir a classe.
Classificação: 1.4 Tom: +	Chefia-os agora uma ministra sorridente, que já se pode orgulhar de dividir a classe.

Classificação: 1.5 Tom: -	. Porque, afinal, custa, mas não há classe. Há jogos! De cintura. De bastidores. De vários interesses. Parlamentares, sindicalistas, carreiristas e pragmatistas ajudaram à Babel. Da sua verve jorra a água morna de Laudicéia, a que dá vômitos.
Classificação: 1.5 Tom: -	Alçada derreteu o implacável Mário Nogueira que, em socorro da inexperiência da ministra, veio, magnânime, desculpar-lhe as gafes. E, cristãmente, entendeu agora, de jeito caridoso, que não seja suspenso o primeiro ciclo avaliativo. Esqueceu duas coisas: o que reclamou antes e que ciclos avaliativos são falácias de anterior ministra.
Classificação: 1.2 Tom: -	Ciclos avaliativos, Simplex I, Simplex II e o último expediente (no caso, um comunicado à imprensa, pasme-se) para dizer às escolas que não prossigam com o que a lei estabelece são curiosos comandos administrativos.
Classificação: 1.6 Tom: -	Uma lei má, iníqua, de resultados pedagogicamente criminosos, devia ter morrido às mãos do Parlamento. Por imperativo da decência, por precaução dos lesados, por imposição das promessas de todos.
Classificação: 1.5 Tom: -	Quanto à remoção das mágoas, meu caro Mário Nogueira, absolutamente de acordo. Depois de responsabilizar os que magoaram. Depois de perguntar aos magoados se perdoam. Por mim, cuja lei foi sempre estar contra leis injustas, a simples caridade cristã não remove mágoas. Não sei perdoar assim, certamente por falta de céu.
Classificação: 1.6 Tom: +	Agora, porque sou amigo de Platão mas mais amigo da verdade, duas linhas para Aguiar-Branco. Gostei de o ouvir dizer, a meu lado e a seu convite, que a avaliação do desempenho era para suspender.
Classificação: 1.6 Tom: -	Mas não justifique a capitulação com a semântica. Poupe-me à semântica, porque a semântica não o salva. Enterra-o. Suspender é interromper algo, temporária ou definitivamente. É proibir algo durante algum tempo ou indefinidamente. Substituir é colocar algo em lugar de. Não só não tinha como não terá seja o que for, em 30 dias, para colocar em lugar de. Sabe disso. Bem diferente, semanticamente
Classificação: 1.6 Tom: 0	. Mas ainda mais importante nos resultados. O Bloco Central reanimou-se nas catacumbas e o PS agradeceu ao PSD o salvar da face. Mas os professores voltaram a afastar-se do PSD, apesar do arrependimento patético de Pedro Duarte. E, assim, o PSD falha a vida!
Classificação: 3.4 Tom: -	Um olhar aos despojos. Reverbera-se a falta de capacidade de muitos avaliadores para avaliar, mas homologam-se os "Muito Bom" e "Excelente",
Classificação: 3.9 Tom: -	que significam mais 1 ou 2 pontos em concurso. Os direitos mal adquiridos de alguns valerem mais que os direitos bem adquiridos de muitos (como resolverão, a propósito, os direitos adquiridos dos "titulares" que, dizem, vão extinguir?). Porque toca a todos, muitos "titulares" que não tinham vagas de "titulares" em escolas que preferiam, foram ultrapassados em concurso por outros de menor graduação profissional, que agora lá estão, em almejados lugares de quadro.
Classificação: 1.5 Tom: -	Ao mérito, há muito cilindrado, junta-se uma palhaçada final, em nome do pragmatismo. Muitos dos que foram calcados recordam agora que negociar é ceder. Mas esquecem que os princípios e a dignidade são inegociáveis, sendo isso que está em jogo.
Classificação: 3.3 Tom: -	Um modelo de avaliação iníquo, tecnicamente execrável e humanamente desprezível
Classificação: 1.6 Tom: -	que não lhes foi aplicado ao longo de um processo, é agora aceite, em nome do pragmatismo, para não humilhar, uma vez,
Classificação: 1.4 Tom: -	quem os humilhou anos seguidos, Sócrates, que se disse animal feroz, vai despindo a pele. Mas não nos esqueçamos da resposta de um dos sete sábios da Grécia, quando interrogado sobre o mais perigoso dos animais ferozes. Respondeu assim: dos bravos, o tirano. Dos mansos, o adulator.
Classificação: 1.5 Tom: -	Vão seguir-se meses de negociações sobre o estatuto. O défice, que levou à divisão da carreira e às quotas, agravou-se. Se a desilusão for do tamanho da ilusão, tranquilizem-se porque a Fenprof ficará de fora, como convém, e a Fne poderá assinar um acordo com o Ministério da Educação, como não seria a primeira vez.
Classificação: 3.10	Voltaremos então ao princípio. O que é importante continuará à espera.
Classificação: 1.9	Mas guardaremos boas recordações de duas marchas nunca vistas

Anexo 4: Tratamento das UI após o Recorte e a Classificação – Valores Totais e Parciais (registo em folha de cálculo – Excel)

Uma vez que as páginas constantes no presente Anexo resultaram de uma partição vertical e horizontal de uma folha de trabalho (Excel), demasiado extensa para ser inserida numa só página, onde se registaram os dados recolhidos após o recorte e codificação das respectivas UI, apresenta-se seguidamente um esquema de leitura que poderá facilitar a sua consulta. As páginas 2, 9, 16 e 23, contêm os códigos e a soma das respectivas UI. Todas as páginas contêm na sua margem esquerda os OM do nosso *corpus*. Vejamos um exemplo de leitura: a Ficha 2 do OM 1 está codificada nas páginas 2, 9, 16 e 23 da 6ª linha. Os valores registados, por exemplo, na categoria de conteúdo de código 1.0 e com valoração positiva (10/+) são lidos verticalmente nas páginas 2 a 8. Já, os valores registados na categoria de conteúdo 1.11 (111), são lidos verticalmente mas, nas páginas 9 a 15.

Visão completa da folha de trabalho

	Códigos das UI			
	Valores obtidos			
Opinion makers	2	9	16	23
	3	10	17	24
	4	11	18	25
	5	12	19	26
	6	13	20	27
	7	14	21	28
	8	15	22	29

Nome	OM	Ficha	UI	Data	10/-	10/0	10/+	11/-	11/0	11/+	12/-	12/0	12/+	13/-	13/0	13/+	14/-	14/0	14/+	15/-	15/0	15/+	16/-	16/0	16/+	
Totais/Tema			2524		1308																					
Totais/Categoria					26			79			137			96			214			112			133			
Totais			2524		12	10	4	58	21	0	113	17	7	69	25	2	134	50	30	67	44	1	90	38	5	
Andre Freire	1	1	20	25-02-2008	1									2	1									1		
Andre Freire	1	2	30	17-11-2008	3			2			1			6	1		1									
Ana Benavente	2	3	29	21-02-2008				1													1					
CarlosFiolhais	3	4	26	21-11-2008	1		1	1	1		5										1					
DanielBessa	4	5	7	15-03-2008																						
Frei Bento Do.	5	6	9	14-12-2008																	1					
Isabel Leiria	6	7	9	18-10-2008								1														
José Dias Urbano	7	8	27	22-07-2009										2										5	2	1
Joao Freire	8	9	26	07-09-2009													1	1	2	1				1		
Luis Campos e C.	9	10	24	22-02-2008							2	1														
Santana Castilho	10	11	15	09-10-2007				1			1						3									
Santana Castilho	10	12	17	20-02-2008													5									
Santana Castilho	10	13	20	05-03-2008				1						1			2									
Santana Castilho	10	14	26	20-03-2008	1			1						1			3									
Santana Castilho	10	15	22	16-04-2008	1			1						2							3	1				
Santana Castilho	10	16	18	14-05-2008				1									5				2	2				
Santana Castilho	10	17	19	16-10-2008				1						3										1		
Santana Castilho	10	18	24	30-10-2008													5									
Santana Castilho	10	19	20	13-11-2008							2						5					1	1			
Santana Castilho	10	20	11	26-11-2008				1			1						3									
Santana Castilho	10	21	15	10-12-2008				1									2				1			1		
Santana Castilho	10	22	17	24-12-2008				1			1													1		

editorialexpresso	40	127	11	15-03-2008																	2	1	
editorialexpresso	40	128	11	19-04-2008		1								1			1	3					
editorialexpresso	40	129	16	15-11-2008				2			1												
editorialexpresso	40	130	10	06-12-2008				1													1	4	
editorialexpresso	40	131	8	13-12-2008									2										
editorialexpresso	40	132	2	27-12-2008						1													
editorialexpresso	40	133	12	18-07-2009				1	1		2			1				1	1				
Ant.P.Lima	41	134	13	13-12-2008									2			1	2	1	1				
Ant.P.Leite	42	135	20	22-11-2008											4								
Ant.deAlmeida	43	136	13	22-03-2008													1						
Ant.Barreto	44	137	33	09-03-2008		2	1	1			2						3	1					
Ant.Barreto	44	138	18	16-03-2008										1						1			4
Ant.Barreto	44	139	31	16-11-2008		1					2			1									
Ant.Barreto	44	140	20	24-05-2009							5	4		1									
Ant.Barreto	44	141	28	12-07-2009				1			5	2		1			4	1					
J.M.Judice	45	142	25	14-03-2008							2							3	1	1			
J.M.Judice	45	143	21	14-11-2008							1			1		1	1			1			
J.M.Pinto	46	144	13	09-03-2008	1			2				1											
J.PachecoPereira	47	145	18	08-03-2008							1			1			1						2
LidiaJorge	48	146	34	09-01-2009				2								3	2	1		1			
LuísMarques	49	147	11	08-03-2008							1												
RuiRamos	50	148	12	12-03-2008												1						1	
RuiRamos	50	149	19	19-11-2008					1			1				1			1				
RuiRamos	50	150	19	10-12-2008										1					2				
RuiTavares	51	151	8	10-03-2008										1			1						
A.Vilarigues	52	152	8	21-03-2008					1														

C.Justo	53	153	13	21-03-2008				1						1									1		
M.Nogueira	54	154	14	04-10-2008				2			2					2									
M.Nogueira	54	155	14	16-11-2009												4				3					
RuiMoreira	55	156	14	02-06-2008				2			3								2						

Nome	OM	Ficha	UI	Data	17/-	17/0	17/+	18/-	18/0	18/+	19	110	111	21/-	21/0	21/+	22/-	22/0	22/+	23/-	23/0	23/+	24/-	24/0	24/+	25/-	25/0	25/+	
Totais/Tema			2524		1308									533															
Totais/Categoria					154			8			84	20	245	193			24			68			41			30			
Totais			2524		46	71	37	4	4	0	84	20	245	116	30	47	18	5	1	56	4	8	35	3	3	22	3	5	
AndreFreire	1	1	20	25-02-2008									1																
AndreFreire	1	2	30	17-11-2008			1				4	1	4	1															
AnaBenavente	2	3	29	21-02-2008		1								5						3			1						
CarlosFiolhais	3	4	26	21-11-2008			3				1	1		2						2			1						
DanielBessa	4	5	7	15-03-2008	1	1					1		1																
FreiBentoDo.	5	6	9	14-12-2008	2	1						1	1																
IsabelLeiria	6	7	9	18-10-2008								1																	
J.DiasUrbano	7	8	27	22-07-2009			1						2	4		1										3	1		
JoãoFreire	8	9	26	07-09-2009			1						2	1	3	6	2												
LuísC.Cunha	9	10	24	22-02-2008		1								1	1	3	1					1				1			
SantanaCastilho	10	11	15	09-10-2007										2						1			1						
SantanaCastilho	10	12	17	20-02-2008								1	2							1			1						
SantanaCastilho	10	13	20	05-03-2008							1			3										5					
SantanaCastilho	10	14	26	20-03-2008		1					1			2												1			
SantanaCastilho	10	15	22	16-04-2008							1		1	8						1			1				2		
SantanaCastilho	10	16	18	14-05-2008					1		1			1						1							1		
SantanaCastilho	10	17	19	16-10-2008				1					1	2										3					
SantanaCastilho	10	18	24	30-10-2008			2													1			2						
SantanaCastilho	10	19	20	13-11-2008							1		2	3						3			1						
SantanaCastilho	10	20	11	26-11-2008	1								1	1	1														
SantanaCastilho	10	21	15	10-12-2008			1							3						2									
SantanaCastilho	10	22	17	24-12-2008		1					1															2			

C.Justo	53	153	13	21-03-2008		1	1				2		5														
M.Nogueira	54	154	14	04-10-2008		1							2											3			
M.Nogueira	54	155	14	16-11-2009											1												
RuiMoreira	55	156	14	02-06-2008		1									1									1			

Nome	OM	Ficha	UI	Data	26/-	26/0	26/+	27/-	27/0	27/+	28/-	28/0	28/-	29	31/-	31/0	31/+	32/-	32/0	32/+	33/-	33/0	33/+	34/-	34/0	34/+	35/-	35/0	35/+
Totais/Tema			2524		533										441														
Totais/Categoria					19			9			7			142	39			42			111			20			11		
Totais			2524		16	2	1	7	2	0	6	0	1	142	6	2	31	33	0	9	93	13	5	14	4	2	11	0	0
AndreFreire	1	1	20	25-02-2008																									
AndreFreire	1	2	30	17-11-2008																									
AnaBenavente	2	3	29	21-02-2008										5							1	1		1			1		
CarlosFiolhais	3	4	26	21-11-2008													1	1			2								
DanielBessa	4	5	7	15-03-2008	1												1												
FreiBentoDo.	5	6	9	14-12-2008																									
IsabelLeiria	6	7	9	18-10-2008																					1				
J.DiasUrbano	7	8	27	22-07-2009														1			1								
JoãoFreire	8	9	26	07-09-2009										1			2			1									
luiscampoec.	9	10	24	22-02-2008	3						1			1							2								
SantanaCastilho	10	11	15	09-10-2007		1															1			1					
SantanaCastilho	10	12	17	20-02-2008														2			2			1			1		
SantanaCastilho	10	13	20	05-03-2008																	3			1			1		
SantanaCastilho	10	14	26	20-03-2008										1				1			5			3			1		
SantanaCastilho	10	15	22	16-04-2008																									
SantanaCastilho	10	16	18	14-05-2008										1															
SantanaCastilho	10	17	19	16-10-2008										1															
SantanaCastilho	10	18	24	30-10-2008														1			5			1					
SantanaCastilho	10	19	20	13-11-2008																	1								
SantanaCastilho	10	20	11	26-11-2008																									
SantanaCastilho	10	21	15	10-12-2008										1							1								
SantanaCastilho	10	22	17	24-12-2008										1															

Nome	OM	Ficha	UI	Data	36/-	36/0	36/+	37/-	37/0	37/+	38/-	38/0	38/+	39/-	39/0	39/+	310	40	50/0	50/+	50/++	51/0	51/+	51/++	52/0	52/+	52/++	53/0	53/+	53/++	54/0	54/+	54/++			
Totais/Tema			2524		441													97	145																	
Totais/Categoria					14			66			30			38			70	97	99			13			15			13			5					
Totais			2524		11	3	0	30	34	2	30	0	0	38	0	0	70	97	14	46	39	2	2	9	3	6	6	1	5	7	1	3	1			
AndreFreire	1	1	20	25-02-2008														5	4	1		2		2												
AndréFreire	1	2	30	17-11-2008					1											2	1								1							
AnaBenavente	2	3	29	21-02-2008	2						3			2											1											
carlosfiolhais	3	4	26	21-11-2008															1									1								
danielbessa	4	5	7	15-03-2008																									1							
FreiBentoDo.	5	6	9	14-12-2008														3																		
IsabelLeiria	6	7	9	18-10-2008		2			4																											
J.DiasUrbano	7	8	27	22-07-2009				1											1								1									
JoãoFreire	8	9	26	07-09-2009										1																						
LuísC.Cunha	9	10	24	22-02-2008															1	3									1							
SantanaCastilho	10	11	15	09-10-2007							1							1													1					
SantanaCastilho	10	12	17	20-02-2008														1																		
SantanaCastilho	10	13	20	05-03-2008	1																1															
SantanaCastilho	10	14	26	20-03-2008	1						1			1				1																		
SantanaCastilho	10	15	22	16-04-2008																																
SantanaCastilho	10	16	18	14-05-2008	1			1																												
SantanaCastilho	10	17	19	16-10-2008				2						3																						1
SantanaCastilho	10	18	24	30-10-2008							3			3				1																		
SantanaCastilho	10	19	20	13-11-2008																																
SantanaCastilho	10	20	11	26-11-2008				1																						1						
SantanaCastilho	10	21	15	10-12-2008				1													1															
SantanaCastilho	10	22	17	24-12-2008				1	6					1																1						

